

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2009**

Banif - SGPS, S.A.

e

**Banif - Grupo Financeiro
Consolidado**



Banif - SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede Social: Rua de João Tavira, 30 – 9004-509 Funchal

Capital Social: 490.000.000 Euros

Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva 511 029 730



ÍNDICE

- I. **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

- II. **ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2009**
 - 1. **SOCIEDADES *HOLDING***
 - 1.1 Banif - SGPS, S.A.
 - 1.2 Banif Comercial SGPS, S.A.
 - 1.3 Banif Investimentos, SGPS, S.A.
 - 1.4 Tecnicrédito, SGPS, S.A.
 - 1.5 Rentipar Seguros, SGPS, SA
 - 2. **ACTIVIDADE CORPORATIVA**
 - 2.1 Recursos Humanos
 - 2.2 Operativa e Tecnologia
 - 2.3 Controlo dos Riscos de Actividade
 - 2.4 Finanças e Planeamento
 - 2.5 *Compliance*
 - 2.6 Auditoria
 - 2.7 Imagem e Comunicação
 - 3. **BANCA COMERCIAL**
 - 3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
 - 3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira
 - 3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores
 - 3.1.3 Actividade Comercial no Continente
 - 3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio
 - 3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança
 - 3.1.6 Actividade Financeira
 - 3.1.7 Actividade Internacional
 - 3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
 - 3.2. **Crédito Especializado**
 - 3.2.1 Banco Mais, S.A.
 - 3.2.1.1 Actividade em Portugal
 - 3.2.1.2 Actividade Internacional
 - 3.2.2 Bank Plus Bank, Zrt.
 - 3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
 - 3.2.4 Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
 - 3.3 **Actividade Internacional**
 - 3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
 - 3.3.2 Banif International Bank, Ltd
 - 3.3.3 Banif Finance (USA) Corp.



- 3.3.4 Banif Financial Services Inc.
- 3.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
- 3.3.6 Banca Pueyo, S.A.
- 3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.
- 3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd
- 3.3.9 Outras Actividades Offshore e Internacionais

4. BANCA DE INVESTIMENTO

- 4.1 Banif – Banco de Investimento, S.A.
- 4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha
 - 4.2.1 Banif Securities, Inc.
 - 4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
 - 4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

5. SEGUROS

- 5.1 Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

- 6.1 Banif Imobiliária, S.A.
- 6.2 Banifserv–Empresa de Serviços, Sist. e Tecnologias de Informação, ACE

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF – GRUPO FINANCEIRO

III ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

IV APLICAÇÃO DE RESULTADOS

V NOTA FINAL

VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Demonstrações Financeiras Separadas

- 1.1 Balanço
- 1.2 Demonstração de Resultados
- 1.3 Demonstração do Rendimento Integral
- 1.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios
- 1.5 Demonstração de Fluxos de Caixa
- 1.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 2.1 Balanço
- 2.2 Demonstração de Resultados
- 2.3 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios
- 2.5 Demonstração de Fluxos de Caixa



2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

VIII OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais
2. Informação nos termos do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais
3. Informação sobre Acções Próprias
4. Titulares de Participações Sociais Qualificadas

IX RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS



Índice de Abreviaturas Utilizadas

Açoreana	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
Banco de Investimento	Banif - Banco de Investimento, S.A.
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
Banif Açor Pensões	Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Banif BI (Brasil)	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
Banif (Brasil)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
Banif (Malta)	Banif Bank (Malta) Plc
Banif (Cayman)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), S.A.
Banif Capital	Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Banif Comercial	Banif Comercial, SGPS, S.A.
Banif Gestão de Activos	Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Banif Go	Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Banif Imobiliária	Banif Imobiliária, S.A.
Banif Investimentos	Banif Investimentos - SGPS, S.A.
Banif Rent	Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
Banif Serv	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E.
Banif SGPS	Banif - SGPS, S.A.
Bankpime	Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
Bank Plus	Bank Plus Bank, Zrt.
BBCA	Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (incorporado por fusão no Banif em 01-01-2009)
BCE	Banco Central Europeu
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios
BFC	Banif Forfaiting Company
BFS	Banif Financial Services, Inc.
BFUSA	Banif Finance (USA), Inc.
BIB	Banif International Bank, Ltd
BIH	Banif International Holdings, Ltd
Companhia	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
CSA	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
DAJ	Direcção de Assessoria Jurídica (Banif)
DCA	Direcção de Canais Agenciados (Banif)
DCRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DMC	Direcção de Marketing e Comunicação (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)
Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
DOQ	Direcção de Organização e Qualidade (Banif)
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DRE	Direcção de Residentes no Exterior (Banif)
DRD	Direcção de Rede Directa (Banif)
FED	Reserva Federal Norte-americana (<i>Federal Reserve</i>)
Finab	Finab International Corporate Management Services Ltd
FMI	Fundo Monetário Internacional
GIA	Gabinete de Inspeção e Auditoria (Banif Açores)



GRII	Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)
Grupo	Banif - Grupo Financeiro
IFB	Instituto de Formação Bancária
INE	Instituto Nacional de Estatística
Rentipar Seguros	Rentipar Seguros, SGPS, SA
RERAM	Rede de Agências da Região Autónoma da Madeira (Banif)



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

O ano de 2009 caracterizou-se por uma forte contracção da economia. O alastramento dos graves problemas que, em 2008, se haviam mantido tendencialmente circunscritos ao sector financeiro, levou a que a generalidade das empresas tenha passado a sentir os efeitos da dificuldade no acesso ao crédito, do custo elevado dos recursos financeiros, da diminuição da procura e da falta de confiança de investidores e consumidores.

Em consequência, multiplicaram-se os encerramentos de empresas, que se reflectiram nas famílias, traduzidos em aumento do desemprego, e nos Estados, cujas receitas conheceram abruptas diminuições, por força da perda de rendimento dos seus contribuintes, e cujas despesas se agravaram, em virtude de medidas de auxílio à economia e de prestações de natureza social.

Foi neste contexto macroeconómico fortemente adverso que o Banif – Grupo Financeiro conseguiu, ainda assim, imprimir à sua actividade uma forte dinâmica de crescimento.

Numa operação bem acolhida pelo mercado e concluída com êxito no final do terceiro trimestre de 2009, o Banif – Grupo Financeiro incorporou as sociedades que constituíam o Grupo Tecnicrédito, entre elas o Banco Mais, S.A., instituição bancária com actividade em Portugal, Espanha, Eslováquia e Polónia, e o Bank Plus, Zrt., com sede em Budapeste e actividade na Hungria. No último trimestre, foi concluído o acordo tendente à compra das seguradoras Global – Companhia de Seguros, S.A. e Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A, que colocará o Grupo entre os 5 maiores *players* no sector segurador em Portugal e entre os 3 maiores nos ramos Não Vida.

Paralelamente, assistiu-se à expansão da rede de distribuição do Grupo, a qual contava, no final de 2009, com um total de 593 pontos de venda (um aumento de 75 face ao final do ano anterior) distribuídos por 17 países, onde mais de 5 milhares de Colaboradores procuram corresponder às necessidades de mais de 1,2 milhões de Clientes.

A par deste ambicioso crescimento orgânico, o Grupo tem assegurado um notável crescimento dos seus fundos próprios de base, que, no final de 2009, ultrapassaram pela primeira vez os 1.000 milhões de euros. Durante o exercício de 2009, o Grupo aumentou o seu rácio *Core Tier 1*, o seu rácio *Tier 1*, e o seu rácio de solvabilidade total, para, respectivamente, 6,24%, 8,14% e 10,03%.

No início do 4.º trimestre de 2009, a Banif – SGPS, S.A. procedeu a um aumento do seu capital social, de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros, através de uma oferta pública integralmente subscrita, e passou a contar, entre os seus accionistas de referência, com o Grupo Auto Industrial, um sólido grupo empresarial português, com mais de 90 anos de actividade.

Também durante o exercício de 2009, e com vista a dotar as suas empresas dos capitais próprios necessários para o seu sustentado crescimento, o Banif – Grupo Financeiro realizou aumentos de capital no Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., de 366 para 566 milhões de euros, no Banif – Banco de Investimento, S.A., de 40 para 55 milhões de euros, no Banif – Banco Internacional do Funchal, (Brasil) S.A., de 128 para 158 milhões de reais e no Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A., de 37 para 65 milhões de reais.

No final de 2009, o Activo Líquido do Banif – Grupo Financeiro era de 14.442,2 milhões de euros (registando um crescimento de 12,2% relativamente ao final do ano anterior) e os Capitais Próprios (deduzidos de interesses minoritários) eram de 941,8 milhões de euros (registando um crescimento de 61,4% relativamente ao final de 2008).

No que se refere a indicadores financeiros referentes à actividade de 2009, destacam-se o *Cash Flow* consolidado de 211,5 milhões de euros e o Resultado Líquido consolidado de 54,1 milhões de euros, valores que, alcançados no contexto de um enquadramento macroeconómico extraordinariamente adverso, justificam o reconhecimento do Banif como um sustentado projecto de criação de valor.



Ao nível da Banif – SGPS, S.A., foi dada continuidade ao processo de desenvolvimento do respectivo Centro Corporativo. Através desta estrutura, leve e altamente especializada, tem sido possível definir e aplicar estratégias transversais e concertadas na gestão do Grupo, otimizando recursos e potenciando sinergias.

No que se refere à banca comercial, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., manteve o seu processo de crescimento orgânico, ainda que moderado em função da conjuntura, tendo aberto 27 agências durante o exercício de 2009 e instalado o primeiro escritório de representação de um banco português em Hong Kong. A actividade comercial doméstica foi direccionada, no crédito às empresas, para o aumento das margens, o reforço de garantias e o controlo do risco, e, na relação com os particulares, para a captação e fidelização de Clientes, em qualquer dos casos apostando na qualidade de serviço como elemento diferenciador, num mercado cada vez mais exigente e competitivo.

A atestar esta qualidade de serviço, os estudos independentes *Mystery Calls* e *Mystery Shopping*, registaram uma variação positiva em relação a 2008, reforçando a posição do Banco muito acima da média do sector, no 1.º lugar do *ranking* nacional relativamente à qualidade do atendimento no *call center* e no 4.º lugar (1.º entre os sete maiores bancos a operar em Portugal) em qualidade do atendimento nas agências.

Ao nível da banca de investimento, assistiu-se a uma melhoria de todos os principais indicadores financeiros, merecendo realce o crescimento do Produto Bancário e dos Resultados Líquidos (+6,6% e +22,0%, respectivamente).

No âmbito da actividade seguradora, destaca-se o notável crescimento da quota de mercado da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., principalmente no Ramo Não Vida (de 4,0% para 4,4%) e o crescimento nos produtos estratégicos do Ramo Vida. Também aqui, a qualidade é uma referência, como o atesta a certificação de qualidade obtida para a totalidade da actividade da Companhia.

À semelhança do verificado em anos anteriores, o Banif continua a acumular importantes manifestações de reconhecimento. Em 2009, destaca-se a integração da marca “Banif” na lista das 500 marcas financeiras mais valiosas a nível mundial (ocupando então a 491.ª posição, tendo entretanto subido já para a 398.ª), de acordo com uma iniciativa da *Brand Finance*, publicada na revista *The Banker Magazine*.

Concluimos 2009 com a noção de que os anos que se avizinham nos colocarão perante importantes dificuldades e desafios. A proliferação legislativa e regulamentar sobre o sector financeiro tem colocado acrescidas exigências às nossas organizações, enquanto os requisitos prudenciais e a conjuntura económica penalizam a nossa rendibilidade.

No entanto, sabemos que o Banif – Grupo Financeiro dispõe, hoje, de uma dimensão e de uma solidez sem precedentes, que lhe deverão permitir corresponder às grandes expectativas de que é depositário. Para tanto, contamos, no Futuro como sempre, com a confiança dos nossos Clientes e o empenho dos nossos Colaboradores. É deles o sucesso do nosso projecto. São eles a medida do nosso valor.

O Conselho de Administração



Redes de Distribuição do Grupo Banif

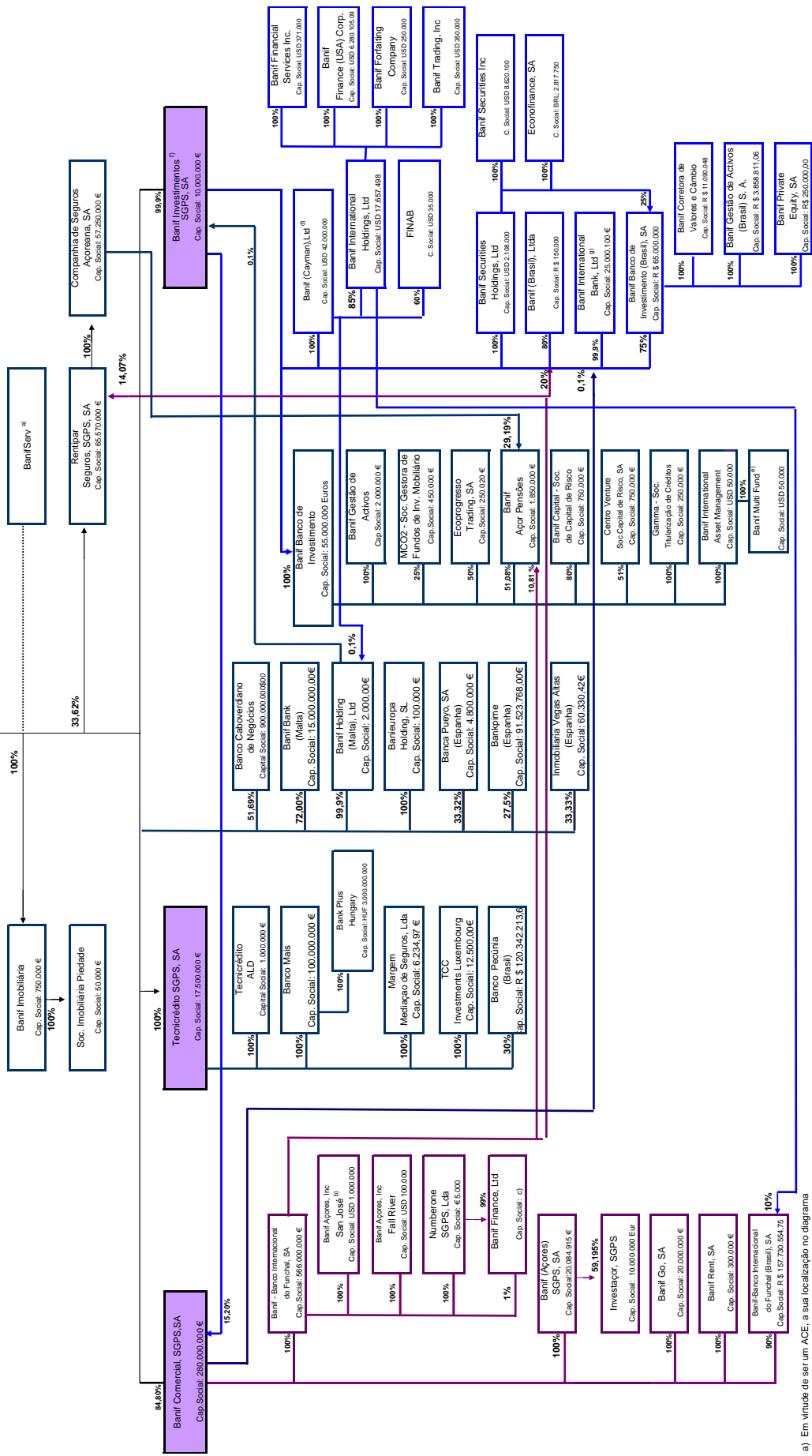
Pontos de Atendimento em 31 de Dezembro de 2009

	<u>Continente</u>	<u>Madeira</u>	<u>Açores</u>	<u>Estrangeiro</u>	<u>Total</u>
BANIF Comercial	329	45	56	188	618
1. BANIF	305	43	54	8	410
- Agências	267	38	46	0	351
- Centros de Empresas	20	1	4	0	25
- Centros de Clientes Institucionais	0	0	1	0	1
- BANIF Privado	15	1	1	0	17
- Call Centre	1	0	0	0	1
- S.F.E.	0	2	1	0	3
- Lojas de Habitação	2	1	0	0	3
- Escritórios de Representação/Outros	0	0	1	8	9
2. BANIF GO	3	1	0	0	4
3. TECNICRÉDITO, SGPS	19	1	2	18	40
- BANCO MAIS	17	1	2	9	29
- Outros	2	0	0	9	11
4. BANIF-Banco Internacional do Funchal (Brasil)	0	0	0	26	26
- Agências	0	0	0	13	13
- BANIF Financeira	0	0	0	12	12
- Outros	0	0	0	1	1
5. BANIF BANK (Malta)	0	0	0	8	8
6. Banco Caboverdiano de Negócios	0	0	0	20	20
7. Banca Pueyo (Espanha) (*)	0	0	0	84	84
8. Bankpime (Espanha) (*)	0	0	0	23	23
9. Outros	2	0	0	1	3
BANIF Investimentos	7	1	1	17	26
1. BANIF-Cayman	0	0	0	1	1
2. BANIF International Bank	0	0	0	1	1
3. BANIF Banco de Investimento	2	1	1	1	5
4. BANIF Banco de Investimento (Brasil)	0	0	0	5	5
5. Outros	5	0	0	9	14
Seguros	32	7	17	0	56
1. CSA (*)	32	7	17	0	56
- Sucursais	32	1	17	0	50
- Outros	0	6	0	0	6
TOTAL	368	53	74	205	700

(*) Consolida pelo método de equivalência patrimonial

BANIF - GRUPO FINANCEIRO
DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES
em 31/12/2009

Banif SGPS, SA
Capital Social: 490.000.000 €



a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação dos ACE.
 b) Capital Social Realizado USD 100
 c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 100.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e 50.000 acções preferenciais sem voto.
 d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal unitário de EUR 0,01.

e) Capital Social Realizado USD 100.
 f) A percentagem de controlo de capital votante, por parte da Banif SGPS, é de 100%, sendo o capital social constituído por: 1.998.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 5,00 e 2.000 acções preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 5,00.
 g) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal unitário de EUR 0,01.





I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Conjuntura Internacional

O ano de 2009 foi caracterizado por uma profunda recessão mundial, com as maiores quebras da actividade e comércio globais desde a Segunda Guerra Mundial. A recessão atingiu, sobretudo, a maioria das economias avançadas, as quais apresentaram uma quebra do PIB de cerca de 3,4%, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento conseguiram atingir um crescimento moderado, de cerca de 1,7%, com o melhor desempenho a ser obtido pelas economias chinesa (+8,5%) e indiana (+5,4%).

O ano de 2009 ficou igualmente marcado pela implementação de planos de estímulo à economia global e medidas de apoio ao sistema financeiro, que incluíram fortes apoios por parte dos Governos e cortes significativos nas taxas de juro, pelas autoridades monetárias, nomeadamente o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal americana (FED), para níveis historicamente baixos.

O padrão intra-anual do crescimento mostra diferenças marcantes, com a actividade global a apresentar um recuo de 6,5% no primeiro trimestre do ano e um crescimento de cerca de 3% no segundo trimestre, que se terá reforçado ao longo do segundo semestre. A forte queda da actividade, no primeiro trimestre, está relacionada com os receios generalizados de colapso do sistema financeiro e a consequente paragem do crédito, devido às restrições de liquidez dos bancos. Na Europa, os receios de uma crise financeira mais severa nas economias de Leste e de contaminação do sistema financeiro de todo o continente, justificaram intervenções por parte do FMI, incidindo, sobretudo, no sector bancário.

Os Bancos Centrais reagiram rapidamente com fortes cortes nas taxas de juro, assim como medidas não convencionais de cedência de liquidez e suporte à concessão de crédito. Os governos encetaram importantes programas de estímulo económico e, simultaneamente, uma avaliação dos bancos com “*stress tests*” e apoios com garantias e injeções de capital. No final do primeiro trimestre do ano de 2009, começaram a surgir dados económicos favoráveis nos Estados Unidos, ilustrados pela recuperação das vendas a retalho, da compra de habitações novas e dos índices de confiança dos consumidores e da indústria, que superaram as expectativas do mercado, sugerindo assim uma primeira estabilização da economia norte-americana. De referir também que o novo pacote da Reserva Federal para compra de activos sustentou o mercado de dívida soberana.

No que se refere ao sistema financeiro, o anúncio do novo plano de apoio ao sector bancário, por parte do Tesouro norte-americano, foi particularmente bem recebido pelos intervenientes do sector, e alguns dos principais bancos de investimento apresentaram melhorias dos resultados trimestrais, passando a traçar cenários e objectivos de melhoria do desempenho operacional para o ano. No entanto, na Europa, o cenário permaneceu negativo, tendo os principais indicadores de confiança chegado mesmo a atingir novos mínimos. Simultaneamente, voltou a intensificar-se a discussão sobre o recurso a medidas de política monetária não ortodoxas.

No segundo trimestre do ano, apesar da manutenção de vários dados económicos em níveis de recessão, nomeadamente os relativos ao mercado de trabalho, os principais indicadores de confiança dos Estados Unidos, Europa e Japão, começaram a inverter a tendência de forte quebra observada desde o último trimestre de 2008, sinalizando um ponto de inversão. De destacar a estabilização progressiva do sector financeiro, que começou a recuperar após a divulgação do teste de cenários (“*stress tests*”) aos bancos americanos, que revelaram necessidades de capital inferiores ao previamente antecipado. Paralelamente, o BCE implementou a maior injeção monetária de sempre, no valor de 446 mil milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2009, a economia global continuou a melhorar, impulsionada pelo forte desempenho das economias asiáticas e por uma estabilização, ou mesmo uma recuperação modesta,



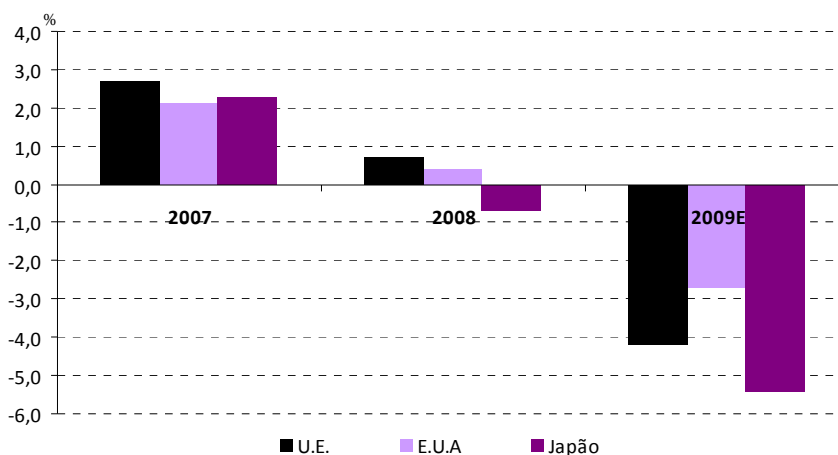
no resto do mundo. A recuperação foi liderada, do ponto de vista económico, por uma reanimação da indústria transformadora e uma alteração do ciclo de inventários, que começaram a ser repostos após a forte redução na primeira metade do ano. A gradual recuperação das vendas a retalho, o retorno da confiança dos consumidores e a estabilização do mercado imobiliário foram também aspectos que contribuíram para a progressiva melhoria.

No entanto, nas economias avançadas, os sinais ainda eram débeis, com muitos indicadores a apresentarem tendências contraditórias. Nos EUA, tal foi particularmente visível na continuação do aumento do desemprego, enquanto na Europa foi mais evidente, sobretudo ao nível da produção industrial e dos preços ao consumidor, chegando mesmo a atingir um cenário de ligeira deflação. O Japão apresentou dados favoráveis, nomeadamente em relação à venda de veículos, à produção industrial e às vendas a retalho. Não obstante os principais blocos mundiais terem saído do período de recessão no terceiro trimestre, devido essencialmente aos fortes estímulos de política económica implementados, permaneceu a dúvida relativamente à sustentabilidade do crescimento induzido, com a recuperação da actividade a revelar-se incapaz de gerar emprego.

Neste contexto, a indefinição marcou as economias no último trimestre do ano, e os diversos indicadores divulgados evidenciaram sinais contraditórios. Na Europa, o mês de Dezembro ficou marcado pela confirmação, por parte da Comissão Europeia, de que, em termos técnicos, a recessão tinha terminado na Zona Euro. A Comissão Europeia sublinhou, no entanto, que as perspectivas permaneciam incertas, na medida em que a retoma estava a ser bastante sustentada pelos fortes estímulos concedidos pelos Governos e pela política monetária expansionista seguida pela maioria dos Bancos Centrais.

O comportamento das matérias-primas foi outro factor importante em 2009. Após um ano de 2008 altamente volátil, com os preços do petróleo (que atingiu cerca de 150 dólares por barril) e de outras matérias-primas essenciais a alcançar máximos históricos no Verão e a descer abruptamente no final do ano, a incerteza era grande para 2009. No final do primeiro semestre, com os primeiros sinais de recuperação económica a aparecerem na Ásia (nomeadamente na China), os preços da globalidade das matérias-primas iniciaram um movimento de subida. O petróleo subiu de forma sustentada ao longo da primeira metade do ano, voltando ao patamar dos 70 dólares por barril, mais do dobro em relação aos mínimos de 30 dólares por barril atingidos no início de 2009. No entanto, a volatilidade revelou-se menor do que a verificada em 2008, com o petróleo a fechar o ano nos 80 dólares por barril. Tal como o petróleo, também os metais industriais (cobre, zinco, alumínio) registaram valorizações significativas, duplicando as suas cotações face ao início do ano.

Crescimento do PIB - Taxa de Variação Real



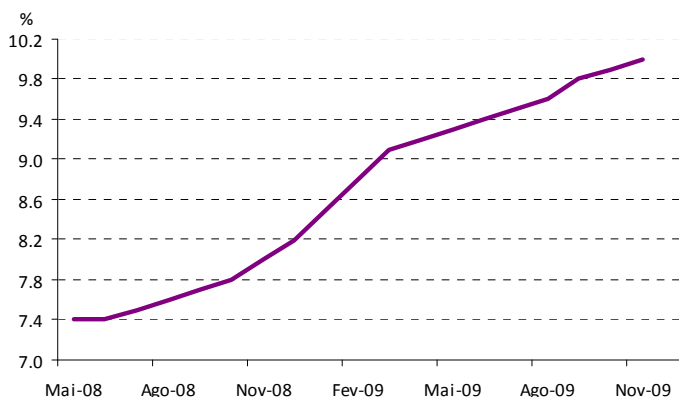
Fonte: Blommborg.



Para a Zona Euro, o FMI estima uma contracção de 4,2% em 2009, implicando uma forte queda face ao crescimento de 0,7% registado em 2008. Embora o padrão de recessão tenha sido generalizado, estima-se que as economias Irlandesa e Finlandesa tenham sido as mais afectadas.

De uma forma geral, os dados económicos na zona euro mantiveram-se negativos até Março, altura a partir da qual se começaram a manifestar alguns sinais positivos. O índice de confiança da indústria revelou uma recuperação, apesar da produção industrial ter continuado a registar quedas. O indicador de confiança dos consumidores também melhorou, facto a que não será alheia a diminuição do nível de preços. A descida da inflação permitiu que o Banco Central Europeu decidisse continuar o processo de descida das taxas de juro directoras. Finalmente, as difíceis condições para a concessão de crédito continuaram a limitar o investimento privado, contribuindo para que a taxa de desemprego tivesse ultrapassado os 10% (o que compara com 7,8% em 2008) e, conseqüentemente, se verificasse uma contracção adicional no consumo.

Mercado de Trabalho na Zona Euro (Taxa de Desemprego)

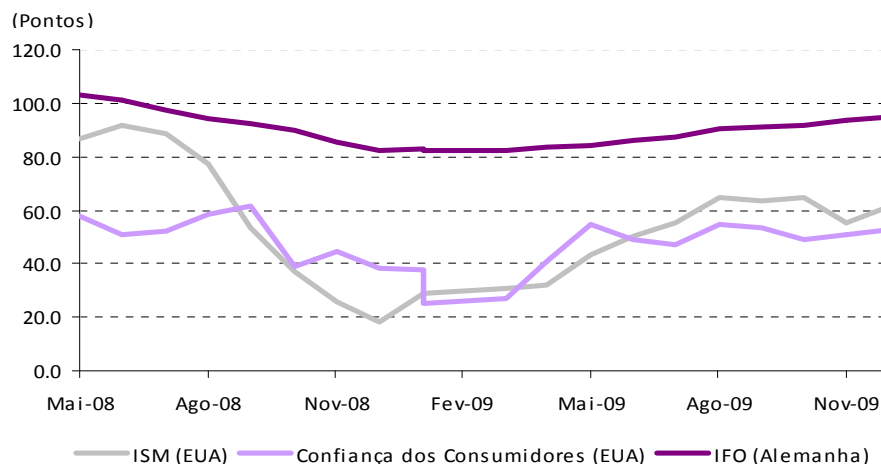


Fonte: Bloomberg.

Estima-se que a economia norte-americana tenha registado uma queda de 2,7% em 2009, significativamente abaixo do crescimento de 0,4% registado em 2008. Durante o primeiro semestre de 2009, a produção contraiu-se substancialmente e a taxa de desemprego subiu para níveis não vistos desde o início da década de 1980, aproximando-se dos dois dígitos. Esta situação não impediu, no entanto, que a confiança dos consumidores tivesse mostrado um aumento ao longo do primeiro semestre do ano, mantendo-se, contudo, a níveis muito reduzidos. No mercado imobiliário, manteve-se a tendência de descida dos preços das habitações, resultado do elevado número de habitações por vender. Em consequência, a Reserva Federal americana adoptou uma política de estímulo ao crescimento económico, recorrendo a variados mecanismos não tradicionais: (i) injeções adicionais de liquidez, (ii) compra de títulos de dívida de longo prazo do Governo e (iii) incremento da dimensão dos programas de compra de títulos de crédito no mercado. As políticas de intervenção monetárias, financeiras e fiscais, ajudaram a estabilizar a despesa dos consumidores, bem como os mercados financeiro e imobiliário, contribuindo para um crescimento moderado, na segunda metade do ano, com os principais índices de confiança, sobretudo de consumidores, a registarem o seu nível mais alto do ano em Dezembro.



Índices de Confiança



Fonte: Bloomberg.

Os países com um forte cariz exportador, em particular o Japão, sentiram de uma forma muito acentuada os efeitos da crise. Assim, estima-se que a economia Japonesa tenha registado uma contracção de 5,4% em 2009, que compara com um decréscimo de 0,7% em 2008, uma recessão sem precedentes nesta economia. A taxa de desemprego terá subido de 4,0%, em 2008, para 5,4%, em 2009.

No primeiro trimestre de 2009, as exportações da Ásia continuaram a descer velozmente, influenciando, de forma significativa, o seu comportamento económico. O crescimento do Japão foi, assim, afectado, não só pela substancial contracção do consumo privado, mas também pela tendência descendente das exportações, nomeadamente devido à queda da procura mundial de automóveis (que pesam, de forma significativa, nas exportações nipónicas). A queda moderou-se durante o primeiro semestre do ano, sobretudo a partir de Março, quando a produção industrial começou a crescer novamente. As vendas a retalho começaram também a recuperar, a partir de Abril.

As economias emergentes não permaneceram imunes à crise. No entanto apresentaram um comportamento mais favorável do que as economias desenvolvidas e começaram a evidenciar sinais de recuperação mais cedo do que os grandes blocos económicos. Esta recuperação deveu-se à ausência de desequilíbrios macroeconómicos significativos, ao forte dinamismo da procura interna, à conjuntura positiva nos mercados das matérias-primas e à reduzida exposição dos sistemas financeiros a activos de alto risco.

De acordo com o FMI, a América Latina deverá ter registado uma contracção de cerca de 2,5% em 2009, enquanto a África terá registado um crescimento de 1,7%. Os países da Europa Central e de Leste e do ex-bloco soviético tiveram um comportamento muito mais negativo (-5,0% e -6,7%, respectivamente), em virtude do impacto da crise financeira sobre o crédito e as respectivas moedas.

Os países emergentes e economias em desenvolvimento da Ásia também foram afectados pela crise internacional, embora com muito menor intensidade do que os EUA ou a Zona Euro. O FMI estima que a região tenha registado uma taxa de crescimento do PIB de 6,2%, o que compara com crescimento de 7,6% observado em 2008.

A recuperação deste bloco foi, essencialmente, suportada pelo sector de produtos electrónicos, que tinha registado uma queda brusca na produção no início da crise. A forte estrutura do sector bancário na região também contribuiu para limitar o impacto da crise financeira. Assistiu-se a um aumento da produção industrial em Hong Kong, Índia, Coreia, Filipinas, Taiwan, e Tailândia. A China, cujo PIB terá crescido, de acordo com o FMI, 8,5% em 2009, liderou a recuperação.



No primeiro trimestre de 2009 a região da América Latina também mostrou sinais de recessão, com queda acentuada do consumo, investimento e exportações, resultado do agravamento das condições de financiamento externo, deterioração da procura externa da região e menores remessas dos trabalhadores emigrantes. No entanto, a partir do segundo trimestre, a região começou a mostrar sinais de estabilização e recuperação, beneficiando da melhoria das condições financeiras a nível global, do mercado de matérias-primas, e do reforço de políticas de apoio à actividade económica.

A economia brasileira não escapou à crise económica mundial, tendo sido muito afectada no último trimestre de 2008 e nos primeiros meses de 2009 (com uma queda do PIB de -2,1% e -1,6% no primeiro e segundo trimestre, respectivamente) mas recuperando, no entanto, no segundo semestre do ano. As estimativas apontam para uma contracção do PIB na ordem de 0,5%-0,7% para 2009, reflectindo a tendência de recuperação observada ao longo do ano, ficando, assim, muito aquém do crescimento registado nos anos anteriores (5,1% e 5,7% em 2008 e 2007, respectivamente). A componente externa foi a mais afectada, tendo a queda da procura mundial afectado fortemente as exportações. A desaceleração económica originou ainda a redução das receitas fiscais, enquanto as despesas cresciam, incrementadas pelo impacto de programas de estímulo económico.

O primeiro semestre foi marcado pela intervenção do Governo através do seu plano de estímulo para a economia, com redução de impostos para a venda de veículos e bens duradouros, para além de forte redução da taxa de juro de referência. O impacto destas medidas na economia foi sentido a partir do terceiro trimestre do ano. A taxa de juro SELIC foi reduzida de 13,75% ao ano no final de 2008 para 8,75% em Dezembro de 2009, uma taxa nominal sem precedentes na história recente do país. Neste contexto, o Real valorizou-se 24,6% face ao Dólar norte-americano em 2009. A moeda norte-americana variou entre o máximo de 2,4473 BRL /USD, em 2 de Março de 2009, e o mínimo de 1,6989 BRL /USD, em 9 de Novembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, o Brasil detinha cerca de 239 mil milhões de dólares em reservas internacionais.

No que se refere ao índice de preços do consumidor, a inflação, atingiu os 4,3% (IPCA), ficando abaixo dos valores observados em 2008 (5,9%). O emprego, por seu turno, recuperou na segunda metade do ano, tendo a taxa de desemprego descido de 8,8% em Maio de 2009 para 7,4% na parte final de 2009.

2. Conjuntura Nacional

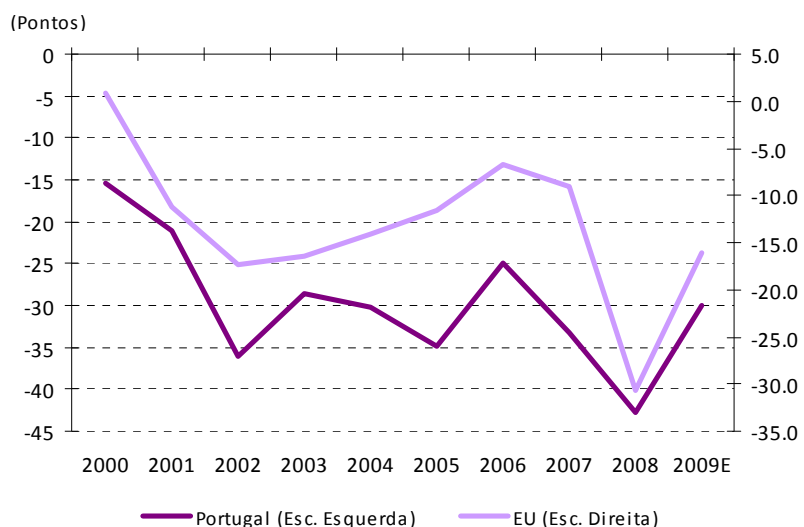
A economia portuguesa foi negativamente afectada pelo enquadramento internacional desfavorável ao longo do ano. No entanto, Portugal registou um comportamento acima da média dos países da UEM, em 2009. A razão deste comportamento prende-se com o sistema bancário nacional relativamente saudável, sem exposição relevante a activos tóxicos, a ausência de valorizações excessivas no mercado imobiliário e a diversificação das exportações. De acordo com o Banco de Portugal e o FMI, a economia portuguesa terá decrescido 2,7% em 2009, o que compara com um crescimento nulo em 2008. De referir, também, que Portugal parece estar a acompanhar a tendência de recuperação gradual dos restantes países da zona euro.

A taxa de crescimento económico negativa teve por base a forte redução do investimento e consumo privados. A queda do consumo ocorreu no quadro de um aumento do rendimento disponível, em termos reais, que foi determinado, em grande medida, pelo crescimento das transferências para as famílias, não obstante a forte redução do emprego. De referir ainda o cenário de deflação e o impacto positivo no rendimento disponível decorrente da forte descida das taxas de juro bancárias ao longo de 2009, dada a posição líquida negativa das famílias em termos de activos e passivos que vencem juros. A crescente taxa de desemprego e o cenário de deflação, que leva a que os consumidores tendam a adiar decisões de consumo na expectativa de obtenção de preços mais baixos, tiveram importantes impactos negativos ao nível do consumo.

No entanto, a partir de Março, e à semelhança do que aconteceu na Zona Euro, os principais indicadores de confiança, quer de consumidores, quer de empresários, inverteram a tendência descendente, embora mantendo-se a níveis historicamente baixos.



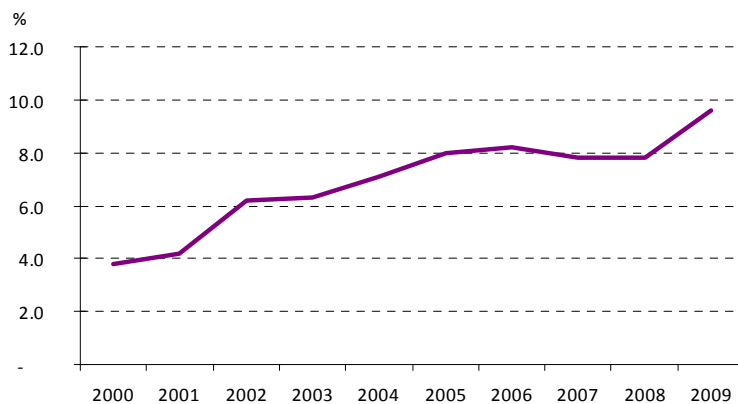
Confiança dos Consumidores



Fonte: Bloomberg.

A taxa de desemprego, por seu lado, deverá ter registado um aumento de 7,6%, em 2008, para 9,5%, em 2009, tendo os sectores de construção e de indústria transformadora, alojamento e restauração registado a maior de perda de emprego.

Taxa de Desemprego (Portugal)



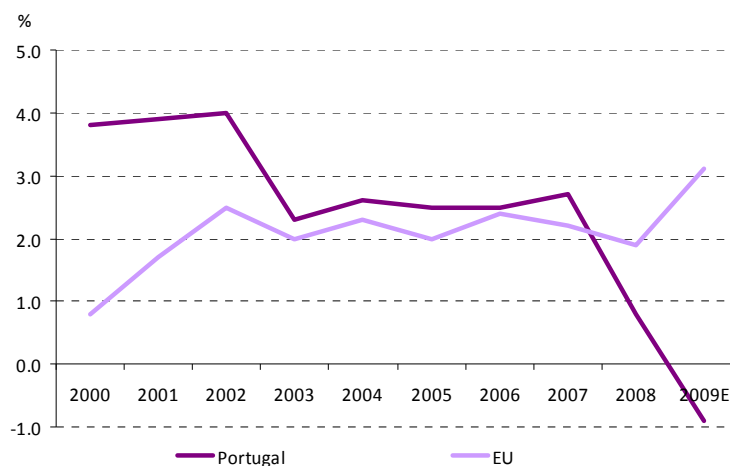
Fonte: Bloomberg.

Quanto à evolução dos preços, registou-se uma queda dos preços média anual de 0,8% em 2009 (de acordo com o INE), o que compara com uma inflação média de 2,7% em 2008.



Inflação

Índice de Preços Harmonizado



Fonte: Bloomberg; FMI.

3. Sistema Financeiro

3.1. Situação Global

O ano de 2009 foi, à semelhança do ano anterior, um ano particularmente difícil para o sector financeiro. O primeiro trimestre foi especialmente complexo, devido ao prolongamento da fase aguda da crise financeira. A intervenção do Estado, as actuações de política monetária não convencionais e a revisão do quadro regulamentar e dos mecanismos de supervisão, contribuíram para o restabelecimento progressivo da confiança dos agentes económicos. Não obstante, os mercados financeiros apresentaram-se bastante voláteis, mesmo com um desagravamento do clima de aversão ao risco no final do 1.º trimestre. O enquadramento económico e financeiro adverso traduziu-se numa evolução muito moderada da actividade bancária na generalidade dos países europeus, verificando-se um abrandamento expressivo nos fluxos de crédito concedido, a par de um aumento dos níveis de incumprimento.

No entanto, ao longo do segundo trimestre, os mercados financeiros apresentaram uma recuperação significativa, beneficiando da ajuda das medidas orçamentais e monetárias de apoio aos mercados. A confiança no sector financeiro começou a inverter a tendência negativa, melhorando as perspectivas de acesso a financiamento pelo sector financeiro. O crédito entre os bancos começou a aumentar lentamente e o aperto à concessão de crédito diminuiu.

No final do ano, verificou-se que as iniciativas de apoio à actividade económica e aos sistemas financeiros, implementadas ao longo do ano, contribuíram para o retorno de alguma estabilidade nos mercados financeiros e para uma recuperação do clima de confiança dos investidores e dos empresários. Tal estabilização teve subjacente o enorme suporte do sector público e a cedência de liquidez abundante aos mercados interbancários, assinalando uma transferência parcial do risco do sector privado para o sector público e um esforço acrescido sobre as finanças públicas, com fortes restrições e custos.

Portugal não foi excepção, já que, tanto o Governo como o Banco de Portugal, actuaram em conformidade com as decisões tomadas a nível europeu, tendo implementado, de forma coordenada, programas de estímulo à actividade económica e de suporte ao sistema financeiro.

Em termos corporativos e à semelhança do esperado para outros sistemas financeiros da Zona Euro, a capacidade de geração de resultados do sistema financeiro foi afectada pela evolução, muito



moderada, dos volumes de crédito e pelo aumento dos níveis de incumprimento. Alguns grupos financeiros procederam a operações de recapitalização, através da emissão de instrumentos financeiros apropriados mas sem recurso a investimento público.

De referir que o sistema financeiro português apresentou uma elevada capacidade de resistência e de adaptação aos desafios colocados pela crise financeira e económica, cumprindo o seu papel de intermediário principal entre agentes económicos externos e domésticos.

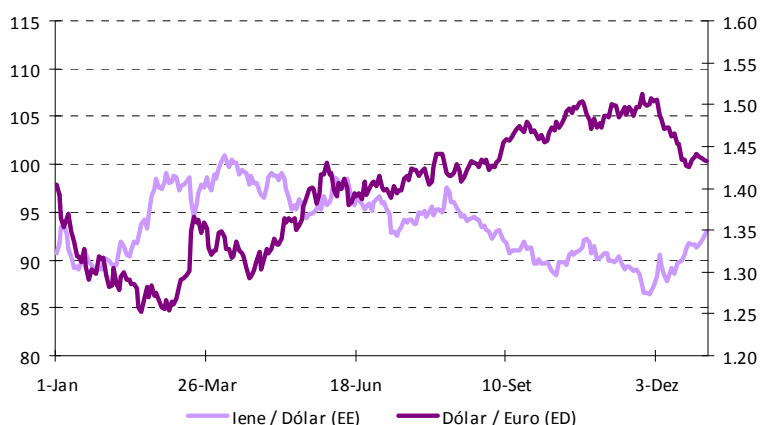
3.2. Mercado de Retalho e de Empresas

A crise financeira internacional reflectiu-se em dificuldades acrescidas no recurso ao financiamento, o que levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços e concessão de crédito durante o ano de 2009. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva dos *spreads* praticados nas operações activas por parte dos bancos em todos os segmentos de crédito, embora a acentuada queda das taxas Euribor ao longo do ano tenha mitigado significativamente o impacto dessa tendência no cliente final.

3.3. Mercados Monetário e Cambial

No que respeita aos mercados cambiais, 2009 caracterizou-se pela elevada volatilidade do Dólar, registando um máximo de 1,2530 e um mínimo de 1,5134 (apreciação de 20,78% em apenas 9 meses, contra o Euro, terminando o ano em 1,4231 (depreciação de apenas 1,97%). Contrariamente a 2008, os discursos das autoridades monetárias convergiram – a Reserva Federal manteve o nível historicamente baixo da sua *refi-rate* (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa, também para um mínimo histórico (1%) - ambos mencionando, no último trimestre, qual seria a estratégia de saída das medidas de emergência, salientando, no entanto, que estas se manteriam pelo tempo necessário. A valorização do Euro chegou a ser contestada por empresas e alguns Estados da Zona Euro e a ser apontada como um entrave à recuperação económica e à competitividade das exportações europeias. Quanto ao Iene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao Dólar, tendo atingido o patamar de 84,81USD/JPY, tendo sido assim uma moeda refúgio no auge da crise.

Taxas de Câmbio



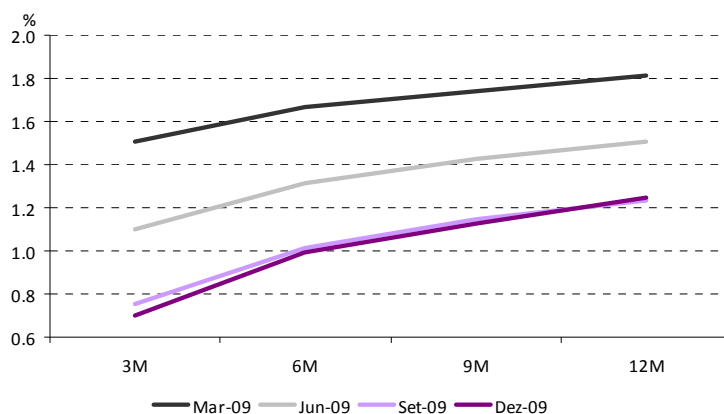
Fonte: Bloomberg.

O mercado monetário interbancário mostrou, em 2009, sinais de recuperação, tendo as taxas, nestes mercados, atingido mínimos históricos. A taxa a 6 meses registou um mínimo de 0,987 e a taxa a 12 meses registou um mínimo de 1,222, estabilizando a partir de meados de Novembro. No entanto, os intervenientes no mercado mantiveram a postura conservadora com que terminaram 2008. Assim, para



o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 192 pontos base, para 0,70% a taxa a 6 meses reduziu-se em 198 pontos base, para 0,994% e a taxa a 12 meses caiu 178 pontos base, para 1,248%.

Taxas Euribor



Fonte: Bloomberg.

Passado o pior da crise e perante os sinais de gradual restabelecimento da normalidade, alguns dos principais Bancos Centrais iniciaram a remoção de algumas das medidas extraordinárias de cedência de liquidez. Entre estes, destaca-se o BCE que, em Dezembro, fez a última operação de indexação das operações principais de financiamento a um ano à taxa mínima. O BCE deu, assim, os principais passos na remoção de estímulos de cariz não convencional. No entanto, reafirmou que continuará a dar suporte às necessidades do sistema financeiro, indicando ainda que o nível actual da taxa de refinanciamento é o adequado.

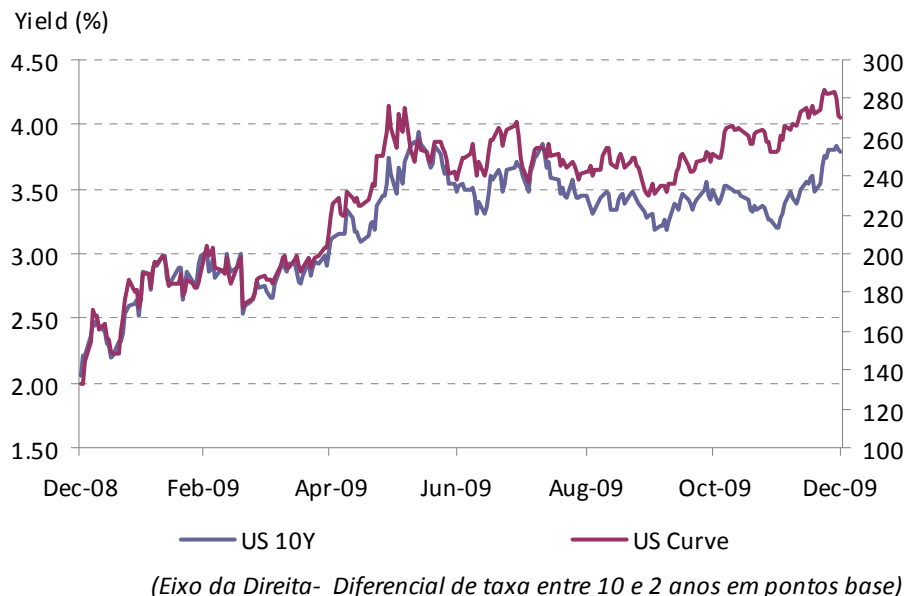
3.4. Mercado de Obrigações

A procura de refúgio por parte dos investidores, em obrigações soberanas, no final de 2008, levou a uma forte valorização dos mercados de taxa fixa, em particular no quarto trimestre. No entanto, a política monetária prosseguida pelos principais bancos centrais, no sentido de ceder ampla liquidez e normalizar o funcionamento nos mercados monetários, permitiu que a procura por risco se intensificasse a partir de Março de 2009.

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve a sua taxa de referência no intervalo de 0,00 – 0,25% ao longo de todo o ano, assim como o discurso de que não tencionava retirar o excesso de liquidez no curto prazo. A taxa de rentabilidade das obrigações a dez anos subiu 173 pontos base, fixando-se em 3,79% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos aumentou 104 pontos base, visto que, em linha com as indicações do FED, as taxas de curto prazo não subiriam.



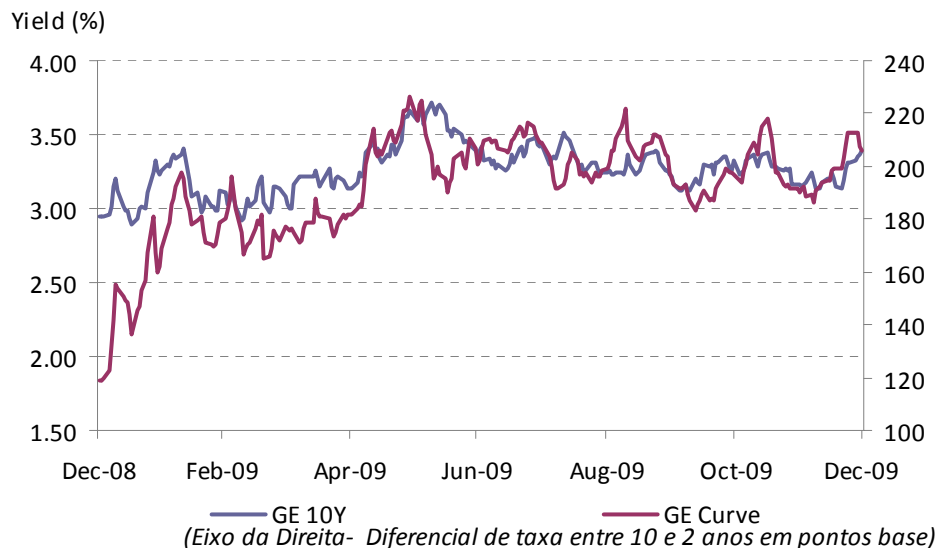
Obrigações do Tesouro dos Estados Unidos



Fonte: Bloomberg.

O Banco Central Europeu reduziu para mínimos históricos, de 1%, a taxa de referência, em Maio de 2009. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 3,39%, o que correspondeu a uma variação positiva de 44 pontos base face a 2008. Assim como nos Estados Unidos e pelas mesmas razões, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica aumentou em 87 pontos base.

Obrigações do Tesouro Alemão



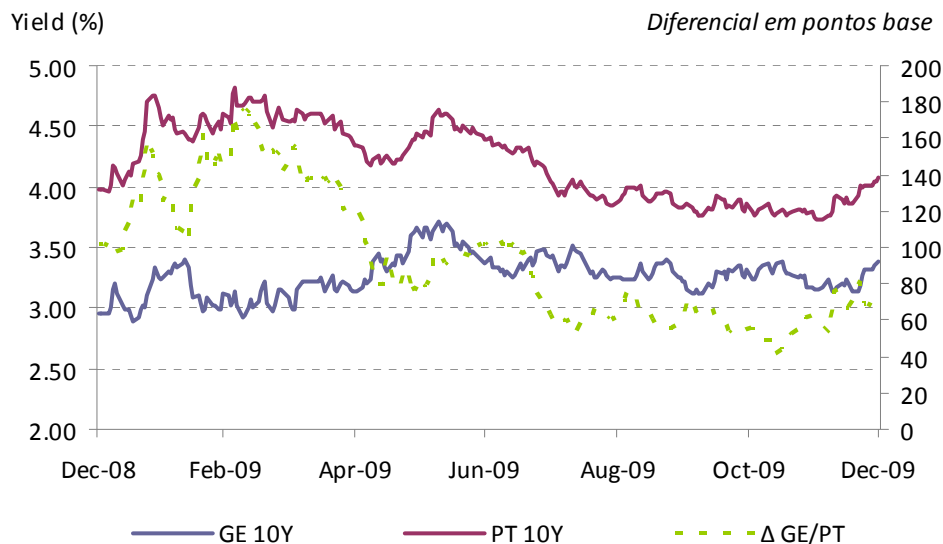
Fonte: Bloomberg.

A dívida portuguesa beneficiou do contexto de progressiva redução da aversão ao risco durante o ano de 2009, principalmente entre Março e Novembro. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã diminuiu 33 pontos base, atingindo 0,69%. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2009 com uma taxa de rentabilidade de 4,08%, o



que correspondeu a um aumento de 0,10%. A partir de Novembro de 2009, a dívida portuguesa sofreu com o contágio da crise vivida pela Grécia e, conseqüentemente, o custo de sua dívida subiu face à dívida alemã.

Obrigações do Tesouro: Alemão e Português



Fonte: Bloomberg.

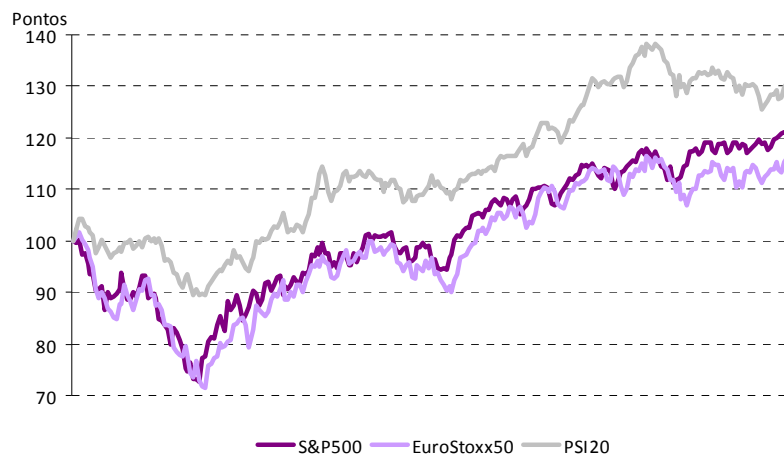
3.5. Mercado de Acções

O início do ano de 2009 caracterizou-se pela continuação de fortes quedas nas principais bolsas internacionais, com os mercados a desvalorizarem-se em geral mais do que 20% até ao final do primeiro trimestre. Os receios quanto à magnitude e conseqüências da recessão económica, assim como as incertezas face aos resultados de empresas relativos ao primeiro trimestre do ano, condicionaram o comportamento dos mercados accionistas. A partir do final do primeiro trimestre, um conjunto de factores veio provocar uma inversão de comportamento, entre os quais a normalização dos mercados de crédito, a implementação de estímulos fiscais, a execução de medidas de política monetária não convencional por parte dos Bancos Centrais, os resultados positivos dos bancos americanos e ainda os indicadores económicos avançados, a registarem subidas e a surpreenderem positivamente. Este factores vieram provocar, entre Março e Dezembro, valorizações em torno de 60% nos principais índices bolsistas dos países desenvolvidos. De facto, o ano de 2009 acabou por revelar-se um ano de fortes valorizações, com o S&P a valorizar 19,7% e o Eurostoxx a subir 16,6%, tendo os últimos dez meses do ano ficado marcados pelas melhores recuperações bolsistas da história recente. Alguns mercados emergentes, como foi o caso do Brasil, tiveram uma performance ainda mais impressionante (o índice Bovespa valorizou 82,7%).

O índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma valorização de 31,4% em 2009, apresentando uma performance bastante superior à dos seus congéneres europeus, beneficiando de ganhos elevados das “small caps”. O grupo Sonae liderou as subidas, com a Sonae SGPS a valorizar 99,08%, apesar dos sectores onde está presente enfrentarem um ambiente económico incerto, e com a Sonaecom a valorizar 92,24%, beneficiando da especulação sobre a sua fusão com a ZON. O BCP foi a empresa com o desempenho menos favorável, devido a questões relacionadas com necessidades de capital, valorizando apenas 3,68% no ano, seguido da REN, que valorizou 5,82%, devido a uma alteração do perfil de apetite por risco por parte dos investidores.



Mercados Accionistas – Índices (Performance Relativa)



Fonte: Bloomberg.



II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2009

1. SOCIEDADES HOLDING

1.1 Banif - SGPS, SA

Durante o ano 2009, a sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias transversais às diversas sociedades do Banif - Grupo Financeiro, em termos que se concretizam no capítulo 2 “Actividade Corporativa”.

No que se refere especificamente à gestão das suas participações financeiras e tesouraria, destaca-se a contratação, com o accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, de um financiamento para apoio de tesouraria, no montante de 26,5 milhões de euros, dos quais veio a liquidar 13 milhões ainda em 2009, e o reembolso de suprimentos, no montante de 15 milhões, que haviam transitado do ano anterior.

No decorrer de 2009, a Banif SGPS obteve também dois outros financiamentos, junto do Banif, nos montantes de 50 milhões de euros e 115 milhões de euros, tendo ainda liquidado o financiamento obtido no exercício anterior, junto do mesmo banco, no montante de 30 milhões de euros.

A sociedade concedeu financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Investimentos, no montante de 7 milhões de euros e à sociedade Banif Imobiliária, no valor de 1 milhão de euros, ficando esta última com um endividamento, junto da Banif SGPS, no valor global de 33 milhões de euros.

Em 28 de Setembro de 2009, a Banif Investimentos concedeu à Banif SGPS um financiamento para apoio à tesouraria, no valor de 95 milhões de euros.

Os financiamentos obtidos destinaram-se a sustentar o crescimento da actividade do Banif – Grupo Financeiro, quer no reforço de participações financeiras em instituições de crédito nacionais e internacionais, quer ainda na constituição de novas filiais e no reforço dos fundos próprios de diferentes sociedades do Grupo, nomeadamente da Banif Comercial, à qual concedeu prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 158,5 milhões de euros.

A Banif SGPS adquiriu a totalidade do capital da Tecnicrédito, representado por 17.500.000 acções, as quais foram relevadas na respectiva contabilidade por 216.742 milhares de euros.

A aquisição teve por base uma permuta, recebendo os accionistas da Tecnicrédito valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, sendo que, nos termos da relação de troca acordada, por cada acção da Tecnicrédito entregue foram recebidas 4 acções ordinárias, escriturais e nominativas, representativas do capital social da Banif SGPS e 4 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em acções.

Para tanto, no exercício em referência, a Banif SGPS procedeu ao aumento do seu capital social em 140 milhões de euros, o qual passou de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros. O referido aumento de capital foi concretizado em duas tranches:

1. Uma primeira tranche, reservada aos accionistas da Banif SGPS, por entradas de dinheiro no montante de 70 milhões de euros, através da emissão de 70 milhões de acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, sendo o respectivo preço de subscrição de 1 euro, cabendo a cada accionista uma nova acção por cada cinco, anteriormente, detidas, e



2. Uma segunda tranche, reservada aos accionistas da Tecnicrédito, como contrapartida parcial das entradas em espécie, sendo estas constituídas por 17.500.000 acções representativas de 100% do capital social da Tecnicrédito, através da emissão de 70 milhões de acções ordinárias, escriturais e nominativas com o valor nominal de 1 euro.

Adicionalmente, foi realizada uma emissão de 70.000.000 de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (“VMOCs”), com o valor nominal de € 1 cada, obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SGPS, mediante um factor de conversão igual ou inferior a um, os quais foram subscritos integralmente pelos accionistas da Tecnicrédito, tendo sido deliberada a conseqüente aprovação de um aumento de capital da Banif SGPS, de um montante máximo de até € 70.000.000,00, através da emissão de até 70.000.000 acções escriturais da Banif SGPS, com o valor nominal de € 1, para satisfazer a conversão dos VMOCs emitidos e segundo o referido factor de conversão.

O factor de conversão dos VMOC’s em acções da Banif SGPS foi determinado e fixado em 1, nos termos contratualmente previstos, em 28 de Fevereiro de 2010, em função do valor das situações líquidas da Tecnicrédito e da Banif SGPS. Do apuramento deste factor de conversão de 1, e em conformidade com o estipulado contratualmente, a Banif SGPS deverá, adicionalmente, vir a pagar aos anteriores accionistas da Tecnicrédito, como contrapartida final das suas acções, o montante global de 17,8 milhões de euros.

Durante o ano de 2009, a sociedade investiu 0,1 milhões de euros na constituição do capital social da Banieuropa Holding, SL, sociedade gestora de participações sociais com sede em Espanha..

Na sequência da constituição, em 2007, do Banif Bank (Malta) PLC, em Outubro de 2009 a sociedade subscreveu e realizou o montante de 7,2 milhões de euros, no âmbito da operação de aumento do capital social daquele banco para 25 milhões de euros, passando agora a deter 72% do respectivo capital social, sendo o restante detido por parceiros locais.

Durante o ano de 2009, a sociedade adquiriu 250.000 acções próprias, as quais consubstanciaram um investimento de € 285.447,58, passando a deter 821.951 acções próprias, representativas de 0,167% do seu capital social e um investimento global de cerca de um milhão de euros.

A sociedade adquiriu ainda, durante o ano de 2009, 6.097.420 acções do Finibanco Holding, SA, pelo valor de 7,7 milhões de euros, passando a deter 17.217.294 acções representativas de 9,84% do capital social daquela sociedade, com um custo de aquisição de 43,6 milhões de euros. Salienta-se, ainda, que esta participação gerou, no corrente ano, uma imparidade de 17,3 milhões de euros.

A Banif SGPS vendeu ao Fundo Banif Capital Infrastructure Fund-FCR 97.147 acções da Zon TV Cabo Madeirense, SA e 66.000 acções da Zon TV Cabo Açoreana, pelos valores de 13,8 milhões de euros e 5,9 milhões de euros, respectivamente.

A Banif SGPS recebeu dividendos das suas participadas no montante global de 37,7 milhões de euros e colocou à disposição dos seus accionistas dividendos no valor de 22,8 milhões de euros, traduzidos num dividendo por acção de € 0,065. A Banif SGPS recebeu ainda dividendos da Banca Pueyo, SA no valor de 0,2 milhões de euros, da Sociedade Imobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,01 milhões de euros, da Zon Cabo TV Madeirense, SA, no valor de 0,7 milhões de euros e da Zon Cabo TV Açoreana, SA, no valor de 0,2 milhões de euros.

Atendendo à especificidade da actividade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a Banif SGPS continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo



reconhecido, como resultados, o valor de 47,4 milhões de euros, proveniente das suas sociedades directamente participadas, Banif Comercial, Banif Imobiliária e Tecnicrédito. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

De acordo com a cláusula 3.1, conjugada com as cláusulas 4.3 e 6.4.1 do contrato de compra e venda de acções da Banca Pueyo, SA foram liquidados, a cada um dos vendedores, na proporção das participações vendidas, os 15% do valor de compra retidos na data de aquisição como garantia de cobertura de qualquer prejuízo patrimonial efectivo, no valor de 7,5 milhões, e os respectivos juros, no montante de 0,7 milhões de euros.

A 4 de Setembro de 2009, conforme estipulado no contrato de compra e venda de acções da Sociedade Imobiliária Vegas Altas, SA, foram liquidados, a cada um dos vendedores, na proporção das participações vendidas, os 15% do valor de compra retidos na data de aquisição como garantia de cobertura de qualquer prejuízo patrimonial efectivo, no valor de 0,4 milhões de euros, e os respectivos juros, que totalizavam 31 milhares de euros.

A Banif SGPS, SA entregou, na 1.ª Repartição de Finanças do Funchal, o montante de € 1.512,99, referente a dividendos de 2002 que não foram reclamados.

No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 1.081 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009, enquanto, no final de 2008, atingia o montante de 695.813 milhares de euros, o que representa um crescimento de 55,43%. Em 2009, a sociedade obteve um Resultado Líquido de 12.093 milhares de euros, contra 29.719 milhares de euros em 2008, o que traduz um decréscimo de 59,31%, elevando-se, no final de 2009, os seus capitais próprios a 741.783 milhares de euros, enquanto, no final de 2008, este agregado atingia o valor de 480.565 milhares de euros.

A sociedade não dispunha, no final de 2009, de um quadro de pessoal próprio.

Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Varição %
Activo Líquido	1.081.494	695.813	55.42%
Passivo	339.711	215.248	57.82%
Capital Próprio	741.783	480.565	54.35%
Resultado Líquido	12.093	29.719	-59.31%

1.2 Banif Comercial, SGPS, S.A.

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

No exercício de 2009, o Banif incorporou, por fusão, o BBKA, instituição bancária que era detida a 100% pela Banif Comercial. A produção de efeitos contabilísticos da fusão teve lugar a partir de 1 de Janeiro de 2009, pelo que, a partir desta data, a participação no Banif passou a ser de 361,3 milhões de euros.



A Banif Comercial obteve, junto das suas accionistas Banif SGPS e Banif Investimentos, prestações acessórias de capital, com as características que o Código das Sociedades Comerciais atribui às prestações suplementares, nos montantes de 158,5 milhões de euros e 9,5 milhões de euros.

A Banif Comercial subscreveu e realizou os aumentos de capital do Banif, nos montantes de 50 milhões de euros e 150 milhões de euros, ocorridos em Março e em Setembro de 2009, respectivamente.

A sociedade contraiu, junto do Banif, dois financiamentos por conta corrente caucionada, no valor total de 460 milhões de euros, no âmbito dos quais foram utilizados 403,5 milhões de euros.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Banif Rent e da Banif (Açores), SGPS, SA, a Banif Comercial concedeu suprimentos àquelas suas filiais, nos montantes de 83.950 milhares de euros e 90.000 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Banif Comercial pagou ao Banif o montante de € 19.698.722,15, referente aos restantes 95% do preço da compra da totalidade do capital social da Banif (Açores) SGPS, SA.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade subscreveu e realizou o aumento de capital social do Banif (Brasil), no montante de BRL 24.750.000,00 (9,7 milhões de euros).

A Banif Comercial subscreveu, durante o ano, 10.801.245 unidades de participação do Fundo Imopredial e 1.788.535 do Fundo Imogest, pelos montantes de 79.073 milhares de euros e 70.015 milhares de euros, respectivamente. Posteriormente, foram resgatadas, até ao final do ano, 1.406.320 unidades de participação do Fundo Imopredial, pelo valor de 10.300 milhares de euros.

Integrada na estratégia global do Banif – Grupo Financeiro, a Banif Comercial, entidade cuja actividade está vocacionada para o acompanhamento das suas subsidiárias, está exposta a um conjunto de riscos e incertezas, que podem afectar os resultados da sua exploração futura, nomeadamente riscos de mercado, decorrentes da exposição cambial dos investimentos em moeda estrangeira, e risco país, na medida em que poderão colocar-se restrições nas transferências de capital e/ou rendimentos gerados no exterior.

Com o objectivo de controlar esses riscos e implementar mecanismos de prevenção e mitigação, a Banif Comercial efectua periodicamente uma análise da evolução dos riscos a que se encontra exposta e dos diferentes mecanismos de cobertura que pode aplicar, caso se justifique.

A sociedade recebeu dividendos das participadas, no montante global de 7,1 milhões de euros, tendo pago dividendos aos seus accionistas no valor de 35,8 milhões de euros.

Atendendo à especificidade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a Banif Comercial continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido, como resultados, o valor de 21,2 milhões de euros proveniente da sua participada, Banif. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

No que se refere aos principais indicadores, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade cresceu de 455,1 milhões de euros, no final de 2008, para 1.002,2 milhões de euros, no final de 2009.

O Passivo, em comparação com o exercício transacto, cresceu de 53,6 milhares de euros para 437,2 milhares de euros.



No final de 2009, a sociedade registou um Resultado Líquido de 21,1 milhares de euros, contra 6,8 milhares de euros, no final de 2008.

Os Capitais Próprios da sociedade ascenderam, em 31 de Dezembro de 2009, a 565 milhares de euros, enquanto no final de 2008, atingiam o valor de 401,4 milhões de euros.

A Banif Comercial não dispunha, no final de 2009, de um quadro de pessoal próprio.

Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	1.002.211	455.054	120.24%
Passivo	437.234	53.639	715.14%
Capital Próprio	564.977	401.415	40.74%
Resultado Líquido	21.097	6.754	212.36%

1.3 Banif Investimentos - SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

A sociedade reforçou o investimento em participações financeiras, acompanhando os aumentos de capital das suas subsidiárias, Banco de Investimento, no montante de 15 milhões de euros e Banco de Investimento (Brasil), no montante de 20,6 milhões de reais (8,1 milhões de euros).

A Banif Investimentos concedeu prestações acessórias, com as características que o Código das Sociedades Comerciais atribui às prestações suplementares, à sua participada Banif Comercial, no valor de 9,5 milhões de euros e uma linha de apoio à tesouraria ao seu accionista Banif SGPS, no montante de 95 milhões de euros.

A sociedade financiou a sua actividade através da obtenção de um financiamento junto do seu accionista Banif Holding (Malta), Ltd, no montante 95 milhões de euros. Este accionista concedeu-lhe ainda suprimentos no valor de 20 milhões de euros. Por sua vez o accionista Banif SGPS concedeu suprimentos à sociedade no montante de 7 milhões de euros.

A sociedade recebeu dividendos das suas participadas no valor global de 5,4 milhões de euros e pagou dividendos aos seus accionistas no valor de 7,3 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade elevava-se a 278,3 milhões de euros no final do exercício de 2009, contra 162,5 milhões de euros no final de 2008, tendo sido apurado um Resultado Líquido negativo de 1,8 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2008, havia sido obtido um Resultado Líquido positivo de 7,4 milhões de euros. Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2009, a 33,1 milhões de euros, contra 39,5 milhões de euros no final de 2008.



A Banif Investimentos não dispunha, no final de 2009, de um quadro de pessoal próprio.

Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	278.296	162.564	71.19%
Passivo	245.212	123.055	99.27%
Capital Próprio	33.083	39.509	-16.27%
Resultado Líquido	-1.798	7.367	-124.4%

1.4 Tecnicrédito, SGPS, SA

No âmbito da operação de aumento de capital aprovada em Assembleia Geral de 14 de Agosto de 2009, a Banif SGPS adquiriu, em virtude das entradas em espécie dos respectivos accionistas, a totalidade das acções correspondentes ao capital social e direitos de voto da Tecnicrédito, *holding* do Grupo Tecnicrédito, cujas empresas passaram a integrar o Banif – Grupo Financeiro

A Tecnicrédito foi integrada como uma *sub-holding* do Banif – Grupo Financeiro, a partir de 30 de Setembro de 2009, e a sua actividade consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade alienou as participações que detinha, directa e indirectamente, nas sociedades Tecnicrédito Cayman, Inc. e Tcc Investments, Ltd respectivamente. Estas participações foram adquiridas por outra sociedade do Grupo Tecnicrédito, a Tcc Investments Luxembourg, SARL que, em 30 de Junho de 2009 procedeu à incorporação por fusão das sociedades adquiridas, com o objectivo de promover a eficiência do grupo.

As Demonstrações Financeiras consolidadas de 2009 do sub Grupo Tecnicrédito apresentam um Activo Líquido de 927 milhões de euros, Capitais Próprios de 262 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 23,6 milhões de euros.

Em 10 de Fevereiro de 2010, a Tecnicrédito vendeu a participação de que era titular no capital social e direitos de voto da instituição bancária brasileira Banco Pecúnia, SA. A referida participação, correspondente a aproximadamente 30% do capital social e direitos de voto do Banco Pecúnia, SA, foi vendida ao Banco Societé Générale Brasil, SA, o qual já era titular dos remanescentes cerca de 70% do capital social e direitos de voto daquela instituição bancária.

O preço para a mencionada venda foi de 38,7 milhões de reais e representou um encaixe financeiro, à taxa de câmbio aplicável, de cerca de 15,2 milhões de euros. No entanto, a operação poderá estar sujeita a reversão, caso não sejam obtidas as autorizações das entidades competentes, nomeadamente, do Banco Central do Brasil e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.



Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Varição %
Activo Líquido	927.331	1.115.646	-16,88%
Passivo	665.609	875.716	-23,99%
Capital Próprio	261.722	239.930	9,08%
Resultado Líquido	23.638	30.272	-21,92%

1.5 Rentipar Seguros, SGPS, SA

No seguimento da política de crescimento do Banif – Grupo Financeiro, quer no sector financeiro, quer no sector segurador, procedeu-se a uma reorganização, através de um rearranjo da estrutura de detenção das participações sociais na Açoreana, por forma a posicionar a Rentipar Seguros como *holding* para o sector da actividade seguradora, de modo que esta última passou a deter directamente 100% do capital daquela sociedade anónima de seguros, passando a Banif SGPS e o Banif a participar directamente no capital da Rentipar Seguros, em proporção igual à que anteriormente participavam na Açoreana (33,62% e 14,07%, respectivamente), mantendo assim, nesta sociedade, o mesmo nível de participação, embora de forma indirecta.

A referida reorganização consubstanciou-se na entrega, pela Banif SGPS e Banif, respectivamente, de 3.849.569 acções e 1.610.897 acções representativas de 33,62% e 14,07% do capital social da Açoreana, para realização de um aumento de capital da Rentipar Seguros, que, desta forma, passou de 34,30 milhões de euros para 65,57 milhões de euros, mediante a emissão de 6.254.000 novas acções ordinárias, com o valor nominal de 5 euros cada uma.

Após esta reorganização, a Rentipar Seguros, mediante contrato celebrado em Novembro de 2009, acordou a compra, à CNP Assurances, de uma participação de 83,52% no capital social e direitos de voto da Global – Companhia de Seguros, SA e de 83,57% no capital social e direitos de voto da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA, operação que viria a ser consumada já no início de Março de 2010 e que representou um investimento de cerca de 114.577 milhares de euros.

Após estas aquisições, a Rentipar Seguros passou a controlar um grupo segurador responsável, de acordo com estimativas pró-forma, pela gestão de 1.400 milhões de euros de activos e mais de 680 milhões de euros de prémios brutos emitidos anuais, que deverão corresponder a uma posição de mercado entre as 5 maiores seguradoras portuguesas e entre as 3 maiores nos ramos não vida.

A fim de reforçar os capitais próprios da Rentipar Seguros, de modo a financiar as referidas aquisições, a sociedade voltou a proceder, já em 2010, a um aumento do seu capital social, no montante de 70 milhões de euros, que foi subscrito e realizado pelos seus accionistas Soil, SGPS, SA, Banif SGPS e Banif, na proporção das respectivas participações. Em virtude desta operação, o Capital Social da Rentipar Seguros passou para 135,57 milhões de euros.



Expresso em milhares de Euros

	2009	2008	Varição %
Activo Líquido	876.308	916.519	-4.39%
Passivo	824.803	878.665	-6.13%
Capital Próprio	51.505	20.164	155.43%
Resultado Líquido	-21.062	1.606	-1.411.4%

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

Durante o ano de 2009 os Recursos Humanos Corporativos (RH Corporativos) intensificaram a sua actividade operacional, tendo iniciado a implementação da estratégia e plano de acção definidos aquando da sua constituição, no final do ano de 2008. Da actividade desenvolvida, destaca-se, pelo seu impacto, o “Projecto ValoresCentauro”. Este projecto está integrado no âmbito da cultura e valores do Banif – Grupo Financeiro e pretende reforçar o sentimento de pertença e afiliação de todos os Colaboradores. Os objectivos práticos deste projecto visam o levantamento, comunicação e dinamização da Missão, Visão e Valores do Grupo. Em Dezembro foram comunicados aos colaboradores do Grupo as versões finais da Missão, da Visão e dos cinco Valores: Confiança, Humanismo, Eficácia, Inovação e Ambição.

Paralelamente, foi desenvolvido o “Estudo Global de Políticas e Práticas de Gestão de Recursos Humanos nas Empresas do Banif – Grupo Financeiro”, em Portugal. O seu objectivo foi conhecer os actuais sistemas e subsistemas de gestão de RH’s, para futura definição das grandes linhas de orientação e selecção das melhores práticas existentes no Grupo.

Ao nível das empresas, os RH Corporativos, em parceria com uma consultora, estão a apoiar a implementação do projecto “Caminhar com as pessoas” na BanifServ. Este projecto visa o desenvolvimento dos modelos de funções, competências, carreiras e gestão de desempenho. Em simultâneo, a Direcção de Recursos Humanos (DRH) do Banif está a desenvolver um projecto de gestão integrada de recursos humanos nas empresas Banif Go e Banif Rent, no âmbito do projecto de integração do negócio automóvel. Foram desenhados pela DRH os seguintes modelos: funções, categorias, carreiras, gestão de desempenho, remunerações e benefícios, formação e desenvolvimento e foram aperfeiçoados os processos administrativos e controlo de cadastro. Os RH Corporativos estão a efectuar o acompanhamento deste projecto para alinhamento de políticas e procedimentos transversais.

Por via da integração do Grupo Tecnicrédito no Banif – Grupo Financeiro, a DRH do Banif está a desenvolver um projecto de alinhamento das políticas e práticas de recursos humanos no Banco Mais. Os RH Corporativos participaram no desenvolvimento da formação de integração para todos os colaboradores do Banco Mais em Portugal.

Com o objectivo de aumentar a coesão e o intercâmbio no âmbito do Grupo foi decidido divulgar, em todas as empresas em Portugal, as vagas para o Centro Corporativo da Banif SGPS. Deste modo, foram divulgadas vagas para as Finanças, Recursos Humanos e Compliance Corporativos.



Em termos globais, o número de colaboradores do Grupo a 31 de Dezembro de 2009 era composto por 5.086 empregados. Relativamente a 31 de Dezembro de 2008, verifica-se um aumento de 1.044 empregados. Este aumento de 22,7%, um dos maiores de sempre, é justificado pelo crescimento orgânico do Banif e pela integração do Grupo Tecnicrédito. Em termos de peso relativo, nas empresas com maioria de capital, o Banif com 2.656 empregados representa 47% do total do quadro de pessoal do Grupo, seguido da CSA que, com 537 empregados, tem um peso de 9,5% no Grupo.

No que respeita às actividades desenvolvidas pelas Direcções de Recursos Humanos das maiores empresas do Grupo destacam-se:

- A continuidade dada pelo Banif ao programa de formação em gestão do tempo e stress, nomeadamente para as estruturas comerciais. Foram lançados dois “Ciclos de Formação para Gestores Comerciais”, um em Lisboa e outro nos Açores. Ao nível da estratégia de formação, foi desenvolvido o programa “Evoluir – Formação que Valoriza a sua Força”, que já se traduziu na contratualização do novo LMS (*Learning Management System*), para efectuar a gestão de toda a formação *e-learning* do banco. Paralelamente estão em processo de desenvolvimento diversos cursos na área de produtos, *compliance*, segurança e saúde no trabalho, os quais serão lançados no decorrer de 2010. Foi ainda informatizada a avaliação da eficácia da formação;
- O lançamento, pela CSA, da R2 - Academia Açoreana, que pretende reforçar competências de base, como a gestão de equipas, orientação para o cliente, comunicação, gestão do tempo, venda e negociação. No decorrer do primeiro semestre de 2009 foi lançado o novo sistema de objectivos e incentivos (SOI), um *benchmarking* salarial e um estudo de satisfação interna, que obteve uma taxa de resposta de 82%;
- O desenvolvimento, pelo Banco de Investimento, de formação para as equipas de primeira intervenção em caso de incêndio, terramoto e outras situações de emergência. Ao nível da comunicação, desenvolveu a página de informação de recursos humanos para a nova *intranet* da empresa;
- O lançamento, pelo Banif (Brasil), do programa de certificação profissional 10 (CPA-10), destinado a todos os profissionais com funções de venda e distribuição de produtos bancários. Paralelamente, desenvolveu formação em prevenção de crimes de branqueamento de capitais e/ou ocultação de bens, direitos e valores. Lançou ainda o programa de estágios qualificados CIEE. Durante o ano de 2009, foi definida a política salarial e a descrição das funções de coordenação. Ao nível da comunicação, a empresa lançou a página de recursos humanos na nova *intranet* e a *newsletter* “RH Informa”;
- O desenvolvimento, pelo Banif BI (Brasil), de diversas acções de formação tendo em vista a obtenção de certificação nas áreas de operações bancárias, prevenção do branqueamento de capitais, entre outras;
- O lançamento, pelo BCN, de diversos cursos de formação na área de operações bancárias gerais em sistema de *e-learning*, através de uma parceria com o Instituto de Formação Bancária. Ainda na área da formação, o BCN procurou dotar os seus quadros de competências de língua inglesa, através do curso “*Banking English e Business English*”. Durante o ano de 2009, desenvolveu e implementou o sistema de gestão de desempenho e promoveu o II Encontro de Quadros. Na área da comunicação de recursos humanos lançou uma *newsletter* interna para todos os seus colaboradores.

Com referência aos Recursos Humanos do Banif, entidade com o maior número de colaboradores do Grupo, indicam-se os principais indicadores da actividade desenvolvida.



A actividade dos Recursos Humanos desenvolveu-se no âmbito do recrutamento e selecção, da movimentação de pessoal intra e inter-órgãos, da gestão administrativa e cadastral, das relações laborais e da saúde e bem estar, de acordo com a políticas em vigor.

No que diz respeito ao quadro de pessoal, foram admitidos, em 2009, 273 empregados e saíram do Banco, no mesmo período 187 empregados, mais de um terço dos quais tinham sido admitidos para actividades sazonais ou temporárias. No final de 2009, o quadro de pessoal do Banif era composto por 2.656 empregados contra 2.162 em 31 de Dezembro de 2008.

O elevado aumento verificado deveu-se à fusão por integração do BBKA no Banif. Sem esta operação, o aumento real de empregados no Banif (admissões menos saídas) seria de 86 empregados.

Este aumento do quadro de pessoal visou fazer face à abertura de 25 novas Agências e reforçar alguns órgãos com necessidades específicas.

Como consequência da integração dos empregados do BBKA no Banif, os “ratios” relativos à idade média e à formação escolar sofreram ligeiras alterações. Assim, a idade média passou de 37 anos para 38,56 anos e a formação escolar de nível superior passou de 52% para 49%.

No que diz respeito à formação e desenvolvimento foram reformuladas algumas estratégias de formação. Em concreto, foi implementado um novo conceito para a Formação: “EVOLUIR – Formação que valoriza a sua força”. Esta mudança de imagem surge a par do reforço de outras estratégias, sobretudo da dinamização da formação via *e-learning*.

Como acções mais relevantes levadas a efeito em 2009, refere-se a implementação de uma nova Plataforma *e-learning* com funcionalidades melhoradas que permitem uma gestão mais eficiente e eficaz da formação por este modelo. Por este meio têm vindo a ser elaborados e aplicados internamente vários cursos específicos das áreas de Produtos, de *Compliance*, de Segurança e de Saúde no Trabalho e de Atendimento Pessoal, estando em curso a preparação de outros pelo mesmo meio, para cumprimento dos objectivos traçados quanto ao desenvolvimento preferencial do *e-learning* dos conhecimentos e da informação profissional.

Como resultado do esforço empreendido na formação *e-learning*, a Direcção Regional da Formação Profissional concedeu ao Banco, para além da Acreditação em Formação, em geral, a Acreditação em Formação *e-learning*.

Para além dos cursos de formação em *e-learning*, outras acções de relevo foram levadas a cabo, tais como, dois ciclos de Formação de Gestores Comerciais, em Lisboa e em Ponta Delgada, a continuação do curso de “Gestão do Tempo”, envolvendo cerca de 800 participantes em 2009, a formação vestibular para todos os novos empregados, a formação em inglês com enfoque nos temas bancários, em várias localidades do país, a par de outras acções igualmente importantes para a melhoria do conhecimento, da informação e das condutas.

No total, foram realizadas cerca de 53.000 horas de formação.

Sendo a formação um meio importante de actualização dos conhecimentos e do desenvolvimento do Banco, procurou-se assegurar a sua eficácia, criando-se um sistema de Avaliação da Eficácia da Formação, em conformidade com os critérios da NORMA ISO 9001.2008, que permite avaliar os resultados do investimento nesta área.

De referir, também, as acções de cooperação com outras empresas do Banif - Grupo Financeiro, designadamente o projecto de desenvolvimento de um novo modelo de gestão de recursos humanos em implementação na Banif Go e na Banif Rent e o projecto de alinhamento das políticas e práticas de Recursos Humanos do Banif e do Banco Mais.



Concretizou-se, também, nos termos habituais, a atribuição do Prémio Dignitas a 26 empregados do Banif que se distinguiram pelo seu desempenho e conduta.

Finalmente, importa referir o trabalho de actualização, ajustamento e desenvolvimento de suportes de informação e comunicação intra e inter-empresas do Grupo, relacionados com as bases cadastrais, processamento de salários e relações com os serviços oficiais e oficiosos.

No 1.º semestre de 2009, foi formalmente aprovada a Política de Segurança e Higiene no Trabalho do Banif – Grupo Financeiro, apostando numa cultura de segurança, sustentada na prevenção, potenciadora de uma elevada qualidade de vida aos seus Colaboradores.

A Política de Segurança e Higiene aprovada representa um compromisso para a melhoria contínua do desempenho de SHT, assentando nos seguintes princípios:

- Monitorizar o cumprimento da legislação em vigor aplicável em matéria de SHT;
- Assegurar, de modo razoável e exequível, a protecção de todas as pessoas que trabalham no Grupo, sejam colaboradores ou terceiros, e de todos os que possam ser afectados pela actividade desenvolvida, Clientes, Visitantes ou Público em geral;
- Organizar o trabalho tendo em vista a eliminação, redução e controlo dos riscos envolvendo os edifícios, os equipamentos e os postos de trabalho, no sentido de prevenir os acidentes de trabalho, doenças profissionais ou outros danos para a saúde e bem-estar;
- Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os seus Colaboradores, conseguindo maior produtividade, mais satisfação pessoal e, conseqüentemente, um serviço de excelência;
- Promover a responsabilização e o interesse dos Colaboradores pela segurança e saúde, comprometendo todo o Grupo nestes objectivos, através de acções de formação e informação, no sentido da adopção de atitudes e comportamentos cada vez mais seguros.

No 2.º semestre de 2009 foi alterada a designação do Órgão de “Segurança e Higiene no Trabalho” (SHT) para “Segurança e Saúde no Trabalho” (SST), em consonância com o novo regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro.

Foi aprovado o estatuto orgânico e funcional da SST, e o seu organograma funcional no Grupo, com a nomeação de um Representante de SST por cada empresa e a definição do respectivo âmbito de actuação. A nível nacional, os serviços de segurança e saúde no trabalho são prestados pelo Banif às outras sociedades, mediante acordo assinado entre as partes envolvidas.

Para estabelecer as prioridades de actuação nesta matéria, foi aprovado o plano de acção para o ano de 2009, considerando três objectivos estratégicos a desenvolver:

- Nivelar as políticas e procedimentos com as melhores práticas nacionais e internacionais;
- Cumprir as medidas legislativas e regulamentares em vigor;
- Promover acções de formação em SST para todos os colaboradores.

Na materialização destes objectivos “macro”, foi executado um conjunto de medidas, das quais se destacam:



- Manutenção dos meios de extinção do fogo e dos sistemas de detecção e alarme nas unidades de negócio e nos edifícios centrais, garantindo, deste modo, a sua operacionalidade e disponibilidade;
- Avaliação sistemática de riscos a 817 postos de trabalho, a 136 unidades de negócio, do Banif e da CSA, duplicando o esforço de 2008, bem como a implementação das medidas correctivas identificadas, com o objectivo de eliminar ou reduzir os riscos existentes;
- Avaliação da qualidade do ar interior nos edifícios centrais e unidades de negócio, no âmbito da certificação energética, dando cumprimento à legislação em vigor;
- Realização de reuniões mensais da Comissão de Segurança do Banif e consulta dos representantes dos trabalhadores, nas questões de segurança e saúde no trabalho, reforçando a participação dos trabalhadores e dos seus representantes;
- Auditoria de segurança no trabalho e de segurança de pessoas e bens, permitindo realizar, de uma forma sistemática, a avaliação do desempenho de SST. Numa 1ª fase, foi realizada a auditoria ao Banif, quer a nível nacional quer a nível internacional, e, posteriormente, a outras empresas do Grupo (Banif Imobiliária, Banif Rent, Banif Go, Banifserv, Banif Cayman, Banif Malta, Banif (Brasil), Banco de Investimento, Banco de Investimento (Barsil), Banif Gestão de Activos, Banif Açor Pensões, CSA e BCN), tendo-se identificado as áreas de intervenção prioritárias;
- Realização de 9 acções de formação vestibular no Banif, com um módulo de qualificação inicial em SST e Segurança Bancária, no qual participaram 157 Colaboradores;
- Realização de 4 cursos de suporte básico de vida, com desfibrilhação automática externa, dotando os 23 participantes com as competências necessárias para actuação em situações de emergência de paragem cardio-respiratória.
- Realização de 10 acções de formação, teórica e prática, em prevenção e segurança contra incêndio, evacuação e primeiros socorros, com vista ao reforço e actualização das equipas de 1.ª intervenção dos edifícios centrais das empresas do Grupo;
- Realização de exercícios de evacuação nos edifícios centrais, a nível nacional;
- Desenvolvimento do curso “Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho”, em formato *e-Learning*, no âmbito do novo conceito de formação - a Plataforma Evoluir, com lançamento em Janeiro de 2010. Numa primeira fase, esta formação tem como público alvo todos os colaboradores do Banif, estando prevista a aplicação posterior a todas as empresas do Grupo, a nível nacional e internacional.

Na sequência da aprovação do Plano de Contingência, em Junho de 2008, pelo Conselho de Administração da Banif SGPS, foi prevista a elaboração de Planos de Contingência operacionais para situações específicas, tendo sido desenvolvido o Plano de Contingência para a Pandemia de “Gripe A”, face à evolução deste problema de saúde pública, a nível mundial.

Neste âmbito, e para além dos demais procedimentos, foram desenvolvidas e divulgadas as medidas de prevenção e protecção recomendadas pelo Ministério da Saúde, de acordo com os vários níveis de crise expectáveis, tendo ainda sido criado um Gabinete de Gestão de Crise e uma sala de comando, permitindo, de forma ágil, pôr em prática a activação urgente do Plano de Contingência e todas as demais instruções associadas a este específico cenário. As situações de gripe, tanto sazonal como de gripe A, foram acompanhadas e foram implementadas as medidas necessárias de forma a evitar a disseminação dos vírus.



2.2 Operativa e Tecnologia

Em termos das infra-estruturas tecnológicas, o ano de 2009, ficou marcado pela conclusão da construção e mudança de equipamentos para o novo *datacenter* do Grupo Banif, pela renovação da rede de comunicações e pelo lançamento de projectos centrais no domínio da salvaguarda de dados e da telecompensação.

Para além do suporte à actividade, contínuo ao longo do período em análise, procurou-se, através destes projectos, reforçar qualitativamente as condições infraestruturais de suporte, os níveis de serviços, o grau de disponibilidade das aplicações/soluções, a fiabilidade e a capacidade de crescimento dos meios técnicos ao dispor.

Neste âmbito merecem referência as seguintes realizações:

- Reestruturação e actualização do sistema central de suporte ao negócio (AS/400) para um modelo IBM 570 – concluído em Janeiro de 2009;
- Reforço das condições técnicas de suporte aos equipamentos informáticos centrais, através da construção de um novo *datacenter* para o Banif – Grupo Financeiro assente nas melhores práticas de mercado, incluindo a respectiva mudança dos equipamentos para o novo espaço – concluído em Maio de 2009;
- Preparação do novo edifício de suporte às actividades da Banifserv, incluindo as especialidades de construção civil, energia eléctrica, AVAC e rede de comunicação de voz e dados – concluído em Maio de 2009;
- Migração da plataforma SWIFT para a SIBS – concluída em Maio de 2009;
- Reestruturação dos mecanismos de análise de prevenção e detecção de intrusões, reforçando, dessa forma, a segurança dos sistemas distribuídos de produção – concluído em Setembro de 2009;
- Conclusão do projecto de reestruturação da infra-estrutura central de *backups*, reforçando, por essa via, a qualidade e a fiabilidade da salvaguarda dos dados, sistemas e aplicações – concluído em Outubro de 2009;
- Reestruturação da infra-estrutura de suporte ao armazenamento das imagens dos cheques (telecompensação) – concluído em Outubro de 2009;
- Renovação da rede de comunicações dos edifícios centrais e dos balcões do Continente, RAA e RAM, incluindo a triplicação da largura de banda disponível – concluído em Novembro de 2009.

No decorrer do ano procedeu-se ainda ao reforço da infra-estrutura alternativa de suporte à Continuidade das Operações do Banif, a utilizar em caso de desastre, respondendo, dessa forma, ao crescimento vegetativo dos Sistemas de Informação e aos novos objectivos de recuperação, actualizados de acordo com a evolução da actividade.

Como habitualmente foram realizados testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

Ainda ao nível da banca comercial, foram promovidas importantes medidas no que se refere à organização e qualidade dos serviços, tendo o Banif, através da Direcção de Organização e Qualidade (DOQ) dado continuidade às suas linhas orientadoras de aumento da eficiência, melhoria e reforço da



segurança dos processos, desenvolvendo um plano ambicioso, que envolveu 71 projectos e actividades.

Destacaram-se, pela relevância e impacto no serviço prestado, a participação na reestruturação dos processos de recuperação de crédito vencido, visando uma maior eficácia e antecipação da intervenção, e o desenvolvimento de funcionalidades de negociação de instrumentos financeiros através da banca electrónica, que permitem ao Banco alargar a sua oferta de serviços aos Clientes, em linha com as melhores práticas do mercado.

No âmbito do cumprimento e conformidade com as alterações ao enquadramento legal e regulador, foram desenvolvidos trabalhos de adaptação ao novo sistema de informação da Central de Responsabilidades de Crédito. Concluiu-se igualmente um projecto de adequação ao novo *Framework* de Recirculação de Notas. A consequente instalação de equipamentos (recicladoras) nas Agências obedece a critérios de racionalidade transaccional e segurança.

Visando uma maior eficiência e racionalização de custos, o Banco, através da DOQ, desenvolveu iniciativas de optimização da emissão/expedição de *outputs* em papel, nomeadamente Notas de Lançamento. Neste âmbito, procedeu também ao *outsourcing* da operativa SWIFT, recorrendo à SIBS como prestador externo.

Internamente, foi adoptada uma nova metodologia de gestão das necessidades informáticas das diversas Direcções, visando mais celeridade, controlo e transparência do processo, requerendo-se uma maior participação/envolvimento dos respectivos utilizadores.

Na vertente de Qualidade, procedeu-se à extensão da Certificação do Atendimento nas Agências à Direcção Comercial da RAA e à consolidação de todos os processos já certificados, o que culminou na renovação da respectiva certificação.

Também a Direcção do Executivo de Operações (DEO), à qual cabe assegurar, diariamente, a execução propriamente dita das operações que consubstanciam a actividade do Banif, conheceu um significativo aumento de actividade, com maior expressão nos cartões, penhoras, créditos pessoais, cheques, transferências, contas empréstimo e remessas exportação/importação. Assegurou-se ainda a formalização e acompanhamento de todas as operações referentes aos diversos protocolos celebrados com as entidades oficiais no Continente, RAM e RAA.

De entre as integrações/racionalizações realizadas, no contexto do processo de fusão entre o BBKA e o Banif, salienta-se centralização dos serviços relacionados com a contratação do Crédito à Habitação, com a operativa de Cartões, com as penhoras e com os utilizadores de risco, todos em Lisboa, e com a carteira de cheques pré-datados, em Ponta Delgada.

As acções desenvolvidas no âmbito da formação “*on-job*” e *e-learning* envolveram um significativo número de empregados da DEO e vieram contribuir para a melhoria do serviço prestado, promovendo, igualmente, uma melhoria na gestão e controlo das operações.

No âmbito dos projectos desenvolvidos, merecem referência os seguintes:

- Projecto de fusão por integração do BBKA no Banif, em que foi assegurada a realização das operações no novo sistema informático, bem como o apoio nos processos mais críticos;
- Revisão do processo de arquivo das cauções que garantem as operações de crédito, possibilitando uma melhor gestão e qualidade no acesso aos documentos;



- Digitalização dos principais documentos de suporte das operações de Crédito à Habitação, Contas Correntes Caucionadas, Contas Gestão de Tesouraria e Contratos de Empréstimo, permitindo a sua consulta de uma forma organizada por todos os órgãos do Banif;
- Recuperação e validação de todos os intervenientes (v.g. avalistas, fiadores) dos financiamentos, associação dos mesmos às respectivas operações, contribuindo, deste modo, para a melhoria da base de dados e da qualidade da informação prestada às entidades competentes;
- Colaboração no projecto Basileia II com reportes à DGR de situações de risco operacional, identificadas pelos diversos gestores de risco operacional da DEO;
- Participação no projecto da Direcção de Recuperação de Crédito;
- Colaboração em vários outros projectos, tais como a recuperação de bonificações, recuperação de colaterais, SEPA (*Single Euro Payments Area*) e CAF (Controlo de Activos Financeiros);
- Preparação, em colaboração com equipa de consultores e com o Banco de Investimento, de diversas operações de securitização de crédito imobiliário;
- Colocação em *outsourcing* de parte da operativa dos processos de crédito à habitação.

2.3 Controlo dos Riscos de Actividade

O controlo e gestão dos riscos no Grupo Banif assenta numa cultura de risco presente em toda a organização que garante numa base contínua, a identificação e análise das diversas exposições a diferentes riscos a que o Grupo se encontra exposto, alinhada com as estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A manutenção desta cultura de risco tem garantido a firmeza do Grupo para enfrentar as turbulências do mercado em face da actual crise financeira mundial.

Neste contexto, a gestão dos riscos no Grupo assume-se cada vez mais, como um pilar fundamental na garantia da rentabilidade e da sustentabilidade do negócio. Assim, 2009, foi um ano de desenvolvimentos no que respeita às práticas de gestão e monitorização dos riscos, pelos progressos realizados no âmbito do sistema de informação de risco, alargando a abrangência e fiabilidade da informação até então disponibilizada, bem como, fornecendo às Entidades mais representativas do Grupo, um conjunto de ferramentas que vieram proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento e respectiva recuperação.

Ainda, e em linha com a política de fortalecimento das práticas de gestão dos riscos, o Órgão de Risco Corporativo promoveu um conjunto de actividades para a implementação de uma *Framework* de Gestão de Riscos no Grupo, ainda em desenvolvimento, que irá permitir o acompanhamento e controlo de informação permanente das actividades desenvolvidas pelas principais Entidades domésticas e não domésticas, com a coordenação activa das estruturas locais de gestão de riscos, actualmente em funções.

A política e a gestão de risco do Grupo mantêm a sua estrutura de desenvolvimento transversal, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, a gestão das funções corporativas onde o Risco Corporativo se engloba. O Conselho de Administração é responsável pela definição das políticas de risco apoiado pela avaliação e monitorização dos riscos realizada pela Função Corporativa, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, liquidez e operacional, entre outros – e, propondo sempre que necessário novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.



A Função de Risco Corporativo tem, por seu lado, como principal missão assessorar o Conselho de Administração da Banif, SGPS, SA na gestão integrada dos riscos inerentes às actividades do Banif – Grupo Financeiro, em adequação com as exigências e recomendações das entidades supervisoras, promovendo a sua mitigação e incorporação na tomada de decisão a todos os níveis do Grupo. A definição de políticas de riscos globais e estruturantes, a promoção e o desenvolvimento de projectos de risco de natureza transversal do Grupo fazem igualmente parte das funções do actual Órgão de Risco Corporativo.

O *Group Head of Risk* estabelece desde o seu início uma relação regular e sistematizada com todas as filiais da Banif, SGPS, SA no âmbito do exercício das suas funções, designadamente no que se refere à prestação de informação regulamentar.

Relativamente às principais actividades desenvolvidas ao nível do Grupo, é de referir a realização de exercícios de *self-assessment* que concorrem para a avaliação do sistema de gestão de riscos e para o sistema de controlo interno em linha com as orientações do Aviso 5/2008 do Banco de Portugal e Regulamento da CMVM n.º3/2008. Neste processo foram identificadas as principais deficiências encontradas em cada Entidade do Grupo, tendo sido submetido às entidades de supervisão os diversos Relatórios de Controlo Interno, em Junho de 2009. As deficiências relatadas foram devidamente inventariadas e classificadas quanto às categorias de risco e ao seu grau de materialidade. Do trabalho desenvolvido resultaram acções de mitigação e de remediação, identificadas e planeadas no tempo em função da importância, severidade e frequência dos riscos identificados.

Ainda, e no âmbito do sistema de controlo interno, foram desenvolvidas novas funcionalidades na aplicação SAS *OpRisk* que permitem monitorizar em cada momento o status de cada filial neste domínio.

O Grupo procedeu também, no 1.º semestre de 2009, à realização de testes de esforço em conformidade com a Instrução n.º 18/2007 do Banco de Portugal, seleccionando os testes em função da sua dimensão, dos produtos comercializados, das características dos clientes, das principais massas de balanço, do seu plano estratégico e das ferramentas disponíveis para a gestão dos riscos. Os testes foram aplicados aos principais riscos a que o grupo se encontra exposto.

No seguimento da publicação da Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal, onde foram incluídas orientações específicas sobre o tipo de testes e choques a realizar, foram também realizados testes de esforço, com referência a 31 de Dezembro de 2009, enquadrados numa envolvente macro-económica e financeira a nível global e nacional específica, que permitiu identificar factores de risco e, bem assim, avaliar o desempenho da actividade do Grupo sob condições económicas adversas.

O resultado dos testes constitui, mais um instrumento de gestão, contribuindo para a planificação de medidas correctivas em todos os casos considerados materiais.

Sistemas Internos de Notação de Risco

Mantém-se em curso a preparação interna do Grupo para atender às exigências solicitadas no presente Acordo Prudencial. Consciente dos desafios e oportunidades que este Novo Acordo vem trazer, o Grupo Banif tem vindo a promover diversas actividades para se dotar de ferramentas e de uma estrutura de informação indispensável à adaptação das práticas requeridas pelas Entidades de Supervisão e pelos Órgãos de Gestão.

As metodologias utilizadas pelo Grupo para o cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, situam-se, nesta fase, na óptica menos sofisticada. Os métodos utilizados são:

- O Método *Standard* para o risco de Crédito;



- O Método do Indicador Básico para o risco Operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para risco de Mercado.

À data, o Grupo dispõe de Modelos Internos de Notação de Risco para uma parte significativa do seu *Portfolio* de crédito concedido, nomeadamente para os segmentos de negócio mais relevantes. Os modelos foram desenvolvidos internamente considerando as metodologias mais adequadas e preditivas para cada um dos segmentos e/ou produtos. Com efeito, o Grupo dispõe de uma equipa com conhecimentos especializados responsável pelos processos de construção e acompanhamento dos modelos desenvolvidos com base na experiência de incumprimento dos clientes, e que combinam um vasto conjunto de variáveis socio-demográficas, de relação da operação e financeiras, proporcionando uma capacidade de avaliação do crédito mais preditiva.



Os sistemas internos de notação de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:

Modelo	Segmento	Target
Scoring Admissão	Crédito à Habitação	Operações com maturidade inferior a 1 ano
	Crédito Pessoal	Operações com maturidade inferior a 1 ano
	Pequenos Negócios	Entidades com antiguidade inferior a 1 ano
	Cartões de Crédito	Operações com maturidade inferior a 1 ano
	Crédito Automóvel	Operações com maturidade inferior a 1 ano
Scoring Comportamental	Crédito à Habitação	Operações com maturidade superior a 1 ano
	Crédito Pessoal	Operações com maturidade superior a 1 ano
	Pequenos Negócios	Entidades com antiguidade superior a 1 ano
	Crédito Automóvel	Operações com maturidade superior a 1 ano
Rating	Pequenas e Médias Empresas	Empresas com volume de negócios compreendido entre 1 e 50 Milhões de Euros

– **Modelos Internos de Scoring – Admissão e Comportamental**

Os modelos de *Scoring* de Admissão permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*), sendo utilizados no momento da concessão do crédito. Estes modelos permitem também classificar uma operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito ao longo da sua vida útil, através do comportamento irregular ou não, da contraparte da operação, com mais de um ano de vida.

– **Modelo Interno de Rating para carteiras de Empresas**

O modelo de *Rating* atribui a cada cliente (Empresa), uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte. Este modelo comporta as vertentes de admissão e comportamental, considerando a regularidade de actualização para cada entidade.

No âmbito dos modelos internos estatísticos importa destacar os seguintes desenvolvimentos em 2009:

- Construção e Implementação de um Modelo de *Scoring* de Admissão para o segmento Cartões de Crédito.
No sentido de proporcionar uma melhoria na gestão da avaliação deste produto foi desenvolvido um modelo especificamente direccionado para a quantificação do risco inerente a este segmento. Muito embora o processo de implementação não se encontre finalizado, a sua conclusão está prevista para 2010;
- Na sequência das alterações macro-económicas que se têm verificado nos últimos tempos e considerando os procedimentos orientados para o acompanhamento e controlo dos modelos

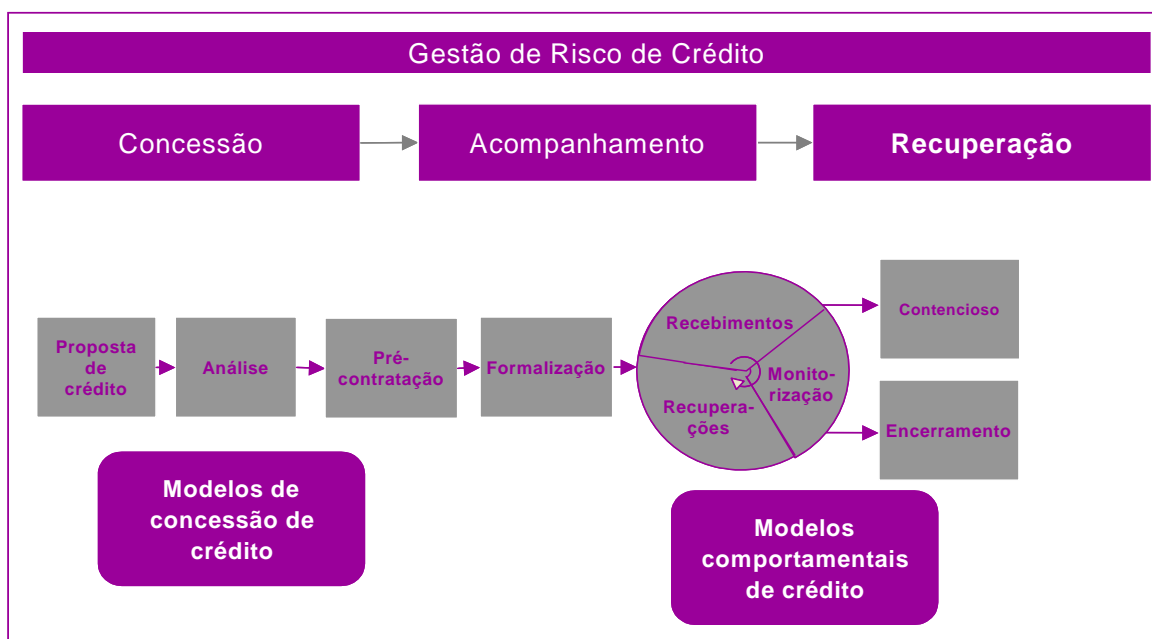


internos, foi efectuada a revisão e reestimação do Modelo de *Scoring* de Admissão de Crédito à Habitação;

- O processo de integração da Tecnicrédito, SGPS, SA no Grupo Banif veio consolidar a utilização dos modelos internos de *Scoring* pelo *apport* de outros modelos, nomeadamente, Modelos Internos de *Scoring* de Admissão e Comportamental para os segmentos Crédito Pessoal e Crédito Automóvel desenvolvidos pelo Banif Mais, SA e Crédito Automóvel desenvolvido pelo *Bank Plus*, ZRT (Hungria).

Os modelos encontram-se actualmente implementados e são alvo de monitorização periódica, sendo produzidos relatórios de validação para aferição da respectiva capacidade preditiva.

Em termos ilustrativos, a gestão de risco de crédito baseada nos modelos internos desenvolvidos segue o seguinte processo:



Adequação de Capital Interno (ICAAP)

No contexto do Pilar II do Acordo de Basileia II e, em particular na resposta aos requisitos da Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, sob a orientação das melhores práticas de gestão de risco divulgadas pelo BIS e pelo CEBS, o Grupo concluiu em 2009, o processo interno para a Avaliação da Adequação do Capital Interno. O trabalho visou o desenvolvimento e a implementação do modelo de gestão de capital económico, com processos e metodologias próprias de identificação, quantificação e monitorização da globalidade dos riscos aos quais o Grupo se encontra exposto, assegurando a necessária adequação do seu capital interno.

O Grupo Banif entende que a alocação de capital interno consiste num elemento essencial de reforço à estratégia de risco e à consolidação do processo de ICAAP na gestão diária do Grupo. Associada a esta alocação, está presente a definição de medidas de performance ajustadas ao risco, que são consideradas nos sistemas de objectivos das áreas de negócio e nos sistemas de incentivos a colaboradores. A alocação de capital é complementada com uma análise do retorno obtido sobre o mesmo, o que desencadeia acções correctivas que têm como objectivo proceder à alocação do capital



interno de modo mais eficiente, e desta forma, possibilitar a melhor rentabilidade do capital ajustado ao risco.

Em termos ilustrativos, o processo pode ser visualizado como segue:



Este processo veio dotar o Grupo de um planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitem a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo, e a consequente adequação da estrutura organizacional de governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo permite a criação de cenários de avaliação do seu capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital para mitigar a exposição aos riscos com impactos na solvabilidade do Grupo.

Este desafio veio assim dinamizar a cultura de risco no Grupo, porquanto veio fomentar a participação de toda a organização na gestão do capital económico, e dar uma melhor percepção dos riscos da actividade e a sua incorporação mais activa na tomada de decisões.

2.3.1 Risco de Crédito

No âmbito da actividade creditícia, o Risco de Crédito traduz-se na probabilidade de incumprimento do cliente ou contraparte em cumprir os seus compromissos perante o Grupo, constitui um dos riscos mais relevantes a que encontra exposta a actividade do Grupo.

A actividade de concessão e acompanhamento do crédito tem por base um conjunto de políticas orientadoras que decorrem da estratégia de risco de crédito definida no Grupo. Tendo em conta o desenvolvimento do negócio e das condições económicas, essas políticas são ajustadas.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como, regras de preparação, análise e seguimento do crédito concedido aos clientes.



Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente, e visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros. A informação de gestão, preparada regularmente, tem em conta estas variáveis e promove a sua divulgação pelas estruturas de decisão e órgãos de gestão.

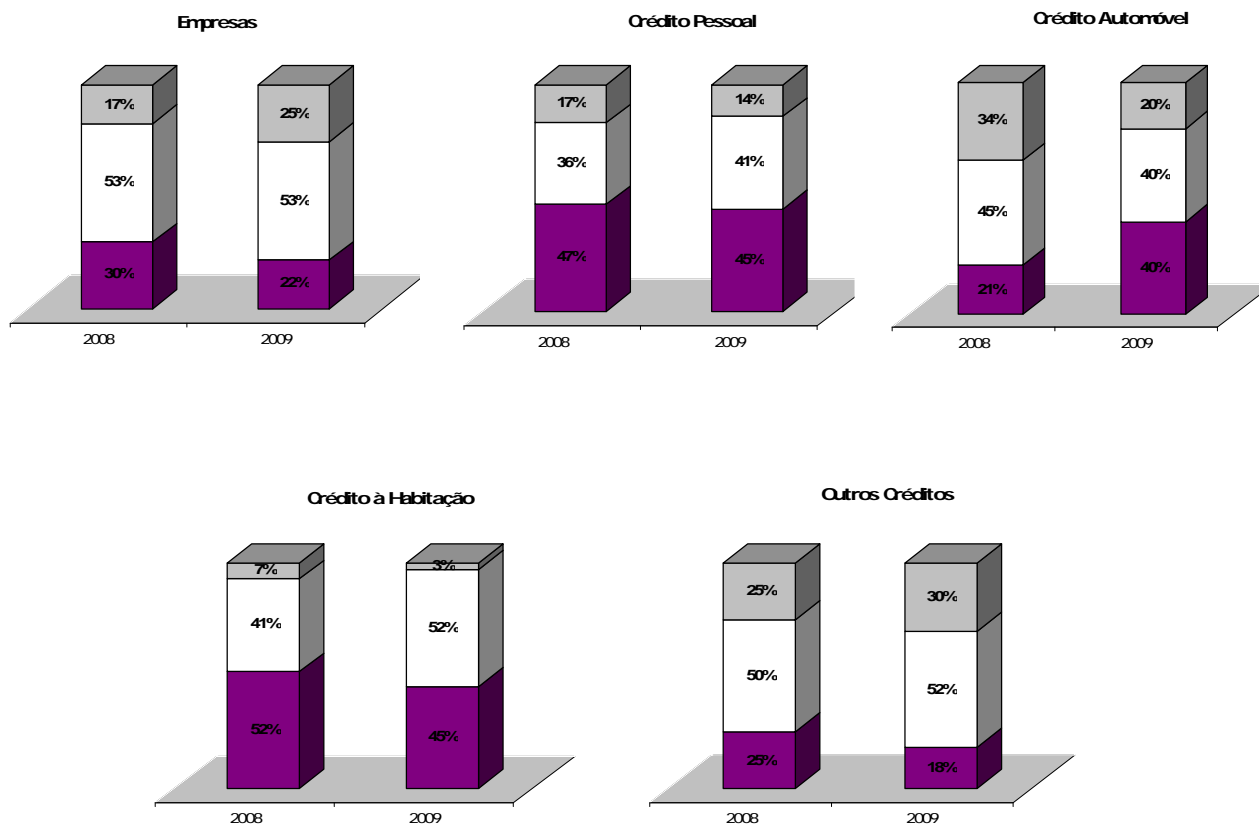
O Grupo tem prosseguido com o desenvolvimento de projectos no âmbito da modelização de sistemas internos de notação de risco, que têm evidenciado uma capacidade adequada no que concerne à identificação e predição do risco de crédito.

Considerando as particularidades do *Portfolio* de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos clientes, a variáveis históricas e de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

a) Qualidade dos activos financeiros

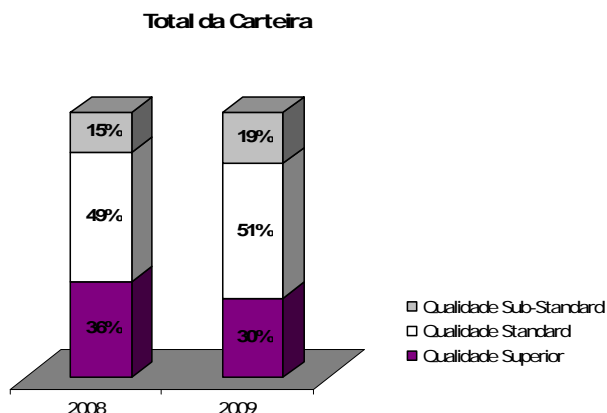
Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo por notação de risco para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2009, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:





A evolução da carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a clientes, baseia-se na classificação atribuída às carteiras das Entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco. A carteira de crédito do Grupo foi objecto de avaliação interna de risco, baseada nas Probabilidades de *Default* (*PD*) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As *PD*'s foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade Standard e de Qualidade Sub-Standard.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2009, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009	2008
Crédito a Clientes (1), do qual:	11.889.493	10.409.701
Crédito e juros vencidos	679.087	329.760
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias	640.284	299.480
Imparidade do crédito	(517.199)	(253.714)
Indicadores (%)		
Crédito e juros vencidos/Crédito a Clientes	5,71%	3,17%
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	4,35%	2,44%
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias/Crédito e juros vencidos	94,29%	90,82%

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber

Compromissos e Garantias

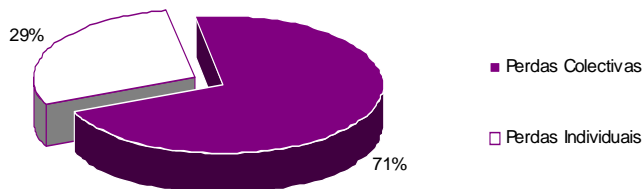
Para fazer face às necessidades dos seus clientes, o Grupo assume um conjunto de compromissos e passivos contingentes que não obrigam, no imediato, a desembolso de fundos. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e por conseguinte o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

Os valores de exposição máxima para compromissos e garantias assumidos pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2009, encontram-se divulgados na nota 29.



Avaliação de Imparidade

No final do exercício, o total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo incluindo responsabilidades extrapatrimoniais com natureza de crédito, no montante de 519,602 milhões de Euros, apresenta a seguinte distribuição:



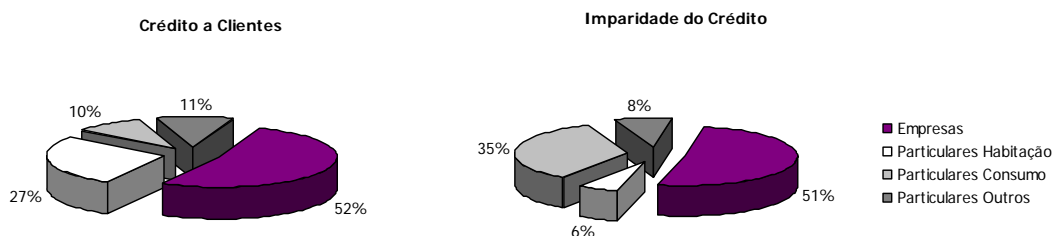
À data de 31 de Dezembro de 2009, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual (incluindo as perdas extrapatrimoniais) ascendem a 370.832 milhares de Euros (2008 - 175.072 milhares de Euros) e 148.770 milhares de Euros (2008 - 81.852 milhares de Euros), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito analisado individualmente ascendeu a 649.853 milhares de Euros, correspondendo a 949 clientes com responsabilidades acima dos 250 milhares de Euros, cada.

Ainda, no exercício findo em 2009, o justo valor dos colaterais associados às operações analisadas individualmente, para efeitos do apuramento da imparidade individual, ascendem a 543.687 milhares de Euros (2008: 231.918 milhares de Euros). Os colaterais associados a estas operações são representados, essencialmente, por hipotecas, títulos e depósitos.

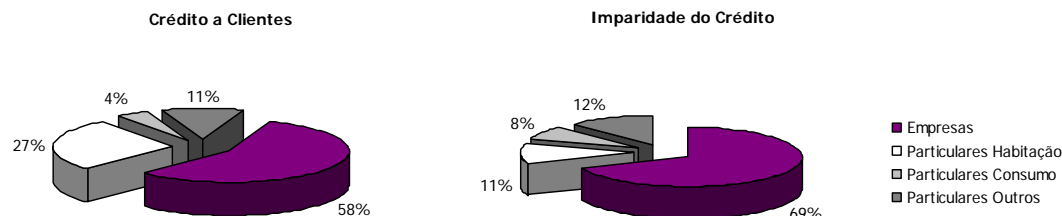
O montante do crédito concedido face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2009 e 2008, apresenta os seguintes valores:

2009





2008



A evolução verificada de 2008 para 2009, ao nível da estrutura quer do Crédito a Clientes quer da respectiva Imparidade, resulta em grande parte da integração, em 2009, da carteira de crédito da Tecnicrédito, SGPS, SA, na totalidade classificada no segmento Particulares Consumo.

Em 31 de Dezembro de 2009, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2008:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo Banif SGPS, SA 2008	174.675	28.288	19.533	31.218	253.714
Integração Tecnicrédito SGPS, SA		145.281			145.281
Saldo 2008	174.675	173.569	19.533	31.218	398.995
Reforços	183.889	19.679	11.510	27.607	242.685
Utilizações e Regularizações	2.898	(5.293)	0	(1.294)	(3.689)
Reversões e Recuperações	(96.167)	(8.254)	(1.672)	(14.699)	(120.792)
Saldo 2009	265.295	179.701	29.371	42.832	517.199

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2007	131.421	26.080	15.139	23.753	196.393
Reforços	55.383	7.253	5.554	14.246	82.437
Utilizações e Regularizações	(6.661)	(18)	0	(59)	(6.738)
Reversões e Recuperações	(5.468)	(5.027)	(1.161)	(6.722)	(18.378)
Saldo 2008	174.675	28.288	19.533	31.218	253.714

Crédito e Juros Vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante de crédito e juros vencidos, por antiguidade, apresenta a seguinte desagregação:

(valores expressos em milhares de euros)

Classe	2009				
	Empresas	Particulares Consumo *	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	25.735	3.490	6.252	3.326	38.803
3 - 6 m	19.249	4.297	1.476	2.614	27.636
6 - 9 m	42.865	7.541	4.496	2.554	57.456
9 - 12 m	47.967	13.030	1.111	5.624	67.732
12 - 15 m	19.332	14.828	1.839	3.994	39.993
15 - 18 m	21.585	13.636	1.939	12.529	49.689
18 - 24 m	26.675	27.439	3.763	5.704	63.581
24 - 30 m	19.901	22.738	3.695	4.719	51.053
30 - 36 m	15.920	16.562	2.427	4.635	39.544
36 - 48 m	25.892	20.345	2.758	8.317	57.312
48 - 60 m	20.332	10.875	1.491	5.873	38.571
> 60 m	84.354	48.359	2.191	12.813	147.717
Total	369.807	203.140	33.438	72.702	679.087



(valores expressos em milhares de euros)

2008					
Classe	Empresas	Particulares Consumo *	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	20.944	2.816	2.730	3.790	30.280
3 - 6 m	13.129	1.916	2.549	4.898	22.492
6 - 9 m	19.280	3.555	2.161	5.866	30.862
9 - 12 m	12.231	3.069	1.891	3.842	21.033
12 - 15 m	14.447	1.613	2.316	3.694	22.070
15 - 18 m	9.528	1.413	1.946	3.326	16.213
18 - 24 m	22.015	2.433	2.286	8.706	35.440
24 - 30 m	11.209	1.239	1.866	8.364	22.678
30 - 36 m	18.612	767	982	5.477	25.838
36 - 48 m	19.030	695	2.384	7.013	29.122
48 - 60 m	17.289	747	1.308	7.836	27.180
> 60 m	25.885	7.325	2.407	10.935	46.552
Total	203.599	27.588	24.826	73.747	329.760

* vide "avaliação de imparidade", alínea a) ponto 2.3.1 Risco de Crédito

Créditos Renegociados

As políticas seguidas pelo Grupo, para a renegociação de créditos em situação de crédito vencido, pressupõem a realização de procedimentos de regularização, como seguem:

- Pagamento dos juros vencidos;
- Reforço de garantias;
- Reclamação junto das Instâncias Judiciais com vista à recuperação dos valores em dívida;
- Reclamação, quando aplicável, de montantes a receber relativo a indemnizações decorrentes de sinistros reclamados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito não vencido, mas cujas condições foram renegociadas ascendem aos seguintes valores:

Créditos renegociados	(valores expressos em milhares de Euros)	
	2009	2008
Empresas	6.272	8.677
Particulares - Consumo	2.357	290
Particulares - Imobiliário	1.273	3.566
Particulares - Outros	488	2.054
Total	10.390	14.587

Títulos e Derivados

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida e derivados ventiladas por *ratings* externos (emissão/emitente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.



2009

(valores expressos em milhares de euros)

	Classificação Interna				TOTAL
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	
Activos financeiros detidos para negociação	8.696	150.388	7.016	141.216	307.316
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	128.740	37.378	-	90.540	256.658
Activos financeiros disponíveis para venda	6.288	2.016	9.815	28.315	46.434
Investimentos detidos até à maturidade	62.992	10.782	6.625	-	80.399
Total	206.716	200.564	23.456	260.071	690.807
Em %	29,9%	29,0%	3,4%	37,6%	100,0%

2008

(valores expressos em milhares de euros)

	Classificação Interna				TOTAL
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	
Activos financeiros detidos para negociação	182	9.637	75.018	99.009	183.846
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	50.611	1.487	-	14.720	66.818
Activos financeiros disponíveis para venda	38.617	6.693	11.468	42.435	99.213
Investimentos detidos até à maturidade	69.843	6.148	6.693	1.319	84.003
Total	159.253	23.965	93.179	157.483	433.880
Em %	36,7%	5,5%	21,5%	36,3%	100,0%

A identificação dos títulos incluídos nas diversas carteiras encontra-se descrita nas notas 8, 9 e 10.

b) Processo de avaliação do risco de crédito

A avaliação do crédito não padronizado é realizada individualmente e desenvolvida considerando as condições dos mercados onde os clientes operam, a evolução das suas notações de risco, as informações comerciais externas e a qualidade dos indicadores de transacção com o Grupo. Os créditos padronizados - crédito habitação, crédito pessoal, crédito a pequenos negócios – são avaliados com regularidade de forma colectiva, estando cada *portfolio* monitorizado no que se refere ao risco e qualidade do crédito.

Ainda, e no que se refere ao controlo dos riscos, o Grupo realizou no exercício, testes de esforço no âmbito dos diversos riscos que vieram contribuir para uma gestão mais eficaz e eficiente. Os testes de esforço são considerados para o Grupo como instrumentos de gestão e de apoio à tomada de decisão pelo que contribuem para uma gestão mais sã e prudente dos riscos aos quais as Entidades do Grupo se encontram expostas.

c) Monitorização do risco de crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.

No exercício de 2009, o Grupo desenvolveu um projecto com vista à actualização e sistematização dos sinais de identificação de eventos de risco, por forma a incrementar uma melhoria significativa na detecção de situações de provável incumprimento de clientes. Esta iniciativa assenta num Projecto de Grupo, com desenvolvimento na área de Recuperação de Créditos, cujo objectivo teve por base munir as Entidades mais representativas do Grupo, de um conjunto de ferramentas que lhes proporcionem melhorias na gestão preventiva do incumprimento e respectiva recuperação.

A implementação do processo de gestão dos sinais de alerta mais ajustado à situação actual do mercado, veio assim reforçar a eficácia na monitorização do risco de crédito. A gestão dos sinais de alerta assume uma relevância significativa conseguida pela atribuição de responsabilidades na gestão dos alertas, pelas competências atribuídas aos responsáveis na prestação e actualização da informação e, por fim, pela definição das acções a desenvolver em face da classificação preditiva dos referidos sinais.



Pela preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas, é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas, a rendibilidade ajustada ao risco e eventual aplicação de medidas correctivas.

d) Mitigação do risco de crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido - bem como o grau de cobertura necessário depende do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

No entanto, existem certos tipos de colaterais que, por natureza, estão associados a determinado tipo de crédito concedido, a saber:

- No crédito de médio/longo prazo a Particulares, como o crédito imobiliário, o colateral tem normalmente a natureza de garantia real, nomeadamente a hipoteca do imóvel e/ou penhor de depósitos;
- No crédito de curto prazo a Particulares são normalmente exigidas apenas garantias pessoais.
- No caso do crédito a Empresas, nomeadamente o crédito *revolving*, são solicitadas garantias pessoais dos sócios/accionistas sendo que, nalguns casos, são exigidas garantias reais, tais como a hipoteca de imóveis ou penhor de depósitos ou títulos. Estas situações variam em função do risco atribuído ao cliente e da maturidade do crédito concedido a Empresas.

Os colaterais que, por incumprimento do cliente, são executados e passam para a posse do Grupo são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida, sendo raras as situações em que o Grupo permanece com a propriedade desses bens executados para seu uso comercial.

e) Processo de Recuperação de Créditos

O acompanhamento dos clientes que apresentam sinais de alerta ou crédito em incumprimento e, a recuperação de créditos, são assegurados com base em modelos organizativos, processos e prazos que privilegiam uma celeridade de actuação, diferenciados em função dos respectivos segmentos de negócio.

A gestão da recuperação de crédito é assegurada numa óptica de cliente, assentando na função de “Recuperador de Crédito” enquanto elemento responsável pela liderança do processo e coordenação do envolvimento dos restantes intervenientes que devam participar no seu desempenho.

Os clientes do segmento Retalho são geridos com base em estruturas centralizadas, transitando entre as diferentes fases e equipas de acordo com prazos pré-definidos, que asseguram a sua gestão com base em procedimentos uniformizados, que variam em função da natureza dos clientes e dos créditos e garantias associadas.

Os clientes do segmento Empresas são geridos por núcleos de recuperação, em função da sua proveniência geográfica. A sua transferência para essas estruturas processa-se mediante decisão das Unidades de Negócio, sob a supervisão de um Órgão superior. Os clientes transferidos para recuperação são objecto de acompanhamento e recuperação com base em estratégias definidas numa óptica casuística que privilegiam, sempre que possível, a via negocial.



Análise do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2009, face ao final do ano anterior é apresentada como segue:

(valores Expressos em milhares de Euros)

	2009		2008	
	Exposição* máxima	Exposição** líquida	Exposição* máxima	Exposição** líquida
Activos Financeiros detidos para negociação	352.487	352.487	277.124	277.124
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	470.314	470.314	248.046	248.046
Activos Financeiros disponíveis para venda	105.371	105.371	159.476	159.476
Crédito a Clientes	11.487.864	6.094.685	10.336.949	5.570.458
Investimentos detidos até à maturidade	80.399	80.399	84.003	84.003
Outros Activos	1.945.770	1.945.770	1.771.018	1.771.018
Sub-Total	14.442.205	9.049.026	12.876.616	8.110.125
Passivos contingentes	2.730.094	2.730.094	2.235.007	2.235.007
Compromissos assumidos	1.611.862	1.611.862	1.575.955	1.575.955
Sub-Total	4.341.956	4.341.956	3.810.962	3.810.962
Total de exposição a risco de crédito	18.784.161	13.390.982	16.687.578	11.921.087

* **Exposição máxima:** respeita ao valor líquido de balanço, sempre que aplicável

** **Exposição líquida:** Respeita à Exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.

A integração da Tecnicredito, SGPS, SA, em 2009, contribuiu para um incremento de cerca de 5% na Exposição Líquida da rubrica Crédito a Clientes.

a) Estrutura da carteira de crédito

À data de 31 de Dezembro de 2009, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009		2008	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Indústria	752.485	589.755	742.719	630.571
Construção	1.265.967	753.998	940.905	622.420
Vendas a Retalho	477.295	306.633	400.527	300.693
Serviços	2.235.247	1.261.230	1.843.756	1.110.880
Instituições financeiras e seguradoras	239.027	219.924	161.598	135.340
Sector Público	94.455	92.573	84.365	83.474
Outros (inclui Particulares)	6.423.388	2.870.572	6.163.079	2.687.080
Total de Exposição a riscos de crédito	11.487.864	6.094.685	10.336.949	5.570.458

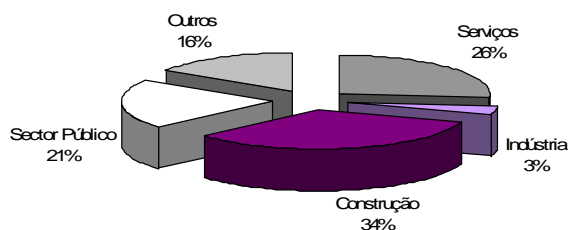
Nota: Serviços inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

O segmento “Serviços” representa 19% do total da exposição máxima em 2009, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento “Construção” contribuindo com 11% de exposição.

Ainda, e no que se refere à exposição de risco por sector, salientamos que a exposição ao risco de crédito dos top-20 clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2009 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.212 milhões de Euros. A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:



Distribuição Sectorial - Top 20



b) Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2009, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, assumindo uma representatividade de 85%, destacando-se também o expressivo contributo das Regiões Autónomas (27% do total do crédito concedido):

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009		2008	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	6.674.737	3.523.089	6.057.037	3.191.879
Regiões Autónomas	3.125.727	120.522	3.056.842	1.559.739
União Europeia	655.537	222.256	313.217	36.995
Resto da Europa	47.430	105.265	145.507	136.208
América do Norte	153.469	587.705	142.622	109.042
América Latina	614.015	1.389.513	398.422	373.997
Resto do Mundo	216.949	146.335	223.302	162.598
Total de exposição a riscos de crédito	11.487.864	6.094.685	10.336.949	5.570.458

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil em cerca de 5% e, sendo também de salientar o mercado da União Europeia com uma expressividade de 6% dos quais 2% advêm da contribuição da integração da Tecnocrédito, SGPS, SA no Grupo.

c) Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2009, a exposição do Grupo aos mercados por sector de actividade assume a seguinte distribuição:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009						Total
	Portugal	Resto da Europa	América latina	União Europeia	Resto do Mundo	América do Norte	
Serviços*	2.166.020	7.499	14.479	17.313	29.687	249	2.235.247
Construção	1.255.944	-	-	2.858	7.165	-	1.265.967
Instituições financeiras e seguradoras	150.046	11.687	37.789	31.287	8.218	-	239.027
Indústria	748.376	-	738	1.289	-	2.082	752.485
Vendas a retalho	465.232	5	5.002	7.056	-	-	477.295
Sector público	94.448	-	-	7	-	-	94.455
Outros (inclui Particulares)	4.920.398	28.239	556.007	595.727	171.879	151.138	6.423.388
Total Exposição por Sector de Actividade /Áreas Geográficas	9.800.464	47.430	614.015	655.537	216.949	153.469	11.487.864

* Serviços inclui Actividades Imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.



d) Montantes médios por intervalos de exposição

Em 31 de Dezembro de 2009, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

(valores Expressos em milhares de Euros)

2009				
Intervalo de valor por Operação	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
] 0M a 0,5M]	425.213	7.086.606	17	61,7%
] 0,5M a 2,5M]	1.510	1.825.968	1.209	15,9%
] 2,5M a 5M]	206	759.436	3.687	6,6%
] 5M a 10M]	100	763.589	7.636	6,6%
] > 10M]	51	1.052.265	20.633	9,2%
Total	427.080	11.487.864		

O intervalo] 0M a 0,5M] inclui o contributo de 10,7% da Tecnicrédito SGPS SA.

Face aos valores apresentados, 77,6% do montante total do crédito resulta de operações com uma exposição ao risco de crédito até 2,5 milhões de Euros, o que denota a disseminação existente no crédito concedido.

2.3.2 Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Ao nível do Grupo Banif, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias, não sendo política do Grupo a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado.

A 31 de Dezembro de 2009, o valor de mercado, em termos absolutos, da carteira de títulos detidos para negociação do Grupo Banif consolidado ascendia a 272 milhões de Euros, decomposto entre 268 milhões de Euros de posições longas e 4 milhões de Euros de posições curtas.

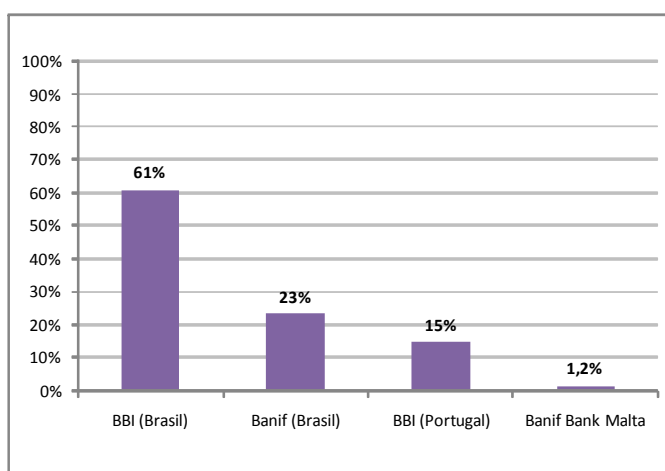
Gestão do Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado é realizada de uma forma autónoma pelas várias subsidiárias, reflectindo as especificidades e vantagens competitivas, entre as quais a proximidade e o conhecimento local dos mercados em que operam, com particular ênfase para as instituições que actuam no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, o Banif Banco de Investimento, SA (Brasil), incluindo as suas participadas, e a unidade de banca comercial, Banif Banco Internacional do Funchal, SA (Brasil) e, ainda, o Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal.



Em termos consolidados, o Banif Banco de Investimento, SA (Brasil), incluindo as sociedades participadas, representa a maior fatia da carteira de negociação com um peso de 61%, seguido do Banif Banco Internacional do Funchal, SA (Brasil) com 23% e do Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal, com um peso de 15%. As posições das restantes subsidiárias do Grupo são residuais.

À data de 31 de Dezembro de 2009, a carteira de títulos de negociação por subsidiárias apresentava a seguinte repartição:



Análise do Risco de Mercado

a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos, sendo que, no exercício, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

Foram realizados no exercício testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução 19/2005 e Instrução 32/2009 do Banco de Portugal. A magnitude dos impactos simulados não é considerada significativa.

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros tem por base a análise efectuada para efeitos do reporte a entidades de supervisão. A análise considera um choque standard positivo ou negativo de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo o Grupo determina o impacto nos seus indicadores de outras magnitudes de choque.

Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são sensíveis a variações ocorridas nas taxas de juro.



Análise de sensibilidade impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores expressos em milhares de euros)

		2009	2008
EUR	Impacto na Situação Líquida	(74 730)	(64 607)
	Fundos Próprios	1 176 768	911 899
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-6,4%	-7,1%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	14 664	(7 141)
	Margem Financeira	288 494	169 431
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	5,1%	-4,2%
USD	Impacto na Situação Líquida	(2 496)	(4 842)
	Fundos Próprios	1 176 768	911 899
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-0,2%	-0,5%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	(10 533)	332
	Margem Financeira	288 494	169 431
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-3,7%	0,2%
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	(77 226)	(69 449)
	Fundos Próprios	1 176 768	911 899
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-6,6%	-7,6%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	4 131	(6 809)
	Margem Financeira	288 494	169 431
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	1,4%	-4,0%

b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

O risco cambial representa o risco de que o valor de instrumentos financeiros expressos em moeda estrangeira apresentem flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, centra-se na carteira de crédito concedido em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:



(Valores expressos em milhares de Euros)

Moeda	2009	2008
	Crédito	Crédito
EUR	10.447.593	9.551.355
BRL	462.143	306.696
USD	371.863	393.827
CHF	106.876	3.189
CVE	79.706	74.957
HUF	7.533	0
PLN	4.542	0
JPY	3.988	5.521
GBP	3.560	1.383
DKK	55	8
SEK	5	4
CAD	0	9
Total	11.487.864	10.336.949

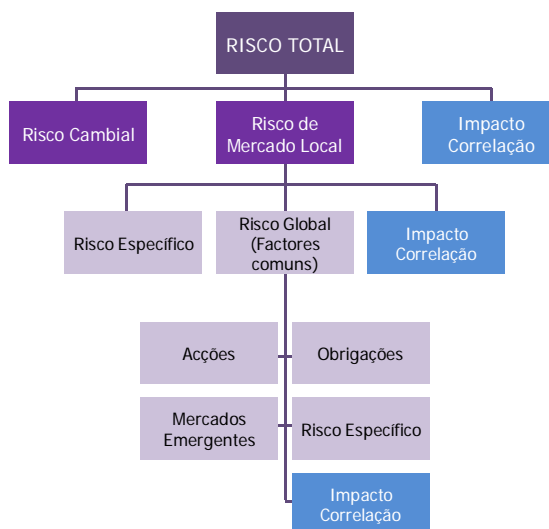
Nota: a contribuição da Tecnicrédito SGPS SA assume-se como relevante na exposição aos Francos Suiços (98%), na exposição ao Zloty Polaco (100%) e no Forint Húngaro.

c) Análise de sensibilidade aos riscos de preços

Em 2009, o Grupo desenvolveu grandes esforços no sentido da revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo do risco de mercado, tendo efectuado com sucesso a migração das carteiras de negociação das entidades do Grupo, para uma ferramenta de análise do risco de mercado - o BarraOne, propriedade do MSCI Barra, já anteriormente utilizada pelo Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal.

Este sistema permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva *forward-looking*.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o BarraOne desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado *per se*, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico, e correlação.

Risco Global – consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, *spread*, mercados emergentes e *hedge funds*, *commodities*. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

Acções: cada activo é classificado no sector onde melhor se enquadra (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector. Além disso, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização: i) expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas, ii) padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;

Obrigações: os activos são analisados em duas vertentes: i) Taxa de Juro (Yield Curve), que inclui o risco que decorre das alterações da inclinação da curva de rendimentos e da curvatura (*twist* ou *butterfly*) e ii) Spread, que analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação de VaR.

Mercados Emergentes: mede o risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

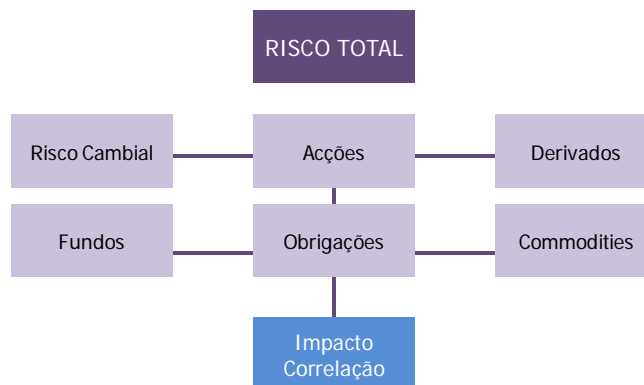
De referir que as instituições do Grupo Banif a operar no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e a unidade de banca de comercial, Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, possuem um sistema próprio de controlo e gestão de risco de mercado, utilizado igualmente com objectivos de reporte prudencial, de acordo com as regras da



entidade de supervisão, o Banco Central do Brasil (BACEN). Em termos regulamentares, o Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA não procede à distinção entre carteira bancária e de negociação, procedendo ao cálculo do VaR para a totalidade das posições.

O sistema MAPS, propriedade da MAPS S.A. Soluções e Serviços, é uma importante ferramenta de suporte à gestão e controle de riscos, sendo uma referência no mercado financeiro brasileiro, utilizado pelos principais bancos deste país, permitindo o controlo de limites, testes de aderência e testes de esforço, elaboração de relatórios para a gestão e de reporte ao Banco Central do Brasil.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o MAPS desagrega o risco para o cálculo do VaR.



Nos quadros seguintes, apresenta-se o Value-at-Risk (VaR) para a carteira de títulos de negociação detida pelo Grupo que, a 31 de Dezembro de 2009, era composta maioritariamente por títulos de renda fixa. O VaR foi calculado com um horizonte de 10 dias e um intervalo de confiança de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de Basileia.

O sistema BarraOne foi aplicado às carteiras de negociação das várias entidades do Grupo, à excepção da carteira de títulos do Banif BI (Brasil), incluindo participadas, tendo em consideração que o sistema usado internamente para controlo e gestão de risco de mercado, o MAPS, revela-se mais adequado ao tratamento das respectivas carteiras, dadas as características dos activos, entre os quais unidades de participação de fundos de investimento e outros instrumentos financeiros locais. A carteira de negociação do Banif BI (Brasil), incluindo sociedade participadas, correspondia a cerca de 160 milhões de Euros, à taxa de câmbio de final do ano, com o VaR total da carteira a atingir BRL 981 mil (ou 390 mil euros).

No que diz respeito à carteira do Banif Banco Internacional do Funchal, SA (Brasil), com um valor de mercado de cerca de 70 milhões de Euros a 31 de Dezembro de 2009, era composta por títulos com elevada liquidez, quase na sua totalidade obrigações de dívida pública brasileira, de taxa fixa, em moeda local, com maturidade de curto prazo (até 2 anos), e uma *duration* inferior a um ano. O VaR total da carteira ascendia a BRL 773 mil (308 mil Euros) no final do ano.

A carteira de negociação do Banco de Investimento, em Portugal, a 31 de Dezembro de 2009 era composta quase exclusivamente por títulos de renda fixa, com cerca de metade da carteira denominada em dólares, em que a componente de acções assume um peso imaterial, que se traduzia num valor de mercado de cerca de 37 milhões de Euros. Em termos de risco-país, cerca de dois terços da carteira corresponde a membros da OCDE (Europa e EUA), dos quais metade da carteira é respeitante a títulos de renda fixa de emitentes nacionais. O Brasil assume também uma componente importante do risco, representando cerca de um terço da carteira de negociação do banco de investimento em Portugal. O VaR da carteira de negociação da unidade de banca de investimento em Portugal ascendia a 780 mil Euros no final do ano.



Nos quadros seguintes, apresenta-se o VaR para a carteira consolidada a 31 de Dezembro de 2009, desagregada pelas várias subsidiárias do Grupo, reflectindo a gestão independente e local das respectivas carteiras de negociação e o risco de mercado próprio a que estão sujeitas.

Decomposição do VaR da carteira do Banif BI (Brasil):

	VaR da Carteira (BRL mil)	VaR da Carteira (€ mil)
Risco Total	981	390
Risco de Mercado	602	240
<i>Acções</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Fundos</i>	<i>4</i>	<i>2</i>
<i>Obrigações</i>	<i>598</i>	<i>238</i>
Risco Cambial	7	3

Decomposição do VaR da carteira do Banif (Brasil):

	VaR da Carteira (BRL mil)	VaR da Carteira (€ mil)
Risco Total	773	308
Risco de Mercado	773	308
<i>Risco Global (factores comuns)</i>	<i>771</i>	<i>307</i>
<i>Acções</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Sector</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Estilo</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Obrigações</i>	<i>771</i>	<i>307</i>
<i> Curva de Rendimento</i>	<i>771</i>	<i>307</i>
<i>Spread</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Mercados Emergentes</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i> Correlação - factores comuns</i>	<i>-0,3</i>	<i>-0,12</i>
<i>Risco Específico</i>	<i>55</i>	<i>22</i>



Decomposição do VaR da carteira do Banco de Investimento (Portugal) e outras¹

	VaR da Carteira (€ mil)
Risco Total	780
Risco de Mercado	603
<i>Risco Global (factores comuns)</i>	<i>586</i>
<i>Acções</i>	<i>8</i>
<i>Sector</i>	<i>8</i>
<i>Estilo</i>	<i>2</i>
<i>Obrigações</i>	<i>554</i>
<i>Curva de Rendimento</i>	<i>569</i>
<i>Spread</i>	<i>317</i>
<i>Mercados Emergentes</i>	<i>172</i>
<i>Correlação - factores comuns</i>	<i>-482</i>
<i>Risco Especifico</i>	<i>144</i>
Risco Cambial	745
Correlação Moeda / Mercado	-568

Desta forma, o VaR total agregado das carteiras de negociação das várias entidades do Grupo Banif ascende a cerca de 1,5 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2009, representando menos de 1% do valor de mercado. O rácio do VaR total nos fundos próprios de base consolidados do Grupo (*Tier 1*), assume um peso muito reduzido, inferior a 0.2%.

2.3.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos Clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, têm garantido, apesar de uma redução generalizada dos níveis de liquidez verificada durante o ano de 2009 no sistema financeiro, a estabilidade dos recursos. No decurso de 2009, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os vários períodos analisados, garantindo a continuidade do modelo de negócio do Grupo.

A volatilidade que continuou a verificar-se em 2009 nos mercados onde o Grupo actua, obrigou a um acompanhamento mais apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores

¹ Para efeitos de simplificação de apresentação, inclui-se no quadro as exposições de carteira de negociação do Banif Bank Malta, com um valor de mercado de cerca de €3,5 milhões e do Banif Açor Pensões, com um valor de mercado de cerca de €30 mil, cujo peso no VaR é residual (cerca de €40 mil).



presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

Análise do Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram realizados também testes de esforço relativos ao risco de liquidez. A magnitude dos impactos simulados permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macro-económico verificado.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

a) Concentração de risco por data de maturidade

(valores expressos em milhares de euros)

2009	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	2.181.354	2.053.350	2.151.725	2.086.469	2.808.805	1.980.576	13.262.279
Recursos de IC's	133.729	141.705	498.009	1.120.058	996.953	119.601	3.010.055
Debitos para com Clientes	1.870.538	1.831.824	1.502.857	801.024	728.827	66.404	6.801.474
Debitos representados por Títulos	5.307	34.844	128.218	72.837	892.717	1.123.012	2.256.935
Passivos Subordinados	0	0	0	515	170.328	151.640	322.483
Outros Passivos	171.780	44.977	22.641	92.035	19.980	505.038	856.451
Provisões	0	0	0	0	0	14.881	14.881
Capital e reservas	0	0	0	0	0	1.179.926	1.179.926
Total	2.181.354	2.053.350	2.151.725	2.086.469	2.808.805	3.160.502	14.442.205
Activo							
Credito sobre IC's	148.705	95.873	82.153	94.600	58.244	43.196	522.771
Credito sobre Clientes	692.977	1.152.085	959.279	1.946.804	3.308.679	3.428.040	11.487.864
Títulos de Rend. fixo e variavel	25.704	10.320	122.876	185.470	134.621	449.181	928.172
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	33.246	397.215	430.461
Outros Activos	511.397	32.389	5.507	184.710	46.695	292.239	1.072.937
Total	1.378.783	1.290.667	1.169.815	2.411.584	3.581.485	4.609.871	14.442.205

(valores expressos em milhares de euros)

2008	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	2.837.875	2.151.038	1.659.109	1.288.609	2.704.381	1.372.834	12.013.846
Recursos de IC's	644.452	406.384	242.475	364.100	1.321.707	67.734	3.046.852
Debitos para com Clientes	2.150.698	1.707.048	1.315.277	644.680	557.232	139.928	6.514.863
Debitos representados por Títulos	17.187	20.116	72.289	259.395	713.768	303.140	1.385.895
Passivos Subordinados	0	15.202	15.231	0	109.539	183.133	323.105
Outros Passivos	25.538	2.288	13.837	20.434	2.135	665.675	729.907
Provisões	0	0	0	0	0	13.224	13.224
Capital e reservas	0	0	0	0	0	862.770	862.770
Total	2.837.875	2.151.038	1.659.109	1.288.609	2.704.381	2.235.604	12.876.616
Activo							
Credito sobre IC's	45.636	31.077	20.211	14.687	0	187.288	298.899
Credito sobre Clientes	922.424	908.907	812.548	1.086.159	2.551.845	4.055.066	10.336.949
Títulos de Rend fixo e variavel	61.424	73.230	91.551	139.894	189.652	128.895	684.646
Participações e Imobilizações	736	0	0	0	0	398.211	398.947
Outros Activos	270.211	59.923	3.137	117.020	43.988	662.896	1.157.175
Total	1.300.431	1.073.137	927.447	1.357.760	2.785.485	5.432.356	12.876.616

A análise dos desfasamentos (*Gap*) verificados entre os prazos de maturidade dos instrumentos financeiros considerados, permite também verificar concentrações de risco de liquidez nos vários prazos.



(valores expressos em milhares de euros)

2009

	GAP	GAP Acumulado	%GAP /Total Activo	%GAP Acumulado /Total Activo
Até 1m	(802.571)	(802.571)	-5,6%	-5,6%
1-3m	(762.683)	(1.565.254)	-5,3%	-10,8%
3-6m	(981.910)	(2.547.164)	-6,8%	-17,6%
6-12m	325.115	(2.222.049)	2,3%	-15,4%
1-5 A	772.680	(1.449.369)	5,4%	-10,0%
>5A	1.449.369	-	10,0%	-

(valores expressos em milhares de euros)

2008

	GAP	GAP Acumulado	%GAP /Total Activo	%GAP Acumulado /Total Activo
Até 1m	(1.537.444)	(1.537.444)	-11,9%	-11,9%
1-3m	(1.077.901)	(2.615.345)	-8,4%	-20,3%
3-6m	(731.662)	(3.347.007)	-5,7%	-26,0%
6-12m	69.151	(3.277.856)	0,5%	-25,5%
1-5 A	81.104	(3.196.752)	0,6%	-24,8%
>5A	3.196.752	-	24,8%	-

Em 2009, prosseguiu o projecto para o desenvolvimento de um Modelo de *ALM - Asset and Liability Management* que visa introduzir melhorias efectivas na actividade de gestão de activos e passivos no Grupo. Este projecto que se prevê estar concluído em 2010, permitirá aperfeiçoar as metodologias que permitem desenvolver a actividade de medição e gestão dos vários riscos de balanço e, bem assim, alinhar os procedimentos e estrutura organizacional de acordo com as melhores práticas de mercado.

2.3.4 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo e que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

Ao nível nacional, as entidades do Grupo estão focadas e orientadas para a identificação de focos de risco e respectiva mitigação, acções estas que se desenvolvem através da colaboração dos seus GestoresRO, seleccionados para as áreas de negócio funcionalmente mais relevantes.

Os reportes efectuados por estas Entidades, encontram-se disponíveis centralmente numa base de dados de eventos e perdas em valor que permite avaliar a sua distribuição por categorias de risco, por tipos de eventos, por processos internos e, por linhas de negócio. Esta informação permite efectuar análises de medição dos eventos, em frequência e severidade, promovendo-se as acções correctivas adequadas à prevenção e mitigação dos riscos percebidos ou ocorridos.

No decurso do exercício de 2009, manteve-se o processo de identificação das principais deficiências das filiais que concorrem mais significativamente para o perfil de risco do Grupo tendo-se efectuado a sua relação com os eventos de risco operacional, monitorando-se as acções de remediação a nível central.



Mantêm-se em curso o desenvolvimento de acções com vista à implementação do interface com as aplicações que dispõem de informação relevante para a medição do risco operacional.

Plano de Continuidade de Negócio (PCN)

O Grupo tem vindo a promover um conjunto alargado de acções e iniciativas no sentido de criar, para o Grupo, um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) apoiado nos Planos de Contingência Individuais e Parcelares, de acordo com as imposições e recomendações regulamentares ou com as condições de mercado.

Por outro lado, tem-se registado um esforço por parte de cada uma das Entidades do Grupo de promover cenários de resposta a crises potenciais. Com efeito, no decurso de 2009, assistiu-se à consolidação e reforço das acções relativas à aprovação das políticas e estratégias de implementação dos Planos de Contingência Operacional, *Disaster Recovery Plan* (DRP) e Planos de Contingência Liquidez /Financeiro, estando definidas as localizações e infra-estruturas alternativas, as cadeias de substituição, os gestores de crise, os requisitos mínimos de pessoas e equipamentos, as actividades indispensáveis, os registos vitais, entre outros.

Ainda, no âmbito do PCN, teve início em 2009, um projecto de avaliação, estruturação e sistematização da informação existente por forma a garantir que, ao nível do Grupo, existam as bases que garantem uma maior adequação aos requisitos regulamentares assim como a noção clara do nível de resiliência existente e/ou pretendido.

2.4 Finanças e Planeamento

A Direcção Corporativa de Finanças e Planeamento foi criada durante 2009. Prevê-se que venha a ter funções relacionadas com a gestão da base de capital do Grupo, com o Balanço, com a estrutura corporativa de participações sociais e com as relações com o mercado.

Durante o ano de 2009, a Direcção Corporativa de Finanças e Planeamento iniciou as suas funções através da intervenção, designadamente, nas matérias seguintes:

- Implementação de um sistema de reporte mensal de informação de gestão sobre as diversas unidades do Grupo. Este sistema, embora sem substituir os reportes contabilísticos regulares, é efectuado bastante mais cedo com as vantagens inerentes;
- Colaboração com diversas unidades do Grupo para agilizar a colocação de produtos financeiros nas redes e intervenção em acções de formação sobre os produtos mais complexos;
- Dinamização do funcionamento de um mercado secundário para alguns instrumentos de dívida emitidos por entidades do Grupo;
- Colaboração na estruturação e colocação de diversas emissões de dívida e instrumentos híbridos;
- Estudo da optimização dos fluxos financeiros entre diferentes unidades do grupo e elaboração de propostas nesse sentido;

2.5 Compliance

No que concerne o *Compliance* Corporativo, o Plano de Acção para 2009 definiu a matriz de temas de *compliance* relevantes no contexto das actividades do Grupo, precisando os temas a ser objecto de desenvolvimento de políticas e *standards* do Grupo, e as respectivas prioridades, e consolidando, no quadro do modelo de governo do Grupo, a abordagem corporativa ao risco de *compliance*.



Tendo em consideração o enquadramento das funções de controlo regulamentado pelos Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 e pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2008, o *Compliance* Corporativo submeteu à apreciação do Conselho de Administração o Diagrama Geral da Função *Compliance* no Grupo, estabilizando assim o quadro de entidades do Grupo onde é relevante o exercício desta função de controlo.

Neste enquadramento, tem-se vindo a proceder à implementação do Programa de *Compliance* Corporativo que contempla quatro fases distintas: na 1ª Fase identificou-se a situação concreta das Unidades de *Compliance* nas diversas entidades do Grupo; na 2ª Fase, e já na posse da informação relevante, procedeu-se à avaliação da situação global e está em curso o desenvolvimento de políticas e procedimentos de alto nível; a 3ª Fase refere-se à implementação das mencionadas políticas e procedimentos e a 4ª Fase corresponderá à análise dos resultados de tal implementação e à aplicação das medidas correctivas que se revelem adequadas.

É pertinente, a este propósito, referir o trabalho desenvolvido com o Banif, no que respeita aos processos de elaboração de normativo interno nos domínios da prevenção do abuso de informação privilegiada e das sanções internacionais, que permitirá definir políticas e *standards* para o Grupo nestas matérias.

Ainda em linha com o Plano de Acção para 2009, procedeu-se à implementação de um Modelo de Reporte Funcional Periódico ao *Compliance* Corporativo por forma a criar as condições que permitam a recolha da informação essencial para o efectivo controlo dos riscos de *compliance* associados às actividades desenvolvidas pelas diversas entidades do Grupo.

O *Compliance* Corporativo deu também continuidade às iniciativas relativas ao Projecto de Manuais de Ética e Deontologia, concluindo o processo de divulgação do Código de Conduta do Banif – Grupo Financeiro, que veio dotar as entidades do Grupo de um quadro de referências éticas e deontológicas que devem presidir à conduta dos seus Colaboradores.

No âmbito das responsabilidades cometidas ao *Compliance* Corporativo, este órgão tem vindo a acompanhar as medidas legislativas e regulamentares dirigidas ao sector financeiro, em matérias como a revisão do regime sancionatório para o sector financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional, o regime de remuneração dos administradores de sociedades cotadas e as políticas de remuneração no sector dos serviços financeiros, o crédito ao consumo e a prestação de serviços de pagamento.

No domínio das actividades de *compliance* relativas à emitente Banif SGPS, o *Compliance* Corporativo continuou a aprofundar o desenvolvimento do Programa de medidas para aumentar o cumprimento das recomendações da CMVM para o governo das sociedades, sendo de destacar nesta matéria a aprovação de uma política de comunicação de irregularidades em linha com aquelas recomendações.

O *Compliance* Corporativo prosseguiu ainda o acompanhamento de vários outros temas de entre os quais se destacam os processos de *self-assessment*, de remediação de deficiências e de elaboração dos relatórios anuais individuais, no âmbito do sistema de controlo interno do Grupo.

2.6 Auditoria

À Auditoria Interna Corporativa (AIC), integrada no Centro Corporativo do Banif - Grupo Financeiro, estão atribuídas as seguintes funções principais:

- Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo;



- Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;
- Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar, directamente ou coordenar a subcontratação, das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de Órgão de Auditoria Interna próprio;
- Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos órgãos sociais e às entidades de supervisão.

A principal acção estruturante desenvolvida pela AIC, durante o exercício de 2009, consistiu na implementação da função de auditoria interna de Grupo, procurando assegurar a aplicação dos requisitos mínimos do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, os quais implicam grandes exigências de controlo interno/auditoria, dentro de princípios de rigor e eficácia, ao nível das instituições do Grupo sujeitas ao referido Aviso.

Neste âmbito, encontra-se em vigor o organigrama geral dos serviços de auditoria interna, que abrange as filiais do Grupo, estando nomeados os respectivos responsáveis, definidas as prioridades de actuação e estabelecido o plano de acção corporativo, dentro de princípios de rigor, eficácia e adequação aos novos desenvolvimentos colocados, na conjuntura actual, pelas autoridades reguladoras em matéria de auditoria das instituições de crédito e das sociedades financeiras.

No âmbito da nova estrutura orgânica passaram a existir novas entidades do Grupo dispondo da função de auditoria interna e, ao mesmo tempo, verificou-se um aumento do quadro de pessoal, atingindo o total de 40 elementos, o que permitiu melhorar e aproximar do valor de referência do rácio de auditores/colaboradores reconhecido internacionalmente (1%).

O Conselho de Administração da Banif SGPS aprovou os documentos estruturantes da AIC, designadamente, a Carta de Princípios de Auditoria, a Estratégia de Auditoria 2009-2012 e o Regulamento de Auditoria, que completam a moldura orgânica e de actuação da função de auditoria interna, em base coerente e consistente, reforçando o controlo interno corporativo e, conseqüentemente, a convergência e eficiência na consecução dos objectivos a nível individual.

A AIC desenvolveu actividades de coordenação inerentes à relação funcional com as funções de auditoria individuais, necessárias à implementação da estrutura, à definição dos planos de actividades, ao acompanhamento de acções de auditoria, à aprovação dos respectivos documentos estruturantes, à elaboração dos relatórios de controlo interno e à gestão de informação para efeitos de controlo interno na vertente de auditoria.

Por outro lado, definiu um modelo para as funções de auditoria individuais executarem, ao longo de 2009, uma acção de auditoria específica à carteira de crédito das filiais no estrangeiro, envolvendo um universo de Clientes representativo, com o objectivo de avaliar o risco de crédito e o sistema de controlo interno associado.

Neste exercício, a AIC realizou acções de auditoria directas com o objectivo de avaliar os requisitos do sistema de controlo interno que devem ser implementados pela empresa-mãe conforme previsto no n.º 2 do artigo 24º do referido Aviso e efectuou a revisão independente do processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) tendo elaborado o parecer com as respectivas conclusões, apresentado ao Conselho de Administração da Banif SGPS, conforme estipulado na Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal.

Ao longo de 2009 diligenciou-se no sentido de dotar a função de uma estrutura de informação, tanto quanto possível, partilhada, factor essencial ao seu adequado funcionamento e à percepção e acompanhamento da actividade e riscos do Grupo.



A AIC encontra-se dotada de um modelo organizacional sólido, coerente e consistente, o qual incorpora os requisitos regulamentares, as orientações e as melhores práticas de auditoria interna, reconhecidas e aceites a nível nacional e internacional, para a prossecução da sua visão, missão, objectivos estratégicos e atribuições.

Segundo estes objectivos, o ano de 2010 constituirá uma fase de consolidação da estrutura da AIC e de aprofundamento da sua actuação, a nível do Grupo, de acordo com os documentos estruturantes e com o Plano de Actividades.

No que se refere especificamente à actividade bancária, ao nível do Banif, a Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI), assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo o aprimorar dos programas de trabalho para a auditoria operacional e o enfoque na auditoria contínua, dirigidos às Unidades de Negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal, relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno e às exigências reconhecidas e aceites ao nível internacional, transposta na publicação do Aviso n.º 5/2008, levaram à revisão dos processos de análise de Prevenção de Fraude Interna anteriormente implementados, assim como à especialização da actividade de auditoria contínua no âmbito da revisão do controlo interno.

Em resultado da experiência acumulada intensificou-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna, com enfoque no objectivo de desempenho, informação e *compliance*, aproveitando as sinergias advindas da implementação da “Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais” ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar a operacionalidade e a manutenção de acções de auditoria por todo o território nacional.

O Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI) garantiu o acompanhamento do controlo e análise do funcionamento dos sistemas informáticos geridos pela BanifServ, focando, em especial, a qualidade e segurança dos serviços prestados.

Este Gabinete integra dois grupos de trabalho, um primeiro ligado à Polícia Judiciária – Secção Central de Investigação da Criminalidade de Alta Tecnologia e um segundo Interbancário, ambos ligados ao combate à Fraude Electrónica.

O Gabinete de Auditoria Operacional e Inspecção (GAOI) garantiu, através de acções de auditoria presencial, distância e contínua, um suporte à monitorização do risco operacional nas estruturas comerciais, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo interno.

Do plano anual de actividades para 2009, constaram acções como:

- Auditorias a Unidades de Negócio (Agências /Centros de Empresa);
- Auditoria aos Serviços Centrais;
- Auditorias aos Sistemas de Informação.

Foram realizadas as seguintes auditorias:

Unidades de Negócio	422
Serviços Centrais	13
Sistemas de Informação	12
	447



Todas as acções executadas foram objecto de planeamento, revisão dos papéis de trabalho e relatório. De acordo com o circuito de relatórios instituído, todos estes foram alvo de Despacho da Comissão Executiva e obtiveram acompanhamento dos órgãos auditados, ou que foram envolvidos nas recomendações, tendo sido devidamente arquivados, uma vez verificadas as acções correctivas às anomalias identificadas.

Foram, também, realizadas acções de formação em Auditoria Bancária, de acordo com o plano de formação anual, com o objectivo de desenvolver as competências profissionais do pessoal afecto à DAI.

Assim, a Direcção, através do conjunto de acções desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Operacional (GAOI) e pelo Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI), assegurou um adequado contributo para a revisão do controlo interno instituído.

2.7 Imagem e Comunicação

Em 2009, a Função Imagem Corporativa efectuou a gestão da “marca Banif” e, nessa medida, assegurou o cumprimento, por todas as empresas do Grupo, das normas estabelecidas nesta matéria.

Nesse contexto, e consequência lógica da fase pós-*rebranding*, destaca-se o projecto de *Brand Center* da marca, que se encontra em avançada fase de desenvolvimento e que constitui uma ferramenta fundamental que permitirá disponibilizar a marca de forma transparente, normalizada e facilitadora junto dos vários *stakeholders*.

Neste período, foram igualmente iniciados um conjunto de projectos que têm por objectivo estabelecer uma comunicação (interna/externa) mais acessível e eficaz do Banif - Grupo Financeiro, nomeadamente intranet, *newsletter* para Clientes; nova revista interna e brochura institucional.

Na sequência da integração do Grupo Tecnicrédito no Banif - Grupo Financeiro, a Função Imagem Corporativa acompanhou e geriu todo o processo de *rebranding* do Banco Mais, S.A., cuja actividade comercial passou a realizar-se com referência à marca “Banif Mais”.

Neste âmbito, procedeu-se à respectiva normalização da imagem corporativa, através da incorporação na arquitectura monolítica da “marca Banif”. Foi efectuado um trabalho de normalização de estabelecimentos / equipamentos e de todos os suportes de comunicação internos e externos existentes.

O “ValoresCentauro” foi outro dos grandes projectos desenvolvidos em 2009, tendo a Função Imagem Corporativa colaborado com a Função Recursos Humanos Corporativos através da definição, desenvolvimento estratégico, materialização gráfica e criativa e aplicabilidade dos diversos suportes de comunicação.

No âmbito da imagem corporativa destaca-se ainda o facto de o Banif - Grupo Financeiro ter integrado, pela primeira vez, o Top500 mundial da terceira edição do “*Global 500 Banking Brands Index*”, sendo reconhecida como a 491.º marca mais valiosa do mundo, com 78 milhões de dólares de *brand value*. Da edição de 2009, agora publicada, fazem ainda parte mais 4 marcas financeiras portuguesas.

Este resultado demonstra que a “marca Banif”, após o recente *rebranding*, conheceu uma importante valorização, notabilizando a imagem corporativa do Grupo de forma eficaz. A tangibilização do valor da “marca Banif” encontra-se também reflectida na manutenção, em níveis elevados, das notoriedades Expontânea e Total.

Uma outra consequência deste *rebranding*, foi o facto de o Banif ter sido nomeado para um conjunto de prémios de referência na área do Marketing, Publicidade e Comunicação. Foram os casos dos Prémios *Marketeer*, da revista com o mesmo nome, onde foram obtidos o prémio *Marketeer* do Ano e



as nomeações nas categorias de Banca e *Rebranding*, e dos Prémios “Meios e Publicidade 2008”, com nomeações nas categorias *Branding / Rebranding* e *Marketeer* do ano .

Procedeu-se à execução e distribuição dos Relatórios e Contas de 2008 da Banif SGPS, em versão bilingue e em CD, bem como do Código de Conduta do Banif – Grupo Financeiro.

A Função de Imagem Corporativa tem também a seu cargo a Área de Sustentabilidade, que desenvolve iniciativas com vista à introdução das questões ambientais e sociais no seio das actividades das empresas do Grupo.

Esta área coordena o trabalho de 6 *Task Forces* criadas para gerir a temática da sustentabilidade de forma transversal ao Grupo, para além da comunicação interna e externa a este nível.

Em termos de comunicação, esta área coordenou e executou o 2.º Relatório de Sustentabilidade do Banif – Grupo Financeiro, tendo subido um patamar na escala de qualidade e abrangência da informação, ao alcançar o nível B das “Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade” da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI). O relatório, editado em português e inglês, foi divulgado interna e externamente. Para além disso, foi desenvolvido um esforço de sensibilização e comunicação internas nas temáticas da sustentabilidade e promovido o relacionamento com *stakeholders* através de vários fóruns.

Em matéria ambiental, foi aprovada e formalizada a Política Ambiental do Grupo, foi apoiado o lançamento dos produtos Crédito Mais Ambiente - Crédito Pessoal e Crédito Investimento - dirigidos a apoiar um vasto leque de soluções ambientais, foi fomentada a adesão a um protocolo com o Estado, com vista à oferta do produto Crédito Pessoal Solar Térmico e foi continuada a aposta na responsabilidade climática, através da neutralização de emissões de carbono dos Relatórios e Contas do Grupo, do Relatório de Sustentabilidade, das Agendas 2010, do Almoço de Natal e através da adesão ao Movimento ECO - Empresas contra os fogos.

Em 2009, foi também dada continuidade à análise de riscos ambientais e sociais na carteira de crédito, e foi promovida a adesão à Carta Anti-corrupção, no âmbito de uma iniciativa da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) em articulação com a Função de *Compliance* Corporativo.

Foram ainda desenvolvidas outras iniciativas, como a participação na Equipa do Projecto “ValoresCentauro”, que culminou com a redefinição da missão, visão e valores do Grupo, e o planeamento e implementação do Projecto de Recolha de Telemóveis, em parceria com a AMI – Assistência Médica Internacional, que pretendeu atingir objectivos de combate à exclusão social e protecção ambiental.

Como consequência da comunicação externa na área de sustentabilidade, o Grupo tem sido convidado a participar em diversas iniciativas relacionadas com esta matéria. Assim, em 2009, participou nos Prémios Sustentabilidade promovidos pela Heidrick & Struggles e pelo Diário Económico, que pretendem premiar as empresas com melhores práticas de sustentabilidade em Portugal. O Grupo registou variações positivas em todas as áreas relativamente ao ano de 2008 tendo, em alguns casos, ficado acima do *best player*. Para além deste prémio, ocorreu também a participação no Ranking de Responsabilidade Climática da Euronatura, onde a actividade bancária do Grupo manteve a 4ª posição no ranking sectorial do sector financeiro, com uma pontuação de 46,9% e, tendo obtido o 22ª posição no ranking geral, com uma pontuação 45,9%.

Todas as actividades relativas à Sustentabilidade encontram-se descritas, detalhadamente, no 3.º Relatório de Sustentabilidade do Grupo.

Relativamente ao site do Banif – Grupo Financeiro, foi aprofundada a área de Sustentabilidade (bilingue), para além das habituais actualizações de todas as informações referentes à relação com os



investidores (v.g. indicadores financeiros, relatórios e contas, dividendos, assembleia geral), bem como disponibilizados todos os comunicados efectuados ao mercado e *clipping* de notícias sobre o Grupo.

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na RAM durante o ano de 2009, foi desenvolvida num contexto marcado pelas adversidades decorrentes da conjuntura económica nacional e internacional e pelo aumento da já forte concorrência sentida ao nível do sector bancário na região.

Não obstante este enquadramento adverso, a Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM) actuou no seguimento de uma estratégia, em linha com os anos anteriores, tendente a manter o crescimento do negócio e a consolidar a sua posição de liderança no mercado regional.

Neste sentido, e durante o ano de 2009, a base de Clientes do Banco na RAM, aumentou cerca de 6.618 novos Clientes. Este aumento foi acompanhado pelo crescimento do número médio de produtos por Cliente (de 2,54 em 2008 para 2,60 em 2009, na Rede de Agências), materializando a maior fidelização dos actuais e dos novos Clientes ao Banco. Para cimentar este crescimento, a DCRAM participou activamente no processo global de renovação da certificação de qualidade do atendimento, um processo que envolveu toda a estrutura comercial e que distingue e valoriza o Banif relativamente aos seus concorrentes.

A rubrica “Recursos de Clientes”, foi influenciada negativamente pela evolução volátil dos mercados cambiais e pelo decréscimo dos depósitos de instituições públicas, não sendo totalmente compensada pela angariação de novos recursos. Deste modo, esta rubrica registou uma evolução negativa de 0,2%, face ao ano anterior, para um total de 2.109,1 milhões de euros.

Por outro lado, o crédito concedido a Clientes registou um crescimento de 1,6% durante o período em análise, para um total de 1.642,4 milhões de euros. Neste contexto, registou para as evoluções divergentes do Crédito Imobiliário e do Crédito ao Consumo: enquanto o primeiro registou uma evolução positiva de 3,9%, o segundo decresceu 1,6%, nomeadamente em virtude da erosão da carteira e de uma menor procura por parte deste tipo de crédito.

Como forma de acentuar a presença geográfica na RAM e reforçar a estrutura comercial do Banif, procederam-se a algumas adaptações. A Rede de Agências viu a sua estrutura crescer com a criação de uma nova Área de Negócio e com a abertura da Micro-Agência do Curral das Freiras. No Centro de Empresas da RAM, foi nomeado um novo Director de Centro e as Equipas de Serviço ao Cliente foram igualmente reorganizadas.

Com o objectivo de dinamizar a acção comercial, no âmbito do crescimento da actividade do negócio, foram projectadas várias campanhas em exclusivo na região. Destacam-se as campanhas lançadas em conjunto com a Zon Madeira, com o Gabinete de Acesso ao Ensino Superior e com o Gabinete do Desporto Escolar, esta última decorrente do estatuto de patrocinador principal da Festa do Desporto Escolar, um evento que reúne em competição todas as escolas da Região Autónoma.

Foram ainda concretizadas viagens aos Países de forte implementação da comunidade emigrante madeirense, nomeadamente Venezuela, África do Sul e Reino Unido, assim como alguns encontros na RAM com emigrantes de elevado potencial, no sentido de incrementar ainda mais os níveis de envolvimento desta comunidade com o Banif.



Em linha com o espírito de responsabilidade social e de valorização do empreendedorismo e do tecido empresarial madeirense, foram concretizadas duas novas parcerias: com a AJEM – Associação de Jovem Empresários da Madeira, para apoio ao “Prémio de Empreendedorismo” e com a Associação “Aprender a Empreender”. O apoio à iniciativa “rs4e – road show for entrepreneurship”, promovida pelo CEIM – Centro de Empresas e Inovação da Madeira, foi prorrogado por mais 2 anos lectivos. Ainda neste contexto, o Banif patrocinou a Conferência Anual do Turismo, pelo terceiro ano consecutivo, e marcou presença nas três principais mostras económicas da Região: Expomadeira, Expo-Porto Santo/Nautitur e FIC – Feira de Indústria e Construção.

A política de responsabilidade social do Banif na RAM continuou igualmente a ser materializada, através das parcerias que o Banif mantém com os principais Clubes da Região: o Clube Sport Marítimo e o Clube Desportivo Nacional. Neste quadrante, e envolvendo ambos os Clubes, foram promovidas iniciativas solidárias junto de crianças e jovens com necessidades especiais em várias escolas da Região e realizou-se o Troféu Banif Solidário, que, em 2009, se disputou na Cidade de Machico.

No âmbito da parceria com os Clubes de Golfe do Santo da Serra e do Porto Santo, realizaram-se os dois habituais Torneios de Golfe naquelas duas localidades, assim como se voltou a patrocinar o Torneio de Solidariedade em Golfe Porto Santo – Banif.

A actividade da DCRAM em 2009 fica igualmente marcada pelas actividades de âmbito sociocultural, das quais se destacam, o VIII Encontro de Gerações, que decorreu na Venezuela e teve como convidado especial o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Turismo, Dr. Bernardo Trindade, a V Edição do Prémio Zarco, um prémio que distingue, de dois em dois anos, madeirenses com obra realizada em áreas distintas como a artística, científica e literária, e o Dia da Família Banif, um convívio que reúne centenas de Colaboradores e seus familiares num espírito de união e confraternização.

Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos	- 0,2%
Crédito	+ 1,6%
Base de Clientes Activos	+ 3,0%
Base de Clientes	+2,9%

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A actividade comercial do Grupo na Região Autónoma dos Açores ficou, em 2009, marcada pela integração do BBCA no Banif. Esta alteração obrigou a um grande esforço de adaptação à nova plataforma informática e correspondentes alterações de métodos e procedimentos e foi vivida num contexto de agravamento da crise económica, com reflexos inevitáveis ao nível dos indicadores comerciais.

Não obstante, a Rede Comercial continuou a prosseguir os objectivos de crescimento de negócio, com a responsabilidade de consolidar a posição de liderança que mantém no mercado regional.

Assim, comprovando esta atitude, foi possível alargar a base de clientes em 4,2%, alcançando no final do ano um total de 120.103 clientes na Rede de Agências mantendo praticamente o mesmo número de clientes activos. O empenho na prestação de um serviço de qualidade traduziu-se ainda num reforço do já notável número médio de produtos por cliente, para 2,94 nesta Rede.

No contexto do difícil cenário em que a actividade comercial se desenrolou, registou-se, ao longo de 2009, uma quebra de 5,1% no total de Recursos de Balanço, não obstante a mesma ter sido compensada pelo comportamento dos Recursos fora de Balanço.



Quanto ao Crédito por Desembolso, assistiu-se a uma redução de 2,2% face à carteira do início do ano. Nota muito positiva para o comportamento do crédito vencido, atendendo a que se conseguiu reduzir a respectiva carteira em cerca de 10%.

A qualidade do serviço prestado aos clientes na RAA, no âmbito dos processos certificados foi oficialmente reconhecida, na sequência das auditorias externas que tiveram lugar em Novembro, com o objectivo de, por um lado, consolidar os processos já certificados e, por outro, validar a sua extensão à DCRAA. Nesta matéria, a prestação das Unidades de Negócio da DCRAA foi considerada digna de registo.

Foi também ao longo de 2009 que se deu lugar à implementação da Rede de Empresas e Empresários na DCRAA, inserida na Rede de Agências. No final deste primeiro ano, a Rede era constituída por 5 gestores, tendo sob gestão uma carteira de 1.152 Clientes, com um volume de Recursos de 25,5 milhões de euros e de Créditos de 52 milhões de euros.

A gestão da carteira das grandes empresas continuou a ser assegurada pela Rede de Centros de Empresas, com presença em todos os grupos de ilhas da RAA.

A partir de Junho de 2009, a gestão dos Clientes particulares, prosseguida, quer através do Centro Privado, quer através das diversas Agências, passou a estar abrangida por uma única Rede, designada por RPI - Rede de Particulares e Institucionais, que inclui ainda o Centro de Institucionais e Safira. Simultaneamente, foi criada uma quarta Direcção de Área, que veio permitir a divisão das Unidades de Negócio de S. Miguel e S. Maria em duas Direcções distintas.

Com o propósito de acentuar a presença do Banif na ilha Terceira, foi aberta a Agência da Conceição, na cidade de Angra do Heroísmo, em Setembro de 2009.

Com a introdução do projecto *Assurfinance* na RAA, neste último ano desenvolveram-se diversas iniciativas com o objectivo de dinamizar a comercialização de produtos bancários junto da Rede da CSA. Entre estas, destacam-se o lançamento das campanhas “Quinzena Assurfinance” e a criação de uma linha específica para atendimento telefónico na DRD. No cômputo dos resultados alcançados, assumem especial relevo os desempenhos ao nível da captação de contas, angariação de Crédito Imobiliário e comercialização de Depósitos a Prazo e Poupanças.

Ao longo de 2009, a DCRAA lançou e dinamizou campanhas específicas nos Açores, nomeadamente a “Banif Triplus Zon Açores” e o “Crédito Formação Académica”, com o objectivo de potenciar a captação de novos Clientes e negócios.

No contexto pós-fusão, houve a necessidade de assegurar aos Empregados adequada formação sobre novos produtos, ferramentas e procedimentos, em diversas vertentes e através de diversos meios, abordando áreas tão distintas como a Certificação da Qualidade, a Aplicação de Cartões, o Sistema para Campanhas de Fidelização de Cartões (FID Açores), a preparação de Dossier de Crédito, os Protocolos Comerciais, a Conta Gestão Tesouraria, o Crédito Pessoal, o Sistema de Informação de Gestão, o Gestor de Oportunidades, a Aplicação de Gestão de Propostas, entre outras, mas sem descurar o acompanhamento das diversas acções previstas para todo o Banif, ao nível de Fundos de Investimento, Gestão de Tempo e Stress, Ciclo de Gestores Comerciais, entre outras.

Com o objectivo de potenciar a captação e a fidelização do segmento de Clientes relacionado com a Universidade dos Açores, também apoiado pela Unidade de Negócios localizada no pólo de Ponta Delgada, o Banif produziu os cartões de aluno desta Instituição de Ensino, pelo terceiro ano consecutivo. Neste período lectivo, o cartão disponibilizou valências adicionais, como a identificação do aluno junto dos Serviços de acção Social e da Biblioteca.



Por outro lado, também a venda do Cartão Interjovem, em parceria com a Direcção Regional da Juventude, tem possibilitado ao Banif uma maior divulgação junto do segmento jovem.

Foi ainda em 2009 que se transformou em produto específico o cartão de crédito “SATA Imagine”, desenvolvimento do protocolo celebrado em 2006 entre o então BCA e a SATA e que veio dotar os cartões de crédito do Banco de um atractivo extremamente importante, que se tem vindo a revelar como trunfo na colocação deste meio de pagamento junto dos Clientes.

Com o propósito de reforçar a ligação do Banco às comunidades açorianas nos Estados Unidos da América e no Canadá, a DCRAA promoveu e patrocinou diversas iniciativas, entre as quais se destacam o jantar de gala do *Boston Portuguese Festival*, nos EUA, um jantar beneficente, cuja receita foi entregue à Associação dos Deficientes Portugueses de Toronto, uma reunião entre empresários luso-descendentes e açorianos da área do turismo, no Canadá, e a habitual presença nas Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra.

O Banif celebrou, ainda, diversos protocolos de colaboração institucional com o Governo Regional, com o objectivo de minimizar o impacto da adversa conjuntura económica e financeira internacional na Região, designadamente, em 4 de Fevereiro, as Linhas de Crédito Açores Investe e de Apoio à Reestruturação da Dívida Bancária, em 25 de Fevereiro, o PRORURAL, em 31 de Março, o SAFIAGRI, em 17 de Abril, o RICTA, e, em 19 de Junho, as Linhas de Crédito Açores Empresas e de Apoio à Aquisição de Primeira Habitação. Na sequência das intempéries ocorridas no mês de Dezembro na costa norte da ilha Terceira, a DCRAA disponibilizou ainda às vítimas do mau tempo, condições preferenciais de preço na subscrição de Crédito Pessoal e de Crédito Imobiliário.

Ao nível da intervenção cultural e desportiva, o Banif deu continuidade à parceria que mantém com o Coliseu Micaelense desde 2005, realizou o 3.º torneio de golfe com a marca “Banif Açores”, efectuou um donativo à Fundação Pauleta, entregue no decurso de um *cocktail* organizado pelo Banco em homenagem ao desportista açoriano, subscreveu um Protocolo de Cooperação com a Associação de Futebol de Ponta Delgada e reforçou a sua parceria com a Universidade dos Açores, através do apoio à realização da semana académica nos pólos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e da atribuição de um prémio que distingue o melhor aluno do MBA.

No âmbito da dinamização do mercado das pequenas e médias empresas, o Banif marcou presença na Feira de Empreendedorismo e no Seminário sobre Microcrédito, promovido pela Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade.

Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos	-5,1%
Crédito	-2,2%
Base de Clientes Activos	-0,4%
Base de Clientes	+4,2%

3.1.3 Actividade Comercial no Continente

3.1.3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Para além destas Unidades de Negócio integra o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.



O ano de 2009 foi marcado por uma conjuntura económico-financeira complexa e por desafios financeiros constantes. Neste contexto e por forma a garantir a manutenção da solidez do negócio, a actividade desenvolvida pela DEP focou-se na manutenção de bons níveis de qualidade creditícia, na gestão activa de liquidez e no controlo eficaz de custos de estrutura da Direcção.

Ao nível do controlo de custos de estrutura e ainda decorrente da implementação do Projecto Empresas*2, continuou-se o esforço de racionalização e optimização das unidades de negócio. No que se refere ao Projecto de Reestruturação do segmento Privado, 2009 foi o ano da sua estabilização.

Em 2009 continuaram a fazer-se sentir as dificuldades que surgiram com a crise financeira em 2008. O sector bancário nacional teve de lidar com a falta de liquidez, os custos de financiamento elevados e a deterioração da carteira de crédito.

Neste contexto complexo, o negócio do segmento de empresas e de particulares de médio-alto rendimento no Continente foi gerido através da consolidação de uma política de crédito selectiva e rigorosa e de uma política de *pricing* devidamente apontada ao nicho, da implementação de uma política de visitas trimestrais a Clientes e da gestão activa da liquidez e dos custos.

Ao nível da política de crédito, apostou-se nos Clientes com baixo perfil de risco e nos projectos de qualidade superior. A gestão de *spreads* continuou a adequar o *pricing* praticado ao risco do sector de actividade e ao próprio risco da empresa, devidamente ponderado pelas garantias associadas e pelo consequente custo de financiamento das operações. No segmento de empresas a política de visitas trimestrais a Clientes (antes quadrimestrais) surgiu como resposta à tendência de deterioração de Carteiras que marcou o ano de 2009. Pretendeu-se, assim, garantir um acompanhamento mais próximo e rigoroso da situação económico-financeira das empresas, possibilitando uma capacidade de antecipação de problemas e uma resposta mais célere e eficaz. Quanto à liquidez, a sua gestão activa permitiu um aumento da carteira de recursos.

No que se refere à gestão de custos de estrutura, continuou-se a adequação do modelo organizacional no segmento de empresas iniciada com o Programa Empresas*2. Consequentemente, a DEP encerrou 2009 com uma rede de 13 Centros de Empresas e 48 Gestores. Quanto ao segmento de particulares, o ano foi marcado pela estabilização do Projecto de Reestruturação da rede comercial. Actualmente, todos os Centros de Empresas do Continente têm um Gestor Privado em permanência.

De referir ainda que o aumento da capacidade de resposta integrada para sócios/accionistas e empresas e/ou institucionais possibilitou o aumento da capacidade de captação e dos próprios níveis de serviço prestado.

Desta forma, e relativamente a 2008, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 20 milhões de euros (+2%), tendo atingido o montante de 1.040 milhões de euros no final de 2009. Relativamente ao Crédito concedido a Clientes, verificou-se um acréscimo de cerca de 139 milhões de euros (+4%), ascendendo o valor a 3.561 milhões de euros, no final de 2009.

Ao nível da Carteira de Clientes, a DEP registou um decréscimo de 4% face ao ano anterior. Por um lado, esta variação reflecte os fluxos migratórios de Clientes do segmento empresas processados para outras áreas do Banco, com o objectivo de assegurar a correcta segmentação do negócio (Clientes com facturação superior a 2 milhões de euros). Por outro lado, o reforço da equipa comercial privada, estruturada em 21 Equipas Comerciais, e a consequente articulação da sua actividade com a área de empresas, contribuiu para atenuar esta diminuição da base de Clientes activos.



Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos Balanço	+2%
Crédito	+4%
Base de Clientes Activos	-4%
Base de Clientes	+3%

Actividade do Núcleo de Factoring

Em 2009, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou um crescimento assinalável.

As variações positivas registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações, cifraram-se em 16% e 69%, respectivamente, atingindo, no final de 2009, 446 milhões de euros e 169 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do volume de negócio gerido por esta área, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 27%, relativamente ao ano anterior, atingindo 4,2 milhões de euros. Para esta variação, contribuiu o incremento de 9%, do volume de comissões cobradas e o acréscimo na margem financeira em 41%, face ao ano de 2008. As comissões e margem financeira ascenderam a 1,5 milhões de euros e 2,7 milhões de euros respectivamente.

Em 2009, a estrutura da carteira de créditos sobre Clientes registou uma maior dependência do sector da construção (76% em 2009, face a 50% em 2008).

3.1.3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) manteve o enfoque comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos de crédito e na prestação de serviços no seu segmento alvo: particulares, pequenas empresas e profissionais liberais.

Com uma atitude de venda multiproduto cada vez mais enraizada, a DRA manteve-se como canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), destacando-se na captação de recursos, na colocação de produtos de outras empresas do Grupo e no aumento da carteira de Clientes activos.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 267 Agências, após a abertura de 25 novos postos de venda desde o início do ano. Nos últimos 3 anos, o Banco cresceu significativamente a sua Rede de Agências no Continente, abrindo 108 novos Balcões.

Durante 2009, a DRA prosseguiu com o “Programa de Gestão de Clientes” que, apesar da conjuntura desfavorável, teve resultados muito satisfatórios: cerca de 60.000 novos Clientes captados, colocando 100.000 produtos nesses Clientes e terminando o ano com 278.000 Clientes activos, a evidenciarem um rácio de 2,77 produtos por Cliente activo.

Ao longo do ano reforçaram-se os 3 grandes projectos estruturantes do negócio iniciados em 2008, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários, que representa uma nova oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e gestores de negócio dedicados, instalados em Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o ano de 2009 com 44 Gestores de Negócios, aumentando em 9 o número existente no final de 2008.



- Os Promotores *Assurfinance*, Rede de Promotores de Negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócios para as Agências, atingindo já o número de 268 Promotores.
- Agências Associadas: Das 25 Agências abertas em 2009, 17 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. São Agências universais, quanto aos serviços prestados e produtos vendidos e estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo Standard.

No 2.º semestre de 2009, a DRA lançou mais um Projecto pioneiro em Portugal, em parceria com Mediadores da Açoreana e com Juntas de Freguesia. Partilhando o espaço do Mediador ou da Junta, o Banco instalou Micro-Agências, com um empregado, desenvolvendo todos os serviços bancários e comercializando todos os produtos, aceitando depósitos e permitindo levantamentos.

Comparando os finais de 2008 e 2009, a DRA registou uma variação positiva nos Recursos de +22%, tendo atingido o montante total de 2.640 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 2.866 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de +6%, destacando-se o Crédito Imobiliário com +7%, o Crédito Pessoal com +4% e o Crédito Médio e Longo Prazo com +42%.

De assinalar o forte crescimento das Comissões Geradas na DRA, que atingiram cerca de 47 milhões de euros, representando um crescimento de 22% face a 2008.

Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos	+ 22%
Crédito	+ 6%
Base de Clientes Activos	+ 10%
Base de Clientes	+11%

3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

3.1.4.1 Actividade de *Call Center* e Banca Electrónica

O início do ano de 2009 foi marcado pela conclusão do processo de fusão por incorporação do BBKA no Banif. A Direcção da Rede Directa (DRD), transversal a diversas áreas de actividade, desempenhou um papel activo neste domínio, concretizando acções de adaptação das suas competências comerciais.

Banca Telefónica

No seguimento do alinhamento estratégico comercial definido pelo Banco, a DRD, na sua vertente “*Outbound*”, realizou, no decurso do ano transacto, cerca de 1.000.000 chamadas, número que representa um acréscimo de 20% quando em comparação com 2008.

No período em análise, tiveram lugar quatro campanhas de crédito pessoal pré-concedido, registando-se uma “taxa de subscrição” (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) de 82%, cerca de 5% acima da taxa média apurada para iniciativas idênticas, concretizadas no ano anterior. Os contactos comerciais de Conta Gestão de Tesouraria sobre não clientes resultaram numa “taxa de subscrição” que ascendeu aos 26%.



O enfoque na captação de recursos motivou a concretização de várias iniciativas comerciais, as quais permitiram alcançar uma “taxa de subscrição” da ordem dos 94%. Destaca-se a realização de campanhas dirigidas à promoção/colocação de produtos específicos tais como activação de cartões, Banif Triplus e Crédito Habitação Transferências.

Em articulação com a DME e no âmbito do plano de acompanhamento a clientes e promotores voltaram a ser concretizados diversos inquéritos de satisfação, ferramenta essencial no desenvolvimento contínuo deste projecto.

Em 2009 registou-se uma relevante reestruturação nas linhas de apoio ao Cliente. Decorrente dessa acção a Linha Banifone foi integrada na Linha Banif (808 200 200), iniciativa que possibilitou a definição de um número de fácil identificação, por forma a que a utilização seja mais simples e intuitiva e que as opções disponíveis sejam de real interesse para os utilizadores. O número de chamadas atendidas na Linha Banif cresceu 57% face ao volume das Linhas Banif e Banifone concretizado no ano de 2008.

Na actividade de recuperação de crédito não contenciosa através do canal telefónico, observou-se que o número de processos tratados teve um acréscimo de 5% quando comparado com o ano anterior. O número de processos regularizados atingiu as seguintes taxas globais de recuperação nos diferentes segmentos: Crédito Pessoal - 89%, Crédito Imobiliário - 87% e recuperação dos juros e descobertos DO das Contas Gestão de Tesouraria – 86% .

A DRD constitui parte integrante do processo contínuo da avaliação do nível de qualidade de serviço, fundamental na análise da performance “*Banif / Mercado*”. Divulgados os resultados das “Chamadas Mistério” relativos ao 1º Semestre de 2009, constata-se que, dos 13 bancos em análise, o Banif manteve a liderança nos dois itens avaliados (banca comercial e banca operacional), o que atesta a continuidade na qualidade do serviço prestado.

A atestar esta qualidade de serviço, o estudo independente *Mystery Calls* reforçou a posição do Banco no 1.º lugar do *ranking* nacional relativamente à qualidade do atendimento no *call center*.

Banca Electrónica

Uma das principais preocupações ao longo do ano foi o incremento da segurança ao nível da utilização do canal Internet.

No que respeita ao negócio, novas funcionalidades foram disponibilizadas, das quais se destacam a área de aplicações a prazo, com a possibilidade de se passar a efectuar reforços pontuais e programados nas poupanças e renovações por opção do Cliente. Foi criada uma área de parcerias e eventos que tem por objectivo permitir pagamentos relacionados com iniciativas que o Banco promove ou em que participa.

Outros desenvolvimentos tiveram um impacto significativo no aumento (mais 4% face ao ano 2008) da satisfação dos Clientes utilizadores do Banif@st, dos quais se realça o alargamento do período de funcionamento. O serviço passou a estar acessível entre 85% e 90% do tempo, sendo que o restante período é para a respectiva manutenção.

No final de 2009, 72% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao Banif@st e, destes, mais de 17% utilizam regularmente os canais disponíveis (Internet, Telefone, SMS, PDA e WAP). O número de entradas nos diversos canais cresceu 17% face a 2008, o que originou um aumento de 21% nas transacções realizadas. A par destes crescimentos, os proveitos gerados subiram 6%, mesmo considerando a eliminação de algumas comissões sobre as operações realizadas.

Na captação de recursos, a descida significativa das taxas de juro ao longo do ano não permitiu o crescimento esperado na constituição de aplicações pelo serviço. Contudo, e suportados nas campanhas mensais, os valores captados e o número de novos depósitos foram praticamente



idênticos aos de 2008. Em contrapartida, a disponibilização de entregas pontuais e programadas nas poupanças originou um forte aumento (de cerca de 87%) na constituição de novas poupanças pelo serviço.

Pelo 4.º ano consecutivo, foi assegurada a certificação dos Serviços de Banca Telefónica e Banca Electrónica, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000. A continuidade da aposta neste processo permite elevar a qualidade na prestação de um serviço de referência, enquadrado com os objectivos estratégicos definidos pelo Banco.

3.1.4.2 Canais Agenciados

A Rede de Canais Agenciados conta com 1529 Promotores que, sob coordenação da Direcção de Canais Agenciados (DCA) desenvolvem a actividade de promoção do negócio bancário do Banif.

Este conceito, iniciado no Banif no ano de 2001, tem custos de estrutura controlados e representa um contributo significativo para a produção global do negócio estratégico do Banco.

Num ano com condições particularmente difíceis para a economia e com directa incidência no sector bancário, esta rede não conseguiu manter os elevados indicadores de crescimento que, de forma sustentada, apresentou durante o triénio de 2006/08. Não obstante, a redução do negócio não atingiu os níveis que seriam, eventualmente, previsíveis no início do ano, atenta a conjuntura económica. Tendo em perspectiva a redução da actividade em 2009, a DCA assumiu uma política de contenção dos encargos directos com o negócio dos Promotores, tendo chegado ao final do ano com uma redução de 47% nestes custos, quando comparados com o ano anterior.

O particular momento económico e financeiro vivido ao longo deste ano, com as suas repercussões sociais, levou a que os critérios de análise de risco e consequente concessão de crédito fossem mais restritivos. Este factor foi um dos principais causas da contracção na promoção global do negócio através da Rede de Canais Agenciados.

Contudo, apesar dos constrangimentos referidos, esta rede canalizou, ao longo do ano, negócio estratégico de crédito novo no montante de cerca de 150 milhões de euros, menos 34,78% relativamente ao ano anterior. No que respeita aos recursos de clientes, esta rede tem constituída uma carteira muito próxima dos 120 milhões de euros, apresentando uma assinalável estabilidade e um crescimento significativo, quando comparada com o ano anterior, de cerca de 25%. Também na adesão de novos clientes ao Banif, o contributo dos Promotores se tem revelado de grande interesse, tendo já captado, desde o início das várias campanhas específicas realizadas, cerca de 43.000 novos clientes.

Relativamente ao negócio destinado a clientes não residentes, no qual o Banif se apresenta como uma referência no mercado, foi dada continuidade à política de investimento no negócio imobiliário. Apesar do forte impacto da crise económica nos países de onde é proveniente a maioria dos Clientes Não residentes de Crédito Imobiliário, nomeadamente Grã-Bretanha e Irlanda, o Banif conseguiu controlar e reduzir o impacto que era expectável para este específico negócio, através de uma estratégia correctamente estabelecida e com base em critérios de risco bem estruturados, apoiados numa rede de Promotores especializados, de elevada competência e profissionalismo.

A revitalização do “Projecto *Assurfinance*”, iniciada no último trimestre no ano de 2008, foi consolidada através da constituição de uma rede de cerca de 270 mediadores de seguros, vinculados à CSA. Os mediadores aderem a este projecto através da promoção e da dinamização de negócio bancário junto dos seus Clientes. Ao longo deste ano, já se tornou evidente o seu empenho, nomeadamente, na captação de recursos e na angariação de novos clientes para o Banco e, consequentemente, para o Grupo.



A Rede de Canais Agenciados tem vindo, ao longo dos anos, a revelar-se como uma das áreas potenciadoras do cumprimento dos objectivos e dos resultados do Banif, contribuindo, em simultâneo, para o desenvolvimento das sinergias obtidas no seio do Banif - Grupo Financeiro.

3.1.4.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

Relativamente ao negócio de Terminais de Pagamento Automático, no final do ano de 2009 registava-se um total de 5140 equipamentos apoiados pelo Banco, número que consubstancia um acréscimo de aproximadamente 13% face aos equipamentos registados no ano de 2008. A campanha de colocação destes equipamentos, que decorreu no final de 2009, gerando cerca de 500 novas instalações deste serviço, bem como a integração do parque de Terminais de Pagamento Automático da Região Autónoma dos Açores, permitiram alcançar uma rentabilidade, em 2009, de 2.554 milhares de euros.

Relativamente aos Caixas Automáticos, em 2009, o Banif tomou a decisão de limitar o número de instalações destes equipamentos “fora de loja”, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos Caixas Automáticos existentes e optimização dos seus processos operativos. No final do ano de 2009, o número de Caixas Automáticos existentes era de 543, o que representou um acréscimo de 30% face ao número destes equipamentos no final de 2008.

As opções comerciais tomadas para colocação deste produto revelaram-se correctas, atento o acréscimo de 27% registado ao nível das transacções e consequentes proveitos gerados nos Caixas Automáticos do Banco, o que resultou numa rentabilidade do produto, em 2009, de 454 milhares de euros.

3.1.4.4 Protocolos e Cross-Selling

Durante o ano de 2009 o Gabinete de Gestão de Protocolos e *Cross-Selling* (GPCS) imprimiu um elevado dinamismo nos Protocolos Comerciais, possibilitando que esta importante ferramenta continuasse a representar uma fatia bastante significativa do total de Clientes captados pelo Banco durante todo o ano. No exercício de 2009 foram captados 7.500 novos Clientes, que correspondem a cerca de 12% da totalidade dos Clientes captados.

Para além da captação de novos Clientes, é essência dos Protocolos Comerciais a fidelização da base já existente. Essa ancoragem deriva não só da domiciliação de ordenados, que os Protocolos com mais expressão pressupõem, mas também da oferta integrada de soluções financeiras em condições ainda mais apelativas, que os Protocolos comportam.

Esta aposta possibilitou a obtenção de resultados apreciáveis, porquanto o número médio de produtos registados no universo de Clientes beneficiários de Protocolos é de 3,5, o qual se situa 26% acima do rácio médio verificado no universo composto pelos restantes Clientes, de 2,76.

No âmbito do *Cross-Selling* que envolve as Redes Comerciais do Banif na venda de produtos das empresas do Grupo, verificou-se uma grande expansão nas vendas daqueles produtos e serviços financeiros, a níveis que, de um modo geral, nunca haviam sido experimentados no passado. Neste capítulo, foram os seguros que mais se destacaram, em especial os financeiros, com uma variação face ao ano anterior de 126% (57,3 milhões de euros em 2009, versus 25,5 milhões de euros em 2008).

Tal expansão, resulta do crescimento do Banif – Grupo Financeiro e da política prosseguida, que coloca o Cliente no centro de todo o processo e em que a satisfação das suas necessidades, e consequente fidelização, é o objectivo primeiro de toda a acção.



3.1.4.5 Marketing Estratégico

A Direcção de Marketing Estratégico esteve particularmente envolvida no processo de incorporação do BBKA no Banif. Neste contexto, a Direcção de Marketing Estratégico (DME) desempenhou um importante papel no processo de harmonização do catálogo de produtos e serviços, do preçário e do sistema de informação de gestão.

Na vertente de aplicações de suporte ao negócio, a DME desenvolveu e concluiu, no ano de 2009, um conjunto de projectos e iniciativas estruturantes em diferentes áreas de actuação, destacando-se, designadamente, os seguintes:

- Integração da informação de gestão do BBKA no sistema de informação de gestão do Banif;
- Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão para a Direcção de Recuperação de Crédito;
- Desenvolvimento de uma solução de *workflow* para a recuperação de crédito;
- Robustecimento aplicacional e renovação tecnológica do *workflow* de crédito, no segmento empresarial, que se traduz numa maior eficácia e eficiência do processo de concessão de crédito às empresas;
- Alargamento do *workflow* de Crédito a toda a rede de empresas do Banco;
- Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão para o Banif Go.

Na área do planeamento e estratégia de marketing destacam-se as seguintes actividades:

- Produção de diversos estudos de *benchmarking*, regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portfolio de produtos e serviços do Banco, face ao mercado;
- Análise sistematizada das campanhas da concorrência com implicações decisivas para o desenho de novos produtos e redefinição de produtos existentes;
- Análise estratégica do mercado, com particular enfoque para a exploração dos seguintes segmentos: “Sénior”, “Rede de Empresas e Empresários”, “Emigrantes”, “Diáspora Cabo-Verdiana”, “Não-Residentes” e “Novos Residentes”, para avaliação comparada do Banif com o mercado no que concerne a produtos e serviços. Em paralelo, manutenção de uma forte aposta em acções de captação e fidelização de Clientes jovens, dos 0 aos 25 anos;
- Participação no lançamento da Conta Nova Vida (por via de reposicionamento da Conta Sénior), destinada a clientes com mais de 55 anos de idade, ao nível do estudo de mercado e de análise da concorrência;
- Participação e apresentação de uma proposta de reestruturação da segmentação e gestão estratégica dos Canais Agenciados (Promotores);
- Abordagem preliminar para a concepção de uma nova proposta de valor para os Clientes Institucionais do Banco, designadamente ao nível dos processos, produtos, serviços e *pricing*;
- Análise do mercado bancário e posicionamento do Banif, bem como análises do mercado local;



- Elaboração e acompanhamento do plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e Direcções Comerciais;
- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes;
- Gestão estratégica e operacional do Preçário disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes, com propostas de alteração em comissões consideradas relevantes para a actividade do Banif e implementação do novo modelo de apresentação do preçário aos Clientes, em conformidade com o Aviso n.º 08/09 do Banco de Portugal;
- Gestão permanente do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes, particulares e empresas, do Banco (através de inquéritos), estabelecimento de objectivos anuais para os principais indicadores de desempenho do inquérito à satisfação dos Clientes de retalho e introdução de um novo inquérito de satisfação para os Promotores *Assurfinance*;
- Desenvolvimento de um modelo de produtividade comercial para as redes de retalho, privado e empresas, com identificação de métricas de cálculo do desempenho das unidades de negócio;
- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de *Mystery Shopping*, no âmbito do projecto da “Qualidade de Serviço” das Agências Banif, assim como relativa aos *Mystery Calls (call-center)*;
- Dinamização do Comité de Gestão Estratégica de Produtos, em parceria com as Direcções Comerciais, Direcções de Produto e Direcção de Marketing e Comunicação;
- Dinamização do Comité de *Benchmarking* e Inovação, com a realização de diversos estudos de mercado que contribuíram, directa ou indirectamente, para reflexão interna e fornecimento de informação de relevo para o Comité de Gestão Estratégica de Produtos;
- Dinamização do portal do Marketing Estratégico, que permite o acesso às aplicações de suporte ao negócio e disponibiliza alguns conteúdos de interesse para as redes comerciais e centrais, nomeadamente, novidades, notícias de natureza económico-financeira, informação útil sobre o catálogo de produtos de retalho e produtos / campanhas do Banco em destaque;
- Realização de acções de formação no âmbito da Formação Vestibular do Banif, nos módulos “Segmentação, Produtos e *Cross-Selling*” e “Ferramentas Comerciais”.

Foram ainda desenvolvidas iniciativas em articulação com outras entidades do Banif – Grupo Financeiro, designadamente:

- Participação na realização do Comité de Particulares do Banif – Grupo Financeiro, mediante a caracterização global de cada associada e propositura de projectos estruturantes para o crescimento de negócios no seio do Grupo e desenvolvimento de sinergias;
- Participação na elaboração da proposta de valor para o segmento “Emigração”;
- Participação no projecto “Reforço de *Cross-Selling*”, no âmbito do Comité de Particulares do Banif – Grupo Financeiro;
- Participação na análise do mercado e definição da proposta de valor para o segmento automóvel, em estreita articulação com a Banif Go e a Banif Rent;



- Participação no projecto de integração do leasing mobiliário não-estratégico e leasing imobiliário no Banif, em estreita articulação com a Banif Go, DCOE e DOQ;
- Participação no projecto “Oferta de Produtos e Serviços”, no âmbito do Comité de Empresas do Banif – Grupo Financeiro;
- Abordagem preliminar na exploração de sinergias comerciais com o Banco Mais, designadamente na definição de campanhas para a captação de clientes para o Banif.

3.1.4.6 Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

A 31 de Dezembro de 2009, o crédito em incumprimento no Banif, (sem crédito titularizado) atingiu 235,4 milhões de euros. O crédito afecto à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC), sem crédito titularizado, ascendia a 211,2 milhões de euros. Em 2009, as novas entradas em crédito vencido ascenderam a 166,9 milhões de euros.

Em contrapartida, o montante acumulado de recebimentos (capital, juros e despesas), resultante da actividade desenvolvida no âmbito da recuperação de créditos, ascendeu a 78,9 milhões até ao final de 2009.

A incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, não permite aferir as variações homólogas de 2008, considerando as diferentes políticas de contabilização.

O Modelo de Recuperação de Crédito, foi objecto de uma profunda reestruturação no decorrer de 2009, visando o aumento da eficiência e eficácia na gestão do crédito vencido e privilegiando uma maior celeridade e sistematização da actuação da recuperação central, o que se traduziu:

- Na redefinição das políticas, atribuições, responsabilidades e procedimentos na gestão do crédito vencido, diferenciados em função do segmento de cliente – Empresas e Retalho;
- No enfoque do processo de recuperação no “recuperador”, que assume o papel de líder do processo de recuperação, mantendo o contacto com os devedores com o objectivo de assegurar, sempre que possível, a recuperação pela via negocial, ao mesmo tempo que controla a actuação dos advogados, participa na definição da estratégia e acompanha a evolução judicial dos processos;
- No redesenho dos processos e procedimentos operativos, referentes ao acompanhamento e gestão dos Clientes que apresentam sinais de alerta ou crédito em incumprimento, no contexto dos quais assumiram particular relevância a introdução de prazos mais reduzidos na gestão do crédito vencido;
- Na reestruturação e no reforço dos recursos afectos às estruturas centralizadas de recuperação;
- No alargamento da participação de entidades externas – incluindo agências externas de cobrança e advogados – no apoio às estruturas centralizadas de recuperação central;
- No desenvolvimento de aplicações e ferramentas de suporte ao controlo, gestão e desempenho dos processos, no âmbito da gestão do crédito vencido.

A implementação do novo modelo de recuperação de créditos permitiu ao Banif introduzir melhorias no processo de recuperação, nomeadamente no que respeita a:



- Acompanhamento do devedor numa lógica de entidade. Independentemente da existência de responsabilidades de naturezas diversas, em virtude da passagem do Cliente para a recuperação central e da entrega do processo a um recuperador interno ou entidade externa, o tratamento das responsabilidades do Cliente passa a ser feito numa perspectiva global, por uma só entidade;
- Aumento da capacidade na recuperação negocial dos créditos de menor materialidade, através da sua entrega a entidades externas de recuperação;
- Assegurar o vencimento das operações de crédito no momento em que se conclui da inviabilidade da sua recuperação negocial.

3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança

3.1.5.1 Crédito Imobiliário

A estratégia comercial do Banco em 2009, no que respeita ao Crédito Imobiliário, consistiu na oferta de produtos competitivos ajustados às necessidades dos clientes, na flexibilidade e aposta em nichos de mercado, procurando, na medida do possível, contrariar o clima adverso que se instalou no sector.

A oferta no domínio do Crédito Habitação foi alargada, com a introdução de novas soluções, a saber: financiamento à aquisição de habitação para rendimento, financiamento à aquisição de terreno para construção de habitação própria e opções de taxa fixa a 3 e 5 anos.

Em 2009, o crescimento da carteira de crédito foi de 5,2%, ou seja um aumento de 158 milhões de euros, apesar dos condicionalismos impostos pela conjuntura económica desfavorável, particularmente severa no sector imobiliário.

O saldo da carteira de Crédito Imobiliário, incluindo a securitizada, que no início do ano representava 3.058 milhões de euros (Continente: 1.943 milhões de euros, Madeira: 476 milhões de euros e Açores: 639 milhões de euros) correspondentes a 51.700 contratos, ascendeu, no final de 2009, a 3.216 milhões de euros (Continente: 2.080 milhões de euros, Madeira: 493 milhões de euros e Açores: 643 milhões de euros) correspondentes a, aproximadamente, 53.663 contratos.

No final do exercício, o total da carteira securitizada sob gestão do Banif, ascendia a 2.476 milhões de euros.

A produção de contratos novos totalizou 377 milhões de euros, tendo-se obtido indicadores bastante confortáveis: cobertura média de 71,5% no rácio *Loan-to-Value* para uma exposição média por cliente de 99 milhares de euros, com um prazo médio mutuado de 30 anos e uma média de idades de 41 anos.

O *spread* médio da produção a taxas variáveis indexadas à Euribor a 3 e 6 meses, que representam a maior parte do negócio de crédito imobiliário do Banco, aumentou 58 pontos base em comparação com o ano anterior, fixando-se em 1,39%, reflectindo as alterações introduzidas na política de gestão do preçário, tendentes a obter uma relação mais estreita entre as variáveis risco e preço.

Face à tendência geral de evolução em baixa do valor dos imóveis observada em 2009, o Banco reforçou os mecanismos de controlo operacional, visando trabalhar com relatórios de avaliação o mais actualizados possível, reflectindo os ajustamentos do mercado.



Em termos de originação, a rede de balcões do Banco foi responsável por 70% do negócio e o canal agenciado pelos restantes 30%, tendo a taxa global de aprovação dos pedidos de crédito atingido 59%.

No âmbito dos clientes Não Residentes, o Banif conseguiu um crescimento da carteira de 23%, mantendo a sua posição de relevo neste segmento de negócio, não obstante a redução muito acentuada da procura, fruto da desvalorização da Libra face ao Euro e dos fortes condicionamentos provocados pela crise financeira internacional.

De referir ainda a renovação da certificação da qualidade dos serviços de Crédito Habitação, de acordo com a norma internacional NP EN ISO 9001:2000, demonstrando o compromisso com os princípios de melhoria contínua, presentes na política de qualidade do Banif.

3.1.5.2 Crédito ao Consumo

Cartões de Pagamento

No que se refere especificamente a cartões de pagamento, salientam-se como aspectos mais relevantes da actividade:

- O trabalho inerente ao projecto de integração operativa e informática dos produtos de meios de pagamento do BCCA no Banif;
- A conclusão da instalação da aplicação de cartões (Sistema de Administração de Cartões – SAC), no final do 2.º semestre de 2009. Também neste exercício, foi dado início à migração dos cartões de crédito do ex-BCCA, sob gestão da Unicre, para a aplicação de cartões do Banco, cumprindo o objectivo estratégico de centralização, numa única plataforma técnica, de toda a gestão de cartões do Banif. Este processo estará concluído no final do 1.º semestre de 2010;
- A maior celeridade no processo de emissão de cartões e no *servicing* associado, decorrente da implementação do novo Sistema de Administração de Cartões. O novo Sistema de Administração de Cartões permitiu ainda a disponibilização de novos produtos a oferecer ao Cliente (v.g. programa de *co-branded* com a SATA, Cartões Hello Kitty) e de novas funcionalidades.
- As diversas campanhas de colocação de cartões bancários do Banif, decorridas ao longo do ano, a par de um conjunto de sessões de formação/apresentação junto das Redes Comerciais do Banco, relativas a cartões bancários.

O Banif teve um crescimento global da carteira de cartões de crédito de aproximadamente 0,06% e de cartões de débito de cerca de 15,77%, para um total de 91.763 e 294.813 cartões, respectivamente.

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões do Banif fixaram-se nos 17,03 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 37,41% face ao mesmo período do ano anterior. De destacar que 6,85 milhões de euros resultam de comissões sobre os volumes transaccionais dos cartões.

Crédito Pessoal

No período em referência, procedeu-se à revisão do preçário praticado nos produtos de Crédito Pessoal, no que concerne à tipologia de taxa de juro praticada, permitindo aos Clientes a contratação de taxa de juro fixa. Neste âmbito, implementou-se a Campanha de Crédito Pessoal *Revolving*, com a



oferta simultânea de *upgrade* de montantes de crédito e nova taxa de juro, a Clientes com experiência positiva na contratação desta modalidade de financiamento.

Continuaram a realizar-se ações de Crédito Pessoal Pré-Concedido a Clientes com envolvimento e experiência de crédito com o Banif, visando o alargamento da carteira de Crédito Pessoal com Clientes de bom risco.

O lançamento de novos produtos – Crédito Pessoal Arte, Crédito Pessoal Mais Ambiente, Crédito Pessoal Multimédia e Crédito Pessoal Prestígio - bem como a adesão ao Protocolo com o Estado Português para financiamento da aquisição de equipamentos solares térmicos em condições vantajosas, contribuíram para a expansão da oferta de crédito ao consumo com finalidades pré-definidas.

A carteira de Crédito Pessoal fechou o ano com 53.112 contratos e um saldo de 318,6 milhões de euros de crédito (-2,84% face ao final do ano anterior) .

Procedeu-se ainda a alterações significativas na forma de divulgação e contratação do Crédito Pessoal, em conformidade com os novos requisitos legais que enquadram o Crédito ao Consumo, reforçando, significativamente a informação prestada ao consumidor nas fases pré contratual, contratual e pós contratual.

Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios

Na oferta para Pequenos Negócios, através da Rede de Retalho, destaca-se, em 2009, o impacto da conjuntura económica na redução da carteira de crédito concedido a Clientes sob gestão, a implementação de medidas com vista à adequação das condições praticadas no crédito a empresas, e a expansão do portfólio de produtos.

A carteira de crédito de Soluções CGT, registou um decréscimo de 4% face ao final do ano anterior, cifrando-se em 304 milhões de euros o volume de crédito concedido ao abrigo deste produto. Para a variação negativa da carteira contribuiu a redução do número de novos contratos (-2%), e o acréscimo do número de liquidações solicitadas face a 2008. No final do ano, a carteira de contratos de Soluções CGT apresentava 19.052 contratos.

No âmbito da gestão de produtos para esta área de negócio, procedeu-se à revisão do preçário associado a operações de crédito a micro e pequenas empresas, promovendo o seu ajustamento às condições do mercado e ao perfil dos Clientes.

A pensar na ligação duradoura e lucrativa entre Clientes, Fornecedores e Banco, o Banif criou uma oferta global de soluções financeiras dirigida a empresas do segmento Pequenos Negócios – as Soluções Business.

Com o lançamento desta oferta, no último trimestre de 2009, realizou-se uma campanha com enfoque na venda de produtos estratégicos para apoio à gestão de tesouraria das empresas – a Conta Gestão Tesouraria e o Terminal de Pagamento Automático.

Com o intuito de aumentar a oferta para Pequenos Negócios, desenvolveram-se dois novos produtos com finalidades pré-definidas: o Crédito Investimento Mais Ambiente, para financiamento da aquisição e/ou instalação de soluções tecnológicas para redução de custos energéticos e o Crédito Business Multimédia, para financiamento de soluções de apoio ao negócio e mobilidade das empresas.

Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

No âmbito da gestão do *portfólio* de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes Particulares, assistiu-se em 2009, à reestruturação global da oferta, com a integração, ajustamento e descontinuação de produtos.



No contexto da gestão e distribuição multicanal de produtos de Depósitos a Prazo e Poupança, procedeu-se à integração na carteira e revisão das condições praticadas nos produtos Depósito e Super Depósito Banif@st. A oferta na Banca Electrónica foi ainda complementada com a disponibilização de novos produtos para subscrição *online*. Por outro lado, promoveu-se a revisão e harmonização de procedimentos e produtos com distribuição nas Unidades de Negócio da R.A. Açores.

Com o intuito de incentivar a poupança, garantindo a adequação das condições praticadas à evolução do mercado e ao perfil dos Clientes, lançaram-se dois novos produtos – Depósito Crescente a 2 e 4 anos e procedeu-se à descontinuação de alguns produtos de poupança.

No que concerne à dinamização de produtos de passivo para os diversos segmentos de Clientes, desenvolveram-se acções promocionais da Conta Nova Geração, envolvendo a figura de animação infantil “Ruca” e a atribuição de brindes promocionais, com vista a dinamizar a abertura de contas com constituição de poupanças no segmento jovem.

Investiu-se ainda, no segundo semestre, num novo produto, especialmente vocacionado para o segmento etário superior a 50 anos - a Conta Nova Vida. Com uma ampla divulgação nos media, esta iniciativa teve um forte impacto na captação de contas, Clientes e poupanças.

Em paralelo foram efectuados vários ajustamentos aos procedimentos internos e ao modelo de divulgação dos produtos visando responder às novas exigências das Entidades Reguladoras em matéria de informação aos depositantes.

3.1.6 Actividade Financeira

A Direcção Financeira do Banif manteve como principal função a gestão integrada dos activos e passivos do Banco, assegurando a intervenção deste e de algumas empresas do Banif - Grupo Financeiro nos mercados monetário e cambial, a coordenação da actividade do Banco com outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras e, ainda, o apoio às Direcções Comerciais e de Produtos na sua área de actuação.

A Direcção Financeira manteve igualmente a sua colaboração na estruturação de produtos para venda nas redes comerciais.

Face às condições dos mercados, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando as suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando a liquidez.

O ano de 2009 continuou marcado pela falta de confiança no sistema financeiro, afectando a liquidez dos mercados, o que levou o BCE a realizar operações de refinanciamento por prazos de 1 ano, de modo a trazer estabilidade aos mercados monetários.

No Banif, os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num lucro de 5,75 milhões de euros em 2009, contra um resultado negativo de 4,5 milhões de euros em 2008.

Os valores apurados resultam principalmente de ganhos com os activos financeiros ao justo valor através de resultados.

O mercado cambial continuou marcado por alguma volatilidade durante o ano de 2009.

A melhoria dos indicadores conjunturais e as revisões em alta do PIB norte-americano, não foram suficientes para alterar os cenários de contracção económica nas principais economias mundiais.



As autoridades monetárias prosseguiram as suas políticas expansionistas, com o FED a manter as suas taxas directoras numa banda entre 0% e 0,25%, e o BCE a proceder à sua redução para 1%.

Por outro lado, assistiu-se, em 2009, a uma desvalorização de 3,5% do Dólar face ao Euro, situando-se, no final do ano, nos 1,4406.

Estes factores originaram um ligeiro aumento da actividade cambial durante o ano, resultante de operações comerciais, quando comparado com 2008. Apesar da volatilidade a que se assistiu nos mercados financeiros, e graças a uma gestão conservadora nas operações de risco, os resultados cambiais do Banif ascenderam a 1.8 milhões de euros no final de 2009, contra os 1,08 milhões de euros obtidos em 2008.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação periódica do risco de taxa de juro com o intuito de minimizar essa exposição.

Tendo em consideração a manutenção da conjuntura particularmente adversa, mantiveram-se em permanência sistemas e procedimentos de acompanhamento da respectiva liquidez, que permitiram um maior controlo e a adequada gestão deste indicador.

A estabilidade da liquidez foi feita através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário, do recurso a operações nos mercados internacionais através de empréstimos de médio/longo prazo e do recurso às operações de refinanciamento do BCE.

Durante o ano os Clientes continuaram a apostar em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da grande instabilidade dos mercados financeiros.

Face a este quadro, o valor de CD's de médio/longo prazo da carteira de Clientes existente no Banif era de 19,3 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2009, contra 43,4 milhões de euros em 2008.

No âmbito dos mercados de capitais, a Direcção Financeira participou na preparação e montagem de duas operações de Titularização de Crédito Hipotecário do Banif no montante de 514,25 milhões e 500 milhões de euros, respectivamente, e que foram finalizadas em Março e Dezembro.

Devido à conjuntura existente no mercado de capitais, as obrigações titularizadas resultantes destas operações foram adquiridas pela entidade cedente dos créditos (Banif), tendo as obrigações com rating AAA sido incluídas nas respectivas "*pool*" de activos elegíveis para operações de refinanciamento junto do BCE.

Em Maio, foi feita uma emissão de Obrigações de Taxa Fixa, com o prazo de 3 anos, no montante de 500 milhões de euros, com a garantia do Estado Português.

3.1.7 Actividade Internacional

A actividade internacional do Banif – Grupo Financeiro assenta na presença estratégica (i) em mercados com potencial de negócios que representem sinergias para o Grupo, nomeadamente no Brasil, nos EUA, em Malta, em Espanha, no Reino Unido e, desde Novembro de 2009, em Hong Kong, (ii) em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial da Madeira e Açores) tem uma forte presença, como nos Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela e África do Sul, e, ainda, (iii) em mercados que consubstanciem uma especial atenção ao acompanhamento das relações de negócio com países de expressão portuguesa, como Cabo Verde.



Com a aquisição da Tecnicrédito, o Grupo Banif expandiu a sua presença internacional para novos mercados no leste europeu, nomeadamente, Hungria, Eslováquia e Polónia, estabelecendo novas e importantes fronteiras de negócios.

Durante o ano de 2009, assistiu-se a uma melhoria, ainda ligeira, do funcionamento dos mercados interbancários e financeiros internacionais, pese embora a manutenção da reduzida liquidez disponível, em particular, na Europa Central e de Leste.

Na Europa e EUA, a intervenção dos vários Governos no capital e estrutura accionista dos bancos manteve-se, embora com uma demanda mais reduzida no 2.º semestre do ano. As respostas dadas pelos vários Estados foram adequadas, permitindo salvaguardar os vários sistemas bancários nacionais e, conseqüentemente, as empresas e as famílias, devolvendo alguma estabilidade e credibilidade ao Sistema Financeiro, com reflexos no tecido económico com um todo.

Apesar da relativa deterioração do *status-quo* nos mercados financeiros internacionais, o Banif conseguiu lançar com sucesso, em Maio de 2009, um empréstimo obrigacionista, de 500 milhões de euros, a 3 anos, com Aval do Estado Português, com um *pricing* a um excelente nível em relação ao *Credit Default Swap* da República.

Por outro lado, o Banco continuou a tomar (e também a ceder) *funding* em regime de empréstimos bilaterais (banco a banco) e/ou com grupos seleccionados de instituições financeiras de relacionamento - *club deals*. Paralelamente, o Banco continuou a contar com uma regular relação de negócios com mais de 250 contrapartes bancárias, com as quais mantém limites de trabalho recíprocos e opera nos mercados cambiais e monetário. O Banco opera ainda, numa base regular e crescente, em operações comerciais, nomeadamente, Pagamentos, Remessas, Cartas de Crédito e Garantias.

O Banif conta actualmente com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e de 35 contas directas de correspondentes (*Nostro* e *Vostro*).

Em Junho de 2009, realizou-se a 27.ª reunião anual do GEB (*Groupement Européen de Banques*) do qual o Banif é o membro português de pleno direito desde 2001 e com cujos demais membros temos vindo a estreitar relações nas mais diversas áreas da banca comercial e de investimento. O Banif manteve funções de coordenação do GEB (Presidência 2008/2009), tendo perseguido o incremento das relações e o *cross selling* intra-grupo como um dos principais objectivos da sua Gestão.

O Grupo Banif tem desenvolvido actividades nos EUA através de duas *incorporated companies* (*Money Remitters*) localizadas em Fall River e San Jose, para além de uma filial da primeira, localizada em Newark, vocacionadas na relação com a comunidade Portuguesa residente naquele País. A fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores (ex Banco Comercial dos Açores) no Banif, concluída com sucesso no final de 2008 contemplou a manutenção adequada, quer da cobertura geográfica, quer da prestação de serviços, no que se refere às comunidades açorianas residentes nos EUA e Canadá.

Uma importante aposta, ao nível de serviços, foi desenvolvida também no Reino Unido, a partir de Londres, onde o Banif está presente através de uma *Full Branch*, cujas principais áreas de negócio assentam na oferta de produtos de *Trade Finance*, em particular no negócio L/C; *Structured Trade Finance and Forfaiting*. Através de uma *Street Branch* em Victoria, está a implementar uma alargada oferta de produtos e serviços de retalho principalmente direccionados às comunidades portuguesas, brasileiras, maltesas, espanholas e cabo-verdianas, com residência no Reino Unido, bem como nas áreas do *Mortgage and Real Estate Finance* a residentes no Reino Unido com interesse em comprar e/ou em investir em propriedades localizadas em Portugal, mas também em Malta, Espanha e Cabo Verde.



Através do Escritório de Hong Kong, inaugurado em 2009, o Grupo Banif tornou-se pioneiro, entre a banca portuguesa, a marcar presença naquela importante *Special Administrative Region of the People's Republic of China*, através da qual, tenciona ampliar as suas bases de negócio junto a novos clientes, no Mercado Asiático, diversificar as suas fontes de liquidez e estabelecer relações recíprocas e bilaterais com instituições financeiras locais.

Em termos de negócio internacional, durante o ano de 2009 e apesar de políticas creditícias mais restritivas, o Banif manteve a aposta no *trade finance* internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco *corporate* brasileiro.

Por força do arrefecimento da economia mundial, com reflexos nas economias emergentes da Europa Central e de Leste, o Banco assumiu uma postura mais conservadora na sua carteira de *Trade Finance*, não tendo sido concretizadas grandes operações e/ou participações em empréstimos sindicados/bilaterais durante o ano em causa. Esta carteira totalizava 32 milhões de euros no final de 2009, contra 126,4 milhões de euros em finais de 2008.

Nesta área, o Banco tem concentrado esforços no *Trade Finance* internacional puro, no *Structured Trade Finance* e no apoio às empresas portuguesas através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direção Internacional (Lisboa/Londres) e Direção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Em resposta à boa actividade da Banif Finance (USA) Corp. na concessão de crédito hipotecário - não obstante a performance do *real estate* a nível mundial - o Banco procedeu ao *funding* desta carteira, num total de USD 216,4 milhões, em comparação com USD 178 milhões em finais de 2008, para além de volumes negociados em mercado secundário. Importa ainda destacar a ausência de eventos de *default* dignos de nota neste *portfolio*, cuja performance se tem mantido estável.

3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, referentes aos períodos em análise, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif-SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, o Banif incorporou por fusão o Banco Banif e Comercial dos Açores, SA, instituição líder do mercado da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, e para que as demonstrações financeiras sejam directamente comparáveis nos períodos em causa, foram preparados elementos contabilísticos pró-forma para 2008, em base IAS/IFRS, que espelham adequadamente o contributo do Banif, com a inclusão do BBKA, para as contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2009, do qual se destaca:

- O Lucro Líquido ascendeu a 28,5 milhões de Euros no final de 2009, um decréscimo de 12,8% quando comparado com o final de 2008;



- Os Capitais Próprios elevaram-se a 699,4 milhões de euros, um crescimento de 46,3% face a 2008;
- A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 4,84% enquanto que a Rendibilidade do Activo (ROA) ascendeu a 0,25%, contra 7,36% e 0,33%, respectivamente, em 2008.

Demonstração de Resultados

Apesar da crise sem precedentes iniciada em 2008, criando condições adversas nos mercados financeiros, que originaram uma escassez generalizada de recursos fruto da volatilidade dos mercados, o Banif S.A alcançou um desempenho positivo, medido pela evolução do Produto de Actividade, que variou + 9,6% e pela expansão do Activo Líquido, com uma subida de 6,9%.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou um crescimento de 8,6% face ao final de 2008, elevando-se a 231,3 milhões de euros. No entanto, a Margem Financeira, excluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, evidencia um decréscimo de 9,1%, passando de 298,1 milhões de euros, em 2008, para 189,2 milhões de euros em 2009, em resultado de uma diminuição da margem de intermediação financeira, que passou de 2,25% para 1,94% ao longo de 2009. Na actual conjuntura de descida continuada das taxas de juro, a Margem Financeira foi também penalizada devido à estrutura temporal das carteiras activas e passivas, na medida em que o prazo médio de revisão de taxas activas é inferior ao prazo médio da revisão das taxas passivas. Estima-se que a margem financeira unitária tenha perdido cerca de 15 b.p. entre os períodos em análise, devido ao *mismatch* de prazos de revisão de taxa entre as carteiras activas e passivas.

A Margem Financeira inclui, na componente de Rendimento de Instrumentos de Capital, 39,6 milhões de euros respeitantes a dividendos recebidos da Sociedade Numberone, SGPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif -Grupo Financeiro.

Os Lucros de Operações Financeiras registaram, no final de 2009, um acréscimo de 5,4 milhões de euros, face a igual período de 2008, situando-se em 4,5 milhões de euros. Para este resultado é de salientar a contribuição das mais-valias realizadas na venda da participação na Via Litoral, no valor de 2,6 milhões de euros, contabilizada na rubrica “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, da valorização da carteira de títulos ao justo valor em 6,7 milhões de euros, relevados na rubrica “Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de Resultados”, dos ganhos cambiais em 1,8 milhões de euros, e o registo de menos valias no valor de 7 milhões de euros resultante da diferença entre o valor de balanço e o valor de venda de créditos cedidos.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Comissões por Prestação de Serviços e Reembolso de Despesas, evidenciam um acréscimo de 5,7%, quando comparados com o ano de 2008, atingindo 88,7 milhões de euros, o que traduz a eficiência na prestação de serviços a uma base de clientes mais alargada.

Esta rubrica inclui também o resultado de +1,9 milhões de euros com o desreconhecimento da participação na Companhia de Seguros Açoreana (CSA), efectuada em 2009, na sequência da reorganização da estrutura accionista daquela entidade. Esta reorganização consistiu na troca das participações que o Grupo detinha no capital da CSA, através da Banif-SGPS e Banif com 33,62% e 14,07%, respectivamente, por participações equivalentes no capital da Rentipar Seguros SGPS, *holding* que passou a deter directamente 100% do capital da CSA. Esta operação concretizou-se através de um aumento de capital da Rentipar Seguros SGPS, integralmente subscrito pela Banif-SGPS e Banif, que passaram a deter 33,62% e 14,07%, respectivamente, realizado pelas duas entidades com entradas em espécie consistentes nas acções que os subscritores do aumento detinham directamente no capital social da CSA. O Banif subscreveu 1.845.000 novas acções da Rentipar Seguros SGPS, com o valor nominal unitário de € 5,00 e com o valor nominal global de € 9.225.000,00, contra a entrega de 1.610.897 acções ordinárias, com o valor nominal unitário de € 5,00, que possuía no capital social da CSA.



O Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, pelos Lucros de Operações Financeiras e pelas Comissões e Outros Resultados Líquidos, cresceu 9,6%, totalizando 324,6 milhões de euros.

Apesar do crescimento orgânico do Banco, os custos de funcionamento, que compreendem os Custos com o Pessoal, os Gastos Gerais Administrativos e as Amortizações, ascenderam a 207,0 milhões de euros, mantendo o mesmo nível verificado no exercício de 2008. Durante o ano de 2008, os custos de funcionamento foram particularmente agravados pelos encargos com o *rebranding* e sua divulgação, com a celebração do 20º aniversário do Banif – Grupo Financeiro, e com a preparação da fusão do BBKA no Banif.

Os Custos com o Pessoal, que se elevaram a 113,1 milhões de euros, cresceram 4,9%, em relação ao ano anterior, em resultado da actualização salarial e encargos decorrentes com a progressão de carreiras, conforme previsto no ACTV para o sector, e do reforço do quadro de pessoal em 86 colaboradores, para um total de 2.656 no final de 2009.

Os Gastos Gerais Administrativos atingiram 78,3 milhões de euros, reflectindo uma descida de 9,8% relativamente ao final de 2008, no qual, como já referido, se registaram os custos com o *rebranding*, aniversário do Banif - Grupo Financeiro e preparação da fusão do BBKA no Banif. Por seu turno, as Amortizações apresentaram, no período, um crescimento de 27,3%, que decorre principalmente de investimentos e obras de adaptação realizados em edifícios alugados, em consequência da expansão da rede de agências. Foram abertas 29 novas agências durante o exercício findo, passando a rede comercial do Banif para 410 pontos de atendimento no final do ano de 2009.

Como resultado da contenção dos custos de funcionamento, o rácio “*Cost to Income*” exprime um acréscimo de eficiência de 6,8 p.p. (excluindo amortizações) e 6,1 p.p. (incluindo amortizações), tendo passado de 65,76% e de 69,88%, no final de 2008, para 58,99% e para 63,78%, respectivamente, no final de 2009.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 133,1 milhões de euros, no final de 2009, um crescimento de 31,3% quando comparado com o alcançado no final do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS, conforme referido na introdução a esta análise, totalizaram 97,3 milhões de euros, no final de 2009, como reflexo da deterioração da actual conjuntura macro-económica nacional e internacional, que obrigou a uma política de maior prudência na avaliação de alguns coeficientes de análise colectiva da imparidade de crédito.

Os impostos do exercício, que compreende os impostos correntes e os impostos diferidos, estão influenciados com o regime fiscal específico que incide sobre os dividendos obtidos, conforme anteriormente referido, e com ao saldo de proveitos por impostos diferidos, em consequência, principalmente, de prejuízos fiscais reportáveis.

Deste modo, o Lucro Líquido depois de impostos do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, ascendeu a 28,5 milhões de euros, em base IAS/IFRS, menos 12,8% do que o resultado obtido em final de 2008, de 32,7 milhões de euros.

A principal razão para a divergência dos resultados do exercício em base IAS/IFRS e em NCA's deve-se à diferença entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 100,6 milhões de euros (61,1 milhões de euros em 2008), e a imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 97,3 milhões de euros (49,9 milhões de euros no exercício de 2008).



Balanço

Como resultado da estratégia que tem vindo a ser implementada a actividade do Banif, durante o ano de 2009 caracterizou-se por:

- Crescimento do Activo Líquido em 6,9%
- Aumento da carteira de crédito em 5,3%
- Crescimento dos Recursos de Clientes, em Balanço, em 6,3%

O Activo Líquido, que alcançou 11.546,6 milhões de euros no final de 2009, apresentou um acréscimo de 6,9% relativamente ao ano anterior.

A rubrica “Crédito a Clientes” apresentou um valor bruto de 9.940,9 milhões de euros, representando um aumento de 5,3% quando comparado com o final de 2008. Apesar do abrandamento verificado na concessão de crédito, devido à actual conjuntura económica, o crédito à habitação, que constituiu, no final de 2009, 72,8% da carteira de crédito a Particulares, e 31,0% da carteira total de crédito, contribuiu com um incremento de 9,4% enquanto a carteira de Crédito a Empresas, que no mesmo período, representava 57,0% do total do crédito, em valores brutos, contribuiu com um crescimento de 7,3%. O quadro seguinte compara o saldo do crédito concedido a clientes no final dos períodos em análise:

(milhões de euros)	Dez-09	Dez-08	Varição
Particulares			
Crédito imobiliário	3.086	2.822	9,4%
<i>Do qual titularizado</i>	2.480	1.545	60,5%
Crédito ao consumo	391	384	1,8%
Outro	759	892	-14,9%
Total Particulares	4.237	4.099	3,4%
Empresas			
Desconto	333	469	-28,9%
Empréstimos	2.366	2.111	12,1%
Contas Correntes	2.472	2.068	19,6%
Outros	498	636	-21,7%
Total Empresas	5.670	5.283	7,3%
Juros a receber e vencidos	35	55	-37,3%
Total Crédito Bruto	9.941	9.437	5,3%
Imparidade de Crédito	304	217	39,7%
Total Crédito Líquido	9.637	9.220	4,5%

Apesar da criteriosa selecção e acompanhamento do risco de crédito, a manutenção da conjuntura económica pouco favorável com o agravamento do nível de incumprimento do crédito às empresas têm afectado os níveis de qualidade da Carteira de Crédito, expressos num rácio de “Imparidade/Crédito Total” de 3,05% (2,30% em 31 de Dezembro de 2008) e um rácio de “Crédito em Incumprimento/Crédito Total” de 2,66% (1,80% em 31 de Dezembro de 2008), calculado de acordo com as NCA.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se uma descida de 9,4 milhões de euros originada pela diminuição de 100,6 milhões de euros na carteira de instrumentos de capital de residentes e do aumento de 93,4 milhões de euros na carteira de dívida não subordinada.



A carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, que totalizava 124,3 milhões de euros, apresentou um aumento de 40 milhões de euros no final de 2009, quando comparado com o final de 2008, explicada sobretudo pela aquisição de títulos das operações de securitização de crédito hipotecário *Atlantes Mortgage* N° 4 e *Atlantes Mortgage* N° 5.

Na actual conjuntura económico-financeira que tem condicionado o normal funcionamento dos mercados, o Banif tem conseguido manter níveis adequados de liquidez diversificando a sua estrutura de recursos financeiros. Ao nível do *funding* captado, salienta-se o aumento verificado nos Recursos de Bancos Centrais, no montante de 223 milhões de euros, devido à realização de operações de crédito no Eurosistema (operações de cedência de liquidez) em condições mais favoráveis, colateralizadas com as obrigações emitidas no âmbito das operações de securitização. Por outro lado, o saldo de Recursos de Outras Instituições de Crédito diminuiu 278,8 milhões de euros.

	Milhões de euros				
	2009	Est.	2008	Est.	Variação
Recursos de Bancos Centrais	1.103	10,7%	880	8,9%	25,5%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	1.621	15,7%	1.900	19,2%	-14,7%
Recursos de Clientes	7.156	69,2%	6.728	68,0%	6,4%
Passivos Financeiros	29	0,3%	45	0,5%	-35,0%
Passivos Subordinados	434	4,2%	336	3,4%	29,2%
Total de funding	10.344	100,0%	9.889	100,0%	4,6%

Os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor, ascenderam a 7.156 milhões de euros, mais 6,4%, quando comparado com o final de 2008.

Os Depósitos de Clientes diminuíram 0,8%, devido à quebra registada principalmente em Depósitos a Prazo, que diminuíram 101 milhões de euros, cerca de 2,1%. Os Depósitos à Ordem também apresentam uma descida de cerca 1,8%. Os Depósitos de Poupança, caracterizados principalmente por aplicações a prazos mais longos, subiram 17,4%, ou seja mais 89 milhões de euros.

(milhões de euros)	Dez-09	Dez-08	Varição
Depósitos de Clientes	6.606	6.656	-0,8%
À ordem	1.190	1.211	-1,8%
A prazo	4.773	4.874	-2,1%
Poupança	600	511	17,4%
Outros	43	60	-27,3%
Responsabilidades Representadas por			
Títulos	529	44	1101,0%
Passivos Financeiros ao Justo Valor	20	28	-26,5%
Recursos de Clientes	7.156	6.728	6,4%

Durante o exercício de 2009 foi reembolsada uma emissão de *Obrigações de caixa Banif SFE 2006-2009*, no montante de 7,5 milhões de euros, pelo que a rubrica “Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados”, apresentou um decréscimo de 7,3 milhões de euros, totalizando 20,0 milhões de euros no final de 2009.

Em Abril de 2009, e ao abrigo da Lei nº 60-A/2008, de 20 de Outubro e da Portaria nº 1219-A/2008, de 23 de Outubro, o Banco emitiu Obrigações Não Subordinadas com Garantia da República Portuguesa, no montante de 500 milhões de euros.

Durante o período em análise, o Banco emitiu obrigações subordinadas no montante total de 100 milhões de euros, e reembolsou um empréstimo subordinado no montante de 38,9 milhões de euros,



concedidos pela Banif Finance, pelo que a rubrica “Passivos Subordinados” apresentou um acréscimo de 29,2%, totalizando 434,4 milhões de euros.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, atingiram os 699,4 milhões de euros no final de 2009, um aumento de 46,3% face ao registado no final de 2008, devido aos aumentos do capital social do Banco, no total de 200 milhões de euros, realizados pela Banif Comercial, SGPS.

Como resultado do reforço dos capitais próprios, acima referido, o Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, subiu para 13,23%, no final de 2009, face a 9,57%, no final de 2008. O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS, e determinado de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situava-se em 13,10% no final de 2009 (9,80% em 31 de Dezembro de 2008), enquanto o rácio *Core Tier I* atingiu 8,93% (5,86% em 31 de Dezembro de 2008). Para o mesmo período, este rácio, calculado numa base consolidada do Banif e Banif Finance Ltd, entidade controlada pelo Banif e vocacionada para a emissão de dívida, em contas IAS/IFRS, situava-se em 13,89% (11,83% no final de 2008), enquanto o rácio *Core Tier I* atingiu 8,45% (5,81% no final de 2008). Os Resultados Líquidos de 28,4 milhões de euros, conjugados com o aumento verificado ao nível da base de capital, representam um ROE de 4,84% (7,36% em 2008) e um ROA de 0,25% (0,33% em 2008), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.

Como nota final, importa referir que no início de 2009 o Banif implementou uma nova aplicação de contabilidade, em bases tecnológicas modernas e acessível ao utilizador, e que proporcionou maiores funcionalidades e capacidades de análise e controlo da informação contabilística. Esta nova aplicação permitiu ainda a implementação interna de um novo plano de contas, totalmente estruturado e compatível com as IAS/IFRS. Estas medidas contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade da informação financeira produzida.



Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

milhares de €

	31-Dez-09	31-Dez-08 (1)	Variação	
			Absoluta	%
Balanco				
Activo Líquido	11.546.621	10.805.977	740.644	6,9%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	9.940.935	9.436.954	503.981	5,3%
Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos)	7.155.098	6.728.243	426.855	6,3%
Capitais Próprios	699.391	477.901	221.490	46,3%
Demonstração de Resultados				
Margem Financeira (incl. Rendimento de Instrumentos de Capital)	231.320	213.052	18.268	8,6%
Lucro de Operações Financeiras	4.532	(951)	5.483	-576,6%
Outros Proveitos Líquidos	88.743	83.984	4.759	5,7%
Produto da Actividade	324.595	296.085	28.510	9,6%
Custos Administrativos	(191.481)	(194.694)	3.213	-1,7%
<i>Cash-Flow</i>	133.114	101.391	31.723	31,3%
Amortizações do exercício	(15.532)	(12.198)	(3.334)	27,3%
Provisões / Imparidade	(97.385)	(49.875)	(47.510)	95,3%
Resultados antes de Impostos	20.197	39.318	(19.121)	-48,6%
Impostos	8.298	(6.635)	14.933	-225,1%
Resultado do Exercício	28.495	32.683	(4.188)	-12,8%
Outros Indicadores				
Imparidade de crédito/Crédito Total	3,05%	2,30%	-	-
Resultados antes de Impostos / Activo Líquido Médio	0,18%	0,40%	-	-
Produto Bancário / Activo Líquido médio	2,90%	3,22%	-	-
Resultados antes de Impostos / Capitais Próprios Médios	3,43%	8,86%	-	-
<i>Cost to Income (Excluindo amortizações)</i>	58,99%	65,76%	-	-
<i>Cost to Income</i>	63,78%	69,88%	-	-
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	34,86%	36,42%	-	-
ROE	4,84%	7,36%	-	-
ROA	0,25%	0,33%	-	-
Rácio de Solvabilidade (<i>Core Criteria</i> de Basileia)	13,10%	9,80%	-	-
Tier 1 (<i>Core Criteria</i> de Basileia)	8,93%	5,86%	-	-
Nº de empregados	2.656	2.570	86	3,3%
Nº de Agências Bancárias	410	381	29	7,6%
Outros Indicadores conforme Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal				
Crédito em Incumprimento / Crédito Total	2,66%	1,80% (2)	-	-
Crédito em Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido	0,67%	0,57% (2)	-	-
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	13,23%	9,57%	-	-
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	8,22%	4,99%	-	-

(1) Pró Forma Banif + BBCA

(2) Não inclui BBCA



3.2 Crédito Especializado

3.2.1 Banco Mais, SA

3.2.1.1 Actividade em Portugal

O ano de 2009 ficou marcado pela integração do Banco Mais no Banif – Grupo Financeiro. Ainda no último trimestre do ano foram iniciados os trabalhos entre as equipas do Banco Mais e do Banif – Grupo Financeiro no sentido de obter maiores níveis de sinergias e eficiência ao nível das plataformas operacionais, bem como dos meios humanos existentes, tirando assim o máximo partido da integração.

Durante o ano de 2009 intensificaram-se as acções de formação interna, que ocorreram nas instalações da sede do Banco Mais, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa e através de uma plataforma de *e-learning*. Nelas participaram os colaboradores de todo o país, tendo sido seguido um programa adequado aos diferentes grupos, conforme as respectivas funções. Os temas abordados tiveram como objectivo a consolidação de conhecimentos ao nível dos procedimentos internos, com vista à procura da excelência na prestação dos serviços.

Em termos de política de concessão de crédito, o ano de 2009 regeu-se por regras muito conservadoras, introduzidas ainda em finais de 2008, tendo em conta um contexto de agravamento da situação económica do país, que poderia vir a traduzir-se em níveis de incumprimento acrescidos face a um contexto económico desfavorável. Como resultado dessas medidas, as operações concretizadas pelo Banco durante o ano de 2009 apresentam um elevado nível de qualidade, indiciando, para já, um comportamento bastante positivo.

Em 1 de Julho de 2009 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, que teve consequências directas na actividade de concessão de crédito ao consumo, nomeadamente através de medidas como a coligação de contratos entre o credor e fornecedor do bem objecto de financiamento, regras de antecipação dos contratos bastante mais favoráveis para os consumidores, alargamento dos períodos de reflexão e introdução de uma ficha de informação normalizada (FIN). Apesar do pouco tempo concedido às Instituições para ajustarem os seus procedimentos às novas regras, o Banco Mais conseguiu estar completamente operacional desde o primeiro dia, tendo sido pioneiro e célere na tomada de decisões comerciais, sem prejudicar a relação com os parceiros de negócio.

Durante o ano de 2009, ao abrigo do programa de titularização de activos BMORE 5 foram cedidos 140,6 milhões de euros, compensando desse modo parte dos pagamentos ocorridos nas operações BMORE 3 e BMORE 4, ambas já nos respectivos períodos de amortização. O período de *revolving* do programa de *Asset-backed Commercial Paper* da BMORE 5 irá continuar até finais de 2010. A totalidade dos créditos vivos nos programas de titularização em curso era, no final de 2009, de 303 milhões de euros.

Ainda no final de 2009, foi desenvolvido o plano de *rebranding* da instituição, alinhado com a imagem corporativa do Grupo, que viria a concluir-se no início de 2010, passando o Banco Mais a adoptar a marca comercial “Banif Mais”. Esta nova identidade permite tirar partido do espírito e essência do Banif - Grupo Financeiro, mantendo o território próprio com carácter inovador, criativo e disruptivo, características sempre presentes na actuação do Banco ao longo dos seus 22 anos de existência.

No que se refere ao Mercado Automóvel, de acordo com a ACEA (Associação de Construtores Europeus de Automóveis), no período de Janeiro a Novembro de 2009, as vendas totais de automóveis ligeiros de passageiros na Europa (EU27 + EFTA) totalizaram as 13.406.382 unidades, o que revela um decréscimo de 2,8% face a igual período de 2008.



Em Portugal, a venda de automóveis ligeiros de passageiros acompanhou a tendência europeia, apresentando o pior resultado dos últimos 22 anos. Face ao ano transacto, a quebra foi de 24,6%. A crise económica e a elevada fiscalidade são apontadas como as principais razões para a forte contracção, a qual ainda assim foi amenizada devido ao programa de incentivos ao abate de veículos em “fim de vida”.

Ao contrário do que se verificou nos dois anos anteriores, em 2009 a quebra das vendas na Europa de Leste, onde o Banco Mais opera através das sucursais da Eslováquia e da Polónia, foi bastante mais acentuada (cerca de 27%) do que a registada na Europa Ocidental, onde as vendas contraíram apenas 0,7%. Essa evolução diferenciada reflecte o impacto dos sistemas de incentivos à renovação do parque automóvel em vários dos principais mercados da Europa Ocidental.

Em Portugal, o ano de 2009 foi um ano de abrandamento da actividade comercial, fruto da conjuntura económica e, principalmente, das medidas adoptadas pelo Banco Mais no último trimestre de 2008. A estratégia foi a de privilegiar a qualidade da carteira de crédito, através de critérios de análise bastante exigentes, em detrimento do volume de negócios. Assim, foram celebrados um total de 11.832 contratos, aos quais correspondeu um volume total de crédito de 84,1 milhões de euros.

A aposta comercial incidiu no financiamento automóvel, segmento onde a experiência da instituição é mais vasta. O número total de viaturas financiadas através de Crédito, Leasing e ALD (incluindo máquinas agrícolas) ascendeu às 9.202 unidades, representando um total de crédito concedido de 77,8 milhões de euros.

Esta produção representa um nível de concretização de propostas na ordem dos 37% (ao todo, foram recebidas, em 2009, 24.566 propostas), valor que é muito abaixo do verificado no ano anterior e é sinal da política de concessão de crédito muitíssimo prudente que pautou a actividade do ano em análise.

Em linha com a estratégia comercial seguida pelo Banco Mais ao nível do crédito automóvel, e tendo em conta o risco associado aos contratos de Crédito Pessoal, verificou-se, em 2009, uma interrupção do esforço de vendas neste segmento. No segmento dos produtos de crédito lar e saúde, os números também foram modesto, uma vez que, ao todo, foram concedidos 2.513 novos créditos, num total de 5,8 milhões de euros.

Apesar da redução da originação de novos contratos, a carteira de crédito líquida de imparidade em Portugal teve uma redução menos acentuada, com uma quebra, ainda assim, de 23%.

3.2.1.2 Actividade Internacional

O desempenho comercial das sucursais da Eslováquia e da Polónia, países onde o Banco Mais opera desde 2005 e 2007, respectivamente, revelou sinais de abrandamento.

Na Eslováquia, a economia apresentou uma desaceleração acentuada face ao ano anterior, resultado da quebra das exportações e do consumo interno. O mercado automóvel também registou algum abrandamento, ainda que com taxa de crescimento positiva no segmento de veículos ligeiros de passageiros novos.

A Polónia foi um dos poucos países a registar crescimento real do PIB em 2009, impulsionado pela dimensão e vigor da procura doméstica e pela competitividade externa (resultado de uma forte depreciação do Zloty). O mercado automóvel, em 2009, apresentou uma performance semelhante ao do ano anterior, com o nível de vendas de automóveis novos ligeiros de passageiros apresentando uma variação positiva de apenas 0,8%.

Neste contexto e dada a grande prudência tida na concessão de crédito, as Sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram cerca de 2 mil contratos, com um total de crédito concedido de 8,7



milhões de euros, o que representa uma taxa de concretização de propostas recebidas, à semelhança de Portugal, também muito baixa, no caso, de 33%.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha a Sucursal do Banco Mais naquele país manteve, em 2009, o total enfoque na actividade de gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo praticamente concessão de novos créditos.

Números significativos (base NCA)	Milhares de Euros		
	31.12.2009	31.12.2008	Varição
Activo líquido (1)	787.624	934.191	-15,7%
Crédito Total (1)	765.329	928.109	-17,5%
Capitais Próprios	173.541	170.095	2,0%
Margem Financeira	47.378	64.257	-26,3%
Produção global	116.214	312.725	-62,8%
Produto da Actividade	63.989	74.172	-13,7%
<i>Cash-Flow</i>	42.721	52.115	-18,0%
Resultado líquido	3.430	16.544	-79,3%
<i>Cost to Income</i>	35,3%	31,9%	----
ROE	2,0%	10,1%	----
ROA	0,4%	1,8%	----
Pontos de Venda	29	29	0,0%
N.º de Empregados	369	415	-11,1%
Rácio Solvabilidade	25,7%	21,4%	----
Crédito Vencido/Crédito Total (1)	20,8%	13,6%	----
Provisões/Crédito Vencido (1)	93,7%	89,3%	----

Notas:

(1) Para efeitos de comparabilidade com 2009, os valores de 2008 das rubricas Activo Líquido, Crédito Total e indicadores de Qualidade do Crédito são valores pró-forma de modo a reflectir a reposição em balanço de créditos outrora abatidos ao activo mas sobre os quais o Banco ainda tem expectativa de recuperação (aplicação pró-forma em 2008 da Carta Circular 15/2009 do Banco de Portugal).

3.2.2 Bank Plus Bank, Zrt

A actividade do Bank Plus, subsidiária do Banco Mais na Hungria, acompanhou a tendência negativa e global do mercado automóvel húngaro, que registou um volume de vendas inferior em 60% face ao ano anterior. Este comportamento é reflexo do forte abrandamento da economia húngara, uma das mais afectadas pela crise internacional. De salientar também que, para além do panorama macroeconómico menos favorável, continuaram a existir fortes restrições ao crédito para o financiamento da compra de veículos.

Neste contexto, o Bank Plus registou, em 2009, uma quebra significativa na actividade comercial face a 2008, tendo celebrado apenas 2.321 novos contratos para um volume de crédito de cerca de 6,5 milhões de euros.



De salientar que, durante o ano de 2009, o processo de análise de propostas de crédito tornou-se também bastante mais restritivo tendo sido concretizadas apenas cerca de 41% das propostas recebidas, o que compara com um nível de 63% no ano anterior.

No início do segundo trimestre de 2009, o Bank Plus passou a adoptar um novo sistema de *scoring* reflectindo as alterações introduzidas por Basileia II e cujo desenvolvimento fora concluído em 2008.

Acompanhando as práticas do mercado, o Bank Plus continuou a oferecer os seus produtos de crédito em moeda estrangeira. No ano de 2008, o franco suíço foi a divisa preferida pelo Cliente final, representando cerca de 97% do número de contratos celebrados. No entanto é de salientar a redução desta preferência registada no último trimestre de 2009, no qual apenas 58% dos novos créditos foram concedidos indexados àquela moeda, passando a haver maior preferência pelo produto em HUF (forints húngaros) e Euro.

Números significativos (base IAS/IFRS)	Milhares de Euros		
	31.12.2009	31.12.2008	Variação
Activo líquido	120.415	156.131	-22,9%
Crédito Total	126.307	162.936	-22,5%
Capitais Próprios	35.052	35.306	-0,7%
Margem Financeira	11.820	15.405	-23,3%
Produção global	9.910	74.044	-86,6%
Produto da Actividade	13.468	18.936	-28,9%
<i>Cash-Flow</i>	9.424	14.746	-36,1%
Resultado líquido	5.137	9.749	-47,3%
<i>Cost to Income</i>	32,5%	24,1%	----
ROE	15,2%	28,2%	----
ROA	3,7%	6,7%	----
Pontos de Venda	9	9	0,0%
N.º de Empregados	85	82	3,7%
Rácio Solvabilidade	23,0%	20,7%	----
Crédito Vencido/Crédito Total	12,2%	6,6%	----
Imparidade/Crédito Vencido	86,3%	101,8%	----

3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A produção global, no exercício de 2009, foi de 152,1 milhões de euros, dos quais, 95,8 milhões de euros (63% do total) referentes a contratos de locação financeira mobiliária, 50,9 milhões de euros (33,5%) a contratos de locação financeira imobiliária e 5,4 milhões de euros (3,5%) relativos a contratos de crédito. Do total da produção, 15 milhões de euros (10%) foram financiados em consórcio com o Banif e 6 milhões de euros com outras instituições de crédito, relativos a contratos de locação financeira imobiliária.

Em relação ao exercício anterior, verificou-se um decréscimo de 30,6% da produção global da empresa. Esta situação é um reflexo directo da degradação do enquadramento económico global e das políticas de maior contenção e restrição de crédito, tendencialmente seguidas ao nível de todo o



Sistema Bancário. Em termos parcelares, há a referir que, em relação ao exercício anterior, a locação financeira mobiliária decresceu 41,0%, a locação financeira imobiliária cresceu 32,2% e os contratos de crédito decresceram 70,6%.

Em termos de originação, as redes de distribuição do Banif contribuíram com 55% da produção de leasing mobiliário e foram a principal origem da produção de leasing imobiliário. No que concerne ao crédito, as delegações da empresa foram responsáveis pela totalidade das operações concretizadas.

A carteira de crédito, antes de imparidade, em 31 de Dezembro de 2009, ascendia a 583 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 3,5% relativamente a 31 de Dezembro de 2008.

A margem financeira registou um crescimento de cerca de 11,2%, em relação a 2008.

O *Cost to Income*, relação entre custos operativos e o produto da actividade, teve um ligeiro decréscimo, reflexo da redução de alguns custos operativos, tendo passado de 34,6% em 2008, para 34,1% em 2009.

O *cash-flow* gerado, no montante de 9,3 milhões de euros, representou um decréscimo de 7,9% face ao mesmo período de 2008.

O resultado líquido registou um acréscimo de 46,5%, em relação ao ano anterior, atingindo o valor de 3.7 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, o número de colaboradores da Banif Go era de 68.

Números significativos (base IAS/IFRS)	Em Milhares de Euros		
	31.12.2009	31.12.2008	Varição %
Activo líquido	574.308	605.012	-5,08%
Crédito Total	583.088	604.250	-3,50%
Capitais Próprios	51.608	47.782	8,01%
Margem Financeira	12.109	10.886	11,24%
Produção Global	152.149	219.329	-30,63%
<i>Cash-Flow</i>	9.315	10.118	-7,94%
Produto da Actividade	15.148,5	13.689,0	10,66%
Resultado Líquido	3.711	2.532	46,54%
ROE	7,19%	5,30%	----
ROA	0,65%	0,42%	----
Custos Pessoal/Produto Bancário	16,79%	17,72%	----
<i>Cost to Income</i>	34,15%	34,58%	----
Rácio Solvabilidade	9,30%	9,80%	----
Crédito Vencido/Crédito Total	9,07%	6,90%	----
Imparidade/Crédito Vencido	44,31%	47,76%	----
N.º de Empregados	68	69	-1,45%



3.2.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.

Em 2009 foram celebrados 3.125 novos contratos (2.650 no ano anterior) num investimento total de 26 milhões de euros, o que se traduziu num crescimento de 18% face a 2008.

A conjugação do empenho das equipas comerciais da Banif Rent e das redes comerciais do Banif - Grupo Financeiro, permitiu que, pelo terceiro ano consecutivo, o objectivo inicialmente estipulado – 2.990 novos contratos, fosse ultrapassado.

Em 2009, fruto da retracção sentida na produção automóvel, verificou-se uma menor abertura das marcas quanto ao desconto que anteriormente era atribuído a clientes com grande dimensão de frota para aquisição de viaturas novas, o que possibilitou um novo tipo de serviço, o “realuguer”.

Durante o ano, a Banif Rent procedeu ao realuguer de viaturas, o que lhe deu uma maior rentabilidade sobre as mesmas antes da sua alienação.

Apesar das adversidades decorrentes da conjuntura económica, que se fez sentir com particular incidência no sector automóvel, a Banif Rent afirmou-se, em termos de produção, como a 3ª gestora de frotas a operar no mercado nacional, segundo dados da ALF - Associação Portuguesa de *Leasing* e *Factoring*, da qual são associadas as principais gestoras de frotas.

No final de 2009, a frota total sob gestão era de 4.387 veículos (3.732 no final de 2008), o que representa um acréscimo de 18%.

Do total dos veículos sob gestão, 2.604 (59%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro Açoreana).

O resultado líquido do exercício de 2009 foi de 541 mil euros o que representa um acréscimo de 471% face a 94,8 milhares de euros em 2008, e se encontra em linha com o inicialmente previsto no plano trianual 2008-2010.

Apesar da forte concorrência sentida no mercado, e de as expectativas económicas não serem as mais favoráveis, existe a convicção de que em 2010 irá ser possível manter a estratégia de crescimento quantitativo e qualitativo que tem vindo a ser desenvolvida.

A 31 de Dezembro de 2009, o número de colaboradores da sociedade era de 22.

Números significativos

(Em Milhares de Euros)

	2009	2008	Var.
Produção - nº Contratos	3.125	2.650	18%
Produção – Investimento	26.146	42.075	- 38%
Frota sob gestão	4.387	3.732	18%
EBITDA	12.343	10.640	16%
Activo Líquido	92.521	83.666	11%
Capitais Próprios	817	157	420%
Resultado Líquido	541	45	1.102%
N.º empregados	22	20	10%



3.3 Actividade Internacional do Grupo

3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

À data de 31 de Dezembro de 2009, o volume de activos do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd ascendia a, aproximadamente, 817 milhões de dólares, o que se traduziu num crescimento absoluto do Activo Total de cerca de 56 milhões de dólares (7%), face a 31 de Dezembro de 2008.

O acréscimo verificado no volume de activos do Banif (Cayman) ficou a dever-se, essencialmente, ao comportamento das rubricas de “Crédito a Clientes” e “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, que registaram um acréscimo de 72 e 64 milhões de dólares respectivamente, face a 31 de Dezembro de 2008. Este acréscimo no valor dos activos, foi, no entanto, compensado pelas reduções verificadas no saldo das rubricas de “Aplicações em IC’s” e “Activos financeiros detidos para negociação”, no valor de 52 e 39 milhões de dólares, respectivamente.

Adicionalmente, verificou-se também um acréscimo no valor da participação na Banif International Holdings, Ltd (BIH), de cerca de 4,7 milhões de dólares, em resultado do aumento de capital efectuado por esta entidade no segundo semestre de 2009. A percentagem de participação do Banif (Cayman) na BIH manteve-se, no entanto, inalterada, correspondendo, à data de 31 de Dezembro de 2009, a 85%.

No que respeita ao Passivo do Banif (Cayman), verificou-se um acréscimo de cerca de 8% face a 31 de Dezembro de 2009, cifrando-se, no fecho do exercício, no valor de 768 milhões de dólares. Esta variação decorreu, essencialmente, do acréscimo do saldo da rubrica de “Recursos de outras instituições de crédito”, que passou de 199 milhões de dólares, em 31 de Dezembro de 2008, para 299 milhões de dólares, em 31 de Dezembro de 2009. Este acréscimo foi, no entanto, parcialmente compensado pela redução da carteira de Depósitos de Clientes, que sofreu uma diminuição de cerca de 53 milhões de dólares face a 31 de Dezembro de 2008.

O Resultado Líquido do Banif (Cayman), com referência a 31 de Dezembro de 2009, ascendia a 446 mil dólares, mantendo-se praticamente inalterado face a Dezembro de 2008, data em que se cifrou nos 451 mil dólares.

Pese embora não se tenham verificado alterações significativas ao nível do resultado, a estrutura de custos e proveitos do Banif (Cayman) transformou-se de forma importante, nomeadamente no que respeita à Margem Financeira, que se cifrou em cerca de 329 mil dólares, em Dezembro de 2009, quando no exercício anterior ascendeu a cerca de 10 milhões de dólares.

Ao contrário da Margem Financeira, o Produto Bancário registou um aumento significativo, passando de 729 mil dólares, em 2008, para cerca de 2 milhões de dólares, em 2009. Este acréscimo no Produto Bancário resultou, essencialmente, do facto de o Banco ter passado a ter um resultado em activos financeiros positivo, de cerca de 6,12 milhões de dólares. Por outro lado, verificou-se um acréscimo que foi compensado, em parte, pelo incremento dos custos de exploração, os quais acabaram por se cifrar, em 31 de Dezembro de 2009, em cerca de 5,04 milhões de dólares (+17,8 % relativamente a 2008).

Dada a natureza limitada das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações aplicáveis e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro (“AML rules and regulations”) e as regras de identificação de Clientes (“KYC rules”), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção-Geral do Banif (Cayman) nas Ilhas Caimão, que reporta directamente ao Conselho de Administração.



À data de 31 de Dezembro de 2009, para além da referida participação no BIH, o Banif (Cayman) continuava a deter uma participação de 60% no capital da FINAB, sociedade de gestão e incorporação de empresas, sediada também nas Ilhas Caimão.

Valores expressos em milhares de dólares

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	816.780	761.020	7,3%
Crédito Concedido	435.861	363.808	19,8%
Depósito de Clientes	104.048	157.347	-33,9%
Capitais Próprios	48.750	48.984	-0,5%
Resultado Líquido	446	451	-1,0%

Em 31 de Dezembro de 2009: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4406 Dólares (USD)

3.3.2 Banif International Bank, Ltd

O Banif International Bank, Ltd (BIB) desenvolve a sua actividade há cerca de cinco anos, desde a sua constituição e autorização pelo Banco Central das Bahamas. O capital social deste banco é detido pela Banif Investimentos em 99,9%, e pela Banif Comercial em 0,1%.

No final de 2009, o Activo Total do BIB ascendia a cerca de 539 milhões de dólares, o que representa um decréscimo de cerca de 20% face a 31 de Dezembro de 2008, data em que ascendia a cerca de 675 milhões de dólares.

A diminuição do volume de Activos do BIB face a 31 de Dezembro de 2008 é, essencialmente, explicada pelo comportamento da rubrica de “Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito”, onde se registou uma quebra no valor de cerca de 183 milhões de dólares. Esta quebra acentuada foi parcialmente compensada pela constituição de “Aplicações em Instituições de Crédito”, no valor de 72 milhões de dólares.

Adicionalmente, verificou-se também uma redução de cerca de 12% no que respeita à carteira de Crédito Concedido, a qual passou de um volume global de 163 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2008, para 143 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2009.

No que diz respeito ao Passivo do BIB, as principais variações ocorridas face a 31 de Dezembro de 2008, foram registadas nas rubricas de “Recursos de Instituições de Crédito” e “Recursos de clientes”, as quais, em conjunto, sofreram uma redução de cerca de 147 milhões de dólares.

No que respeita à Situação Líquida do BIB, a principal alteração verificada entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009 tem a ver com o incremento verificado na rubrica de “Capital”, em resultado da emissão de 10 milhões de euros de acções preferenciais, ainda no primeiro trimestre de 2009. À data de 31 de Dezembro de 2009, o Capital Social do BIB ascende a cerca de 50 milhões de dólares.



No final do exercício de 2009, o BIB apresentava um resultado líquido negativo de 2,5 milhões de dólares, o que evidencia uma deterioração significativa do resultado face a 31 de Dezembro de 2008, data em que o banco apresentava um resultado líquido positivo de 6 milhares de dólares.

No exercício de 2009, o BIB apresentou melhores resultados no que diz respeito à Margem Financeira e ao Produto Bancário, os quais cresceram 20% e 168%, respectivamente, em relação a 2008. Todavia, os ganhos gerados com a actividade bancária foram totalmente absorvidos pelos custos inerentes à constituição de provisões para crédito vencido, que ascenderam, no exercício de 2009, a cerca de 5 milhões de dólares.

Dada a natureza e montantes das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - "AML rules and regulations" - e as regras de identificação de Clientes - "KYC rules"), são devidamente assumidos e assegurados pelo *Head Office* nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Valores expressos em milhares de dólares

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	538.998	675.067	-20%
Carteira de Crédito	143.021	158.215	-9,49%
Depósito de Clientes	314.022	434.803	-28%
Capitais Próprios	48.354	35.125	38%
Resultado Líquido	-2.496	6	-40.356%

Em 31 de Dezembro de 2009: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,4406 Dólares (USD)

3.3.3 Banif Finance (USA) Corp.

A **Banif Finance (USA), Corp.** (BFUSA) é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

De acordo com a regulamentação do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFUSA está sujeita a fiscalização governamental e correspondente legislação. A verificação ao nível de *compliance* local é também levada a efeito, anualmente, por uma terceira entidade independente, a fim de reduzir os riscos legais e operacionais a que possa estar exposta.

A sociedade iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2002. Em 31 de Dezembro de 2008, mudou a sua designação de Banif Mortgage Company para Banif Finance (USA), Corp. assim reflectindo a expansão das suas actividades, as quais incluem hoje os financiamentos de comércio internacional, como resultado da fusão com a Banif Forfaiting (USA), Inc..

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif – Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de



uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o ano de 2009, a sociedade exerceu a sua actividade sob condições de mercado especialmente desafiantes. Por força de critérios de concessão de crédito mais restritivos, a BFUSA financiou um total de 52 novas operações, no montante total de USD 56 milhões, valor que compara com os USD 76 milhões financiados em 2008. O menor volume de crédito concedido resultou num decréscimo das comissões, para cerca de USD 630 milhares, de um total de USD 897 milhares em 2008.

Durante o exercício de 2009 a BFUSA constituiu provisões adicionais para risco de crédito no valor total de USD 9,6 milhões.

O lucro líquido da sociedade em 2009 foi de USD 1,565 milhões.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores

Expresso em milhares de dólares

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	302,953	244,082	+24%
Crédito Concedido	286.890	245.093	+17%
Capitais Próprios	10,595	9,030	+17%
Proveitos Totais	23,377	10,870	+115%
Lucro Líquido	1,565	20	+7725%

3.3.4 Banif Financial Services, Inc.

A **Banif Financial Services, Inc.** (BFS) é uma sociedade constituída em Novembro de 2000, registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

A BFS actua nos EUA como *US Investment Adviser* e tem como missão:

- Desenvolver e apoiar os negócios do Banif - *Private Wealth Management*, contando, para tal, com uma equipa de *Investment Advisers* que, a partir de Miami, cobre os mercados do Brasil, Venezuela e Argentina;
- Articular com a sede do Banif – Grupo Financeiro em Lisboa, com o Banif Brasil, com o Banif (Cayman), com BIB e outros prestadores de serviços, todo o processo de criação, implementação e manutenção de serviços e produtos do Banif - *Private Wealth Management*.

No final de 2009, a sociedade contava com um total de 262 Clientes e um total de activos sob gestão de USD 118 milhões.



O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores

Expresso em milhares de dólares

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	365	358	+2%
Capitais Próprios	357	353	+1%
Proveitos Totais	740	631	+17%
Lucro Líquido	4	3	+33%

3.3.5 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Em 2009, a economia brasileira acabou por sofrer um impacto negativo decorrente da crise financeira mundial, esperando-se um crescimento do PIB próximo de zero, ou até mesmo ligeiramente negativo, em contraste com o crescimento de 4,6% registado em 2008.

Durante todo o exercício de 2009, a actividade económica caracterizou-se ainda por alguma instabilidade, decorrente da forte crise de 2008, com a consequente redução das linhas de crédito e de investimento externo, que afectou fortemente o sector exportador brasileiro, o qual tem a sua produção assente nas linhas de crédito do exterior.

No entanto, em virtude das suas reservas monetárias, da qualidade do seu sector bancário e da competitividade da sua economia, o Brasil conseguiu manter a estabilidade da actividade económica, apesar de uma forte quebra imediata no seu índice de crescimento.

Com efeito, o quadro de estagnação e incerteza que caracterizou a economia mundial em 2009 afectou em menor grau o Brasil e não impediu o crescimento dos activos dos bancos em geral. O próprio Governo Brasileiro promoveu medidas tendentes a facilitar o financiamento para a compra de casa própria, pelas camadas mais pobres da população, através do programa “minha casa minha vida”. Este programa, que conta com uma taxa altamente subsidiada, tem permitido um forte desenvolvimento no sector da construção e uma forte geração de empregos.

Assim, a nível doméstico, a economia brasileira reflectiu uma importante inflexão a partir do último trimestre de 2009, quando apresentou um crescimento da ordem de 2,5%. Espera-se que o Brasil atinja um crescimento de cerca de 5% do PIB em 2010, uma vez que a economia vem crescendo a um nível forte e constante, muito acima das expectativas, impulsionada, em grande medida, por uma forte procura interna de produtos industrializados, pela indústria de construção civil, obras públicas e infraestrutura e pela indústria automóvel (foram produzidos, em 2009, cerca de 3.200.000 veículos).

Levando em conta as incertezas relativas ao desempenho da economia brasileira em 2009, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. (Banif (Brasil)) adoptou uma postura conservadora na concessão do crédito, privilegiando os Clientes mais antigos, com um relacionamento positivo com a instituição, e assumindo um critério muito selectivo no desenvolvimento de novas relações comerciais.

O Banif (Brasil) manteve-se fiel à sua estratégia de desenvolvimento das operações de crédito comercial, financiamento imobiliário, tesouraria, câmbio e de comércio externo com empresas de média e grande dimensão. Todavia, a principal prioridade foi no sentido de privilegiar as operações da



Financeira Banif (no âmbito do financiamento automóvel e de bens de consumo duráveis) bem como as operações em parceria com empresas dos sectores privado e público, com vista à concessão de crédito pessoal aos respectivos trabalhadores, cujas prestações de reembolso são descontadas desde logo nos vencimentos auferidos por estes, procedimento que tem reduzido substancialmente o risco de crédito.

Acompanhando a tendência do sector e da economia, os activos do Banif (Brasil) cresceram 7% quando comparados com o final de 2008. Contudo, importa salientar que, seguindo uma estratégia de crescimento com risco controlado, as operações geradas pela Financeira Banif cresceram 165% e as operações de crédito consignado 20%, comparativamente com os valores registados no final de 2008. Estas operações dizem respeito a empréstimos de baixos valores e com excelentes margens de rentabilidade.

Com o objectivo de reduzir a dependência dos fundos recebidos do próprio Grupo, dos recursos externos concedidos por bancos correspondentes e dos recursos do mercado interbancário, o Banif (Brasil) tem conduzido campanhas e estimulado a captação de recursos nas agências, de forma diluída e diversificada, junto de Clientes. Como resultado de tal esforço, o Banif (Brasil) conseguiu crescer a sua captação de recursos em 66% relativamente ao ano anterior, o que também oferece alguma segurança quanto à capacidade da instituição para competir adequadamente no negocio bancário e no da Financeira.

O Banif (Brasil) tem prosseguido o seu plano de expansão, já dispondo de 25 pontos de venda em todo o país, tendo já iniciado actividades na Agencia Brasília (Distrito Federal) e programado a abertura, a curto prazo, das Agências Centro (São Paulo) e Joinville (Santa Catarina). O banco já tem presença na cidade do Recife, com um escritório, e o objectivo é o de, brevemente, ali instalar uma agência. Subsequentemente, o banco irá estar presente em Fortaleza (Ceará) região onde vêm ocorrendo fortes investimentos portugueses, nas áreas da construção e da hotelaria.

O Banif - Grupo Financeiro continuou a investir, de forma substancial, na actividade do Banif (Brasil), criando as condições para a manutenção da sua política de crescimento continuado, designadamente, através da expansão da rede de agências, escritórios, e desenvolvimento de produtos. Manteve-se uma política criteriosa e conservadora na concessão de crédito e privilegiou-se a expansão da Financeira Banif no crédito automóvel, consumo durável, e crédito pessoal. Desta forma, apostou-se em produtos de risco mais disperso e de maior rentibilidade.

As operações de crédito comercial atingiram, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de R\$. 898,5 milhões, crescendo 7,8% no período, quando comparadas com os R\$. 833,2 milhões de carteira comercial atingida em 2008.

Importa destacar, de entre as operações de crédito comercial, as de crédito consignado aos funcionários públicos, com pagamentos descontados directamente nos respectivos salários mensais, cujo valor global ascendeu a R\$. 191,9 mil milhões. Durante 2010, espera-se desenvolver fortemente o crédito consignado no financiamento a funcionários de empresas do sector privado, que tenham já uma boa relação comercial com o banco.

O banco vem ainda expandindo, de forma importante, a presença do Cartão de Crédito Banif, comercializado sob a bandeira Visa.

Em resultado de um relacionamento privilegiado com algumas empresas e associações profissionais (onde se incluem, designadamente, médicos, dentistas, contabilistas e advogados) já foram assinados mais de uma centena de protocolos, através dos quais o Banif (Brasil) oferece, além do Cartão de Crédito Banif, uma gama completa de produtos e serviços aos funcionários e membros daquelas entidades.



Há uma forte expectativa de potenciar a divulgação e concessão do Cartão de Crédito Banif aos membros de associações e clubes desportivos (principalmente de futebol) locais. Neste sentido, foram já assinados dois contratos de “afinidade”, um com o Clube Palmeiras e outro com a Portuguesa de Desportos, ambas entidades de muito prestígio, ligadas às comunidades italiana e portuguesa, respectivamente, contando com dezenas de milhares de associados. Estas iniciativas contribuem grandemente para um maior reconhecimento da marca “Banif” junto do público desportivo, pois são motivo de notícia nos principais jornais do país.

A Financeira Banif, encerrou 2009 com um volume de financiamentos na ordem dos R\$. 192,6 mil milhões e vem apresentando forte crescimento, já sendo reconhecida no sector financeiro brasileiro. Diferentemente da maioria das suas congéneres, que sofreram uma forte crise de liquidez, mesmo no ponto mais crucial da crise económica o Banif – Grupo Financeiro sempre confiou no desempenho da economia brasileira e a Financeira Banif nunca deixou de dispor dos recursos necessários para fazer face à procura dos seus Clientes.

Como se referiu, no ano de 2009 sentiu-se já algum abrandamento da crise, em grande parte devido à forte intervenção dos governos na economia dos grandes países, principalmente na área bancária, a fim de manterem as economias a funcionar de modo mais regular, reduzindo a ansiedade dos investidores e dos seus cidadãos.

Este contexto internacional favoreceu o desenvolvimento de outro produto tradicional do Banif (Brasil), o Financiamento ao Comércio Externo, bem como as respectivas operações de Câmbio, cujo volume, em 2009, atingiu R\$.182,3 milhões. Esta actividade, pela sua natureza, permitiu ainda desenvolver negócios em reciprocidade entre o Banif (Brasil) e o Banco de Investimento (Brasil), bem como com as sociedades do Grupo no exterior.

Em função dos negócios de financiamento ao comércio externo e da sua forte actuação no mercado cambial, o Banif (Brasil) tem sido, consecutivamente, elevado pelo Banco Central do Brasil à condição de “Dealer”, tornando-se, nesta medida, parte integrante da política monetária brasileira, ao lado dos mais importantes bancos, nacionais e internacionais, designados pelas autoridades monetárias do país. No final de 2009, o Banif (Brasil) apresentava-se como o décimo oitavo banco com maior volume cambial do país, com um volume de operações de cerca de US\$.3,0 mil milhões por mês.

Como se referiu, o sector bancário, principalmente no que diz respeito às instituições de menor dimensão, foi bastante afectado pelo aumento do custo da liquidez e pelos efeitos da crise nas empresas brasileiras, especialmente nas do sector exportador, um dos pilares da economia brasileira.

Apesar de também ter sofrido este impacto, o Banif não comprometeu a sua estratégia de se afirmar como um importante banco médio de retalho no Brasil, continuando a investir, ainda que mais moderadamente, na sua expansão, facto que contribuiu para uma redução dos seus resultados em 2009, que se traduziram num lucro de R\$. 899 milhares (*versus* R\$. 4,7 milhões em 2008).

Para tal redução contribuiu ainda um aumento significativo das provisões de crédito, que foram feitas em função de atrasos no pagamento de dívidas por parte de Clientes, principalmente do *agro business* brasileiro, os quais foram profundamente afectados pela falta de linhas de crédito do exterior, em que se baseava o seu negócio exportador. Estas grandes empresas têm renegociado as suas dívidas com os respectivos credores e algumas estão já a retomar a sua actividade normal.

Por fim, destaca-se a forte evolução do *Cash-Flow* de Exploração, que apresentou um crescimento positivo de 152% em 2009, evoluindo de R\$.18,8 mil milhões em 2008 para R\$.47,7 mil milhões, demonstrando a excelente *performance* do resultado operacional do Banif (Brasil).

O Banif (Brasil) inicia o ano de 2010 numa posição confortável e preparado para os desafios próprios de um mercado altamente concorrencial, no contexto de uma crise financeira a nível mundial, uma vez



que conta com uma carteira com um elevado grau de liquidez, mais diversificada, de valores pulverizados e menos sujeita a efeitos que impactem negativamente na economia brasileira.

Valores em Milhares de Reais

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	1.486.465	1.384.597	+7%
Crédito Líquido	898.470	833.196	+8%
Depósitos	750.597	452.186	+66%
Capitais Próprios	160.184	133.045	+20%
Produto de Actividade	106.856	73.360	+46%
<i>Cash-Flow</i>	47.709	18.898	+152%
Resultado Líquido	899	4.737	-81%
<i>ROE</i>	0,56%	3,65%	----
<i>ROA</i>	0,06%	0,34%	----
Margem Financeira	118.792	71.010	+67%
Crédito Vencido / Crédito Total	3,97%	1,23%	----
Provisões / Crédito Vencido	38,72%	94,91%	----
Rácio de Solvabilidade	12,69%	11,84%	----
<i>Cost to income</i>	59,72%	80,17%	----
Número de Agências	25	20	+25%
Número de Empregados	303	284	+7%

Em 31-12-2009: 1 Euro equivalente a Reais 2,5113
Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,2436

3.3.6 Banca Pueyo, S.A.

A Banca Pueyo, S.A. (Banca Pueyo) contava, em finais de 2009, com 84 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões - Pueyo Pensiones EGFP, S.A. - e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación OBSV, S.A.-.

Durante o exercício de 2009, a Banca Pueyo manteve a estratégia de expansão da sua rede de Agências, tendo inaugurado 3 novas Agências na Estremadura.

A actividade do sector bancário, em 2009, esteve marcada pela crise económica internacional e pela recessão da economia espanhola. A necessidade de liquidez do sistema financeiro provocou uma elevada concorrência pelos depósitos dos clientes, o que manteve a remuneração dos depósitos dos clientes em níveis elevados, com a consequente redução da margem financeira. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo durante todo o ano de 2009 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre Crédito e Recursos de Clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Em resultado desta política, foi possível atingir um crescimento de 3,88% no Crédito Concedido e de 7,32% nos Depósitos de Clientes, valores muito positivos dada a conjuntura económica verificada



durante todo o exercício de 2009. Estes números permitem à Banca Pueyo iniciar o exercício de 2010 em ótimas condições de liquidez para atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O Crédito a Clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de 642 milhões de euros. Deste valor, 70% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

Os Depósitos de Clientes atingiram o montante de 798 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um Rácio de Crédito Vencido de 1,62% sobre o total da Carteira de Crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 176%.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2009, um Lucro Líquido de 7,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 18,26% em relação ao resultado do exercício anterior. Esta diminuição resulta, essencialmente, da redução da margem financeira e dos montantes destinados ao fortalecimento do balanço através da constituição de provisões para imparidade.

			Milhares de Euros
	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	936.551	840.251	+11,46%
Crédito Concedido Bruto	642.055	618.243	+3,85%
Depósitos de Clientes	798.499	744.034	+7,32%
Capitais Próprios	76.622	70.970	+7,96%
Margem Financeira	30.906	31.109	-0,65%
Produto da Actividade	15.081	16.282	-7,38%
Resultado Líquido	7.521	9.201	-18,26%
ROA	0,81%	1,12%	----
ROE	9,56%	12,96%	----
Rácio de Solvabilidade	15,20%	13,67%	----
Crédito Vencido/Crédito Total	1,31%	0,76%	----
Provisões / Crédito Vencido	176,0%	283,28%	----
Cost-to-Income	48,41%	42,93%	----
Número de Agências	84	81	+3,70%
Número de Empregados	227	222	+2,25%

3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

A crise financeira e económica internacional fez-se sentir em Cabo Verde, onde a economia passou a crescer de uma forma mais moderada, com uma taxa de crescimento real do PIB, em 2009, estimada em 4,0%, quando, em 2008, o crescimento foi de cerca de 6,0% e em 2007 foi de cerca de 7,0%. De igual modo, o sector imobiliário – turístico foi fortemente afectado, com uma redução em mais de 50%



dos fluxos de investimento directo estrangeiro. O sector financeiro evidenciou uma tendência de aumento do rácio de crédito vencido, bem como de aumento da taxa de transformação de recursos em crédito, com o conseqüente aumento dos custos de *funding* local.

Neste contexto difícil, o BCN desenvolveu, durante 2009, uma estratégia de consolidação das suas operações, segundo cinco eixos fundamentais:

- Reforço significativo da sua base de captação de recursos, tendo a Carteira de Depósitos de Clientes crescido 47% (passando assim de 68,3 milhões de euros para 100,1 milhões de euros), num contexto muito competitivo em termos de *pricing* e com enfoque na captação de aplicações financeiras, o que conduziu a um aumento de 50 *basis points* na taxa passiva média (que se fixou em 3,6%);
- Crescimento selectivo e moderado da Carteira de Crédito, traduzido num crescimento de apenas 10% no decurso de 2009 (passando a Carteira Bruta de Crédito de cerca de 75 milhões de euros em 2008 para 82 milhões de euros em 2009) e melhoria generalizada das taxas activas médias (ganho de 40 *basis points*, com taxa média de 9,74%);
- Enfoque na estruturação de uma nova e mais pró-activa abordagem à recuperação / cobrança de crédito vencido, consubstanciada na implementação de um “plano de ataque”, com resultados significativos a nível da redução da Carteira de Crédito Vencido, que, apesar desse esforço, passou de 2,1 milhões de euros em 2008 para 2,8 milhões de euros em 2009 (vencido com mais de 30 dias), correspondendo a um aumento do Rácio de Crédito Vencido de 2,8% para 3,4%;
- Lançamento do PCC – Plano de Controlo de Custos, que permitiu à instituição reduzir significativamente a sua taxa de crescimento dos custos em fornecimentos e serviços de terceiros, que se expandiu 10% em 2009, face a 36% em 2008;
- Continuação do Programa de Expansão da Rede de Agências, com a abertura de duas novas Agências (Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau e Vila de Porto Inglês, na ilha do Maio), o que permite ao BCN estar já presente em 8 das 9 ilhas do arquipélago, com um total de 20 Agências e, assim, deter uma cobertura geográfica de âmbito nacional. O Centro de Empresas passou a contar com a sua 3.^a equipa comercial, fruto do sucesso da implementação deste modelo segmentado de abordagem aos Clientes empresariais.

Em termos de iniciativas comerciais, o BCN esteve activo na promoção de diversas campanhas de captação de recursos, ligadas à Super Conta e Conta Nova Geração, merecendo ainda destaque o aumento da sua presença no mercado de POS e ATMs. Adicionalmente, o BCN desenvolveu um protocolo com o Banif que lhe permitirá, a partir do início de 2010, estar presente junto da diáspora caboverdiana nos EUA.

Como projectos estruturantes para suporte à actividade desenvolvidos durante 2009, o BCN procedeu à implementação do SIC – Sistema de Informação Comercial (ferramenta de intranet para controlo diário de objectivos comerciais), adoptou a plataforma de formação *on-line* do IFB WebBanca e desenvolveu, em estreita cooperação com a Direcção de Risco do Banif, um novo modelo de cálculo de imparidade, no âmbito da transição para as normas contabilísticas IAS/IFRS.

Deste modo, o BCN alcançou uma quota de mercado em Crédito de cerca de 12,3% (sem alteração face a 2008) e de 11,5% em Recursos (o que corresponde a um aumento de 3,4%), passando de uma taxa de transformação de recursos em crédito de 110% para 82%, o que muito reforçou a sua posição de liquidez. O BCN apresenta ainda um rácio de solvabilidade de cerca de 10,6%, o que demonstra a solidez da instituição.

O *Cost-to-Income* teve, em 2009, um ligeiro aumento, passando de 67,1% para 68,6%, enquanto a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) passou de 11,1% para 7,2% e a rentabilidade dos activos



(ROA) de 1,0% para 0,54%, em resultado do esforço de provisionamento e da redução de actividade creditícia no segmento empresarial. Com efeito, o BCN entendeu, por razões de ordem prudencial, reforçar os níveis de provisões constituídas, as quais mais do que duplicaram, passando de 0,94 milhões de euros em 2008 para 1,96 milhões de euros em 2009, pelo que o grau de cobertura do Crédito Vencido com mais de 30 dias passou de 44% para 62%.

O BCN obteve, no exercício de 2009, resultados líquidos de cerca de 700.000 Euros, o que corresponde a uma redução de cerca de 31% face ao exercício de 2008.

	2009	2008	Milhares de Euros Variação %
Activo Líquido	130.407	97.209	+34%
Crédito Concedido Bruto	82.009	74.957	+9%
Depósitos de Clientes	100.142	68.352	+47%
Capitais Próprios	9.757	9.404	+4%
Margem Financeira	4.568	3.972	+15%
Produto da Actividade	6.109	5.419	+13%
Cash Flow de Exploração	2.685	2.463	+9%
Resultado Líquido	697	1.004	-31%
ROA	0,5%	1,0%	----
ROE	7,1%	11,1%	----
Crédito Vencido / Crédito Total	3,4%	2,8%	----
Provisões/Crédito Vencido	62,1%	44,4%	----
Cost –to-Income	68,6%	67,1%	----
N.º de Agências	20	18	+11%
N.º de Empregados	123	110	+12%

NOTA: cotação em 31 Dezembro de 2008 = 31 Dezembro de 2009 (*currency peg* existente)
1 Euro = 110,265 CVE

3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd

Apesar do abrandamento da economia mundial e do agudizar da crise financeira, o Banif (Malta) teve um crescimento considerável, principalmente quando comparado com os seus pares, tanto a nível local como a nível internacional.

As taxas de mercado, por força dos sucessivos cortes das taxas “directoras” do Banco Central Europeu e das suas cedências de liquidez, atingiram níveis historicamente baixos.

Durante o ano de 2009, foram abertas no Banif (Malta) cerca de 15.000 novas contas (+446% relativamente ao final de 2008) a clientes de diferentes segmentos do mercado.

Em Dezembro, os Depósitos atingiram um volume total de 146 milhões de euros (+ 559%), e o Crédito atingiu um valor total de 60 milhões de euros (+414%), existindo já compromissos assumidos junto dos Clientes para valores acima dos 100 milhões de euros.

Durante o exercício de 2009, a actividade do Banif (Malta) permitiu gerar uma margem financeira de 1.235 milhares de euros, um valor líquido de serviços e comissões de 335 milhares de euros, um



resultado de *trading* de 265 milhares de euros, valores que contribuíram para um Produto de Actividade de 1.855 milhares de euros.

Este produto da atividade permitiu cobrir 27,6% da base dos custos operacionais, na sua grande maioria ainda relacionados com investimentos relativos à implementação e crescimento da instituição (no ano anterior era de 11.8%), os quais, incluindo a depreciação dos activos fixos e a amortização dos activos intangíveis, atingiram os 7 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do crédito concedido registado durante o período em análise, o Banif (Malta), deu cumprimento à política de provisionamento adoptada, de modo que as provisões para imparidade ascenderam a um valor de 367 milhares de euros, representando 0,6% do Crédito em carteira.

Os resultados do exercício, antes de impostos, traduziram-se, pelo exposto, numa perda de 5.224 milhares de euros.

Tendo em consideração este resultado e o respectivo diferimento do crédito fiscal, de 1.694 milhares de euros, o resultado do exercício de 2009 traduziu-se num valor negativo de 3.530 milhares de euros.

O total de activos, no final do período em análise, ascendia a 169,5 milhões de euros.

Tendo em conta a evolução da actividade e o plano de negócios para 2010, espera-se atingir o “*break-even*” operacional mensal no final do corrente ano, o que, apesar de tudo, não irá possibilitar a obtenção de lucros ainda em 2010.

	2009	2008	Milhares de Euros Variação %
Activo Líquido	169.454	34.307	393,93%
Crédito Concedido Bruto	60.004	11.664	414,44%
Depósitos de Clientes	146.056	22.178	558,56%
Capital Social	25.000	15.000	66,67%
Margem Financeira	1.235	552	123,73%
Crédito Vencido / Total Crédito	0,00%	0,00%	----
Produto da Actividade	1.855	625	196,80%
Resultados Líquidos	-3.530	-3.156	11,85%
ROA	-3,6%	-9,2%	----
ROE	-30,57%	-29,72%	----
Rácio de Solvabilidade	17,89%	44,77%	
Cost to Income	381,64%	870,72%	----
Número de Agências	8	4	100,00%
Número de Empregados	110	79	39,24%

3.3.9 Outras actividades *Off Shore* e Internacionais



A **Banif International Holdings, Ltd.** (BIH) é uma sociedade *holding* constituída nas ilhas Caimão em 2004, que possui 100% das acções ordinárias de três subsidiárias: Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA); Banif Financial Services, Inc. (BFS), e Banif Forfaiting Company (BFC).

A BIH detém também no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, uma posição accionista de 10% do seu capital.

O objecto da BIH consiste na gestão das participações no capital das suas subsidiárias, para que estas possam desenvolver os respectivos negócios, responder às suas obrigações financeiras e cumprir todos os requisitos regulamentares, de acordo com as licenças e jurisdições em que desenvolvem as suas actividades.

Durante 2009, a BIH apresentou um Resultado Líquido de 1,5 milhões de dólares, que compara com um prejuízo de 532 mil dólares registado no exercício de 2008.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Expresso em milhares de dólares

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	45,069	20,945	+115%
Capitais Próprios	21,945	13,982	+57%
Proveitos Totais	2,654	1,999	+33%
Resultado Líquido	1,538	-532	n/a

A **Banif Forfaiting Company, Ltd** (BFC), empresa constituída nas Bahamas em Novembro de 2005, iniciou a sua actividade durante o segundo trimestre de 2007. A BFC fornece apoio adicional às operações de *trade finance* do Grupo. Especificamente, conserva nos seus livros uma carteira de instrumentos de *trade finance* (letras, promissórias, aceites, etc) para posterior venda/distribuição a terceiros.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Expresso em milhares de dólares

	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	71,285	30,782	+57%
Capitais Próprios	684	346	+98%
Proveitos Totais	1,266	953	+33%
Lucro Líquido	338	63	+434%



4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif –Banco de Investimento, SA

O Banif - Banco de Investimento, SA (Banco de Investimento) é a instituição do Banif - Grupo Financeiro que centraliza e coordena toda a actividade nacional e internacional do Grupo na área da banca de investimento.

O Banco de Investimento tem como primeiro objectivo a geração de valor crescente e sustentado para o accionista, servindo primordialmente instituições do chamado “*second tier*” nacional, sem abdicar da procura de mandatos junto do “*first tier*”, para o qual as exigências de capital o tornam, naturalmente, menos concorrencial.

O Banco de Investimento tem centrado a sua actuação na satisfação das necessidades de Clientes de vários segmentos - institucionais, “*corporate*” e, em menor escala, “*private*” – através dos produtos e serviços criados nas suas fileiras especializadas: (a) mercado de capitais, que integra as actividades de corretagem, *proprietary trading*, estruturação e securitização; (b) gestão de activos, incluindo a gestão de fundos de investimento e a gestão de fundos de pensões, (c) capital de risco e (d) *advisory services* compreendendo, em sentido lato, as actividades de *M&A* e *corporate finance* e as actividades relacionadas com *project & leverage finance*. procurando maximizar sinergias e potenciar “*cross-selling*” entre as áreas elencadas.

A presença do Banco de Investimento no Brasil e em Miami, a que acresce a participação de 27,5% no Bankpime, pelo Grupo, dão consistência ao foco no eixo estratégico Ibéria/ América Latina, criando condições para uma diversificação geográfica da actividade do Banco de Investimento, que complementa a diversificação de áreas de negócio. Com uma pequena presença em Londres, o banco potencia uma diversificação de actividade ainda mais lata, procurando capitalizar as competências instaladas no desenvolvimento de uma actividade de nicho na capital financeira europeia.

Perante a grave situação financeira que eclodiu nos mercados financeiros em 2008, traduzida numa crise de valor e liquidez sem precedentes e num forte surto de “desalavancagem” financeira, que se materializou numa forte e transversal recessão económica, o Banco de Investimento reconstruiu a sua estratégia para 2009 integrando uma forte componente de racionalização de recursos (“*dynamic rightsizing*”), otimizando a capacidade instalada, e um elemento transversal de focalização, almejando a geração de valor em circunstâncias particularmente difíceis em termos de liquidez e capital.

Fruto de uma boa implementação do plano, em algumas vertentes ultrapassando as expectativas iniciais, e de uma evolução favorável de componentes críticas do ambiente de negócios (e.g. recuperação dos preços da dívida) o Banco de Investimento fechou 2009 com resultados positivos, ultrapassando os números dos dois anos anteriores e os objectivos orçamentais de Produto da Actividade e Resultados.

A apreciação global da actividade do Banco de Investimento, tanto em termos individuais como consolidados, foi marcadamente positiva.

Nas áreas de *Advisory Services*, assistiu-se a um crescimento importante em *Project Finance*, com presença em algumas das maiores transacções do ano, e a uma actuação de forte combatividade em *Corporate Finance*, com alguns mandatos prejudicados por alterações de planos dos actores de mercado. Foi, sobretudo, um ano de forte afirmação desta área, com visível notoriedade no mercado.

No Mercado de Capitais, deve destacar-se o volume de emissões de dívida para o Banif - Grupo Financeiro e a estruturação de duas operações de recompra de títulos da Banif Finance Ltd, bem como o desempenho positivo nas áreas de vendas, carteira própria e securitização.



O *Asset Management* foi muito afectado pela conjuntura adversa que atravessa a indústria mas, ainda assim, cresceu de 2,1 mil milhões de euros para 2,4 mil milhões de euros no volume global de activos sob gestão. Foi prosseguida a estratégia de renovação nas famílias de fundos e mantiveram-se quotas de mercado importantes nos fundos especiais de investimento (5,5%) e imobiliários (7,1%).

A área de *Private Banking* sofreu uma reestruturação significativa em 2009, criando as bases para aumentar o número de clientes e volume de carteira, enquanto a área de *Corporate Clients* manteve, com bons resultados, o seu perfil de actuação muito próxima dos Clientes, gerando um *pipeline* de negócio potencial, a partir de informação actualizada sobre as suas necessidades financeiras.

Quanto às iniciativas nas áreas de infra-estrutura, controlo e suporte, merecem destaque as seguintes realizações:

- Concentração de todo o *staff* de Lisboa do Banco de Investimento e participadas em dois pisos, nas instalações das Amoreiras, cujo *lay-out* foi desenhado para proporcionar uma maior eficácia na gestão do espaço e uma maior eficiência nos processos de trabalho;
- Redução do número de efectivos em algumas áreas, balanceado com o crescimento de efectivos noutras, sempre com *upgrade* de qualidade do *staff*;
- Lançamento de um programa de modelação e mapeamento de processos;
- Consolidação do modelo de avaliação de desempenho;
- Introdução de novos comités na estrutura de *governance* do banco, cobrindo novos produtos, *risk management*, fiscalidade e recuperação de crédito;
- Desenvolvimento de políticas de Gestão de Risco, de Controlo Interno e de Monitorização de Risco de Crédito;
- Desenvolvimento de uma ferramenta proprietária de definição e seguimento de limites de risco de crédito de contraparte;
- Criação de um MIS de Risco, integrando todas as categorias de risco da definição do Modelo de Avaliação do Banco de Portugal;
- Parametrização da aplicação “*front-to-back*” Calypso, para entrada em funcionamento no início de 2010;
- Revisão integral do plano de contingência do banco;
- Virtualização do parque de servidores em 85%;

Quanto aos principais indicadores financeiros, é de destacar que todos melhoraram de 2008 para 2009, merecendo realce o crescimento do Produto da Actividade (+13,5% no plano individual e +6,6% no plano consolidado) e dos Resultados Líquidos (+36,4% e +22,0% respectivamente).



(Expresso em milhares de Euros)

<u>Contas Individuais</u>	31-12-2009	31-12-2008	Variação %
Activo Líquido	989.007	931.446	6%
Capitais Próprios	62.030	45.436	37%
Produto da Actividade	23.621	20.806	14%
Cash-Flow	8.666	6.142	41%
Resultado do Exercício	1.742	1.277	36%
ROA	0%	0%	-
ROE	4%	3%	-
Cost-to-Income	67%	75%	-
Rácio de Solvabilidade	11%	11%	-

(Expresso em milhares de Euros)

<u>Contas Consolidadas</u>	31-12-2009	31-12-2008	Variação %
Activo Líquido	986.850	925.887	7%
Capitais Próprios	74.373	56.115	33%
Produto da Actividade	33.312	31.264	7%
Cash-Flow	10.219	8.278	23%
Resultado do Exercício	3.714	3.043	22%
ROA	0%	0%	-
ROE	7%	7%	-
Cost-to-Income	72%	77%	-

a. Corporate Finance

Em 2009, a actividade de Fusões & Aquisições registou um decréscimo ainda mais significativo do que no ano anterior, com uma diminuição de 41% no número e de 38% no valor das transacções anunciadas e concretizadas (num total de 83 transacções registadas), de acordo com a Thomson Financial.

O agravar das consequências da crise do sistema económico-financeiro internacional, no primeiro semestre de 2009, e a incerteza associada à retoma das economias no segundo semestre, continuou a provocar um adiamento generalizado das decisões de investimento, com reflexos óbvios na actividade de Fusões & Aquisições, como provam os dados antes referidos.

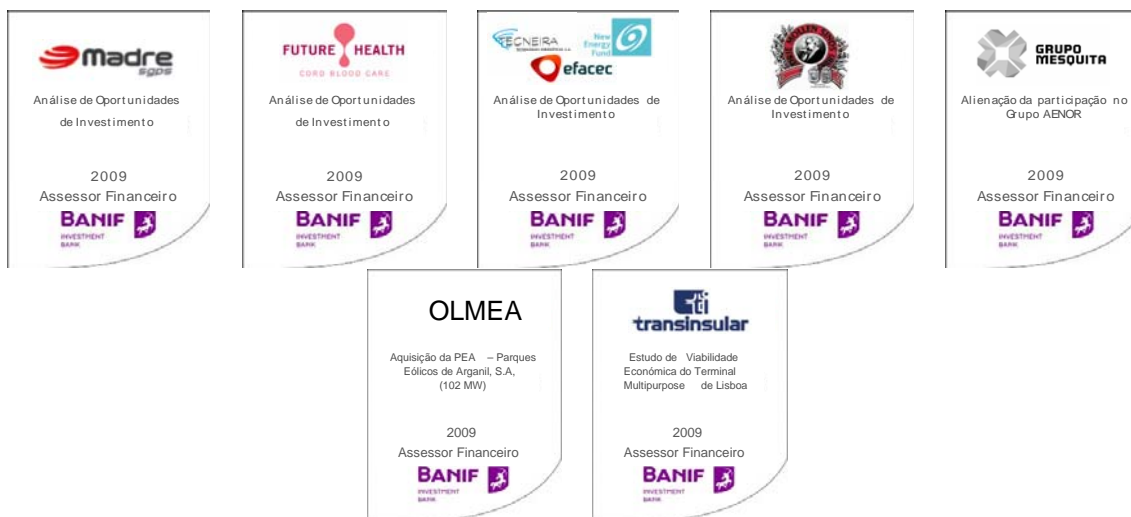
Não obstante, em 2009 o Banco de Investimento registou uma forte dinâmica de actividade, com a liderança de numerosos processos de Fusões & Aquisições, dos quais merecem destaque:

- Assessoria financeira à Olmea, na aquisição da PEA – Parques Eólicos de Arganil, S.A. (102MW);
- Assessoria financeira ao Grupo ETE, no estudo de viabilidade financeira do Lisbon Multipurpose Terminal;



- Assessoria financeira ao Grupo Mesquita, na alienação das suas participações nas concessões rodoviárias do Grupo Aenor;
- Assessoria financeira à Future Health Technologies, na análise e estudo de oportunidade de investimento na área da criopreservação de células estaminais;
- Assessoria financeira ao fundo Magnum Capital, na análise e estudo de oportunidade de investimento na área do aluguer de equipamentos;
- Assessoria financeira ao Fundo Capvest e à sua participada Drie Mollen, na análise e estudo de oportunidade de investimento em Portugal;
- Assessoria financeira à Banif – SGPS, SA, na integração do Grupo Tecnicrédito (Banco Mais);
- Assessoria financeira à Tecneira, EFACEC Capital e New Energy Fund, na análise e estudo de oportunidade de investimento no sector das energias renováveis;
- Assessoria financeira ao Grupo Madre, na análise e estudo de oportunidades de investimento no sector da saúde;
- Assessoria financeira ao Grupo Finançor, na aquisição da Salsiçor;
- Assessoria financeira ao Grupo Guedol, na avaliação económico-financeira da Tomás de Oliveira Empreiteiros, S.A.;
- Assessoria financeira ao Banif Capital Infrastructure Fund FCR, na aquisição 16,19% da Zon Madeira, de 10,16% da Zon Açores e de 4,75% da Via Litoral;
- Assessoria financeira à Fomentinvest ,na aquisição de uma participação na Eneratlântica Energias, SA;
- Assessoria financeira à Companhia de Seguros Açoreana, SA, na aquisição da Global – Companhia de Seguros, SA e da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA;
- Assessoria financeira ao Banif Capital Infrastructure Fund FCR, na aquisição de uma participação de 35,7% no capital da Finpro, SGPS, SA.





b. Structured Finance

O ano de 2009 foi um ano de afirmação e crescimento da área de *Structured Finance* do Banco de Investimento. Com efeito, num contexto de dificuldade de liquidez, reduzido número de operações e restrições à concessão de crédito, o Banco de Investimento apostou fortemente no desenvolvimento e dinamização de uma área de negócio que oferece grande valor acrescentado aos seus Clientes, seja através da estruturação, organização e montagem de operações de crédito estruturado, seja através de prestação de serviços de assessoria financeira.

Neste enquadramento, e não bastando a referida envolvente adversa, a Direcção de *Structured Finance* participou em importantes operações em Portugal e no estrangeiro, das quais se salientam:

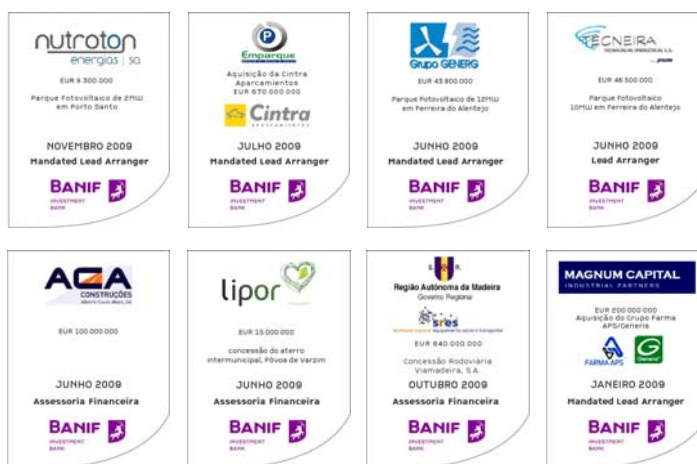
- *Mandated Lead Arranger* do financiamento à Magnum Capital Partners para a aquisição do Grupo Farma APS/ Generis;
- *Mandated Lead Arranger* do financiamento à Generg Sol do Alentejo para a 2.ª maior Central Solar Fotovoltaica em Portugal, de 12,7MW, localizada em Ferreira do Alentejo;
- *Lead Arranger* do financiamento à Ventos da Serra (Tecneira, Grupo ProCME) para uma Central Solar Fotovoltaica de 10MW, em Ferreira do Alentejo;
- *Mandated Lead Arranger* do financiamento à Emparque (maior empresa portuguesa de gestão de estacionamento), em conjunto com um grupo de investidores nacionais, para a aquisição da Cintra Aparcamientos (maior empresa espanhola de gestão de estacionamento);
- *Sole Mandated Lead Arranger* no financiamento à Nutroton Energias e Fomentinvest para a 1.ª Central Solar Fotovoltaica na Região Autónoma da Madeira, localizada no Porto Santo;
- Assessoria financeira à LIPOR no âmbito do processo de desenvolvimento de uma concessão para o novo aterro sanitário na Póvoa do Varzim;
- Assessoria financeira ao Governo Regional da Madeira, no acompanhamento da concessão rodoviária da ViaMadeira;
- Assessoria financeira à empresa Alberto Couto Alves, S.A., no estudo de viabilidade e estruturação de uma nova concessão rodoviária;



- Emissão de Garantia Bancária dos Fundos Próprios da Sociedade de Construções H. Hagen, no contexto da sua participação na Subconcessão Rodoviária do Douro Interior;

A Direcção de *Structured Finance* esteve ainda envolvida na análise e estruturação de vários financiamentos em regime de *Project & Acquisition Finance*, tanto em Portugal como em Espanha, notando-se, durante o ano 2009, um aumento significativo do número de operações no mercado Espanhol, cuja conclusão deverá ocorrer em 2010.

Para 2010 pretende-se reforçar a posição de *player* de referência do Banco de Investimento no mercado ibérico de *Structured Finance*, que será concretizada por via da liderança e/ou participação num número crescente em operações relevantes de *Project Finance* e *Acquisition Finance*, em Espanha e Portugal.



c. Mercado de Capitais

c.1 Mercado Primário de Dívida

Na área de Mercado de Capitais - Dívida, o Banco de Investimento esteve envolvido na estruturação e colocação de 13 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 870 milhões de euros. Neste contexto, salienta-se, no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, as seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais: duas emissões de *Zero Coupon Notes* para o Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. no montante de cerca de 25 milhões de euros; 2 emissões no valor global de 200 milhões de obrigações subordinadas para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banif *Finance Ltd* e 6 emissões de instrumentos de capital para diversas empresas do Grupo, no montante de 101 milhões de euros. Ainda no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, a área de Mercado de Capitais – Dívida liderou, conjuntamente com o *Barclays Capital*, o *ING* e o *Citi*, a emissão de 500 milhões de euros do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., com garantia da República de Portugal.

Para além das emissões destinadas à captação de recursos, foram ainda estruturadas duas operações de recompra de emissões do Banif *Finance Ltd.*, a primeira de obrigações seniores para um montante potencial de 300 milhões de euros, com vencimento em Maio de 2012 e a segunda de acções preferenciais para um montante potencial de 75 milhões de euros e de obrigações perpétuas subordinadas, no montante de 125 milhões de euros. Na primeira operação, foi recomprado um montante de 5,026 milhões de euros de obrigações seniores, enquanto na segunda operação foram



recomprados 27,941 milhões de euros de obrigações perpétuas subordinadas e 33,174 milhões de euros de acções preferenciais.

Por último, o Banco de Investimento liderou, conjuntamente com a *JP Morgan*, uma emissão de 29 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira, a qual foi colocada junto de um investidor institucional e estruturou e colocou uma emissão de obrigações para a Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 15 milhões de euros.

c.2 Mercado Primário de Acções

No Mercado de Capitais - Acções, o Banco de Investimento liderou, conjuntamente, a operação de colocação de 70 milhões de acções da Banif - SGPS, SA, integrada na operação de aumento de capital social desta última, de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros (140 milhões de euros).

c.3 Securitização

No final de 2009, o montante de operações sob gestão ascendia a, aproximadamente, 2,600 milhões de euros, correspondentes a 8 transacções (*Atlantes Mortgage No.1, 2, 3, 4 e 5, Azor Mortgages, Azor Mortgages No.2 e Ecuador Receivables*). Refira-se que, entre as operações citadas, apenas a *Atlantes Mortgage No.1* não se encontra registada na Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (participada do Banco de Investimento). O reforço do volume de transacções sob gestão resultou da concretização das seguintes operações:

- *Atlantes Mortgage No.4*, concretizada através da Gamma. Esta operação, envolveu a cessão de créditos imobiliários por parte do Banif - Banco Internacional do Funchal SA e ascendeu a 550 milhões de euros, contemplando a possibilidade de serem efectuadas vendas adicionais de créditos, durante um período de 3 anos. As obrigações emitidas obtiveram notação de *rating AAA* por parte da *Standard and Poor's*.
- A equipa de securitização assessorou o Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. num processo de antecipação de rendas futuras, decorrentes de um contrato de arrendamento celebrado entre a Azores Parque e a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Esta operação ascendeu a aproximadamente 3,5 milhões de euros.
- Em Dezembro de 2009 foi concretizada uma nova operação envolvendo créditos imobiliários do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, tendo o Banco de Investimento actuado como *Sole Arranger* e a Gamma emitido aproximadamente 520 milhões de euros de obrigações. Esta transacção obteve notação de *rating AAA* pela *Standard and Poor's* e, tal como a anterior, contempla a possibilidade de serem efectuadas vendas adicionais de créditos durante um período de 3 anos.

Adicionalmente, o Banco de Investimento foi mandatado pela Sofinloc para actuar como *Back Up Servicer* numa operação de securitização que envolve a cessão de créditos ao consumo e automóvel, num montante global de aproximadamente 450 milhões de euros. Estima-se que esta operação venha a estar concluída durante o primeiro trimestre de 2010. Refira-se ainda que a Gamma vai emitir obrigações, no âmbito de uma operação envolvendo activos do Credibom, num montante global de aproximadamente 700 milhões de euros. Esta operação deverá estar concluída até ao final do primeiro trimestre de 2010.

Face ao exposto, a 31 de Dezembro de 2009, a Gamma registou um Activo Líquido total de 2.458,4 milhões de euros, capitais próprios de 2,8 milhões de euros, tendo obtido um resultado líquido de 185,5 milhares de euros.



(Expresso em milhares de Euros)

	31-12-2009	31-12-2008	Variação %
Activo Líquido	2.458.447	1.462.994	68%
Capitais Próprios	2.848	1.757	62%
Resultado do Exercício	186	51	263%

c.4 Carteira Própria

O ano de 2009 ficou marcado por uma redução acentuada do PIB dos países mais desenvolvidos, embora no último trimestre do ano se tenha atenuado esta tendência, com uma inversão do ciclo recessivo e com uma melhoria generalizada da performance dos principais mercados financeiros. O aumento do volume de liquidez e o crescente “apetite” por activos de risco, por parte da comunidade de investidores, deu um novo fôlego à actividade de emissões primárias. Este enquadramento foi favorável ao reforço dos investimentos na carteira própria. Aproveitando as oportunidades do mercado e privilegiando um perfil de risco de crédito conservador, o aumento de exposição incidiu particularmente no segmento de médio prazo de títulos quasi-soberanos e de emitentes com elevada notação de *rating*.

c.5 Mercado Secundário de Obrigações

No segmento do mercado secundário, o Banco de Investimento manteve um forte dinamismo no negócio de dívida corporativa e soberana, tendo transaccionado mais de 3 mil milhões de euros de títulos com clientes institucionais e privados. A elevada receptividade dos investidores para o investimento em dívida de mercados emergentes, especialmente emitida por instituições brasileiras, foi particularmente visível no movimento de estreitamento de *spreads* de créditos que atingiu um nível historicamente baixo. Este fenómeno, combinado com o elevado nível de integração com outras entidades do grupo, nomeadamente o Banif BI (Brasil) e a Banif *Securities* nos EUA, permitiu aceder aos três mercados institucionais em simultâneo e impulsionar fortemente o nível de receitas do Banco de Investimento nesta área de negócio.

c.6 Mercado Secundário de Acções

Depois de terem atingido os mínimos em Março, os principais índices bolsistas seguiram uma trajectória de forte recuperação, tendo encerrado o ano com expressivas valorizações: S&P +19,7% e o *Eurostoxx* +16,6%. O PSI20 obteve uma valorização ainda mais impressionante, +31,4%. No entanto, e apesar da forte recuperação, à semelhança do ocorrido em 2008, os volumes transaccionados em bolsa sofreram uma queda na ordem dos 50%, em 2009. Este enquadramento, como seria expectável, provocou uma quebra significativa no volume de negócios de intermediação do Banco de Investimento, ainda que tal queda não tenha reflectivo a perda de volume total do mercado. Refira-se ainda que, apesar deste contexto adverso, foram implementadas diversas iniciativas que visaram por um lado, a consolidação da base actual de clientes, e, por outro, a angariação de novos investidores. Assim, para além de *roadshows* com empresas e analistas, junto dos investidores, o Banco de Investimento foi, pelo 2.º ano consecutivo, patrocinador exclusivo do *Midcap Paris*, evento que reúne investidores institucionais e empresas cotadas de média dimensão.

Adicionalmente, é de salientar a consistência da qualidade da equipa de *Research* do Banco de Investimento, a qual, mais uma vez, fez parte do grupo das nomeadas para a categoria de “Melhor Analista” em Portugal pela *Deloitte, Investor & Governance Awards*.

No âmbito do contrato de liquidez da Banif – SGPS, SA, o Banco de Investimento intermediou 1.507.768 acções.



d. Private Clients

No final do 1.º semestre de 2009, o Banco de Investimento terminou a reorganização desta área e, a partir desse momento, intensificou as iniciativas comerciais dirigidas a Clientes particulares. Neste contexto, aproveitando o dinamismo dos mercados de dívida e acções, foi possível aumentar o negócio de intermediação e reactivar um elevado número de contas, tendo o universo de activos sob gestão ascendido a 80 milhões de euros. Depois de criada uma nova dinâmica comercial e técnica, baseada numa plataforma multi-produto, que potencia as valências internas das diferentes áreas de negócio, nomeadamente acções, renda fixa, fundos e tesouraria, é expectável que os valores sob gestão sigam uma trajectória ascendente nos próximos meses, através de um movimento mais agressivo de angariação de novas contas e de intensificação de políticas de *cross-selling* com as outras áreas do banco.

e. Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos foi desenvolvida pelo Banco de Investimento na gestão de patrimónios de Clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. nos fundos de pensões.

O negócio continuou a ser extremamente afectado pela conjuntura, muito adversa, verificada nos mercados financeiros até Março de 2009, a qual conduziu a uma aversão generalizada ao risco por parte de todos os segmentos de Clientes. No entanto, a partir de Abril, verificou-se uma melhoria progressiva deste enquadramento, à medida que os preços dos activos financeiros em geral foram recuperando e as taxas de juro dos depósitos foram descendo para mínimos históricos, reforçando fortemente a atractividade das aplicações em fundos de investimento.

A estratégia da Área de Gestão de Activos, para o ano de 2009, assentou nos seguintes vectores:

- Consolidar o relacionamento com o Banif – Grupo Financeiro, aumentando o universo de Clientes que detêm fundos de investimento e o carácter recorrente da respectiva comercialização;
- Desenvolver o relacionamento com investidores institucionais exteriores ao Banif – Grupo Financeiro, de modo a potenciar as eventuais aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços integrados de gestão de patrimónios;
- Manter a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado para a actividade de gestão de activos, expressa na constituição de novos fundos de investimento, com realce para os fundos especiais de investimento, quer os multi-classe de activos, quer os especializados em activos alternativos;
- Potenciar o negócio de fundos imobiliários de subscrição particular, de forma a consolidar o desenvolvimento desta área de produto de elevada estabilidade e reforçar a vinculação dos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2009, a área de gestão de activos do Banco de Investimento e sociedades participadas administrava um volume total de activos de 2.370 milhões de euros, que compara com 2.081 milhões de euros em Dezembro de 2008, consubstanciando um crescimento de 13,88%.

e.1 Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)

Atendendo aos vectores estratégicos traçados para a Área de Gestão de Activos, a sociedade continuou a colocar o acento tónico na promoção de um leque de fundos adequado aos objectivos dos



diversos perfis de Clientes e ao interesse comercial por eles suscitado, assim como no reforço do relacionamento com as redes de colocação dos seus fundos. Neste contexto, tem sido colocado, de forma recorrente, especial foco na diferenciação e no valor acrescentado dos fundos de investimento geridos.

Em 31 de Dezembro de 2009, o volume de activos sob gestão cifrava-se em 1.078 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 17,96% relativamente ao valor gerido no final de 2008. Neste contexto, a quota de mercado da Banif Gestão de Activos manteve-se em cerca de 3,79%, no final do exercício.

No que diz respeito aos fundos mobiliários, os activos geridos passaram de 62,1 milhões de euros, no final de 2008, para 102,8 milhões de euros, no final de 2009 (65,3% de crescimento), enquanto os fundos imobiliários evoluíram de 696,3 para 793,5 milhões de euros, no mesmo período, o que representou um acréscimo de 13,9%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 155,5 para 181,8 milhões de euros, ou seja, conheceram um acréscimo de 16,9 %, no período.

Tendo presente a profunda transformação registada desde 2007 nos mercados financeiros, em geral, e no negócio de gestão de activos, em particular, a Banif Gestão de Activos, atendendo à estratégia traçada para a sociedade, implementou uma significativa alteração na família de fundos de investimento geridos.

Assim, foram constituídos 5 novos fundos de investimento imobiliário, destacando-se os fundos de subscrição particular Pabyfundo e Imogharb, o fundo Banif Fortuny, especializado em projectos de reabilitação urbana em Lisboa, o fundo de arrendamento habitacional Banif Renda Habitação e o fundo especial de investimento Banif Gestão Imobiliária. Na área dos fundos mobiliários, foram constituídos também 5 fundos, a saber: os fundos flexíveis multi-classe de activos Banif Investimento Conservador e Banif Investimento Moderado, os fundos Banif Euro Crédito e Banif Euro Financeiras, especializados em obrigações, e o Banif Iberia, fundo flexível destinado ao investimento em acções ibéricas. Finalmente, foi ainda constituído o fundo Infra Invest, fundo especial de investimento orientado para o investimento em activos de infra-estruturas diversificadas.

A sociedade conseguiu manter níveis elevados de quotas de mercado nos Fundos Especiais de Investimento e nos Fundos Imobiliários, com respectivamente, 5,55% e 7,06%, no final do exercício.

O enquadramento desfavorável originou uma redução de 52,6% nos proveitos, relativamente ao exercício anterior, o que, não obstante a rigorosa contenção de custos levada a cabo, conduziu a uma quebra dos resultados líquidos da sociedade, que passaram de 3,2 milhões de euros, em 2008, para 1,5 milhões de euros, em 2009. Apesar desta diminuição ao nível dos proveitos, o ROE cifrou-se em cerca de 17,33% no período.

(Expresso em milhares de Euros)

	<i>31-12-2009</i>	<i>31-12-2008</i>	<i>Variação %</i>
Activo Líquido	13.993	16.694	-16%
Capitais Próprios	8.739	10.093	-13%
Resultado do Exercício	1.546	3.261	-53%

e.2 Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)

O volume de activos sob gestão passou de 247 milhões de Euros no final de 2008 para 269 milhões no final de 2009, o que representou um acréscimo de 9,03%.



O Resultado Líquido obtido pela Sociedade cifrou-se em 132 milhares de Euros, contra 126 milhares no ano anterior, o que representou um acréscimo de 4,7%.

(Expresso em milhares de Euros)

	31-12-2009	31-12-2008	Variação %
Activo Líquido	4.201	4.042	4%
Capitais Próprios	3.793	3.662	4%
Resultado do Exercício	132	126	5%

e.3 Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)

Na actividade de Gestão de Patrimónios, foi implementada uma estratégia comercial ainda mais proactiva, materializada no alargamento significativo do universo de Clientes-alvo, em estreita coordenação entre o Banco de Investimento e a Banif Gestão de Activos, a qual deverá dar frutos a curto prazo, não obstante o contexto desfavorável para a actividade. Por outro lado, foi também reforçada a equipa de gestão, de forma a cimentar a qualidade da gestão das carteiras e o nível de serviço prestado aos Clientes.

O Banco de Investimento detinha, em 31 de Dezembro de 2009, um total de activos sob gestão de 943 milhões de euros, contra os cerca de 911 milhões de euros em 2008, registando, assim, um crescimento de 3,55% no período.

f. Corporate Clients

A Direcção de *Corporate Clients* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os Clientes, contribuindo, deste modo, para o reforço da dimensão e posição competitiva do Grupo Banif.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no Banco de Investimento, e, por outro lado, o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial entre o Banco de Investimento e o Banif.

Destaca-se ainda o esforço de *cross selling* desenvolvido em parceria com as unidades de negócio no estrangeiro, em especial o negócio originado por esta equipa para o Banif BI (Brasil) que se tem consubstanciado em várias operações *cross border* de referência, com empresas portuguesas e brasileiras.

Durante o ano de 2009, a Direcção de *Corporate Clients* foi responsável pela apresentação de mais de 48 propostas junto de Clientes e pela angariação de 15 importantes mandatos de assessoria financeira em *Corporate Finance* e *Structured Finance* e de 5 operações de Mercado de Capitais. É de destacar o estabelecimento de importantes contactos pelos *Corporate Bankers* junto de empresas e grupos financeiros de referência nacionais, que deverão permitir a criação de relacionamentos de longo prazo a consolidar nos próximos anos.

g. Private Equity

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. é actualmente a principal sociedade de capital de risco do Banco de Investimento e o veículo fundamental para concretizar a sua actividade de *Private Equity*. A sociedade teve três fundos sob gestão durante 2009: o Fundo Capven, orientado para o segmento de PME's; o Fundo MadeiraCapital, focado em PME's a operar na Região Autónoma da



Madeira, e o Infrastructure FCR, um fundo lançado em 2009, orientado para o sector das infraestruturas.

Efectivamente, a actividade da Banif Capital em 2009 ficou marcada pela constituição do Banif Capital Infrastructure Fund FCR, um novo fundo especificamente orientado para o investimento em infraestruturas, nomeadamente de transporte, de energia, comunicações, *utilities* e outros activos regulados, bem como nas chamadas infra-estruturas sociais (hospitais, *campus* de justiça, escolas). Este fundo, que se destina exclusivamente a investidores qualificados, tem a duração de 10 anos, com a possibilidade de duas extensões de 2 anos, e um capital objectivo de 125 milhões de euros. O *rationale* que ditou a criação do fundo prende-se com as oportunidades de investimento desencadeadas pela aposta governamental no segmento das parcerias público-privadas, em vários sectores de actividade. A 31 de Dezembro de 2009, a carteira do Fundo era constituída por participações nos sectores de telecomunicações, autoestradas, águas, resíduos e portos, num total de 176 milhões de euros, para um capital subscrito de 75 milhões de euros.

Quanto aos restantes fundos geridos pela Banif Capital, merece referência a dissolução do fundo Madeira Capital, à data de 31 de Dezembro de 2009, em resultado da decisão tomada pelo único participante, Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE – RAM) em Assembleia de Participantes realizada a 17 de Dezembro de 2009.

A Banif Capital assegurou ainda o acompanhamento activo das participadas do fundo Capven, cuja carteira detém três participações: Hozar SGPS, SA (retalho de vestuário especializado), Companhia das Quintas, SGPS, SA (produção e comercialização de vinhos) e Astrocolor – Impressores Internacionais, SA (impressão).

Finalmente, ainda no âmbito da exposição a capital de risco, merece referência a participação detida pelo Banco de Investimento no Ged Sur F.C.R.R.S., um fundo especializado em investimentos no Sul da Península Ibérica. No final de 2009, o fundo apresentava um capital realizado de 19,6 milhões de euros, face ao capital comprometido de 49,0 milhões de euros, e detinha três participações em carteira: Asijara Sur- Cellulem Block (estética), Serlima Services (lavandaria e gestão industrial) e InterInvest – FASE (*construction and architecture studies*).

i. PMEs

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA. Neste âmbito, os contactos promovidos com os Centros de Empresa intensificaram-se, de forma a alavancar a capacidade de parceria e de *cross selling*, potenciando a base de Clientes e o número de mandatos de assessoria financeira em execução.

O ano de 2009 foi marcado por um abrandamento da actividade desta Direcção fruto da actual envolvente económica, que afectou especialmente este segmento de empresas. Assim, durante o ano de 2009, a Direcção de PMEs apresentou 12 propostas junto de Clientes e teve sob a sua execução 5 mandatos de assessoria financeira.

4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

A actividade de Banca de Investimento do Banif – Grupo Financeiro é coordenada pelo Banco de Investimento e abrange a actividade desenvolvida nos Estados Unidos da América pela Banif Securities, Inc e, no Brasil, pelo Banif BI (Brasil) e suas participadas, a que acresce a actividade desenvolvida em Espanha pelo Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime), no qual o Grupo detém uma importante participação.



4.2.1 Banif Securities, Inc.

O ano de 2009 ficou marcado pela conclusão do processo de reorganização da Banif Securities Inc..

Neste sentido, completou-se a renegociação da parceria com o grupo mexicano IXE, formalizada em 2008, tendo esta ficado restringida à produção de *co-branded research* entre as duas instituições. Este evento veio favorecer uma redução superior a 50% nos custos de estrutura da corretora.

Adicionalmente, e como medida de racionalização operacional, concretizou-se a mudança da infraestrutura de *trading* e vendas para o escritório de Miami.

No lado da receita, a implementação de uma política de *cross-selling* mais intensiva relativamente aos bancos de investimento no Brasil e em Portugal veio potenciar o negócio de clientes institucionais no mercado de ADR's nos Estados Unidos, facilitar o acesso de investidores norte-americanos ao mercado brasileiro e gerar comissões por outros serviços prestados.

Assim, as medidas de optimização de estrutura, combinadas com a nova dinâmica comercial imprimida em 2009, consubstanciaram-se num resultado positivo de 700 milhares de dólares, contra um prejuízo de 2,5 milhões de dólares no exercício anterior.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.

O desempenho financeiro em 2009 foi significativamente afectado por circunstâncias de mercado, designadamente, pela necessidade de manter uma onerosa reserva de liquidez ao longo do exercício, e também por condicionantes internas, nomeadamente a reestruturação empreendida ao longo do ano em vários sectores da instituição. Em comparação com o ano anterior, o exercício de 2009 não beneficiou dos expressivos resultados então angariados na alienação do *portfólio* do banco de acções da BMF e da Bovespa.

Valores em Milhares de Reais

	2009	2008	Varição %
Activo Líquido	888.229	976.534	-9%
Crédito Concedido Bruto	116.865	137.266	-15%
Depósitos de Clientes	330.666	102.794	222%
Capitais Próprios	124.878	112.429	11%
Margem Financeira	-13.246	-4.248	212%
Produto da Actividade	33.637	94.321	-64%
Cash-Flow	-2.133	56.032	104%
Resultado do Exercício	2.097	72.093	-97%
ROA	0,22%	7,99%	----
ROE	1,77%	31,39%	----
Rácio de Solvabilidade	15,17%	13,74%	----
Crédito Vencido / Crédito Total	19,15%	15,40%	----
Cost to income	106,34%	40,59%	----
Número de Agências	2	2	0%
Número de Empregados	187	213	-12%

Em 31-12-2009: 1 Euro equivalente a Reais 2,5113
Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,2436

a. Mercado de Capitais

A área de Mercado de Capitais realizou, ao longo de 2009, transacções no montante agregado de cerca de 600 milhões de reais, merecendo destaque a venda em mercado secundário, juntamente com



o Banco Santander, de 214.570.000 quotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, administrado pela Caixa Econômica Federal, tornando-se este detentor de 49,9% das quotas do FIP Amazônia Energia.

Foram também realizadas, com sucesso, a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários da RB Capital Securitizadora SA, lastreados em créditos cedidos pela Petrobrás Distribuidora SA, no montante de 110 milhões de reais, e a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Beta Securitizadora SA, lastreados em créditos cedidos pela Odebrecht Realizações Imobiliárias SA, no montante de 44 milhões de reais.

Ainda em 2009, o Banif BI (Brasil) foi o coordenador de uma operação de financiamento à Unidas SA, no montante de 78 milhões de reais, mediante a emissão de Cédulas de Crédito Bancário e estruturou o FCM – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços, no montante de 150 milhões de reais, destinado à aquisição de direitos creditórios decorrentes de venda de mercadorias e prestação de serviços por fornecedores da Petrobrás Distribuidora.

b. Administração Financeira

As alterações introduzidas pelo Banco Central do Brasil no final de 2008 (liberação de perto de 100 mil milhões de reais) e durante o primeiro semestre de 2009 (criação de um Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE) produziram efeitos no sistema bancário durante o segundo semestre de 2009, com a resolução dos problemas de liquidez na maioria dos bancos pequenos e médios. Os prazos médios de captação de depósitos aumentaram substancialmente e, como consequência, com a menor aversão a risco e a melhoria dos mercados internacionais, o sistema bancário retomou o apetite por activos de risco, com o consequente crescimento dos balanços. No Banif BI (Brasil), uma vez garantido um nível de liquidez adequado, o crescimento assentou em activos originados internamente, pelas áreas de *corporate banking* e mercado de capitais.

O banco manteve um esforço de diminuição dos passivos mais onerosos originados durante a fase mais aguda da crise de liquidez e foi possível alongar os passivos, sem aumento significativo do custo médio de captação.

c. Advisory Services

A remodelação da área de *Advisory Services*, ocorrida ao final de 2008, com a contratação de uma equipa especializada na prestação de serviços de assessoria financeira, com foco de actuação nos diversos sectores de infra-estrutura, designadamente transportes, energia, meio ambiente e infra-estrutura social, permitiu que fossem gerados resultados interessantes em 2009. Foram exploradas oportunidades de *cross border* entre o Brasil e os países ibéricos e aprofundado o relacionamento com Clientes institucionais, como fundos de pensões e empresas de média dimensão.

Merecem especial destaque as assessorias realizadas nos sectores de energia (tradicionais e alternativas), redes viárias, telecomunicações, ambiente e saneamento. Cabe realçar a assessoria à Martifer Renováveis no leilão de energia eólica de 14 de Dezembro de 2009, no qual o Cliente ganhou nove projectos, com capacidade instalada de 218 MW, representando cerca de mil milhões de reais de investimento. O Banif BI (Brasil) assessorou também um consórcio no desenvolvimento de um projecto básico para uma parceria público-privada de segurança pública, ainda inovadora no país, e realizou trabalhos de assessoria em avaliação económica e financeira para clientes de referência, como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, a BB-DTVM e a Fundação Atlântico de Seguridade Social.

d. Banif Real Estate

O Banif Real Estate encerrou o ano de 2009 com três fundos de investimento sob gestão, totalizando 170 milhões de reais. O mais antigo, o Fundo de Investimento Imobiliário Europar, um fundo fechado



com unidades de participação (“cotas”) negociadas em Bolsa, apresentou uma valorização de 23,6% durante o período.

Aproveitando o excepcional período de desenvolvimento urbano que o Brasil atravessa - apoiado no aumento do crédito e nos programas de Governo - foi lançado, em meados do ano, o FIP Banif Real Estate Brasil, que participa na elaboração e desenvolvimento de projectos comerciais e residenciais para a classe média no eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

e. Banif Nitor Asset Management

Depois de registar um dos piores períodos da sua história, em 2008, a indústria brasileira de fundos de investimento encerrou o exercício de 2009 numa situação bastante privilegiada. A captação líquida, descontada a rentabilidade, foi de 88 mil milhões de reais, anulando os resgates de 78 mil milhões de 2008 e elevando o património líquido, sob gestão na indústria, a quase 50% do PIB brasileiro.

A Banif Nitor Asset Management encerrou o ano de 2009 com 381 milhões de reais de recursos sob gestão, representados pelos fundos Referenciado DI, Crédito Privado, Multimercados, Ações, Fundos Exclusivos e FIDC.

f. Private Equity

A área de Private Equity realiza a gestão de activos através de veículos conhecidos como FIPs - Fundos de Investimento em Participações. No último trimestre de 2009, o Banif Private Equity iniciou negociações com um grupo com presença mundial para a estruturação de um Fundo de Investimento em Participações no sector de Infra-estrutura no Brasil, tendo como objectivo de captação o volume de 1.000 milhões de reais, entre investidores domésticos e estrangeiros.

No mesmo período, prosseguiu a estruturação de um FUNCINE – Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – em parceria com uma empresa produtora brasileira independente, com actividade em todas as etapas de produção cinematográfica. O objectivo de captação é de 10 milhões de reais.

g. Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.

A área institucional da corretora focou os seus esforços na qualificação dos seus serviços, preparando-se para a retoma da economia e regresso dos investidores estrangeiros. Foi obtido o selo de *Execution Broker*, importante certificação concedida pela BMF & Bovespa.

No segmento retalhista, através da BanifInvest, a corretora elevou em cerca de 16% o número de ordens executadas, alcançando o número recorde de 1,32 milhões de ordens executadas ao longo do ano e alargando para 42.000 a sua base de contas. A qualidade do serviço prestado vem tornando a BanifInvest uma referência no mercado brasileiro para operações de bolsa através do *Home Broker*.

4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

Com a Espanha em recessão, enfrentando um crescimento agudo do desemprego e do número de insolvências, a par de uma forte crise imobiliária, o exercício de 2009 foi de grande dificuldade para a generalidade do sector financeiro espanhol e catalão.

O Bankpime não foi excepção, tendo sofrido um forte agravamento das situações de mora e do crédito vencido, com reflexo expressivo nos seus resultados.

Mesmo no contexto em referência, a actividade comercial do Bankpime foi muito positiva, tendo os recursos de balanço crescido acima de 12%, contra um decréscimo do sector de 0,4%, e os activos



crescido cerca de 1,5%, igualmente em contraposição a um decréscimo no sector. Nos fundos de investimento, o crescimento dos activos sob gestão em 22%, tendo o mercado caído em 3%, foi reflexo de um desempenho no 1.º quartil da indústria em todas as categorias e da notoriedade do Bankpime como gestor de fundos.

De qualquer forma, e apesar dos esforços de redução de custos empreendidos e do aumento de comissões de 9,5% registado relativamente ao ano anterior, não foi possível evitar o prejuízo de cerca de 12,8 milhões de euros que saldou as contas de 2009. O banco reformulou, entretanto, o seu plano estratégico, procurando regressar a rendibilidades positivas já em 2010.

	2009	2008	Milhares de Euros Variação %
Activo Líquido	687.666	591.612	+16,24%
Crédito Concedido Bruto	441.436	427.803	+3,19%
Depósitos de Clientes	522.059	475.868	+9,71%
Capitais Próprios	55.403	68.000	-18,53%
Margem Financeira	12.243	14.703	-16,73%
Produto da Actividade	22.910	26.055	-12,07%
Cash Flow de Exploração	-5.020	-1.736	-189,17%
Resultado Líquido	-12.840	-4.750	-170,32%
ROA	-1,87%	-0,80%	----
ROE	-18,82%	-6,99%	----
Crédito Vencido / Crédito Total	7,11%	5,23%	----
Rácio de Solvabilidade	11,55%	14,72%	----
Cost to Income	121,92%	106,66%	----
Número de Agências	21	23	-9%
Número de Empregados	247	252	-2%

5 SEGUROS

5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

O exercício de 2009 desenvolveu-se numa conjuntura económica pouco estimulante, fruto da rápida extensão da crise do sistema financeiro internacional à economia real, tornando-se evidentes os sinais de recessão da actividade económica portuguesa.

A nível do mercado segurador nacional, e fruto desse ambiente económico-financeiro, observou-se uma contracção do volume de negócios Não Vida de -4,6%, com quebras significativas nos principais ramos (Automóvel e Acidentes de Trabalho), e do negócio do Ramo Vida, de cerca de -5,7%, especialmente evidente nos produtos financeiros.

Neste contexto, a *performance* evidenciada pela Açoreana em 2009 consolidou a sua dinâmica e capacidade de desenvolvimento sustentado, merecendo destaque:



- A evolução muito positiva do volume de negócios em Não Vida, que registaram um crescimento de 4,0% face ao ano anterior, permitindo à Açoreana reforçar a sua quota de mercado para 4,4% (considerando os dados disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradoras);
- O crescimento obtido nos produtos estratégicos do Ramo Vida, onde merecem destaque o Plano Poupança Reforma (PPR) com um incremento de 80% face a 2008 e os produtos de risco, com uma variação positiva de cerca de 2% face ao exercício anterior;
- A obtenção da certificação de qualidade para a totalidade da actividade da Companhia, sendo a Açoreana a 1.ª Seguradora “multi-ramos”, a nível nacional, a obter esta certificação;
- O reforço da cultura corporativa, baseado na construção de um projecto de Responsabilidade Social em prol da educação, designado “Unidos na Escola”. Este projecto foi criado exclusivamente para a Região Autónoma dos Açores e visa a constituição de um fundo para apoiar as escolas açorianas mais carenciadas;
- A notoriedade, experiência e profissionalismo dos Corretores parceiros da Companhia, que conduziu à realização do II Fórum de Corretores, no qual teve lugar uma importante reflexão e discussão sob perspectivas diferentes do mercado, quer do ponto de vista dos gestores, quer do ponto de vista institucional, no sentido de dar seguimento ao sucesso do negócio neste sector;
- O aprofundamento da interligação entre a Companhia e as demais empresas do Grupo para a exploração de oportunidades de sinergias e *cross-selling*.

A nível comercial, e dando seguimento ao Projecto *Assurfinance*, que permite aos mediadores da Açoreana comercializarem produtos das demais empresas do Grupo Banif, foi introduzido um conceito inovador, a “Loja Financeira”. Esta iniciativa põe à disposição do Banco o canal de distribuição da Companhia, ou seja, passou a ser possível efectuar operações bancárias em alguns dos melhores Agentes da Companhia, fortalecendo assim, cada vez mais, a parceria entre a Açoreana e o Banif, obtendo um alargamento da carteira de Clientes.

De entre os principais projectos e programas desenvolvidos em 2009, destacam-se ainda:

- No plano estratégico, a revisão dos objectivos e estratégias para o triénio 2008-2010, consubstanciada num vasto programa de iniciativas, designado “Acreditar 2010”, o qual, desdobrado em 10 linhas de acção agrega os projectos essenciais à consecução dos objectivos a alcançar até 31 de Dezembro de 2010.
- No plano regulatório, a implementação do Dec.-Lei 2/2009, de 5 de Janeiro, regulamentado pela Norma 10/2009, do Instituto de Seguros de Portugal (estabelecimento da Provedoria do Cliente, do novo modelo de Gestão de Reclamações, dos princípios de tratamento de Clientes, sinistrados e terceiros e da política anti-fraude), a nova Lei de Acidentes de Trabalho (Lei 98/2009, de 4 de Setembro), o novo regime das transferências de Planos Poupança Reforma (Dec.-Lei 125/2009, de 22 de Maio) e o novo regime dos contratos de seguro de vida associados ao crédito à habitação (Dec.-Lei 222/2009, de 11 de Setembro).
- No plano comercial, e em linha com os objectivos estratégicos, prosseguiu o programa de rejuvenescimento e dinamização da rede de agentes, através do seguimento do *projecto Íman*, que visa captar em cada mercado local novos mediadores com reconhecida competência profissional e dimensão relevante. Procedeu-se igualmente à reformulação da presença geográfica, visando otimizar recursos e potenciar vendas e qualidade de serviço a mediadores e Clientes finais.
- No plano de gestão de sinistros, foi lançado o projecto CFR – *Closed File Review* (Revisão de Processos Encerrados), que consiste em examinar processos de sinistros já encerrados, nos



Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, de modo a identificar oportunidades de melhorar a produtividade, promover a optimização de recursos e o controlo de custos. Foi também iniciado o projecto OFR – *Open File Review* (Revisão de Processos Abertos), para avaliar o estado dos mesmos e adequar os valores provisionados à sua necessidade real.

- No plano tecnológico, foi focalizada uma actuação na melhoria da eficiência operativa e aumento da produtividade, dando continuidade aos projectos de modernização das plataformas de suporte ao negócio, conducentes à simplificação e optimização das operativas. Neste domínio, merecem particular destaque, a evolução registada na plataforma SIV (Sistema Integrado de Vendas), que possibilita aos mediadores da Companhia a emissão local dos seguros de massa mais representativos, aliviando a carga administrativa das equipas de *back office*, e o desenvolvimento de melhorias na plataforma de *workflow* de produção. Alargaram-se igualmente as competências do *Contact-Center*, com recurso à criação de uma 2.^a linha de atendimento, que funciona com um recurso especialista da respectiva Área. Centralizou-se o arquivo físico e disponibilizou-se a consulta ao arquivo óptico.
- No plano do *marketing* e comunicação, prosseguiu-se a disponibilização de materiais com a nova identidade corporativa aos mediadores da Companhia, contribuindo para a sua difusão em todo o território nacional. No domínio dos produtos, foi desenvolvido um ambicioso programa de lançamento de novas soluções e rejuvenescimento da oferta, onde merece particular menção o novo *Açoreana Pleno* e a nova oferta do *Açoreana imed*, destinada a segmentos de mercado específicos (Júnior, Adulto, Sénior e Reembolso), bem como o lançamento de produtos especificamente dirigidos ao canal bancário, onde se destacam os produtos de saúde, nomeadamente o Banif Saúde Mais, direccionado para o segmento Sénior, e o Banif Saúde e Assistência Empresas.
- Ao nível da gestão de recursos humanos, introduziu-se um novo sistema de objectivos e incentivos, que abrange a totalidade dos recursos humanos da Companhia e visa contemplar aspectos quantitativos e qualitativos do desempenho individual e de grupo, cujo resultado está directamente ligado aos objectivos e remuneração variável de cada Colaborador.

Em termos de evolução económica, o volume de produção global da Açoreana, medido através do total dos prémios brutos emitidos dos Ramos Vida e Não Vida, alcançou, em 2009, os 446.351 milhares de euros, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior.

O ramo Vida registou uma produção de 266.003 milhares de euros, o que representou um decréscimo de 2,9% face a 2008, enquanto o volume de prémios Não Vida ascendeu a 180.348 milhares de euros, evidenciando um crescimento de 4,0%, no contexto de uma diminuição global do mercado de -4,6%.

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 3,1%, sendo de 4,4% nos Ramos Não Vida e 2,6% no ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 47 Sucursais próprias.

A rede de mediação, que integra cerca de 3.240 mediadores com apólices em vigor, representava, no final de 2009, 40,6% na estrutura de distribuição da CSA, e 87,2% da produção do ramo Não Vida.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 75,8% da produção do ramo Vida e por 4,6% da produção dos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de -24.944 milhares de euros, inferiores aos registados em exercícios anteriores, reflectem o contexto económico muito difícil em que a actividade se desenvolveu acrescido de uma grande volatilidade dos mercados financeiros, que provocou desvalorizações da



carteira de activos, as quais, de acordo com o novo quadro contabilístico (IAS/IFRS) têm repercussão directa nos resultados.

Sem este efeito extraordinário, o Resultado Líquido da Companhia atingiria o montante de cerca de +2.615 milhares de euros.

A evolução do *Cash-flow* operacional reflecte, também, esta realidade.

O Activo Líquido atingiu os 875.248 milhares de euros e os Capitais Próprios alcançaram os 50.764 milhares de euros.

Principais Indicadores Económico-Financeiros

(Em milhares de euros)

Varição 2009/2008	2009	2008	Var %
Prémios Vida	266.003	274.026	-2,9%
Prémios Não Vida	180.348	173.414	4,0%
Prémios Totais	446.351	447.441	-0,2%
Cash Flow Operacional	-28.909	7.199	-501,6%
Activo Líquido	875.248	915.519	-4,4%
Investimentos Líquidos	727.900	752.097	-3,2%
Capitais Próprios	50.764	37.092	36,9%
Resultados Líquidos	-24.944	3.026	-924,5%

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

6.1 Banif Imobiliária, SA

Durante o ano de 2009, a Banif Imobiliária, SA manteve a sua actividade centrada na gestão de imóveis de propriedade própria ou de outras entidades integradas no Banif – Grupo Financeiro, particularmente no ramo da Banif Comercial, SGPS, SA.

Essencialmente, a sua actividade divide-se em duas áreas distintas:

- A aquisição de imóveis para arrendamento a entidades do Grupo Banif, designados por “imóveis afectos à exploração”;
- A gestão, orientada fundamentalmente para a alienação, de património próprio ou de outras entidades do Grupo Banif, activos esses designados por “imóveis não afectos à exploração”;

O valor dos imóveis afectos à exploração tem diminuído à medida que têm sido vendidos a um Fundo Imobiliário especializado. Durante 2009, a Banif Imobiliária vendeu imóveis no valor de 32,4 milhões de euros e as receitas provenientes de arrendamentos baixaram 9% para 2.637 milhares de euros.



No mesmo ano, a Sociedade adquiriu imóveis no valor de 1.933 milhares de euros, todos eles destinados à instalação de agências do Banif.

Quanto aos “imóveis não afectos à exploração”, e numa conjuntura particularmente difícil, a Sociedade vendeu imóveis próprios no valor de 3,6 milhões de euros e promoveu a venda de imóveis propriedade de terceiros, na maior parte dos casos outras entidades do Grupo, no valor de 46 milhões de euros.

De realçar a este propósito que, tendo em vista otimizar a gestão dos activos, o Grupo Banif decidiu criar dois novos Fundos de Investimento Imobiliário Fechados, o Banif Renda Habitação e o Banif Gestão Imobiliária. Ambos os Fundos são geridos pela Banif Gestão de Activos, tendo a Banif Imobiliária colaborado na sua estruturação e mantido responsabilidades na gestão de alguns aspectos processuais e administrativos. O valor desse património atingiu 42 milhões de euros no final de 2009.

Um dos instrumentos utilizados para a alienação de património habitacional foi a realização de leilões, através dos quais se venderam imóveis no valor de 2.646 milhares de euros. A experiência acumulada tem permitido um melhor ajustamento entre os preços praticados e a procura, permitindo uma percentagem de sucesso substancialmente mais elevada.

Assim, o valor dos imóveis propriedade da Banif Imobiliária baixou durante 2009 de 67,7 para 35,1 milhões de euros. Deste último valor, 23 milhões de euros correspondem a imóveis que estão arrendados ao Banif ou se destinam a essa finalidade.

O valor dos imóveis sob gestão da Banif Imobiliária propriedade de outras entidades do grupo, baixou de 54 para 49 milhões de euros e o valor total do conjunto dos activos imobiliários, próprios e alheios, sob gestão da Banif Imobiliária passou de 122 para 84 milhões de euros.

Em resultado desta actividade, durante o exercício de 2009, a Sociedade obteve proveitos no montante de 32.238 milhares de euros, provenientes essencialmente de vendas, no montante de 27.338 milhares de euros, e de receitas do arrendamento do seu património imobiliário no valor de 2.637 milhares de euros.

Os Resultados Líquidos ascenderam a 1.008 milhares de euros, face a um resultado de 19 mil euros em 2008.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores.

	<i>Milhares de Euros</i>		
	2009	2008	Variação %
Activo Líquido	44.324	80.259	- 45%
Capitais Próprios	3.925	2.917	+ 35%
Resultado do exercício	1.008	19	

6.2 Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

A BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (BanifServ) é um Agrupamento Complementar de Empresas integrado pelas sociedades agrupadas Banif, Banif Go, Banco de Investimento e CSA, através do qual são desenvolvidas importantes actividades de âmbito



transversal às principais empresas do Banif – Grupo Financeiro, designadamente ao nível dos Sistemas e das Tecnologias de Informação.

O plano de actividades da BanifServ para 2009 comportou 51 projectos, dos quais 11 foram concluídos no primeiro semestre, 16 concluídos no segundo semestre, 4 novos projectos foram incluídos no decorrer do ano e 17 transitaram para o ano de 2010.

Destes projectos, alguns englobando mais do que uma Agrupada, merecem referência os seguintes:

- Integração dos sistemas de informação do BBCA no Banif, no contexto da fusão destas duas entidades - concluído no início do ano;
- Conclusão do desenvolvimento da operativa própria de Cartões de Crédito e de Débito (SAC) - concluído em Setembro de 2009;
- Aumento da janela de disponibilidade da banca electrónica, reforçando a proximidade com os Clientes na medida proporcional em que aumentou o horário em que os mesmos podem contactar e utilizar os serviços do Banco - concluído em Maio de 2009;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades na Banca Electrónica, incluindo a corretagem *on-line*, alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos Clientes - em fase de conclusão;
- Renovação dos processos de comunicação com Clientes, incluindo correspondência multilingue, descritivos, lotes de correio e emissão de pdf - concluído em Dezembro de 2009;
- Implementação de um sistema AML – Prevenção do branqueamento de capitais, envolvendo as Agrupadas Banif e Banco de Investimento - concluído em Dezembro de 2009;
- Continuação do desenvolvimento do Sistema de Informação de Gestão do Banif, reforçando a qualidade e o tipo de informação ao dispor da actividade - em curso;
- Desenvolvimento de uma nova operativa de D.O. para o Banif, melhorando o nível de funcionalidades, operacionalidade, integração e flexibilidade do sistema, criando um novo patamar de cobertura dos requisitos de negócio – em curso;
- Desenvolvimento de um novo sistema de recuperação de crédito no Banif, projecto que envolve as Agrupadas Banif e Banif Go - em curso;
- Revisão do preçário e automatização de comissões - concluído em Dezembro 2009.

A tecnologia continuou a ser encarada enquanto meio para aportar valor acrescentado ao negócio, num quadro de reforço da estabilidade das infra-estruturas de suporte e da racionalização de recursos. No âmbito infraestrutural é de realçar a instalação de raiz de um novo *datacenter* para o Grupo Banif – concluído em Maio de 2009, a renovação da infra-estrutura central de *backup's*/salvaguarda de dados, concluído em Outubro de 2009 e a renovação da infra-estrutura de suporte ao armazenamento das imagens de cheques (telecompensação) – concluída em Outubro 2009.

O número de colaboradores da Banifserv é de 108, dos quais 2 em regime de contrato a termo. Destes elementos, 66 estão afectos à manutenção, ao desenvolvimento de projectos e ao órgão de relacionamento com os Clientes, 32 à Exploração do Sistema, 5 ao Suporte Administrativo e 5 são elementos de gestão.



No final de 2009, a BanifServ apresentou proveitos de 15.063 milhares de euros (incluem 50 milhares de euros de proveitos financeiros e extraordinários), sendo 13.760 milhares de euros respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas e 1.253 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE.

O imobilizado, no termo do 1.º trimestre de 2009, era de 38.375 milhares de euros, dos quais 11.315 milhares de euros referentes a imobilizados em curso.

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF – GRUPO FINANCEIRO

Para o Banif - Grupo Financeiro, a sustentabilidade significa considerar os riscos e oportunidades de âmbito económico, ambiental, social e de *governance*, na sua actividade e nas suas ligações com a comunidade.

As *Task Forces* (TF) criadas para gerir a temática da sustentabilidade de forma transversal ao Grupo desenvolveram várias actividades, sob coordenação do órgão de Imagem Corporativa. Entre elas, destacam-se:

- TF 1 – Códigos de Conduta e *Business Principles*: assinatura da Carta Anti-corrupção no âmbito de uma iniciativa da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) e participação na Equipa do Projecto ValoresCentauro, que culminou com a redefinição da missão, visão e valores do Grupo;
- TF 2 – Política de Recursos Humanos: planeamento de um programa de voluntariado nas áreas de literacia financeira e ambiental;
- TF 3 – Política Ambiental: formalização da Política Ambiental do Grupo, sensibilização ambiental interna, adesão ao Movimento ECO - Empresas Contra os Fogos e implementação do Projecto de Recolha de Telemóveis, em parceria com a AMI que pretendeu atingir objectivos de protecção ambiental e combate à exclusão social;
- TF 4 – Filantropia Estratégica: estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de projectos estruturantes de apoio à sociedade;
- TF 5 – Riscos Ambientais e Sociais: análise de risco ambiental da carteira de crédito e investimento do Grupo, com o objectivo de introduzir critérios ambientais na avaliação de risco, sobretudo direccionados para as temáticas da eficiência energética e das alterações climáticas;
- TF 6 – Produtos Ambientais e Sociais: apoio ao lançamento dos produtos “Crédito Mais Ambiente” (Crédito Pessoal e Crédito Investimento) dirigidos a apoiar um vasto leque de soluções ambientais, e fomento da adesão a um protocolo com o Estado com vista à oferta do produto “Crédito Pessoal Solar Térmico”.

Em termos de responsabilidade climática, destaca-se a continuidade do desenvolvimento dos fundos *New Energy Fund* e *Luso Carbon Fund*.

O *New Energy Fund* – Fundo Especial de Investimento Fechado, lançado no final de 2007 pela Banif - Gestão de Activos é dirigido especificamente a investidores institucionais e tem como objectivo investir no mercado das energias renováveis. Apesar da crise que afectou os mercados financeiros, em 2009 foram subscritos mais de 20 milhões de euros neste fundo. No final do ano, o Fundo detinha investimentos em projectos com uma capacidade superior a 120 MW de potência. Também durante 2009, os primeiros projectos em que o Fundo investiu iniciaram a produção de energia, totalizando cerca de 5 MW.



A dificuldade sentida ao nível do acesso ao financiamento, pelo sector das energias renováveis, teve um impacto no desenvolvimento de projectos durante o ano de 2009. No entanto, a actividade do Fundo desenvolveu-se, sem sobressaltos, com a análise e a aquisição de novos projectos, alargando a sua área de actuação para a América do Sul, mais concretamente para o Brasil e para o Uruguai.

Em 2009, destaca-se também a continuidade do *Luso Carbon Fund* – Fundo Especial de Investimento Fechado, gerido pela Banif - Gestão de Activos, que tem como objectivo o investimento no mercado de carbono através da aquisição de créditos de redução de emissão de gases de efeito de estufa gerados ao abrigo do protocolo de Quioto. Este Fundo tem um compromisso para mais de 7 milhões de Toneladas de Créditos de Carbono, originadas por cerca de 20 projectos. Durante o ano de 2009 foram geradas e verificadas as primeiras CERs num valor superior a 20.000 toneladas de créditos de carbono. Ocorreu ainda um reforço significativo nos projectos em que o Fundo já estava presente, nomeadamente, com a entrada no capital da Brascarbon, com o objectivo de desenvolver cerca de 2 Milhões de Toneladas de Créditos de Carbono adicionais.

Esta responsabilidade climática tem vindo a ganhar preponderância no seio do Grupo, com acções de neutralização progressiva das suas emissões de carbono. Em 2009, foram neutralizadas 105 toneladas de carbono associadas a Relatórios e Contas, Relatório de Sustentabilidade, Agendas 2010 e Almoço de Natal.

O incremento do relacionamento com os *stakeholders* relevantes nesta área é visível, nomeadamente através da participação em eventos e prémios e do estabelecimento de contactos e parcerias. O Grupo é membro do BCSO Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e tem participado nos Grupos de Trabalho “Desenvolvimento” e “Sustentabilidade no Sector Financeiro” (sendo patrocinador deste) que têm como objectivos incentivar e divulgar as boas práticas de sustentabilidade entre as empresas participantes e à sociedade em geral.

Os resultados destas acções têm sido positivos. A participação nos Prémios Sustentabilidade 2009 promovidos pela Heidrick & Struggles e pelo Diário Económico, cujo objectivo foi o de premiar as empresas com melhores práticas de sustentabilidade em Portugal, demonstrou que o Grupo registou variações positivas em todas as áreas relativamente ao ano de 2008 tendo, em alguns casos ficado acima do *best player*. Para além deste prémio, ocorreu também a participação no *ranking* de Responsabilidade Climática da Euronatura, onde a actividade bancária do Grupo manteve a 4ª posição no *ranking* sectorial do sector financeiro, com uma pontuação de 46,9% e, tendo obtido o 22º posição no *ranking* geral, com uma pontuação de 45,9%.

Em termos de comunicação, esta área coordenou e executou o 2.º Relatório de Sustentabilidade do Banif – Grupo Financeiro, tendo subido um patamar na escala de qualidade e abrangência da informação, ao alcançar o nível B das “Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade” da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI). O relatório, editado em português e inglês, foi divulgado interna e externamente.

Dando continuidade ao compromisso de transparência e *accountability* de temas ambientais e sociais, é disponibilizado, mais uma vez, o Relatório de Sustentabilidade do Grupo, referente ao ano de 2009, o qual apresenta, de uma forma mais detalhada, as acções que têm vindo a ser desenvolvidas.



III – ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

III.1 Contas Separadas

A Banif SGPS, empresa-mãe do Banif - Grupo Financeiro, prepara e apresenta contas separadas, vulgarmente designadas por contas individuais, em base NCA (Normas de contabilidade Ajustadas, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005). Da análise comparativa destes documentos contabilísticos, destaca-se o seguinte:

Demonstração de Resultados

- A Margem Financeira, incluindo Rendimento de Títulos elevou-se a 39,7 milhões de euros, um acréscimo de 31,0% quando comparado com o final de 2008, resultante dos dividendos reconhecidos no exercício de 2009.
- A rubrica Outros Resultados de Exploração apresenta um resultado negativo de 13,3 milhões de euros, provenientes do resultado do desreconhecimento da Companhia de Seguros Açoreana efectuada em 2009, na sequência da reorganização da estrutura accionista daquela entidade. Esta reorganização consistiu na troca das participações que o Grupo detinha no capital da CSA, através da Banif SGPS e Banif com 33,62% e 14,07%, respectivamente, por participações equivalentes no capital da Rentipar Seguros SGPS, *holding* que passou a deter directamente 100% do capital da CSA. Esta operação concretizou-se através de um aumento de capital da Rentipar Seguros SGPS, integralmente subscrito pela Banif-SGPS e Banif, que passaram a deter 33,62% e 14,07%, respectivamente, realizado pelas duas entidades com entradas em espécie consistentes nas acções que os subscritores do aumento detinham directamente no capital social da CSA. A Banif-SGPS subscreveu 4.409.000 novas acções da Rentipar Seguros SGPS, com o valor nominal unitário de € 5,00 e com o valor nominal global de € 22.045.000,00, contra a entrega de 3.849.569 acções ordinárias, com o valor nominal unitário de € 5,00, que possuía no capital social da CSA.
- Como resultado das situações atrás descritas, o Produto da Actividade sofreu uma redução de 16,6%.
- Os Custos de Funcionamento cifraram-se em 1.666 milhares de euros, um decréscimo de 42,2%, quando comparados com o ano anterior, resultado do aumento de 131 milhares de euros nos Custos com o Pessoal e a redução de 1.349 milhares de euros registados nos Gastos Gerais Administrativos. De notar que, no exercício de 2008, foram relevados nesta rubrica parte dos custos com o *rebranding* e com as comemorações do vigésimo aniversário do Banif – Grupo Financeiro.
- No exercício de 2009 foi constituída uma imparidade para a participação no Finibanco - Holding SGPS, S.A, no montante de 17.259 milhares de euros, registada na rubrica “Imparidade de Outros activos Financeiros”.
- O Resultado Líquido de Impostos registado pela Banif-SGPS, S.A, que ascendeu a 12,1 milhões de euros, no final de 2009, apresentou um decréscimo de 59,3%, quando comparado com 2008.

Balanço

O Activo Líquido elevou-se a 1.081,5 milhões de euros no final de 2009, um expressivo aumento de 55,4% que compara com 685,8 milhões de euros no final de 2008, e que se explica pelo comportamento registado pelas seguintes rubricas:

- Aumento de 42,9 milhões de euros em Disponibilidades em outras Instituições de Crédito;



- Diminuição de 19,8 milhões de euros em Activos Financeiros Disponíveis para Venda, que resultou da alienação das participações na Zon Madeira e Zon Açores;
- Aumento de 369,3 milhões de euros em Investimentos em Filiais e Associadas, como consequência de:
 - (i) Aquisição da totalidade do capital da Tecnicrédito SGPS, representando um investimento de 216,7 milhões de euros;
 - (ii) Aquisição de uma participação no capital da Rentipar Seguros, mediante a subscrição de novas acções no valor de 22,045 milhões de euros, realizado com a entrega em espécie das acções ordinárias da Companhia de Seguros Açoreana, correspondente à participação detida naquela Companhia (35,3 milhões de euros), que originou o resultado de -13,3 milhões de euros acima referido;
 - (iii) Subscrição do aumento de capital do Banif Bank (Malta), no montante de 7,2 milhões de euros, passando a deter 72% do capital social daquele banco, sendo o restante detido por parceiros locais;
 - (iv) Prestações suplementares de 240,6 milhões de euros à Banif Comercial SGPS, S.A, tendo ocorrido o reembolso das prestações suplementares de 82,2 milhões de euros anteriormente concedidos à Banif Imobiliária.
- Decréscimo de 12,4 milhões de euros em Outros Activos, resultado da concessão de financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Investimentos, SGPS, S.A, no valor de 7 milhões de euros e à Sociedade Banif Imobiliária, S.A, no valor de 1 milhão de euros, que entretanto liquidou um financiamento no montante de 29,3 milhões de euros, ficando esta última com um endividamento junto da Banif SGPS, no valor global de 33 milhões de euros.

Relativamente ao Passivo, há a registar:

- A rubrica de “Recursos em Outras instituições de Crédito” apresenta crescimento de 20 milhões de euros, cifrando-se em 152,7 milhões de euros no final de 2009. Durante o exercício de 2009 a Sociedade obteve dois financiamentos junto do Banif S.A, no montante total de 165 milhões de euros, liquidando os financiamentos obtidos no exercício anterior, junto do mesmo Banco, no montante de 130 milhões de euros.
- O aumento de 94,1 milhões de euros registados na rubrica “Recursos de Clientes e Outros Empréstimos”, que atingiu 109,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 e que resulta de empréstimos de apoio à tesouraria concedidos pela Banif-Investimentos-SGPS, S.A e pela Rentipar Financeira, S.A nos montantes de 95,0 milhões de euros e 13,5 milhões de euros respectivamente, tendo sido liquidado o anterior empréstimo de 15,0 milhões de euros.
- Em “Instrumentos representativos de capital” forma registados cerca de 8,0 milhões de euros relativos à parte de remuneração fixa (componente de passivo) dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC) emitidos no âmbito da operação de aquisição da Tecnicrédito, SGPS.

Durante o exercício de 2009 a Sociedade procedeu ao aumento do seu capital social em 140 milhões de euros, que passou de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros. O referido aumento de capital foi realizado em duas *tranches* no âmbito da operação para a aquisição da totalidade do capital da Tecnicrédito, já mencionada em parte própria deste relatório.



Análise Comparativa – Banif SGPS, S.A

Milhares de euros

	31-Dez-09	31-Dez-08	Variação	
			Absoluta	%
Balço				
Activo Líquido	1.081.493	695.813	385.680	55,4%
Activos Financeiros disponíveis para Venda	26.343	46.165	(19.822)	-42,9%
Investimentos em Filiais Associadas e Empreendimentos Conjuntos	860.208	490.957	369.251	75,2%
Outros Activos	134.039	146.480	(12.441)	-8,5%
Recursos de Outras Insituições de Crédito	152.736	132.656	20.080	15,1%
Recursos de Clientes e outros Empréstimos	109.089	15.002	94.087	627,2%
Capitais Próprios	741.783	490.565	251.218	51,2%
Demonstração de Resultados				
	31-Dez-09	31-Dez-08	Variação	
			Absoluta	%
Margem Financeira	39.681	30.285	9.396	31,0%
Lucro de Operações Financeiras	(1.153)	101	(1.254)	-
Outros Proveitos Líquidos	(13.650)	(555)	(13.095)	2359,5%
Produto da Actividade	24.878	29.831	(4.953)	-16,6%
Custos Administrativos	(1.666)	(2.884)	1.218	-42,2%
Cash-Flow	23.212	26.947	(3.735)	-13,9%
Amortizações do exercício	-	(17)	-	-
Provisões / Imparidade	(17.259)	1.561	-	-
Resultados antes de Impostos	5.953	28.491	(22.538)	-79,1%
Impostos (correntes e diferidos)	6.140	1.228	4.912	400,0%
Resultado do Exercício	12.093	29.719	(17.626)	-59,3%

III.2 - Contas Consolidadas

Com efeitos a 30 de Setembro de 2009, o perímetro de consolidação da Banif SGPS, *holding* do Banif – Grupo Financeiro, passou a integrar 100% da sociedade Tecnicrédito (*holding* do grupo financeiro que integrava, entre outras sociedades, o Banco Mais, especializado na área de crédito automóvel). As condições e impacto desta operação está apresentado na Nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

Destacam-se, em primeiro lugar, os factos mais relevantes que caracterizaram a actividade do exercício de 2009 :

- O Lucro consolidado elevou-se a 54,1 milhões de euros, que se traduz numa diminuição de 8,7% quando comparado com o resultado obtido no ano de 2008;
- O ROE (*Return on Equity*) fixou-se em 8,1%, contra 10,1% em 2008, enquanto o ROA (*Return on Assets*) atingiu os 0,40%, que compara com 0,50% no ano anterior;
- O Activo Líquido, totalizou 14.442,2 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2009, registando um crescimento de 12,2% face ao final do exercício de 2008;
- O Crédito a Clientes (Bruto), deduzido de títulos classificados em empréstimos concedidos e contas a receber, elevou-se a 11.889,5 milhões de euros, superior em 14,2% ao valor registado em Dezembro de 2008. No mesmo período, o rácio de “Imparidade do Crédito/Crédito Total” subiu de 2,44% para 4,35%, influenciado em especial por um agravamento no nível de incumprimento e pela inclusão da Tecnicrédito;
- Os Fundos Próprios de Base do Grupo (Tier 1), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 1001,1 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (Risk Weighted Assets) ascendiam a 12.279,9



milhões de euros, a que correspondia um rácio de Tier 1 no final de 2009 de 8,14% (6,84% no final do ano anterior).

Apresenta-se, seguidamente, com maior detalhe, a análise das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009, assim como os respectivos comparativos de 2008.

Demonstração de Resultados

O Produto de Actividade do Grupo atingiu 509,1 milhões de euros, no exercício de 2009, registando um aumento de 8,3% em relação ao ano anterior, justificado por:

- A Margem Financeira aumentou 7,1%, para 288,5 milhões de euros. Esta rubrica beneficiou do crescimento da actividade creditícia (+ 5,6 %, excluindo os efeitos da integração da Tecnicrédito, SGPS,SA, com uma carteira de 897 milhões de euros no final de 2009), e de um custo do *funding* interbancário e junto do Banco Central Europeu bastante favorável. No entanto, viria também a ser fortemente afectada por uma redução da margem de intermediação total (margem da carteira de crédito adicionada da margem da carteira de recursos de clientes de balanço) que desceu em termos médios, ao nível da actividade em Portugal, de 2,25% para cerca de 1,85% ao longo de 2009, em resultado de uma forte concorrência na captação de depósitos a prazo, que levou a que o seu custo médio não tivesse acompanhado a descida verificada nas taxas de mercado.
- Os Lucros em Operações Financeiras passaram de 70,0 milhões de euros, no exercício de 2008, para 68,8 milhões de euros, no exercício de 2009. Em 2009, o Grupo realizou mais-valias na venda das participações financeiras que detinha na Zon Madeira, Zon Açores e Via Litoral, no montante de 20,5 milhões de euros e na recompra de passivos emitidos pelo Grupo, num montante de 31,6 milhões de euros. Por sua vez, em 2008 tinham sido registadas mais-valias significativas em participações financeiras detidas pela Banif Corretora de Valores e Câmbios (Brasil) no montante de 64,0 milhões de euros.
- Os Outros Proveitos (líquidos), que incluem os rendimentos de serviços e comissões, aumentaram 16,1%, para 151,7 milhões de euros, representando 29,8% do Produto de Actividade do Grupo, contra 27,8% em 2008. Este agregado foi favorecido pelo aumento da actividade da banca comercial e de investimento do Grupo, apesar da redução do nível de actividade das áreas de corretagem e gestão de activos, consequência da crise que se registou nos principais mercados financeiros ao longo de 2009, em especial no 1.º semestre do ano.

Os custos de funcionamento, que compreendem os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal, totalizaram 297,5 milhões de euros, o que traduz um crescimento de apenas 0,2% relativamente a 2008, apesar da expansão das redes de distribuição em Portugal, Brasil, Malta e Cabo Verde.

O *Cash Flow* de exploração consolidado do Banif – Grupo Financeiro ascendeu a 211,5 milhões de euros (+ 22,1% relativamente ao exercício de 2008), enquanto o rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade) desceu de 68,9%, no exercício de 2008, para 67,0%, no exercício de 2009.

As provisões e imparidade líquidas do exercício apresentam um acréscimo de 114,5%, elevando-se a 135,7 milhões de euros, no exercício de 2009, reflexo da deterioração da actual conjuntura macroeconómica nacional e internacional, que obrigou, inclusive, a uma política de maior prudência na avaliação da imparidade da carteira de crédito, que originou, no corrente exercício, um reforço da imparidade líquida no montante de 112,2 milhões de euros (mais 108,9% que no ano anterior). De referir o registo, no presente exercício, de uma imparidade no montante de 17,3 milhões de euros, relativa à participação financeira no Finibanco - Holding, SGPS, SA.



Os resultados de associadas (equivalência patrimonial) apresentam um prejuízo para o resultado consolidado de 16,0 milhões de euros em 2009, face a um resultado positivo de 3,3 milhões de euros no ano anterior, correspondentes à quota-parte do Grupo nos resultados das associadas Rentipar Seguros (-8,0 milhões de euros), Companhia de Seguros Açoriana (-3,9 milhões de euros), Bankpime (-3,5 milhões de euros), Banco Pecunia (-3,1 milhões de euros) e Banca Pueyo (+2,5 milhões de euros).

Em diferenças de consolidação negativas foram contabilizados 41,5 milhões de euros, apuradas com a operação de aquisição da Tecnicrédito, SGPS, e que resultam da diferença entre o justo valor pago, de 216,7 milhões de euros, face ao justo valor dos activos e passivos do Grupo Tecnicrédito, à data de aquisição, que ascendiam a 258,2 milhões de euros.

Os resultados atribuídos a Interesses Minoritários aumentaram 4,6 milhões de euros, para 12,1 milhões de euros em 2009, devido principalmente ao aumento dos dividendos preferenciais pagos às acções preferenciais emitidas pela Banif Finance.

No que se refere apenas aos resultados recorrentes (e considerando a totalidade dos resultados recorrentes de 2009 da Tecnicrédito SGPS, SA) a evolução entre os exercícios de 2009 e 2008 apresenta uma diminuição de 2,04%, passando os resultados líquidos consolidados de 40,3 milhões de euros, em 2008, para 39,5 milhões de euros, em 2009. Esta ligeira descida reflecte, em especial ao nível da Banca Comercial, a redução da margem de intermediação financeira, o aumento das provisões da imparidade do crédito e os custos inerentes ao alargamento das redes comerciais.

Ainda em termos de resultados recorrentes, apresenta-se a sua evolução pelas grandes áreas de negócio do Grupo:

- a) Banca Comercial, com um resultado líquido recorrente de 41,5 milhões de euros em 2009, contra 50,4 milhões de euros em 2008 (- 17,6%);
- b) Banca de Investimento, com um resultado líquido recorrente de 3,6 milhões de euros em 2009, contra 3,0 milhões de euros em 2008 (+ 19,8%);
- c) Seguros, com um contributo para os resultados consolidados recorrentes de 1,2 milhões de euros em 2009, contra 1,5 milhões de euros em 2008 (- 16,7%);
- d) Impacto da consolidação das “holdings” do Grupo, com um contributo negativo de – 6,9 milhões de euros em 2009, contra -14,6 milhões de euros em 2008 (-52,7%).

No que respeita à actividade seguradora do Banif – Grupo Financeiro, prosseguida pela Companhia de Seguros Açoreana, o volume de prémios emitidos apresentou um valor total de 446,4 milhões de euros (-0,2% relativamente a 2008), destacando-se o ramo não vida com um crescimento de 4,0%.

Balanço

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro totalizava 14.442,2 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2009, registando um crescimento de 12,2% face ao final do exercício de 2008.

O saldo da rubrica “Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e OIC´s” ascendeu a 507,1 milhões de euros, um acréscimo de 9,7% quando comparado com o final de 2008, resultado do decréscimo do saldo dos depósitos à ordem em Bancos Centrais no montante de 6,6 milhões de euros e do aumento dos saldos junto das outras Instituições de Crédito no valor de 51,4 milhões de euros.

Relativamente à rubrica “Aplicações em instituições de crédito”, esta apresentou um saldo de 322,1 milhões de euros, um acréscimo de 115,2%, entre as datas em análise, devido ao aumento de empréstimos no montante de 248 milhões de euros.



Por seu turno, o Crédito Concedido a Clientes (Bruto), deduzido de títulos classificados em empréstimos concedidos e contas a receber, elevou-se a 11.889,5 milhões de euros, superior em 14,2% ao valor registado em 31 de Dezembro de 2008.

No mesmo período, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total subiu de 2,44% para 4,35%, influenciado em especial por um agravamento do nível de incumprimento do crédito às empresas, resultante de uma conjuntura económica bastante desfavorável e pela integração da Tecnicrédito SGPS, SA.

Os Recursos de Bancos Centrais apresentaram um acréscimo de 23,9% face a 2008, aumentando ligeiramente o seu peso como fonte de financiamento, tendo passado de 7,5% em 2008 para 8,3% em 2009, no conjunto do Passivo e Situação Líquida. Nesta rubrica incluem-se as tomadas de fundos em operações de refinanciamento do Banco Central Europeu, realizadas pela Banca Comercial do Grupo, que utilizou, como colateral, obrigações detidas em carteira, resultantes das operações de securitização de crédito à habitação, concretizadas em 2009, no valor global de 1.675,5 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2009 o Grupo tinha junto do BCE, activos elegíveis no montante de 1,149 milhões de euros.

Os Recursos em Instituições de Crédito cifraram-se em 1.813,5 milhões de euros, um decréscimo de 12,9% face ao final de 2008, como resultado da falta de liquidez ocorrida nos mercados.

Os Depósitos de Clientes cresceram 2,1% relativamente a 31 de Dezembro de 2008, ascendendo a 6.743,0 milhões de euros no final de 2009, enquanto os Recursos Totais de Clientes de Balanço passaram de 8.223,9 milhões de euros para 9.278,7 milhões de euros, o que representa um crescimento de 12,8%. Por sua vez, os recursos “fora de balanço”, ascendiam a 2.491 milhões de euros (+16,9% que o valor registado no final do exercício de 2008).

Os Capitais Próprios (deduzidos de Interesses Minoritários) registaram um aumento de 61,4%, de 583,4 milhões de euros para 941,8 milhões de euros entre os finais dos exercícios de 2008 e 2009, essencialmente em resultado das seguintes situações:

- Aumento de capital no montante de 70 milhões de euros por entrada em dinheiro reservado a accionistas;
- Aumento de capital e prémios de emissão no montante de 95,9 milhões de euros por entrada em espécie (parte do pagamento da aquisição de 100% do capital social da Tecnicrédito SGPS, SA);
- Emissão de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (“VMOCs”) valorizados em 95,9 milhões de euros por entrada em espécie (parte do pagamento da aquisição de 100 % do capital social da Tecnicrédito SGPS, SA);
- Resultado do exercício de 2009 de 54,1 milhões de euros;
- Aumento da reserva de reavaliação da carteira de títulos classificada em “Activos financeiros disponíveis para venda” em 19,9 milhões de euros;
- Ganhos na recompra de acções preferenciais emitidas por empresas do Grupo no montante de 16,6 milhões de euros;
- Variações cambiais positivas no montante de 15,9 milhões de euros;
- Distribuição de dividendos relativos ao Exercício de 2008 no montante de 22,8 milhões de euros.



Os Fundos Próprios de Base do Grupo (*Tier 1*), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 1001,1 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (*Risk Weighted Assets*) ascendiam a 12.279,9 milhões de euros, a que correspondia um rácio de *Tier 1* no final de 2009 de 8,14% (6,84% no final do ano anterior). O *Core Tier 1* do Grupo, também em base IAS/IFRS e Basileia, era, no final de 2009, de 6,24% (contra 5,34% no final de 2008). Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Banif – Grupo Financeiro elevavam-se a 1.231,9 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 10,03% (9,22 % no final de 2008).

Face ao Resultado Líquido obtido pelo Banif – Grupo Financeiro em 31 de Dezembro de 2009, de 54,1 milhões de euros, o ROE (*Return on Equity*) fixou-se em 8,1% e o ROA (*Return on Assets*) atingiu 0,40% contra 10,1% e 0,50% respectivamente, no ano anterior.

ANÁLISE COMPARATIVA

Banif - Grupo Financeiro

Expresso em milhares de Euros

Balço	31-12-2009	31-12-2008	Varição absoluta	Varição %
1 Activo Líquido	14.442.205	12.876.616	1.565.589	12,2%
2 Crédito Concedido (Bruto) (1)	11.889.493	10.409.701	1.479.792	14,2%
3 Depósitos de clientes	6.743.017	6.605.429	137.588	2,1%
4 Recursos totais de Clientes (balço)	9.278.658	8.223.863	1.054.795	12,8%
5 Capitais Próprios (2)	941.752	583.369	358.383	61,4%
Demonstração de resultados	31-12-2009	31-12-2008	Varição absoluta	Varição %
6 Margem Financeira	288.494	269.288	19.206	7,1%
7 Lucros em Operações Financeiras (líq.)	68.812	70.026	-1.214	-1,7%
8 Outros Proveitos (líq.)	151.747	130.729	21.018	16,1%
9 Produto da Actividade	509.053	470.043	39.010	8,3%
10 Custos com Pessoal	170.407	162.606	7.801	4,8%
11 Gastos Gerais Administrativos	127.130	134.239	-7.109	-5,3%
12 Cash Flow	211.516	173.198	38.318	22,1%
13 Amortizações do Exercício	34.668	31.285	3.383	10,8%
14 Provisões e Imparidade (líq.)	135.672	63.257	72.415	114,5%
15 Equivalência Patrimonial	-16.042	3.282	-19.324	-588,8%
16 Diferenças de consolidação negativas (3)	41.533	0	41.533	-
17 Resultado antes de Impostos	66.667	81.938	-15.271	-18,6%
18 Impostos (correntes e diferidos)	471	15.175	-14.704	-96,9%
19 Interesses Minoritários	12.121	7.526	4.595	61,1%
20 Resultado Consolidado do Exercício	54.075	59.237	-5.162	-8,7%
Outros indicadores	31-12-2009	31-12-2008	Varição absoluta	Varição %
21 Prémios de Seguros (Total)	446.351	447.440	-1.089	-0,2%
- Prémios Vida	266.003	274.026	-8.023	-2,9%
- Prémios Não Vida	180.348	173.414	6.934	4,0%
22 Activos sob Gestão (valores em milhões de euros)	2.491	2.130	361	16,9%
23 Imparidade de Crédito / Crédito Total	4,35%	2,44%	-	-
24 ROE	8,1%	10,1%	-	-
25 ROA	0,40%	0,50%	-	-
26 Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médio	0,49%	0,69%	-	-
27 Produto da Actividade / Activo Líquido Médio	3,76%	3,93%	-	-
28 Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios (Incluindo Interesses Minoritários)	7,2%	10,5%	-	-
29 Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade (4)	67,0%	68,9%	-	-
30 Custos Com Pessoal / Produto da Actividade (4)	33,4%	34,5%	-	-

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber

(2) Deduzidos de Interesses Minoritários

(3) Diferença de consolidação negativa resultante da integração do Grupo Tecnicrédito

(4) Estes rácios excluem as actividades não financeiras e auxiliares. O produto da actividade inclui o resultado de Investimento em associadas excluídas da consolidação



IV PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESERVAS

Considerando que:

1. Atenta a especificidade da sua actividade de *holding*, o resultado individual da Banif – SGPS, S.A. está directamente ligado aos dividendos que a sociedade recebe das respectivas filiais;
2. Na actual conjuntura económica, a Banif – SGPS, S.A. considera fundamental manter a capitalização das suas filiais em níveis elevados;
3. No prosseguimento desta estratégia, foi limitado o dividendo distribuído pelas sociedades filiais da Banif – SGPS, S.A., o que, não obstante a manutenção do resultado consolidado do Grupo, prejudicou o resultado individual desta sociedade, susceptível de distribuição aos accionistas a título de dividendo;
4. Assim, no exercício de 2009, a Banif - SGPS, S.A. registou, face à especificidade da sua actividade de *holding*, um resultado individual de € 12.093.331,33 em face de um lucro líquido consolidado de € 54.075.085,64;
5. Tem sido política da sociedade proceder, em todos os exercícios, à distribuição de lucros pelos seus Accionistas em face dos resultados obtidos e das suas necessidades de autofinanciamento;
6. São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os art.^{os} 32.º e 33.º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração apresenta as seguintes propostas:

Proposta n.º 1 – Aplicação de resultados

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 376.º do Código das Sociedades Comerciais e do art.º 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de Resultados:

Para Reserva Legal.....	1.209.333,13
Para Distribuição de Dividendos.....	8.330.000,00
Para Reservas Livres.....	<u>2.553.998,20</u>
TOTAL	12.093.331,33

Proposta n.º 2 – Distribuição de reservas

Nos termos do n.º 1 do artigo 31.º do Código das Sociedades Comerciais, a fim de não repercutir nos accionistas o esforço financeiro associado à descrita estratégia de capitalização das suas filiais, mantendo a proporção do dividendo anual distribuído, em face do resultado anual consolidado, e porque a sociedade dispõe de reservas livres para o efeito, para deliberação, submeter à deliberação da Assembleia Geral uma proposta para distribuição aos accionistas de € 11.270.000,00, sob a forma de dividendos, que serão pagos juntamente com aqueles cuja distribuição haja sido aprovada no âmbito do ponto anterior.

O montante a distribuir constitui capital próprio da sociedade, contabilizado a título de “Outras Reservas” (Reservas Livres), formadas a partir da aplicação de resultados da sociedade até ao final de 2008.

Da aprovação de ambas as propostas antecedentes resultará um dividendo global, a pagar aos accionistas da Banif – SGPS, S.A., de € 0,04 (quatro cêntimos de euro) por acção.



Do pagamento do referido dividendo resultará uma componente variável de remuneração, referente ao 1.º Cupão dos VMOCs emitidos por deliberação da Assembleia Geral de 14 de Agosto de 2009, que se vencerá em 30 de Setembro de 2009, de € 0,04 (quatro cêntimos de euro), nos termos da respectiva ficha técnica e por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 368.º do Código das Sociedades Comerciais.



V NOTA FINAL

Em Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada em 31 de Março de 2009, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o triénio 2009-2011, bem como o revisor Oficial de Contas e os membros do Conselho Consultivo para o ano 2009.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 14 de Agosto de 2009, foi deliberado o aumento do capital social da Sociedade, por novas entradas, de € 350.000.000,00 para até € 490.000.000, o qual foi integralmente realizado e dado a registo em 14 de Outubro de 2009.

A composição actual dos órgãos sociais e estatutários é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Prof. Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Secretário: Dr. Miguel José Luís de Sousa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Comendador Horácio da Silva Roque
Vice-Presidentes: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. José Marques de Almeida
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Vogal Suplente: Dr. Fernando José Inverno da Piedade

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. António Ernesto Neto da Silva
Dr. José Lino Tranquada Gomes
Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: Comendador Horácio da Silva Roque, em representação da
Rentipar Financeira – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Vice-Presidentes: Comendador João Francisco Justino
Prof. Doutor Luís Manuel Moreira Campos e Cunha
Dr. Fernando José Inverno da Piedade, em representação da
Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
Dr. Rui Alberto Faria Rebelo, em representação da
Empresa de Electricidade da Madeira, SA
Dr. Gonçalo Cristóvam Meirelles de Araújo Dias
Eng.º António Fernando Couto dos Santos
Dr. Miguel José Luís de Sousa
Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro
Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa
Comendador Jorge Sá



COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho
Dr. António Gonçalves Monteiro
Dr. Enrique Santos

No dia 4 de Março de 2010, o Presidente do Conselho de Administração, Comendador Horácio Roque, sofreu um acidente vascular cerebral, que resultou no seu imediato internamento hospitalar, com prognóstico reservado, situação que se mantém até à presente data.

Neste momento particularmente difícil e de grande consternação, cabe ao Conselho de Administração do Banif – Grupo Financeiro materializar o sentimento generalizado dos seus Colaboradores, manifestando ao Comendador Horácio Roque e seus familiares toda a solidariedade e os mais empenhados votos de uma rápida e completa recuperação.

De acordo com os escassos dados médicos conhecidos, não se prevê, a curto prazo, o regresso do Comendador Horácio Roque ao exercício das suas actividades profissionais.

No entanto, o Banif – Grupo Financeiro dispõe de uma estrutura organizacional sólida, preparada para fazer face a contingências, desta ou de qualquer outra natureza, pelo que a ausência do Comendador Horácio Roque, que se deseja tão curta quanto possível, não terá consequências na gestão do Grupo, ou de qualquer das suas empresas, para além da falta do seu sempre valioso e importante contributo pessoal na definição da estratégia global do Grupo e na condução dos seus negócios.

A terminar o seu relatório sobre as actividades desenvolvidas em 2009, o Conselho de Administração manifesta ao Conselho Fiscal e ao Conselho Consultivo o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre recebeu daqueles órgãos da Sociedade.

Declarações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif - SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Banif - SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 11 de Março de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Horácio da Silva Roque - Presidente

(não assina por impossibilidade objectiva, conforme explicitado supra)

Joaquim Filipe Marques dos Santos - Vice-Presidente



Carlos David Duarte de Almeida – Vice-Presidente

António Manuel Rocha Moreira - Vogal

Artur Manuel da Silva Fernandes - Vogal

José Marques de Almeida – Vogal

Diogo António Rodrigues da Silveira - Vogal



VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Demonstrações Financeiras Separadas

1.1- Balanço

BANIF - SGPS, SA

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009		31-12-2008	
		Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	49.846	-	49.846	6.888
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	43.602	(17.259)	26.343	46.165
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-
Crédito a clientes		-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	7	2	(2)	-	-
Activos intangíveis	8	121	(121)	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	9	860.208	-	860.208	490.957
Activos por impostos correntes	10	2.687	-	2.687	3.093
Activos por impostos diferidos	10	8.370	-	8.370	2.230
Outros activos	11	134.039	-	134.039	146.480
Total do Activo		1.098.875	(17.382)	1.081.493	695.813
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	12	-	-	152.736	132.656
Recursos de clientes e outros empréstimos	13	-	-	109.089	15.002
Responsabilidades representadas por títulos	14	-	-	50.465	51.467
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	15	-	-	979	979
Passivos por impostos correntes		-	-	-	308
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital	17	-	-	7.975	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	16	-	-	18.466	14.836
Total do Passivo		-	-	339.710	215.248
Capital	17	-	-	490.000	350.000
Prémios de emissão	17	-	-	104.114	78.214
Outros instrumentos de capital	17	-	-	95.900	-
Acções próprias	17	-	-	(1.035)	(749)
Reservas de reavaliação	17	-	-	-	(10.592)
Outras reservas e resultados transitados	17	-	-	40.711	33.973
Resultado do exercício	17	-	-	12.093	29.719
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital		-	-	741.783	480.565
Total do Passivo + Capital		-	-	1.081.493	695.813

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.2 - Demonstração de Resultados

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Juros e rendimentos similares	18	2.457	7.801
Juros e encargos similares	18	(11.273)	(17.167)
Margem financeira		(8.816)	(9.366)
Rendimentos de instrumentos de capital	19	48.497	39.651
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	20	(320)	(508)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	21	-	101
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	6	(1.153)	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	22	(13.330)	(47)
Produto bancário		24.878	29.831
Custos com pessoal	23	(393)	(262)
Gastos gerais administrativos	24	(1.273)	(2.622)
Amortizações do exercício		-	(17)
Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-	1.561
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6	(17.259)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de impostos		5.953	28.491
Impostos		6.140	1.228
Correntes	10	-	(41)
Diferidos	10	6.140	1.269
Resultado após impostos		12.093	29.719
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		12.093	29.719

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.3 - Demonstração do Rendimento Integral

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Resultado Líquido	17	12.093	29.719
Ganhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, líquida de impostos	17	10.592	(22.054)
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		<u>22.685</u>	<u>7.665</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.4 – Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITALS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Prémios de Emissão	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2008	17	350.000	78.214	-	(749)	(10.592)	25.910	7.350	713	29.719	480.565
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas	17	-	-	-	-	-	2.971	3.998	-	(6.969)	-
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.750)	(22.750)
Aumento Capital	17	140.000	25.900	95.900	-	-	-	(231)	-	-	261.569
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	17	-	-	-	-	10.592	-	-	-	-	10.592
Compra / alienação acções próprias	17	-	-	-	(286)	-	-	-	-	-	(286)
Resultado líquido do período	17	-	-	-	-	-	-	-	-	12.093	12.093
Saldos em 31-12-2009		<u>490.000</u>	<u>104.114</u>	<u>95.900</u>	<u>(1.035)</u>	<u>0</u>	<u>28.881</u>	<u>11.117</u>	<u>713</u>	<u>12.093</u>	<u>741.783</u>
Saldos em 31-12-2007	17	250.000	78.214	-	-	11.462	21.422	4.459	713	44.879	411.149
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas	17	-	-	-	-	-	4.488	2.891	-	(7.379)	-
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.500)	(37.500)
Aumento Capital	17	100.000	0	-	-	-	-	-	-	-	100.000
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	17	-	-	-	-	(22.054)	-	-	-	-	(22.054)
Compra / alienação acções próprias	17	-	-	-	(749)	-	-	-	-	-	(749)
Resultado líquido do período	17	-	-	-	-	-	-	-	-	29.719	29.719
Saldos em 31-12-2008		<u>350.000</u>	<u>78.214</u>	<u>-</u>	<u>(749)</u>	<u>(10.592)</u>	<u>25.910</u>	<u>7.350</u>	<u>713</u>	<u>29.719</u>	<u>480.565</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.5- Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
<u>Resultados de Exploração:</u>			
Resultado Líquido do Exercício	17	12.093	29.719
Provisões do Exercício	6	17.259	(1.561)
Amortizações do Exercício		-	17
Dotação para Impostos do Exercício		-	41
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor Através de Resultados		-	101
Dividendos recebidos	19	(1.140)	(1.967)
<u>Varição dos Activos e Passivos Operacionais:</u>			
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		6.707	(21.408)
Diminuição Outros Passivos financeiros ao Justo Valor Através de Resultados		-	(70.143)
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	6	13.155	(15.034)
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	12	20.080	52.028
Aumento/(Diminuição) de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	13	94.087	(50.034)
Aumento/(Diminuição) de Responsabilidades representadas por títulos	14	-	51.467
Aumento/(Diminuição) de outros Passivos		10.295	5.737
Fluxos das actividades operacionais		<u>172.536</u>	<u>(21.037)</u>

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Aquisição de subsidiárias e associadas	9	(404.587)	(38.572)
Alienação de subsidiárias e associadas	9	35.336	-
Dividendos recebidos	19	1.140	1.967
Fluxos das actividades de investimento		<u>(368.111)</u>	<u>(36.605)</u>

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aumento de capital	17	261.569	100.000
Ações próprias	17	(286)	(749)
Dividendos distribuídos referentes ao exercício anterior	17	(22.750)	(37.500)
Fluxos das actividades de financiamento		<u>238.533</u>	<u>61.751</u>

TOTAL

42.958 4.109

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	5	6.888	2.779
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	<u>49.846</u>	<u>6.888</u>
		<u>42.958</u>	<u>4.109</u>

Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro

Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	5	49.846	6.888
---	---	--------	-------

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Banif - SGPS, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Rua de João Távira, n.º30, 9004 – 509 Funchal, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 11 de Março de 2010, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2009 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2010.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração do rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções, apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e liquidez dos investimentos financeiros.

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

- Cotações nos mercados activos (Nível 1);
- *Inputs* directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);
- *Inputs* que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista na IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o *full management approach* i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais:

- a) Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- b) Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- c) Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpririam com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i)

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. A Sociedade teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance.

Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na Parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

- As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.
- Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o *Cash Flow* do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11;
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18;
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feito de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambias de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Na Nota 28 encontram-se ainda descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram ainda endossadas pela União Europeia e que a Sociedade não aplicou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras separadas da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de euros, com arredondamento para o milhar mais próximo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a outras alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas é mais significativo na seguinte situação:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Activos financeiros

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou ao custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando o direito ao seu recebimento é estabelecido. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preços de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. A Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2008) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2008) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

3.7.2 Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, recursos de clientes e responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.8 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Outro equipamento	4 anos
-------------------	--------

3.9 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

3.10 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.11 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.12 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2009 e 2008 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49.846	6.888
	<u>49.846</u>	<u>6.888</u>

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

<u>Nome da Sociedade</u>	<u>% de Participação</u>	<u>Valor de Aquisição</u>	<u>Valor de Imparidade</u>	<u>Valor da Participação 31-12-2009</u>
Finibanco Holdings SGPS, SA	9,84%	43.602	(17.259)	26.343
		<u>43.602</u>	<u>(17.259)</u>	<u>26.343</u>

<u>Nome da Sociedade</u>	<u>% de Participação</u>	<u>Valor de Aquisição</u>	<u>Valor Reserva Reavaliação</u>	<u>Valor da Participação 31-12-2008</u>
Finibanco Holdings SGPS, SA	9,67%	35.869	(9.737)	26.132
Zon Madeira	16,19%	14.941	(855)	14.086
Zon Açores	10,00%	5.947	-	5.947
		<u>56.757</u>	<u>(10.592)</u>	<u>46.165</u>

O justo valor dos instrumentos de capital da sociedade Finibanco Holdings SGPS, SA foi determinado pelo valor de cotação de 31-12-2009 na Euronext Lisboa. Em 2009 foi constituída uma imparidade para a participação Finibanco Holdings SGPS, SA no montante de 17.259 milhares de euros.

Em 2009 foram realizadas menos valias com a alienação das participações Zon Madeira, Zon Açores no montante de 1.153 milhares de euros.

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	<u>Saldo em 31-12-2008</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Amortizações do exercício</u>	<u>Valor (líquido) em 31-12-2009</u>
	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reavaliações (líquido)</u>		
	<u>Valor Bruto</u>	<u>Aquisições</u>		
Equipamento Informático	2	-	-	-
TOTAL	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	<u>Saldo em 31-12-2008</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Amortizações do exercício</u>	<u>Valor (líquido) em 31-12-2009</u>
	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reavaliações (líquido)</u>		
	<u>Valor Bruto</u>	<u>Aquisições</u>		
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	121	-	-	-
TOTAL	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

9. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

31/12/2009

Nome da Sociedade	Sede	Actividade Principal	% de Participação	Valor da Participação
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00%	9.969
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80%	239.325
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	20.000
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	240.650
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	100,00%	985
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo verde	Instituição Financeira	51,69%	5.130
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instituição Financeira	72,00%	18.000
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instituição Financeira	33,32%	49.363
Bankpime, SA	Espanha	Instituição Financeira	27,50%	35.398
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90%	2
Inmobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33%	2.499
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Portugal	Seguradora	33,62%	22.045
Tecnicrédito, SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00%	216.742
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Holding	100,00%	100
				860.208

31/12/2008

Nome da Sociedade	Sede	Actividade Principal	% de Participação	Valor da Participação
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00%	9.969
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80%	239.325
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	20.000
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	82.150
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	100,00%	985
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Portugal	Seguradora	33,62%	35.336
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo verde	Instituição Financeira	51,69%	5.130
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instituição Financeira	72,00%	10.800
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instituição Financeira	33,32%	49.363
Bankpime, SA	Espanha	Instituição Financeira	27,50%	35.398
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90%	2
Inmobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33%	2.499
				490.957

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os Activos por Impostos Correntes são compostos por:

- Pagamentos por conta e IRC retido: 56 milhares de euros
- IRC a recuperar: 2.631 milhares de euros

O IRC a recuperar refere-se a impostos de exercícios anteriores, objecto de reclamação já decidida favoravelmente ou para as quais a Sociedade espera decisões favoráveis.

O movimento de impostos diferidos no período foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				FINAL DO EXERCÍCIO
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
Prejuízos fiscais reportáveis	2.230		6.140	-	-	8.370
TOTAL	2.230	-	6.140	-	-	8.370

De acordo com a legislação portuguesa, os prejuízos fiscais reportáveis podem ser recuperados no prazo de 6 anos e na medida em que a sociedade realiza lucros fiscais. A sociedade considera os impostos diferidos recuperáveis, tendo em conta a análise de evolução do negócio.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva:

DESCRIÇÃO	31-12-2009			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos		5.952		
Imposto diferido		6.140		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros		0		
Resultado Líquido do exercício		12.092	3.023	
Taxa legal de imposto sobre rendimento		25%		
Variações patrimoniais negativas	(231)	(58)		
Despesas não Dedutíveis	6.403	1.541		
Menos valias contabilísticas	1.153	288		
Menos valias fiscais sem intenção de reinvestimento	239			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros	0	0		
Impostos diferidos	0	0		
Juros de empréstimos não aceites fiscalmente	5.005	1.251		
Outros	6	2		
Outros	364	91		
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	364	91		
Receitas não Tributáveis	(54.544)	(13.636)		
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	(48.379)	(12.095)		
Impostos diferidos	(6.140)	(1.535)		
Lucros distribuídos anteriormente acrescidos	0	0		
Outros	(25)	(6)		
Lucro / (Prejuízo) Tributável	(35.916)	(8.979)	24.561	6.140
Matéria Colectável	(35.916)	(8.979)		
Retenções na fonte e pagamentos por conta		492		
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar		-		
Tributação autónoma		0		
Carga Fiscal Total		0		
Impostos diferidos reconhecidos no exercício			6.140	
Taxa Efectiva de Tributação				-

DESCRIÇÃO	31-12-2008			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos		28.491		
Imposto diferido		1.269		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros		(41)		
Resultado Líquido do exercício		29.719	7.430	
Taxa legal de imposto sobre rendimento		25%		
Variações patrimoniais positivas	0	0		
Despesas não Dedutíveis	6.657	1.664		
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	68	17		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros	91	23		
Impostos diferidos	0	0		
Juros de empréstimos não aceites fiscalmente	6.466	1.617		
Outros	32	8		
Outros	1.117	279		
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	1.117	279		
Receitas não Tributáveis	(42.569)	(10.642)		
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	(39.651)	(9.913)		
Impostos diferidos	(1.269)	(317)		
Lucros distribuídos anteriormente acrescidos	0	0		
Outros	(1.649)	(412)		
Lucro / (Prejuízo) Tributável	(5.076)	(1.269)	5.076	1.269
Matéria Colectável	(5.076)	(1.269)		
Retenções na fonte e pagamentos por conta		492		
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar		-		
Tributação autónoma		(41)		
Carga Fiscal Total		(41)		
Impostos diferidos reconhecidos no exercício			1.269	
Taxa Efectiva de Tributação				-

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

11. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Suprimentos	83.867	105.148
Proveitos a receber	547	1.237
Outros activos	49.625	40.095
	<u>134.039</u>	<u>146.480</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, os suprimentos respeitam a 32.900 milhares de euros à Banif Comercial, SGPS, SA, 33.000 milhares de euros à Banif Imobiliária, 13.260 milhares de euros à Banif – Investimentos - SGPS, SA e 4.707 milhares de euros à Companhia de Seguros Açoreana. Estes suprimentos apresentam as seguintes condições:

<u>Banif Comercial, SGPS S.A</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Montante concedido	32.900	32.900

Este financiamento a título de suprimento não é remunerado.

<u>Banif Imobiliária, S.A</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Montante concedido	24.000	24.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	0,99%	3,13%
Spread (%)	1,50%	1,50%
Taxa de juro total (%)	2,49%	4,63%

<u>Banif Imobiliária, S.A</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Montante concedido	-	29.281
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	-	5,12%
Spread (%)	-	1,00%
Taxa de juro total (%)	-	6,12%

<u>Banif Imobiliária, S.A</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Montante concedido	1.500	1.500
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,00%	3,47%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	2,00%	4,47%

<u>Banif Imobiliária, S.A</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Montante concedido	2.500	2.500
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,02%	5,16%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	2,02%	6,16%

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2009	31-12-2008
Montante concedido	4.000	4.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,00%	3,24%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	2,00%	4,24%
Banif Imobiliária, S.A	31-12-2009	31-12-2008
Montante concedido	1.000	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	0,99%	-
Spread (%)	1,00%	-
Taxa de juro total (%)	1,99%	-
Banif - Investimentos - SGPS, S.A	31-12-2009	31-12-2008
Montante concedido	6.260	6.260
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	0,99%	3,06%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	1,99%	4,06%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A	31-12-2009	31-12-2008
Montante concedido	7.000	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	0,72%	-
Spread (%)	1,88%	-
Taxa de juro total (%)	2,59%	-
Companhia de Seguros Açoreana, SA	31-12-2009	31-12-2008
Montante concedido	2.353	2.353
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,00%	3,33%
Spread (%)	1,20%	1,20%
Taxa de juro total (%)	2,20%	4,53%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	31-12-2009	31-12-2008
Montante concedido	2.354	2354
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	1,00%	4,89%
Spread (%)	1,75%	1,75%
Taxa de juro total (%)	2,75%	6,64%

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Empréstimo	152.500	130.000
Encargos financeiros	<u>236</u>	<u>2.656</u>
	<u>152.736</u>	<u>132.656</u>

Os empréstimos no montante de 152.500 milhares de euros foram concedidos pelo Banif, SA.

13. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Empréstimo	108.500	15.000
Encargos financeiros	<u>589</u>	<u>2</u>
	<u>109.089</u>	<u>15.002</u>

Os empréstimos, nos montantes de 95.000 milhares de euros e 13.500 milhares de euros, foram concedidos pela Banif – Investimentos - SGPS, SA e pela Rentipar Financeira, SGPS, SA respectivamente.

14. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Obrigações	50.000	50.000
Encargos financeiros	<u>465</u>	<u>1.467</u>
	<u>50.465</u>	<u>51.467</u>

Em 15 de Julho de 2008, a Banif – SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestralmente e postecipadamente. Para o 1º ano de vida a taxa de juro é 6,25% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, de uma só vez, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 15 de Julho de 2011, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento de provisões, de 2009, no período foi o seguinte:

CATEGORIA	EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO
		REFORÇOS	REPOSIÇÕES, ANULAÇÕES E UTILIZAÇÕES	
PROVISÕES :				
Contingências Fiscais	979	-	-	979
TOTAL	979	-	-	979

O movimento de provisões, de 2008, no período foi o seguinte:

CATEGORIA	EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO
		REFORÇOS	REPOSIÇÕES, ANULAÇÕES E UTILIZAÇÕES	
PROVISÕES :				
Contingências Fiscais	2.540	-	(1.561)	979
TOTAL	2.540	-	(1.561)	979

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Credores e outros recursos	18.466	14.226
Outros encargos a pagar	-	585
Outras contas de regularização	-	25
	<u>18.466</u>	<u>14.836</u>

17. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Capital	490.000	350.000
Prémios de emissão	104.114	78.214
Outros instrumentos de capital	95.900	-
Acções próprias	(1.035)	(749)
Reservas de reavaliação	-	(10.592)
Reserva legal	28.881	25.910
Outras reservas e resultados transitados (livres)	11.830	8.063
Resultado do exercício	12.093	29.719
Dividendos antecipados	-	-
Total do Capital	<u>741.783</u>	<u>480.565</u>

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

O capital social é constituído por 490.000.000 acções, de valor nominal de €1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

No decorrer do exercício de 2009, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 22,75 milhões de Euros relativos ao exercício de 2008, correspondentes a € 0,065 por acção (350.000.000 acções).

Em Setembro de 2009 foram realizadas as seguintes operações de capital próprio:

- A emissão de 140.000.000 acções escriturais do valor nominal de € 1 cada, em duas tranches:
 - (A) Uma primeira tranche, reservada a accionistas, no montante de até € 70.000.000,00, por entradas em dinheiro, mediante a emissão de até 70.000.000 acções escriturais do valor nominal de €1 cada, sendo o preço de subscrição de cada acção de € 1, realizado por subscrição pública;
 - (B) Uma segunda tranche, reservada a accionistas da Tecnicrédito SGPS, S.A. por contrapartida das entradas em espécie de 17.500.000 acções representativas de 100 % do capital social da Tecnicrédito SGPS, S.A., mediante a emissão de até 70.000.000 acções escriturais do valor nominal de € 1 cada, realizada por subscrição particular;
- a emissão de 70.000.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (“VMOCs”) com o valor nominal unitário de € 1 cada.

Os VMOCs conferem ainda o direito a uma remuneração anual e postecipadamente, a 30 de Setembro de cada ano. A remuneração dos VMOCs é o somatório das componentes fixas e variável (fixa: 0.03 Eur por VMOCs / ano, variável: indexada ao valor anual do dividendo do ano anterior à data de pagamento). A Banif – SGPS, SA tem registado no passivo um montante de 7.975 milhares de euros referente à remuneração VMOCs.

As reservas de reavaliação diminuíram 10.592 milhares de euros em consequência do registo de imparidade, no exercício de 2009, na participação na sociedade Finibanco Holdings SGPS, SA e da venda da participação na sociedade Zon Madeira.

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Juros de disponibilidades	-	177
Juros de aplicações em IC	24	165
Juros de suprimentos	2.220	3.694
Juros instrumentos dívida	213	-
Juros de Instrumentos derivados	-	3.765
	<u>2.457</u>	<u>7.801</u>

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Juros de empréstimos	7.513	7.432
Juros de obrigações emitidas	2.123	5.243
Juros de instrumentos derivados	-	4.096
Outros juros	1.637	396
	<u>11.273</u>	<u>17.167</u>

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

19. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Dividendos reconhecidos tem a seguinte composição:	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Banif Comercial, SGPS, SA	26.250	30.392
Tecnicrédito, SGPS, SA	18.760	-
Banif Imobiliária, SA	2.346	-
Zon Madeira	685	842
Zon Açores	235	-
Banca Pueyo, SA	207	283
Inmobiliária Vegas Altas	14	84
Banif Investimentos, SGPS, SA	-	7.293
Finibanco Holding, SGPS, SA	-	757
	<u>48.497</u>	<u>39.651</u>

No exercício de 2008 os dividendos recebidos foram de 1.140 milhares de euros, sendo que o montante de 47.357 milhares de euros foi reconhecido nos termos da Nota 3.12.

20. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Por serviços bancários prestados	66	48
Por operações realizadas por terceiros	168	336
Outras comissões pagas	86	124
	<u>320</u>	<u>508</u>

21. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Ganhos em instrumentos derivados	-	370
Perdas em instrumentos derivados	-	(269)
	<u>-</u>	<u>101</u>

22. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Desreconhecimento da Companhia de Seguros Açoreana	(13.290)	-
Outros impostos	(66)	(66)
Ganhos em outros activos financeiros detidos para negociação	-	393
Perdas em outros activos financeiros detidos para negociação	-	(385)
Outros	26	11
	<u>(13.330)</u>	<u>(47)</u>

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

23. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	393	262
	<u>393</u>	<u>262</u>

24. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Serviços especializados	1.004	624
Comunicações	1	1
Publicidade e edição de publicações	192	1.334
Deslocações, estadas e representação	36	656
Outros	40	7
	<u>1.273</u>	<u>2.622</u>

25. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade encontra-se sujeita a:

- Riscos de mercado (probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de instrumentos financeiros), limitados à exposição descrita na Nota 6;
- Riscos de taxa de juro através dos instrumentos de dívida emitida, exposição descrita na nota 14 "Responsabilidades representadas por títulos".

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

26. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	<u>Empresas do grupo e accionistas</u>		<u>Elementos chaves de gestão</u>	
	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Disponibilidades em IC	49.750	6.888	-	-
Suprimentos	83.867	105.148	-	-
Outros Activos	49.185	37.958	-	-
Recursos em IC	152.736	132.656	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	109.089	15.002	-	-
Outros Passivos	18.143	6.039	-	-
Custos	7.194	12.197	393	262
Proveitos	49.854	46.225	-	-

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

27. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2009, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

28. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Seguidamente apresentam-se as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB/IRIC que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade não adoptou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:

Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis para cobertura

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento.

De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *equity swap* devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando *Goodwill* por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;
- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da

1.6- Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 - BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

IAS 27 apresentadas no parágrafo seguinte. Os impactos da alteração desta Norma estão descritos na Nota 5.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) serão reconhecidas como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer *Goodwill* nem ganhos ou perdas;
- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 - Balanço

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009		31-12-2008
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	306.519	-	306.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	200.657	-	200.657
Activos financeiros detidos para negociação	9,16	352.487	-	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10	470.314	-	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	11,42	126.457	(21.086)	105.371
Aplicações em instituições de crédito	12	322.114	-	322.114
Crédito a clientes	13,42	12.005.063	(517.199)	11.487.864
Investimentos detidos até à maturidade	14	80.399	-	80.399
Activos com acordo de recompra	15	36.500	-	36.500
Derivados de cobertura	16	884	-	884
Activos não correntes detidos para venda	17,42	89.821	(4.269)	85.552
Propriedades de investimento	18,42	200.264	(456)	199.808
Outros activos tangíveis	19	428.262	(141.580)	286.682
Activos intangíveis	20	91.372	(62.850)	28.522
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	21,42	115.619	(362)	115.257
Activos por impostos correntes	22	24.829	-	24.829
Activos por impostos diferidos	22	59.535	-	59.535
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-
Outros activos		285.338	(6.427)	278.911
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-
Outros activos	23,42	285.338	(6.427)	278.911
Total do Activo		15.196.434	(754.229)	14.442.205
Recursos de Bancos Centrais	24	-	-	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	16,25	-	-	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	26	-	-	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	27	-	-	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	28	-	-	6.801.474
Responsabilidades representadas por títulos	29	-	-	2.256.935
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-
Derivados de cobertura	16	-	-	2.606
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
Provisões	30	-	-	14.881
Provisões técnicas		-	-	-
Passivos por impostos correntes	22	-	-	8.448
Passivos por impostos diferidos	22	-	-	24.687
Instrumentos representativos de capital	31	-	-	47.975
Outros passivos subordinados	31	-	-	322.483
Outros passivos		-	-	468.156
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-
Outros passivos	32	-	-	468.156
Total do Passivo		-	-	13.262.279
Capital	33	-	-	490.000
Prémios de emissão	33	-	-	104.114
Outros instrumentos de capital	33	-	-	95.900
Ações próprias	33	-	-	(1.035)
Reservas de reavaliação	33	-	-	6.645
Outras reservas e resultados transitados	33	-	-	192.053
Resultado do exercício	33	-	-	54.075
Dividendos antecipados		-	-	-
Interesses que não controlam	34	-	-	238.174
Total do Capital		-	-	1.179.926
Total do Passivo + Capital		-	-	14.442.205

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.2 – Demonstração de Resultados

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Juros e rendimentos similares	35	772.926	944.302
Juros e encargos similares	35	(484.432)	(675.014)
Margem financeira		288.494	269.288
Rendimentos de instrumentos de capital	36	1.524	2.883
Rendimentos de serviços e comissões	37	125.975	116.249
Encargos com serviços e comissões	37	(14.858)	(13.437)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38	(28.377)	23.136
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	22.508	63.996
Resultados de reavaliação cambial	38	41.577	(19.989)
Resultados de alienação de outros activos	39	5.544	1.786
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	39	66.666	26.131
Produto da actividade		509.053	470.043
Custos com pessoal	40	(170.407)	(162.606)
Gastos gerais administrativos	41	(127.130)	(134.239)
Amortizações do exercício	19,20	(34.668)	(31.285)
Provisões líquidas de reposições e anulações	30	(2.993)	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	42	(112.178)	(53.707)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	42	(19.244)	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	42	(1.257)	(5.046)
Diferenças de consolidação negativas	5	41.533	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	21	(16.042)	3.282
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		66.667	81.938
Impostos		(471)	(15.175)
Correntes	22	(12.555)	(27.582)
Diferidos	22	12.084	12.407
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		66.196	66.763
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses que não controlam	34	(12.121)	(7.526)
Resultado consolidado do exercício		54.075	59.237
Resultado por acção básico (expresso em € por acção)	43	0,14	0,20
Resultado por acção diluído (expresso em € por acção)	43	0,13	0,20

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.3 – Demonstração do Rendimento Integral

BANIF - SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Resultado Líquido	33	54.075	59.237
Outro rendimento integral			
Activos Disponíveis para Venda, líquido de impostos			
Perdas transferidas para imparidade no exercício	33	7.303	-
Ganhos / (perdas) no justo valor	33	27.834	(35.601)
Ganhos / (perdas) activos desreconhecidos	33	(15.206)	(67.201)
Ganhos em reavaliações imóveis, líquida de impostos	33	5.924	-
Variações cambiais	33	14.501	(42.347)
Outro rendimento integral do ano, líquido de impostos		<u>40.356</u>	<u>(145.149)</u>
Total do rendimento integral, líquido de impostos		<u>94.431</u>	<u>(85.912)</u>
Atribuíveis a:			
Accinostas da Banif - SGPS, SA		106.552	(78.386)
Interesses que não controlam	34	(12.121)	(7.526)
Total do rendimento integral, líquido de impostos		<u>94.431</u>	<u>(85.912)</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Outros Instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31-12-2008	33	350.000	(764)	78.214	-	(24.539)	292.228	(171.007)	59.237	279.401	862.770
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	36.487	-	(36.487)	-	-
Distribuição de dividendos	33	-	-	-	-	-	-	-	(22.750)	-	(22.750)
Rendimento integral		-	-	-	-	31.184	-	9.172	54.075	-	94.431
Aumento de capital	33	140.000	-	25.900	95.900	-	-	-	-	-	261.800
Aquisição\alienação de acções próprias	33	-	(271)	-	-	-	-	-	-	-	(271)
Correcções CP associadas: operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	7.809	-	(7.809)	-
Recompra acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	15.600	-	(45.108)	(29.508)
Operações com Interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	11.690	11.690
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	1.764	-	-	1.764
Saldos em 31-12-2009		490.000	(1.035)	104.114	95.900	6.645	328.715	(136.662)	54.075	238.174	1.179.926
Saldos em 31-12-2007	33	250.000	(203)	78.214	-	76.073	228.644	(118.747)	101.084	175.059	790.124
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	63.584	-	(63.584)	-	-
Distribuição de dividendos	33	-	-	-	-	-	-	-	(37.500)	-	(37.500)
Rendimento integral		-	-	-	-	(100.612)	-	(44.537)	59.237	-	(85.912)
Aumento de capital	33	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000
Aquisição\alienação de acções próprias	33	-	(561)	-	-	-	-	-	-	-	(561)
Correcções CP associadas: operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	(5.587)	-	5.587	-
Dividendos Banif Cayman	33	-	-	-	-	-	-	(623)	-	-	(623)
Operações com Interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	98.755	98.755
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	(1.513)	-	-	(1.513)
Saldos em 31-12-2008		350.000	(764)	78.214	-	(24.539)	292.228	(171.007)	59.237	279.401	862.770

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

	Notas	31-12-2009	31-12-2008
<u>Resultados de Exploração:</u>			
Resultado líquido do exercício	33	54.075	59.237
Imparidade em crédito concedido	42	112.178	53.707
Outras perdas por imparidade	42	20.501	7.759
Provisões do exercício	30	2.993	1.791
Amortizações do exercício	19,20	34.668	31.285
Dotação para impostos do exercício	22	471	15.175
Interesses minoritários	34	12.121	7.526
Derivados (líquido)	38	69.416	59.098
Resultados de empresas excluídas da consolidação	21	16.042	(3.282)
Dividendos reconhecidos	36	(1.524)	(2.883)
Juros pagos de passivos subordinados	35	12.183	21.098
Ganhos não realizados em propriedades de investimento	39	6.254	-
Diferenças de consolidação negativas	5	(41.533)	-
		<u>297.845</u>	<u>250.511</u>

Variação dos Activos e Passivos Operacionais:

Aumento de activos financeiros detidos para negociação	9	(57.412)	(23.677)
Aumento de activos financeiros ao justo valor através de resultados	10	(209.803)	37.685
Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	11	24.403	59.118
Aumento de aplicações em outras instituições de crédito	12	(78.448)	40.163
Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	14	3.604	(84.003)
Aumento de empréstimos a clientes	13	(474.542)	(1.774.495)
Aumento de activos não correntes detidos para venda	17	(12.315)	31.451
Diminuição de activos com acordo de recompra	15	54.783	(60.152)
Diminuição de outros activos	23	97.506	(61.186)
Aumento de recursos de bancos centrais	24	230.716	965.843
Aumento de passivos financeiros detidos para negociação	16	24.092	(2.813)
Diminuição de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	26	(46.947)	(110.247)
Diminuição de recursos de outras instituições de crédito	27	(536.812)	303.986
Aumento de recursos de clientes	28	283.733	1.183.365
Diminuição de responsabilidades representadas por títulos	29	(55.516)	(297.121)
Diminuição de outros passivos	32	(45.890)	8.752
Impostos sobre o rendimento	22	1.560	(106.856)
		<u>(797.288)</u>	<u>109.813</u>
Fluxos das actividades operacionais		<u>(499.443)</u>	<u>360.324</u>

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Investimento em subsidiárias	4,21	(250)	(51.092)
Aquisição de activos tangíveis	19	(50.688)	(126.044)
Alienação de activos tangíveis	19	27.531	-
Aquisição de activos intangíveis	20	(8.473)	(10.485)
Alienação de activos intangíveis	20	-	-
Aquisição de propriedades de investimento	18	(51.477)	(102.698)
Alienação de propriedades de investimento	18	8.525	3.751
Dividendos recebidos	36	1.524	2.883
Caixa e equivalentes da Tecnocrédito SGPS, SA	5	92.804	-
Fluxos das actividades de investimento		<u>19.496</u>	<u>(283.685)</u>

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aumento do capital social	33	70.000	100.000
Dividendos distribuídos no exercício	33	(22.750)	(37.500)
Aquisição de acções próprias	33	(1.176)	(3.603)
Alienação de acções próprias	33	905	3.042
Emissão de passivos subordinados	31	107.606	(55.000)
Reembolso de passivos subordinados	31	(111.146)	24.249
Juros pagos de passivos subordinados	35	(15.061)	(21.098)
Emissão de obrigações não subordinadas	29	500.000	-
Reembolso de obrigações não subordinadas	29	(34.544)	(12.992)
Emissão de instrumentos representativos de capital	35	40.826	-
Dividendos pagos de acções preferenciais		(9.967)	(6.666)
Fluxos das actividades de financiamento		<u>524.693</u>	<u>(9.568)</u>
		<u>44.746</u>	<u>67.071</u>

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	7,8	462.430	395.359
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7,8	<u>507.176</u>	<u>462.430</u>
		<u>44.746</u>	<u>67.071</u>

Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro

Caixa	7	65.821	57.766
Depósitos à ordem em bancos centrais	7	240.698	255.433
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	8	117.227	105.931
Cheques a cobrar	8	28.750	43.300
Outros	8	54.680	-
		<u>507.176</u>	<u>462.430</u>

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

- -

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif - Grupo Financeiro (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Banif - SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Rua João Tavira, nº 30, 9004 – 509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 21.

A Banif – SGPS, SA é detida, directa e indirectamente, em 50,177% pela Rentipar Financeira, SGPS, SA e esta pelo Comendador Horácio da Silva Roque.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 11 de Março de 2010, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2009 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2010, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance do Grupo. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração do rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções, apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e liquidez dos investimentos financeiros.

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

- Cotações nos mercados activos (Nível 1);
- *Inputs* directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);
- *Inputs* que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista na IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o *full management approach* i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais:

- a) Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- b) Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- c) Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpriram com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando *Goodwill* por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;
- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguintes. Os impactos da alteração desta Norma estão descritos na Nota 5.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) serão reconhecidas como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer *Goodwill* nem ganhos ou perdas;
- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. O Grupo teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance.

Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na Parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

- As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.
- Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o *Cash Flow* do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11;
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18;
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feita de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambiais de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Na Nota 50 encontram-se ainda descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram ainda endossadas pela União Europeia e que o Grupo não aplicou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banif - Grupo Financeiro estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2009, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02, e no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

ao justo valor. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, arredondado para o milhar mais próximo.

3.2 Informação comparativa

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

No comparativo de 2008 foram reclassificados da rubrica de “Outros Activos” para a rubrica “Propriedades de investimento” e “Activos não correntes detidos para venda” os montantes de 33.970 milhares de euros e 62.866 milhares de euros, respectivamente. Estes valores referem-se a imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, na sequência das orientações do Banco de Portugal quanto ao tratamento contabilístico destes activos.

Os impactos desta alteração em capitais próprios não foram considerados materiais pelo que, de acordo com o parágrafo 42 da IAS 8 e IAS 1, não se mostra necessário reexpressar as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Contudo, para efeitos de apresentação e mais fácil leitura das quantias comparativas dos activos em causa, procedeu-se à reclassificação indicada.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da gestão mais significativos são as seguintes:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a empresa – mãe têm os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros, que não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos de *discounted cash-flows* (*marked to model*). Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade (ver Notas 3.10.2 e nota 45).

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e conseqüentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2008) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2008) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, tendo por base estimativas de rendimento e de custos de manutenção ou substituição e ainda valores comparáveis de mercado.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)

O Grupo recorre à constituição de entidades de finalidade especiais (SFE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos e emissão de dívida.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesses SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma (planos de benefícios definidos) é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões,

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Banif - SGPS, S.A. e entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de investimento em que o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de propósito especiais (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas na consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif - Grupo Financeiro.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.

3.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("goodwill negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.6 Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam nem subsidiárias, nem "Joint ventures", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (*seed capital*), classificados como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial. Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

3.7 Empreendimentos conjuntos

Corresponde a investimentos em entidades em que o Grupo partilha o controlo com outra parte, por acordo contratual em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional. A consolidação proporcional é um método de contabilização em que a parte do Grupo em cada um dos activos, passivos, rendimentos e gastos da entidade conjuntamente controlada é combinada linha a linha com itens equivalentes das demonstrações financeiras do Grupo. De acordo com este método, não existem interesses que não controlam.

3.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção. Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.10 Instrumentos financeiros

3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.10.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor registadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros designados como passivos ao justo valor através de resultados referem-se a instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras, esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando o direito ao seu recebimento é estabelecido. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (*write-off*), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais). Esta avaliação é independente dos procedimentos de abate ao activo de empréstimos nas contas individuais das subsidiárias, ao abrigo das normas locais aplicáveis a essas entidades.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“*bid*”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“*discounted cash flow*”, modelos de valorização de opções, etc.) (Nota 45).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.10.3 Imparidade de Activos Financeiros

Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2008) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2008) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

3.10.4 Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo (Nota 16).

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

3.10.5 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “*pass-through*”; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “*pass-through*” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.10.6 Reclassificação entre categorias de instrumentos Financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros. Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros detidos para negociação e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados para as categorias de activos financeiros disponíveis para venda, Outros créditos e valores a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedçam às características de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros com data a partir de 1 de Julho de 2008 e 31 de Outubro de 2008.

3.11 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por o Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

3.12 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.13 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.14 Locação

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.14.1 Locações operacionais

Como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Como locador

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas e são registadas no balanço em “outros activos tangíveis”, ao custo, deduzido de amortizações e por perdas de imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

3.14.2 Locações financeiras

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em “Outros activos fixos tangíveis”, pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas em encargos financeiros e amortizações, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo. Os juros suportados são registados como custos financeiros. Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.15 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.16 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.17 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a Companhias de Seguros.

As entidades do Banif - Grupo Financeiro, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Na sequência do Acordo de Empresa celebrado com os Sindicatos do Sector em 2008 e da fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), a partir de 1 de Janeiro de 2009, esta Sociedade assume a obrigação com os seguintes Planos de Pensões:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:

- para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
 - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
 - Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
 - Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV), aos empregados do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, plano independente dos regimes públicos de Segurança Social. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades desta Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
 - Fundo de Pensões BBCA, que financia o Plano de Pensões do BBCA.
- Outras entidades do Grupo:

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 46). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.18 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflecta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.19 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital, quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.20 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

3.21 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.22 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica “rendimento de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2009		31-12-2008	
			% participação efectiva	Interesses que não controlam	% participação efectiva	Interesses que não controlam
Banif Comercial, SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Açores) SGPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Numberone, SGPS, Lda	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Investaor, SGPS, S.A.	Portugal	Banif (Açores) SGPS, S.A.	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Investaor Hotéis S.A.	Portugal	Investaor, SGPS, SA	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investaor, SGPS, SA	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Turotel, Turismo e Hotéis dos Açores, S.A.	Portugal	Investaor, SGPS, SA	58,07%	41,93%	58,07%	41,93%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial, SGPS, S.A.	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif International Holdings, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimentos, S.A.	61,89%	38,11%	61,89%	38,11%
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	80,00%	20,00%	80,00%	20,00%
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	51,00%	49,00%	51,00%	49,00%
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Numberone SGPS, Lda	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Multifund Ltd.	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Forfailing Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Trading, Inc.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
FINAB - International Corporate Management Services, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.	60,00%	40,00%	60,00%	40,00%
Banif Securities, Inc.	E.U.A	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif Comercial - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão de Activos (Brasil), S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de	Portugal	ACE (*)	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	72,00%	28,00%	72,00%	28,00%
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	51,69%	48,31%	51,69%	48,31%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2009		31-12-2008	
			% participação efectiva	Interesses minoritários	% participação efectiva	Interesses minoritários
Tecnicredito SGPS, SA	Portugal	Banif - SGPS, SA	100,00%	0,00%	-	-
Tecnicredito ALD	Portugal	Tecnicredito SGPS, SA	100,00%	0,00%	-	-
Banif Mais (anterior Banco Mais)	Portugal	Tecnicredito SGPS, SA	100,00%	0,00%	-	-
Bank Plus Hungary	Hungria	Banco Mais	100,00%	0,00%	-	-
Margem Mediação de Seguros, Lda	Portugal	Tecnicredito SGPS, SA	100,00%	0,00%	-	-
TCC Investments Luxembourg	Luxemburgo	Tecnicredito SGPS, SA	100,00%	0,00%	-	-
Ecoprogresso Trading, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	50,00%	0,00%	-	-
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Banif - SGPS, SA	100,00%	0,00%	-	-
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	94,26%	5,74%	94,26%	5,74%
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	60,58%	39,42%	60,58%	39,42%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	50,00%	50,00%	-	-
	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	-	-
Ifra Invest FEIA		Banif - Banco de Investimento, S.A.				
Banif Nitor FI Açôes	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	70,03%	29,97%	-	-
Banif Nitor Maestro FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	91,83%	8,17%	-	-
Banif Nitor FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	75,00%	25,00%	-	-
Banif Nitor Institucional FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	97,35%	2,65%	-	-
Imogest	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	60,61%	39,39%	58,39%	41,61%
		Banif - Banco de Investimento, S.A.				
Capven	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	60,07%	39,93%	58,73%	41,27%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	89,51%	10,49%	-	-
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	77,26%	22,74%	-	-
Banif Iberia	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	61,22%	38,78%	-	-
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	100,00%	0,00%	-	-
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	100,00%	0,00%	-	-
Global Cash Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	98,97%	1,03%
Agressive Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	100,00%	0,00%
Balanced Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	100,00%	0,00%
Brazilian Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	100,00%	0,00%
Brazilian Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	100,00%	0,00%
Conservative Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	100,00%	0,00%
European Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	-	-	99,05%	0,95%
European Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A.	-	-	100,00%	0,00%
FIP Banif Real Estate II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	100,00%	0,00%
FIP Amazônia Energia II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	50,01%	49,99%
Banif Nitor Caravelas		Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	100,00%	0,00%
Global Real State	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento S.A.	-	-	52,89%	47,11%
Banif Nitor Port. Crédito Privado	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	-	-	93,25%	6,75%

(*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Banif - Grupo Financeiro:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	85,0%	
Companhia de Seguros Açoreana, SA		1,5%
Banif GO		8,0%
Banif - Banco de Investimento, SA	1,5%	
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veículos Automóveis	4,0%	

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

<u>Nome da Sociedade</u>	<u>Natureza</u>	<u>31-12-2009 % participação</u>	<u>31-12-2008 % participação</u>
Atlantes N°1 Limited	Veículos de Securitização	-	100,00%
Atlantes N°2 plc	Veículos de Securitização	-	100,00%
Atlantes Mortgage N°1 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage N°2 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage N°3 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage N°4 plc	Veículos de Securitização	100,00%	-
Atlantes Mortgage N°5 plc	Veículos de Securitização	100,00%	-
Azor Mortgage N° 1	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage N° 2	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Euro Invest Series 3A, 3B, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Euro Invest Series 5, 6 e 7	Emissão de Dívida Estruturada	-	100,00%
Trade Invest Series 14	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Trade Invest Series 12, 13	Emissão de Dívida Estruturada	-	100,00%

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2009, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

- Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, o Grupo procedeu à fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, filiais cujo capital é detido integralmente pela Banif Comercial, SGPS, SA. Todos os comparativos referentes ao Banco Banif e Comercial dos Açores, SA estão agregados no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.
- Aumentos de capital (Março e Setembro) no montante global de 200 milhões de euros no Banif - Banco Internacional do Funchal, subscrito pela Banif Comercial, SGPS, SA.
- Emissão pela Banif Finance. Ltd de acções preferenciais no montante de 10 milhões de euros e 15 milhões de dólares americanos.
- Emissão pelo Banif International Bank. Ltd de acções preferenciais no montante de 10 milhões de euros, subscrito pela Banif Finance, Ltd.
- Aquisição pela Banif (Açores), SGPS, SA da participação na Investaçor, SGPS, SA ao Banif – Banco Internacional do Funchal, SA pelo montante de 9.376 milhares de euros.
- Aquisição pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA da participação na Numberone, SGPS, Lda ao Banif – Banco de Investimento, SA pelo montante de 350 milhares de euros.
- Aquisição pelo Banif – Banco de Investimento, SA da Banif International Asset Management à Numberone, SGPS, Lda pelo montante de 231 milhares de euros.
- Constituição da sociedade Banieuropa, Holding, SL, cujo capital social foi integralmente realizado pela Banif – SGPS, SA.
- Alteração da denominação de Banif Nitor Asset Management, SA para Banif Gestão de Activos (Brasil) SA.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Aumento de capital da sociedade Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA no montante de 29.457 milhares de reais, subscritos pela Banif Comercial, SGPS, SA e Banif Internacional Holdings, Ltd.
- Aumento de capital da sociedade Banif – Banco de Investimento, SA no montante de 15.000 milhares de euros subscritos pela Banif – Investimentos - SGPS, SA.
- Aumento de capital da sociedade Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA no montante de 27.500 milhares de reais, subscrito pela Banif – Investimentos - SGPS, SA e Banif Securities Holdings, Ltd.
- Aumento de capital da Banif Internacional Holdings, Ltd no montante de 5.522 milhares de dólares americanos subscritos em 85% pelo Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- No 4.º Trimestre de 2009 o Grupo Banif subscreveu um aumento de capital da Rentipar Seguros, SGPS, SA através da entrada em espécie da participação financeira de 47,69% que detinha no capital social da Companhia de Seguros Açoreana, SA. Após esta operação o Banif – Grupo Financeiro passou a deter uma participação também de 47,69% no capital social da Rentipar Seguros, SGPS, SA.
- Aquisição de 50% da sociedade Ecoprogresso Trading, SA, pelo montante de 150 milhares de euros, através do Banif – Banco de Investimento, SA. Esta sociedade é consolidada pelo método de consolidação proporcional, dado que se trata de interesses em empreendimento conjunto.
Os activos consolidados na percentagem do Grupo ascendem a 921 milhares de euros, dos quais 198 milhares de euros de caixa e seus equivalentes.
- Aquisição de 100% da sociedade Tecnicrédito, SGPS, SA (Nota 5).

5. CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

Em 30 de Setembro de 2009, o Grupo concluiu a aquisição de 100% das acções da Tecnicrédito, SGPS, SA (Grupo Tecnicrédito), após obtidas as autorizações das entidades reguladoras.

Na sequência desta aquisição o Banif – Grupo Financeiro passou a integrar no seu perímetro de consolidação as seguintes entidades que constituíam o Grupo Tecnicrédito:

- Tecnicrédito SGPS, SA
- Tecnicrédito ALD
- Banif Mais (anterior Banco Mais)
- Bank Plus Hungary
- Margem Mediação de Seguros, Lda
- TCC Investments Luxembourg
- Banco Pecúnia

O Grupo Tecnicrédito desenvolve a sua actividade principal no sector financeiro, na área de financiamento automóvel. A aquisição do Grupo Tecnicrédito foi motivada, entre outros, pelos seguintes factores:

- Experiência da Tecnicrédito na área de financiamento automóvel, segmento de mercado pouco representativo na carteira de produtos do Banif – Grupo Financeiro em Portugal, com uma implementação sólida em toda a extensão do território nacional e uma quota de mercado que coloca no Top 5 a Dezembro de 2008.
- Alinhamento com a estratégia de internacionalização do Banif – Grupo Financeiro (a Tecnicrédito tem operações na Hungria, Eslováquia, Polónia e Espanha).
- Reforço dos fundos próprios regulamentares do Banif – Grupo Financeiro.

A aquisição do Grupo Tecnicrédito foi tratada de acordo com a “IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais”, tendo sido apurada uma diferença de consolidação negativa no

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

montante de 41.533 milhares de Euros, determinada do seguinte modo (valores em milhares de Euros):

Descrição	Valor
Justo valor das acções emitidas	95.900
Justo valor das VMOCs emitidas	103.049
Montante adicional a pagar	17.793
	<hr/>
	216.742
	<hr/>
capital social	-17.500
Reservas de reavaliação	6.385
Outras reservas e resultados transitados	-225.529
Resultado do exercício	-19.498
Total capital da Tecnicrédito	<hr/>
	-256.142
Ajustamento imóveis	-3.801
Ajustamento Passivos Subordinadas	1.668
Total valor Tecnicrédito	<hr/>
	-258.275
	<hr/>
Diferença de consolidação negativa	-41.533

O custo de aquisição da Tecnicrédito SGPS, SA é composto da seguinte forma:

- Justo valor da emissão de 70.000.000 acções, valorizadas pela cotação das acções da Banif – SGPS, SA em 30/09/2009 (1,37 euros/ acção).
- Justo valor dos VMOCs (Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis) emitidos, que correspondem a:
 - 70.000.000 VMOCs valorizados pela cotação das acções da Banif – SGPS, SA em 30/06/2009 (1,37 euros/acção);
 - componente de passivo relativa à remuneração fixa deste instrumento, actualizado à taxa de 6,78%, tendo sido determinada um montante de 7.149 milhares de Euros.
- O montante de 17.793 milhares de euros corresponde ao valor a pagar pela Banif – SGPS, SA aos antigos accionistas da Tecnicrédito, SGPS, SA pelo facto do factor de conversão ser superior a 1, conforme disposto no Contrato.

Os ajustamentos em imóveis e passivos subordinados correspondem à homogeneização de critérios valorimétricos entre o Banif – Grupo Financeiro e o Grupo Tecnicrédito.

Foi realizado um *Purchase Price Allocation (PPA)* do Grupo Tecnicrédito, conforme requerido pelo parágrafo 56 (a) da “IFRS 3: Concentrações de actividades empresariais”. Esta análise foi efectuada com recurso a uma entidade especializada independente. No processo de avaliação de activos e passivos foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Taxas de desconto: Para a realização das várias análises, foram utilizadas as taxas de desconto diferenciadas para o Banif – Grupo Financeiro (custo de capital (CoE) de 11,8%) e para o Grupo Tecnicrédito (custo de capital (CoE) de 16,5%).

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Justo valor da carteira de crédito: foram definidos pressupostos de valorização para a carteira com e sem sinais de imparidade. Na carteira sem sinais de imparidade, os pressupostos considerados incluem um *spread* de risco ponderado para a estrutura da carteira por ano de geração e por país. Na carteira com sinais de imparidade, foram considerados pressupostos no que concerne ao rácio de cobertura para perdas por imparidade.

Foram ainda analisados os activos intangíveis identificáveis (lista de clientes adquiridos, relacionamento com os clientes e software desenvolvido internamente) e passivos contingentes.

Da avaliação efectuada à identificação e mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes do Grupo Tecnicrédito não resultaram ajustamentos de valor material que justifiquem a alteração do valor dos activos, passivos e passivos contingentes integrados no Banif – Grupo Financeiro, para além dos ajustamentos dos imóveis e passivos subordinados anteriormente referidos.

A diferença de consolidação negativa justifica-se com as condições actuais de mercado e com o prémio pago face às expectativas sustentadas de rendibilidade futura que o Banif – Grupo Financeiro, de maior dimensão e em crescimento, proporciona aos antigos accionistas da Tecnicrédito, SGPS, SA.

O Banif – Grupo Financeiro integrou os seguintes activos e passivos do Grupo Tecnicrédito em 30/09/2009:

GRUPO TECNICRÉDITO - 30/09/2009

ACTIVO

Caixa e disponibilidades em bancos centrais	402
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92.402
Activos financeiros detidos para negociação	17.951
Activos financeiros disponíveis para venda	70
Aplicações em instituições de crédito	93.998
Crédito a clientes	794.577
Activos não correntes detidos para venda	585
Outros activos tangíveis	15.838
Activos intangíveis	434
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	19.059
Activos por impostos correntes	3.910
Activos por impostos diferidos	9.933
Outros activos	12.303

Total do Activo

1.061.462

PASSIVO

Passivos financeiros detidos para negociação	18.304
Recursos de outras instituições de crédito	269.299
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.878
Responsabilidades representadas por títulos	461.100
Derivados de cobertura	4.078
Provisões	184
Passivos por impostos correntes	736
Passivos por impostos diferidos	9.297
Outros passivos subordinados	5.887
Outros passivos	31.424

Total do Passivo

803.187

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Desde a data de aquisição, o Grupo Tecnicrédito contribuiu com 4.140 milhares de euros para o resultado líquido do Grupo. Caso a aquisição tivesse sido realizada no início do ano, o contributo seria de 23.638 milhares de euros. De referir que o resultado dos primeiros nove meses do Grupo Tecnicrédito, no montante 19.498 milhares de euros, está incorporado no cálculo da diferença de consolidação negativa.

Com a integração do Grupo Tecnicrédito, o Banif – Grupo Financeiro obteve 92,8 milhares de euros de caixa e seus equivalentes.

Os gastos incorridos com o processo de aquisição (legal, auditoria e outros) foram reconhecidos em custos do exercício.

6. RELATO POR SEGMENTOS

O Banif - Grupo Financeiro encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo, que não tem materialidade.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, *corporate finance* e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Holdings e Outros – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, Resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo.

Os reportes utilizados pela Gestão têm essencialmente como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos relatáveis.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

6.1 – Segmentos de negócio

31-12-2009	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300.164	6.347	1	8	306.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172.453	27.689	8	508	200.657
Activos financeiros detidos para negociação	89.728	228.859	28.514	5.387	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.477	169.467	63.463	69.907	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	12.600	65.161	-	27.610	105.371
Aplicações em instituições de crédito	301.903	2.059	18.151	-	322.114
Crédito a clientes	10.951.454	474.042	-	62.368	11.487.864
Investimentos detidos até à maturidade	-	80.399	-	-	80.399
Activos com acordo de recompra	12.960	23.540	-	-	36.500
Derivados de cobertura	884	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	82.197	-	-	3.356	85.552
Propriedades de investimento	42.344	-	155.206	2.258	199.808
Outros activos tangíveis	95.478	23.215	6.939	161.049	286.682
Activos intangíveis	7.566	4.142	49	16.765	28.522
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	57.188	29.920	-	28.150	115.257
Activos por impostos correntes	15.341	3.913	1.133	4.442	24.829
Activos por impostos diferidos	38.440	12.291	1	8.802	59.535
Outros activos	176.129	39.015	23.369	40.398	278.911
Total do Activo	12.524.304	1.190.058	296.834	431.008	14.442.205
Recursos de bancos centrais	1.103.424	93.136	-	-	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	26.360	57.738	232	-	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	182.919	37.330	-	-	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	1.532.630	270.178	8.306	2.382	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.526.369	257.856	-	17.249	6.801.474
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.510	52.189	-	49.235	2.256.935
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	2.606	-	-	-	2.606
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.822	4.080	-	979	14.881
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.131	216	-	101	8.448
Passivos por impostos diferidos	20.405	26	464	3.793	24.687
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	7.975	47.975
Outros passivos subordinados	307.456	15.027	-	-	322.483
Outros passivos	269.447	149.734	6.632	42.344	468.156
Total do Passivo	12.185.081	937.509	15.634	124.057	13.262.279

31-12-2008	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305.903	7.282	8	6	313.199
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90.716	55.923	2.343	249	149.231
Activos financeiros detidos para negociação	41.776	179.199	56.149	-	277.124
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	152.649	74.400	18.870	2.127	248.046
Activos financeiros disponíveis para venda	11.822	100.239	0	47.415	159.476
Aplicações em instituições de crédito	131.387	2.288	15.994	-	149.668
Crédito a clientes	9.915.890	380.719	-	40.340	10.336.949
Investimentos detidos até à maturidade	-	84.003	-	-	84.003
Activos com acordo de recompra	30.005	61.278	-	-	91.283
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	71.499	-	-	-	71.499
Propriedades de investimento	33.970	-	102.698	5.292	141.960
Outros activos tangíveis	75.410	24.025	7.388	155.716	262.538
Activos intangíveis	22.348	2.312	66	4.308	29.034
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	52.775	33.610	0	20.990	107.375
Activos por impostos correntes	20.136	5.710	1.070	3.885	30.801
Activos por impostos diferidos	14.673	15.670	38	11.493	41.874
Outros activos	221.437	103.759	17.797	39.561	382.554
Total do Activo	11.192.395	1.130.416	222.422	331.382	12.876.616
Recursos de bancos centrais	879.509	86.334	-	-	965.843
Passivos financeiros detidos para negociação	20.151	21.783	-	-	41.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	230.694	36.503	-	-	267.196
Recursos de outras instituições de crédito	1.799.211	278.692	15	3.091	2.081.009
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.242.169	253.557	-	19.137	6.514.863
Responsabilidades representadas por títulos	1.297.539	36.889	-	51.467	1.385.895
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.911	2.206	128	979	13.224
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	6.394	86	14	316	6.810
Passivos por impostos diferidos	1.680	4.087	464	10.184	16.415
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	308.033	15.072	-	-	323.105
Outros passivos	201.441	159.153	8.502	28.456	397.552
Total do Passivo	10.996.732	894.361	9.124	113.630	12.013.846

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2009	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira	262.916	23.807	2.363	-592	288.494
Rendimento de instrumentos de capital	326	278	-	920	1.524
Rendimento de serviços e comissões	80.607	33.652	11.266	451	125.975
Encargos com serviços e comissões	12.247	1.951	451	210	14.858
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(180)	(31.682)	6.139	(2.653)	(28.377)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	3.515	1.150	-	17.844	22.508
Resultados de Reavaliação Cambial	16.024	25.541	5	7	41.577
Resultados de Alienação de Outros Activos	2.901	53	-	2.590	5.544
Outros Resultados de Exploração	42.431	(4.743)	5.541	23.437	66.666
Produto da Actividade	396.292	46.105	24.863	41.794	509.054
Custos com Pessoal	137.492	21.122	2.411	9.382	170.407
Outros gastos administrativos	85.042	21.536	7.998	12.554	127.130
Amortizações do exercício	17.845	1.854	145	14.824	34.668
Provisões líquidas de anulações	67	2.927	-	-	2.994
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	115.442	(3.264)	-	-	112.178
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1.788	198	-	17.259	19.244
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(203)	(5)	772	693	1.257
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	41.533	41.533
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(609)	(3.531)	-	(11.902)	(16.042)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	38.209	(1.794)	13.538	16.714	66.667
Correntes	(4.624)	4.076	855	164	471
Diferidos	6.469	3.920	2.024	142	12.555
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	42.833	(5.870)	12.683	16.550	66.196
Interesses que não controlam	10.986	(52)	722	464	12.121
Resultado do Exercício	31.846	(5.818)	11.961	16.085	54.075

31-12-2008	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira	255.608	22.530	4.617	(13.466)	269.288
Rendimento de instrumentos de capital	928	356	-	1.599	2.883
Rendimento de serviços e comissões	69.652	29.984	16.420	192	116.249
Encargos com serviços e comissões	9.066	2.171	2.030	170	13.437
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(7.812)	31.371	(6.617)	6.194	23.136
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(0)	63.996	-	-	63.995
Resultados de Reavaliação Cambial	3.476	(22.484)	(8)	(972)	(19.989)
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.843	33	5	(94)	1.786
Outros Resultados de Exploração	12.234	(3.017)	462	16.452	26.131
Produto da Actividade	326.861	120.598	12.848	9.735	470.043
Custos com Pessoal	128.470	22.634	2.605	8.897	162.606
Outros gastos administrativos	87.308	26.642	6.966	13.323	134.239
Amortizações do exercício	14.746	1.600	939	14.000	31.285
Provisões líquidas de anulações	1.663	-	128	-	1.792
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	48.614	5.092	-	-	53.706
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2.659	-	-	54	2.713
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	2.272	2.262	-	512	5.046
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	3.066	(1.306)	-	1.522	3.282
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	44.194	61.063	2.210	(25.529)	81.938
Correntes	2.290	8.888	1.224	2.772	15.175
Diferidos	(5.260)	(9.800)	(34)	2.687	(12.407)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	41.904	52.174	985	(28.307)	66.763
Interesses que não controlam	7.434	(22)	109	5	7.526
Resultado do Exercício	34.470	52.196	876	(28.307)	59.237

6.2 – Segmentos geográficos

31/12/2009

CATEGORIA	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
ACTIVO						
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	729.941	7.508	2.934	37.206	51.701	829.291
Activos Financeiros Detidos para Negociação	64.302	3.267	-	284.665	254	352.487
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	86.803	-	-	9.587	8.981	105.371
Empréstimos a Clientes (Líquido)	10.497.781	60.166	225.369	436.199	268.349	11.487.864
Investimentos Detidos até à Maturidade	80.399	-	-	-	-	80.399
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	25.591	89.666	-	-	-	115.257
Outros activos (dos quais):	1.216.424	10.692	17.290	196.500	30.632	1.471.536
Activos Tangíveis	252.433	5.781	483	23.646	4.338	286.682
Activos Intangíveis	28.861	442	-	907	313	29.522
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	12.701.241	171.299	245.593	964.157	359.916	14.442.205
PASSIVO						
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	1.196.559	-	-	-	-	1.196.559
Depósitos de clientes	6.257.508	147.473	-	11.086	385.407	6.801.474
Débitos representados por títulos	1.885.513	-	-	338.946	32.475	2.256.935
Outros Passivos	2.518.569	1.630	17.898	278.176	191.039	3.007.311
TOTAL do PASSIVO	11.858.150	149.102	17.898	628.208	608.921	13.262.279

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31/12/2008

CATEGORIA	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
ACTIVO						
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	450.700	105.849	4.054	35.437	16.058	612.098
Activos Financeiros Detidos para Negociação	19.986	77	-	242.582	14.479	277.124
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	69.605	10	-	47.673	42.188	159.476
Empréstimos a Clientes (Líquido)	8.025.410	1.568.373	158.497	290.710	293.959	10.336.949
Investimentos Detidos até à Maturidade	84.003	-	-	-	-	84.003
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	18.525	88.850	-	-	-	107.375
Outros activos (dos quais):	1.040.385	64.977	2.813	142.129	49.287	1.299.591
Activos Tangíveis	237.115	5.051	332	15.699	4.341	262.538
Activos Intangíveis	27.465	462	-	731	376	29.034
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	9.708.614	1.828.136	165.364	758.531	415.971	12.876.616
PASSIVO						
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.885.235	-	-	152.286	9.331	3.046.852
Depósitos de clientes	6.005.430	22.170	-	4.622	482.641	6.514.863
Débitos representados por títulos	861.871	356.370	-	135.534	32.120	1.385.895
Outros Passivos	543.412	67.799	6.189	157.830	291.006	1.066.236
TOTAL do PASSIVO	10.295.948	446.339	6.189	450.272	815.098	12.013.846

31/12/2009

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Margem financeira	214.721	925	9.747	62.599	502	288.494
Rendimento de instrumentos de capital	1.524	-	-	-	-	1.524
Rendimento de serviços e comissões	96.497	126	1.639	25.879	1.835	125.975
Encargos com serviços e comissões	12.550	48	39	1.517	704	14.858
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(13.902)	146	-	(30.123)	15.501	(28.377)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	21.622	-	-	887	-	22.508
Resultados de Reavaliação Cambial	15.719	108	116	25.525	109	41.577
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.328	-	3.808	408	-	5.544
Outros Resultados de Exploração	79.064	(182)	1.462	(6.499)	(7.179)	66.666
Produto da Actividade	404.023	1.076	16.732	77.158	10.064	509.053
Custos com Pessoal	135.509	2.892	2.350	26.893	2.763	170.407
Outros gastos administrativos	93.285	3.117	3.300	24.742	2.686	127.130
Amortizações do exercício	31.121	557	72	2.175	744	34.668
Provisões líquidas de anulações	(22.545)	285	6.584	17.587	1.082	2.993
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	104.571	82	-	(1.723)	9.248	112.178
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19.244	-	-	-	-	19.244
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	1.257	-	-	-	-	1.257
Diferenças de Consolidação negativas	41.533	-	-	-	-	41.533
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(15.052)	(991)	-	-	-	(16.042)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	68.062	(6.848)	4.427	7.485	(6.458)	66.667
Correntes	415	(1.700)	4	3.048	(1.296)	471
Diferidos	(3.637)	(1.700)	4	(5.455)	(1.296)	(12.084)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	67.647	(5.148)	4.423	4.437	(5.163)	66.196
Interesses que não controlam	11.148	(988)	474	355	1.133	12.121
Resultado do Exercício	56.499	(4.160)	3.949	4.082	(6.295)	54.075

31/12/2008

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Margem financeira	198.384	602	7.049	46.030	17.223	269.288
Rendimento de instrumentos de capital	2.880	0	-	3	-	2.883
Rendimento de serviços e comissões	90.726	17	2.692	19.267	3.547	116.249
Encargos com serviços e comissões	(9.131)	(11)	(1.042)	(2.530)	(723)	(13.437)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao J. V. através de resultados	17.858	0	3.847	6.976	(5.545)	23.136
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	0	-	63.996	-	63.996
Resultados de Reavaliação Cambial	(12.274)	13	137	(7.350)	(515)	(19.989)
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.410	-	-	376	-	1.786
Outros Resultados de Exploração	28.969	(73)	(3.196)	2.277	(1.846)	26.131
Produto da Actividade	318.822	548	9.487	129.045	12.141	470.043
Custos com Pessoal	(126.925)	(3.173)	(3.509)	(27.327)	(1.672)	(162.606)
Outros gastos administrativos	(95.902)	(3.663)	(3.486)	(28.870)	(2.318)	(134.239)
Cash Flow de Exploração	95.995	(6.288)	2.492	72.848	8.151	173.198
Depreciações e Amortizações	(27.319)	(510)	(120)	(2.748)	(588)	(31.285)
Provisões líquidas de anulações	(1.791)	-	-	-	-	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(29.370)	(298)	(3.406)	(20.831)	198	(53.707)
Imparidade de outros activos finan. líquida de reversões e recuperações	(2.713)	-	-	-	-	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(5.043)	-	(3)	-	-	(5.046)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.466	1.816	-	-	-	3.282
Resultados antes de impostos e Interesses que não controlam	31.225	(5.280)	(1.037)	49.269	7.761	81.938
Impostos	(7.167)	-	-	(20.415)	-	(27.582)
Correntes	(4.014)	1.638	942	12.345	1.496	12.407
Diferidos	(3.153)	-	-	-	-	(3.153)
Resultados depois de impostos e Interesses que não controlam	20.044	(3.642)	(95)	41.199	9.257	66.763
Interesses que não controlam	86	891	(7)	(130)	(8.366)	(7.526)
Resultado do Exercício	20.130	(2.751)	(102)	41.069	891	59.237

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

7. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Caixa	65.821	57.766
Dépositos à ordem em Banco Centrais	240.698	255.393
Juros de disponibilidades	-	40
	306.519	313.199

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 222.854 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

8. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Cheques a cobrar	28.750	43.300
No país	28.401	41.821
No estrangeiro	349	1.479
Déposito à ordem	117.227	105.779
No país	8.534	3.375
No estrangeiro	108.693	102.404
Outros	54.680	152
	200.657	149.231

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 31 de Dezembro de 2009, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2010.

9. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	84.433	71.848
Instrumentos de dívida	223.121	161.998
Instrumentos de capital	44.933	43.278
	352.487	277.124

Na Nota 16 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2009 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos e a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	QTD	COTAÇÃO	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida			
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	149.725	389,65	58.340
NTN-F -SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL BRASIL	68.765	401,32	27.597
LFT -SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL BRASIL	15.746	1.634,89	25.743
LFT - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL BRASIL	9.698	1.631,68	15.824
DEBENTURES -KSSA12	3.000	4.475,34	13.426
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	9.554.000	1,00	9.621
NOTAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	20.958	404,98	8.488
DEBENTURES -TRISUL	20.000	418,60	8.372
CPR FINANCEIRA -ANTONIO CABRERA MANO FILHO	18.375.456	0,42	7.734
US TREASURY N/B 11/15/19	10.800.000	0,96	7.252
LFT -LFT	3.385	1.616,54	5.472
CDCA POS-T -ALVORADA	5.274.735	0,48	2.526
CERTIFICADO DEPÓSITO BANCÁRIO	5.078.032	0,40	2.009
DEBENTURES -GAFISA	585	3.276,92	1.917
USIMINAS COMMERCIAL LTD	1.800.000	1,06	1.368
DEBENTURES -UNIDAS	392	2.870,48	1.125
CPR FINANCEIRA -JAYLE	2.908.620	0,36	1.056
BANCO VOTORANTIM SA	1.435.000	1,03	1.038
MELITA CAPITAL PLC	1.000.000	100,25	1.019
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	1.187.000	1,11	951
TELE N L PARTICIPACOES	1.332.000	1,03	950
FED REPUBLIC OF BRASIL	1.138.000	1,14	926
RENTIPAR FINANCEIRA SGPS SA	940.000	0,97	907
BANCO VOTORANTIM SA	1.170.000	1,05	864
MIDI PLC	815.900	102,76	841
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	651.000	1,09	764
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	965.000	1,07	720
CPR-POS-T -ANTONIO CABRERA MANO FILHO	1.524.386	0,47	720
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	742.000	0,96	715
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	685.000	0,89	610
CPR FINANCEIRA -FABIO BARRIENTO	1.151.484	0,53	605
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	1.215.000	0,69	596
CPR-POS-T -COPAGRIL	1.339.983	0,44	592
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 REGS	747.000	1,07	571
GOVERNMENT OF MALTA	500.000	100,51	512
NTN-F -NTN-F	1.235	394,40	487
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	642.000	1,07	482
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	500.000	1,29	460
BRASKEM SA	504.000	1,24	451
BANK OF VALLETTA PLC	435.700	102,42	447
CPR FINANCEIRA -SUELI YASSUKO MINE	836.679	0,52	431
TELEMAR N LESTE SA	490.000	1,20	412
MIZZI ORGANISATION FINANCE	408.900	100,00	411
DEBENTURES -CPEL14	100	4.096,40	410
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	497.000	1,16	400
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	497.000	1,05	372
PETROBRAS INTL FINANCE	450.000	1,16	369
CPR FINANCEIRA -SERGIO PAVANI	669.470	0,53	353
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	430.000	1,13	348
NATIONAL STEEL SA	460.000	1,01	326
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	350.000	1,15	280
VALE OVERSEAS LIMITED 01/16	324.000	1,05	243
ISA CAPITAL DO BRASIL 01/30/2012	321.000	1,04	240
FED REPUBLIC OF BRAZIL 04/10	215.000	1,01	238
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	5.750.000	0,96	223
PTCL FLOAT	200.000	0,998	201
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	263.000	1,01	187
CPR FINANCEIRA -ROSA SIGUEKU N.MINE	380.043	0,49	185
CPR FINANCEIRA -KIYODO AGRICOLA LTDA	330.535	0,53	176
FED REPUBLIC OF BRAZIL 10	221.000	1,06	166
CPR-POS-T -SUELI YASSUKO	308.101	0,50	155

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	QTD	COTAÇÃO	Valor de Balanço
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	185.000	1,16	154
KFW 05/23/2010	350.000	1,01	151
BANCO BMG 8 3/4 01072010	600.000	1,02	147
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	200.000	1,00	141
BANCO PINE SA	200.000	1,00	139
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	150.000	1,17	123
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	100.000	1,15	117
CPR-POS-T -FABIO BARRIENTO	219.348	0,52	114
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	195.000.000	1,01	107
GERDAU SA	150.000	1,02	106
BANCO BRADESCO SA	130.000	1,05	95
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	100.000	1,13	81
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	100.000	1,13	81
CAUE FINANCE LIMITED	100.000	1,12	80
KFW 9 1/8 02/05/10	180.000	1,00	78
REPUBLIC OF BRAZIL 01/17/17	100.000	1,08	77
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	100.000	1,08	75
FED REPUBLIC OF BRASIL	92.000	1,13	75
EDEN FINANCE PLC	73.000	100,00	74
UNIBANCO 8.7 07/29/49	93.000	1,01	66
INTL BK RECON & DEVELOP	145.000	1,00	63
BANCO INDUSTR E COMRCL	85.000	1,01	60
CCSA FINANCE LIMITED	80.000	1,06	59
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	150.000	0,95	58
BANCO DO ESTADO SAO PAULO	78.000	1,03	56
VIGOR 02/23/2017	70.000	0,95	48
CSN ISLANDS X CORP	66.000	1,01	47
BRASKEM FINANCE SA	62.000	1,03	44
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	58.000	1,01	41
GERDAU HOLDINGS INC	54.000	1,03	39
INDEPENDENCIA INTERNAT 05/15/2015	250.000	0,21	36
KFW 01/28/2010	75.000	1,00	33
CORINTHIA FINANCE PLC	29.500	100,00	31
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	40.000	1,03	29
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	33.000	1,18	28
ODEBRECHT OVERSEAS LTD	34.000	1,01	24
ODEBRECHT FINANCE LTD	20.000	1,16	16
BRASKEM INTL LTD	17.000	1,16	14
BANK OF VALLETTA PLC	12.812	100,00	13
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	15.000	1,08	11
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/17	6.794	1,40	10
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	12.000	1,07	9
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	10.000	1,23	9
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/12	10.000	1,18	9
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	10.000	1,07	8
PETROLEOS MEXICANOS 4 7/8 03/15	11.000	1,00	8
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	10.000	1,02	4
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	10.000	0,97	4
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	2.000	1,17	2
REPUBLIC OF ARGENTINA 7 10/03/15	1.100	0,86	1
			<u>223.121</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	QTD	COTAÇÃO	Valor de Balanço
Instrumentos de capital			
LINDENCORP DESENV. IMOB. SA	10.823.356	1,94	20.963
NOTAS PROMISSÓRIAS -UNIDAS	57	206.237,88	11.756
COTAS REAL ESTATE	1.847	3.982,00	7.354
COTAS MAPFRE RF PLUS FIC	2.799.933	0,59	1.638
COTAS FIC NANSEN	2.176.248	0,48	1.042
COTAS GRAU ORYX	182.874	3,45	631
COTAS GOVERNANCA	1.500	363,27	545
COTAS MAPFRE INVERSION FIM	429.066	0,96	411
COTAS FIP CAIXA AMBIENTAL	1.250	313,08	391
COTAS AMAZONIA FIP	190.000	0,47	90
BPI SGPS	25.552	2,12	54
BMF	10.000	4,61	46
CIPAN	27.451	0,43	12
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0,00	0
			44.933

10. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos de capital	213.656	181.228
Instrumentos de dívida	256.658	66.818
	470.314	248.046

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2009 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
Instrumentos de Dívida			
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	317.500	1,05	34.275
RENTIPAR 2008/2012	24.525.000	1,00	24.525
BBVA INTL 0% JUN 10	15.770.000	0,99	15.637
AXA CR LK N 0% SET 10	15.585.000	0,99	15.412
PT CR LKD NOTE NOV 10	15.070.000	0,99	14.875
TESOURO BRASIL	8.842	1,63	14.428
BAYER 0% MAR 11	14.795.000	0,97	14.289
CERTIFICADOS CCI 2ª EMISSÃO CRI OR	13.799.335,00	0,00	13.799
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	10.000.000	1,01	10.229
HSH NORDBK 3,5%OUT15	10.000.000	0,99	9.918
IRISH LIFE & PERMANENT	9.000.000	1,01	9.184
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	8.000.000	1,03	8.382
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	7.200.000	1,03	7.436
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	57.880	1,10	6.429
HSH NORDBK 3,85%OUT14	5.000.000	0,99	4.984
PORTUGAL TEL INT FIN	3.900.000	1,00	3.942

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	3.250.000	1,06	3.558
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	3.000.000	0,98	3.008
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	2.500.000	1,10	2.843
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	2.400.000	1,07	2.645
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	2.500.000	1,00	2.538
CRITERIA CAIXACORP SA	2.500.000	1,00	2.521
OT ANGOLA 15 NOV 2012	3.500.000	1,44	2.332
AÇOREANA TX VR DEZ 17	1.502.950	1,00	2.216
TELEFONICA EMISIONES SAU	2.000.000	1,01	2.029
INTESA SANPAOLO SPA	2.000.000	0,99	1.990
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	1.500.000	1,09	1.707
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	2.000.000	0,68	1.359
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 07/12	1.250.000	1,01	1.284
BAYER HIPO 05MAI2014	1.250.000	0,97	1.247
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	1.000.000	1,12	1.162
3EUTSCHE BANK AG LONDON	2.000.000	1,16	1.114
OT-MAIO 5,85% 2010	10.000	1,02	1.055
BANCO BPI SA 3 07/17/12	1.000.000	1,01	1.025
SANOFI-AVENTIS 4 1/8 10/19	1.000.000	1,01	1.023
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	1.000.000	1,01	1.021
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	1.000.000	1,01	1.021
MORGAN STANLEY 4 1/2 10/29/14	1.000.000	1,01	1.015
NATIONAL BANK OF GREECE SA	1.000.000	0,94	953
ETAB ECON CASINO GUICH-P 04/04/2013	500.000	1,10	571
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	500.000	1,10	566
VEOLIA ENVIRONNEMENT	500.000	1,08	556
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	500.000	1,03	522
ENEL FINANCE INTL SA 4 09/14/16	500.000	1,02	514
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	500.000	1,01	512
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	500.000	1,01	509
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	500.000	1,01	506
ANGLO AMERICAN CAPITAL 12/16	500.000	1,00	503
VIVENDI 4 7/8 12/19	500.000	1,00	501
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	500.000	0,97	493
BMW FINANCE NV 4 09/17/14	400.000	1,02	412
EMT 2005/2010	382.000	1,00	384
EURO INVEST 1 5% 29DEZ2049	371.000	1,00	371
VIVENDI 12/01/2016	250.000	1,00	251
DONG ENERGY A/S	250.000	1,00	249
LAFARGE SA 5 1/2 12/19	250.000	0,99	248
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	80.000	0,98	80
MTNA 8,25% 03/06/13	34.000	1,13	40
VOLVO 7,875% 10/12	34.000	1,11	38
DB 9,5% 03/29/49	34.000	1,08	38
BESPL 5,625% 06/14	34.000	1,07	37
KPN 5,625% 09/30/24	34.000	1,05	36
GGB 5,5% 08/20/14	34.000	1,02	36
ENEL FIN 5% 09/14/22	34.000	1,03	35
XTALN 5,25 06/17	34.000	1,01	35
FIAT 6,875% 13/02/15	34.000	1,02	35
PORTEL 4,5% 06/25	34.000	0,89	31
BARCLAYS FLOAT 04/16	34.000	0,91	31
IRISH GOVT 5,9 10/19	25.000	1,08	27
ROYAL BK SCOTLAND 17	34.000	0,74	25
BBVASM VAR 10/49	20.000	1,07	22
BCP FINANCE 12/16	20.000	0,88	18
BBVASM VAR 14/49	14.000	1,07	15
			<u>256.658</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
Instrumentos de Capital			
IMOPREDIAL	9.394.925	7,36	69.121
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	95.000.000	2,51	37.829
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	3.700	9.971,83	36.930
APLICAÇÃO URBANA XIV	14.798.336	0,00	14.798
BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA	2.352	25.113,01	9.366
GESTARQUIPARK - SOC. IMOB. SA	6.202.921	0,00	6.133
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	57.742,64	4.735
ESPIRITO SANTO FINL	250.000	14,85	3.713
PORTO NOVO F.I.I.F.	41.906	86,94	3.643
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	29.870	116,20	3.471
VALE R DOCEPNA	158.400	0,02	2.654
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1.299.278	1,97	2.554
NEW ENERGY FUND	50	49.807,88	2.490
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000	50,80	2.032
GED SUR FCR-CL A	400.000	5,00	2.000
FINE ART FUND	1.261.246	0,00	1.203
HOZAR PORTUGAL SA	687.000	2,55	687
COMP. QUINTAS SGPS, SA	360.000	1,55	557
TELEFONICA SA	21.500	19,52	420
GALP ENERGIA SGPS	28.500	12,08	344
P TELECOM	34.000	8,52	290
TEIXEIRA DUARTE	259.737	1,05	272
INAPA	416.372	0,64	266
BNY MELLON ARX CASH	233.548	0,00	266
MELLON CASH II FI CP	531.028	0,00	266
MELLON CASH III FI CP	531.045	0,00	266
MELLON CASH IV FI CP	531.045	0,00	266
MELLON CASH V FI CP	531.106	0,00	266
EDP	80.350	3,11	250
BSCH	21.000	11,55	243
SEMAPA SGPS	30.900	7,76	240
BBVA SA	16.000	12,73	204
REPSOL SA	10.500	18,73	197
BCP	227.000	0,85	192
BRADESCO PN	11.900	0,01	172
GRIFOLS SA	14.000	12,21	171
BRISA - Nom (Priv.)	21.360	7,18	153
BESCL	31.400	4,57	143
EBRO PULEVA SA	9.000	14,53	131
ARCELOR MITTAL SPAIN	4.000	32,40	130
OGX PETROLEO ON	18.800	0,01	128
CARADOR PLC	500.000	0,25	125
PESCANOVA SA	5.500	22,52	124
CIMPOR SGPS	19.000	6,43	122
GERDAU MET PN	8.700	0,01	115
ENDESA SA	4.300	23,95	103
TELECINCO SA	10.000	10,17	102
GAS NATURAL SDG SA	6.700	15,09	101
OTP BANK RT	5.000	20,18	101
GAMESA SA	8.500	11,79	100
PETROBRAS ON	6.000	0,02	100
VISCOFAN SA	5.600	17,76	99
J MARTINS	14.000	6,99	98
SITA-SOC.INDUST.DE TINTAS, SA	97.226,50	0,00	97
BANRISUL PNB	15.600	0,01	91
MELLON FIR DI LP	122.355	0,00	88
MELLON RF II	175.094	0,00	88
MELLON RF IV	175.094	0,00	88
MELLON RF IX	175.094	0,00	88
MELLON RF V	175.094	0,00	88

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	COTAÇÃO	Valor
MELLON RF VI	175.094	0,00	88
MELLON RF VII	175.094	0,00	88
MELLON RF VIII	175.094	0,00	88
MELLON RF X	175.094	0,00	88
B2W VAREJO ON	4.580	0,02	87
MRLON RF III	171.805	0,00	86
BRADESPAR PN	5.400	0,02	83
GOL PN	7.200	0,01	75
ANTENA 3	9.500	7,78	74
PRISA GRUPO	21.000	3,51	74
BANIF EURO ACÇÕES	20.414	1,97	72
COSAN LTDDR3	10.300	0,01	64
BRASIL ON	5.200	0,01	61
BANIF PROPERTY FEIIF	60	1.000,00	60
ALTRI SGPS	15.000	4,00	60
ODONTOPREV ON	2.300	0,03	59
TUBOS REUNIDOS SA	26.500	2,14	57
ENACOL	56.686,08	0,00	57
OBRASCON HUARTE	3.000	18,89	57
ACCIONA SA	570	91,10	52
PORTUCEL SGPS EM 95	25.900	1,98	51
MOTA ENGIL SGPS	13.000	3,94	51
SONAE SGPS	57.000	0,87	50
BEMATECH ON	14.000	0,00	47
SID NACIONAL ON	2.000	0,02	45
EZTEC ON	11.800	0,00	40
RAIFFEISEN INT BK HL	1.000	39,50	40
ELETROPAULO PNB	2.800	0,01	38
MARFRIGON	5.000	0,01	38
Pedidos Liz Lda	37.500	0,00	38
GARTMORE EURO ABS	29.686	1,11	37
SCHRODER CONV BOND	367	96,30	35
SAG GEST SGPS	27.000	1,30	35
DWS INVEST CONV	332	119,44	35
DWS INVEST EUROP EQ	374	101,60	35
F&C GL CONVERT BOND	2.493	13,77	34
PANAMERICANO PN	7.533	0,00	32
MMX MINER ON	6.290	0,00	31
FC PORTO	23.000	1,32	30
DWS EURO CORP HIGH	893	31,50	28
PICTET EUR HIGH YIEL	198	141,53	28
ALLIANZ RCM US EQ AT	385	95,30	26
WESTAM-EU HIGH YIE B	1.599	15,88	25
PIONEER ABS RETURN	234	106,97	25
PIMCO TOTAL BOND	1.493	16,29	24
DWS INV EUR DIVIDEND	220	105,89	23
SCHRODER COMMODITY A	185	115,27	21
SCHRODER EMERG MKT	2.520	11,15	20
PICTET EMERGING MKTS	54	507,69	19
PICTET LUX EMERG. R	174	155,19	19
PETROBRAS PN	1.050	0,01	15
AKZO NOBEL	300	46,40	14
INBEV NV	350	36,40	13
MAN AHL TREND A EUR	125	96,26	12
PICTET JAPAN QUE SEL	219	7.274,58	12
DWS GOLD PLUS	10	1.261,29	12
PICTET US EQUI SEL R	154	99,77	11
MELLON GLOBAL FUND	7.491	1,50	8
SCHRODER INTL EQ B	113	97,70	8
FRANSLIN MUTUAL BEAC	410	22,17	6
PICTET GLOB EM DEBT	38	236,32	6
MELLON RF III	3.289	0,00	2
BMF BOVESPA	194	0,00	1
GALERIAS NAZONI	750	0,00	-
SHOTGUN PICTURES	10.000	0,00	-
			<u>213.656</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme política contabilística apresentada na Nota 3.6, o Grupo classifica na carteira de títulos de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” as participações em fundos de investimento superiores a 20% e que não detenha o controlo, quando detidos através de fundos de investimento, de capital de risco ou de bancos, atendendo às características destas operações (*seed capital*).

Do montante de 54.997 milhares de euros de Obrigações do Tesouro, 37.024 milhares de euros correspondem a “Activos dados em garantia” que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

Títulos no montante de 48.351 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 24.

11. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos de dívida	46.434	99.213
Instrumentos de capital	80.023	64.042
Imparidade	(21.086)	(3.779)
	105.371	159.476

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2009:

Nome título	QTD	Valor de Balanço Bruto	Imparidade	Custo de Aquisição
Instrumentos de Dívida				
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	28.131.478	20.387	-	19.528
OBRIGAÇÕES TESOURO CABO VERDE	8.981.061	8.981	-	8.981
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	5.900.000	5.930	-	5.935
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	5.000.000	4.918	-	5.000
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	2.000.000	2.000	-	2.007
TELE N L PARTICIPACOES	1.774.000	1.266	-	1.261
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	1.654.000	811	-	753
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	1.000.000	750	-	692
CAIXA GERAL DEPÓSITOS FINANCE	1.150.000	748	-	932
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	300.000	310	-	299
CAIXA GERAL FIN	209.000	136	-	175
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	100.000	106	-	102
OBRIGAÇÕES TESOURO PORTUGAL	70	70	-	70
INDEPENDENCIA INTERNAT 01/31/2017	30	22	-	20
		46.434	-	45.755

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome título	QTD	Valor de Balanço Bruto	Imparidade	Custo de Aquisição
Instrumentos de Capital				
Finibanco	17.217.294	43.602	17.259	43.602
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	1.969.529	7.458	-	7.758
LUZIE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE S/A	4.947.680	4.948	-	4.948
AÇORLINE	3.254	3.254	3.254	3.254
PITHECIA PARTICIPAÇÕES	3.186.004	3.186	-	3.186
FOMENTINVEST SGPS	1.538.462	1.788	-	1.788
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	300.000	1.695	-	2.236
BANIF GESTÃO ACTIVA	452.610	1.485	-	1.497
Habiprede	5.000	1.250	-	1.250
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1.543.012	1.219	-	1.483
FINE ART FUND (CP)	12.645	1.061	-	1.246
PREFE-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	12.750	1.049	-	1.071
NEW ENERGY FUND	19	946	-	947
Ações Millenium	889.181	912	-	912
BANIF EUROPA DE LESTE	175.691	674	-	686
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	660	-	854
BANIF AMERICA LATINA	147.952	630	-	544
BANIF ASIA	153.839	611	-	560
FINANGEST	526	535	180	535
CETIP	515.703	516	-	516
UNICRE, SA	28.628	497	-	497
SIBS, SA	103.436	445	-	445
IMOVALOR	19.890	281	-	281
REAL SEGUROS	2.116	228	129	228
Nova Companhia Grande Hotel	50.300	184	104	184
Companhis das Quintas SGPS, S.A.	34.317	172	118	172
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	150	2	150
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-	122
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	10.125	120	-	120
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	15	83	-	96
VISA CLASS C	2.533	61	-	61
NORMA-AÇORES - SOC. ESTUD. APOIO DESENV. REG.	10.000	50	-	50
GED SUR CAPITAL S.A., SGEGR	30.000	30	-	30
Ambelis	400	20	20	20
FINAN/FINOR	18.191	18	-	18
GRACITUR	14.814	15	-	15
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	-	11
S.W.I.F.T.	14	11	-	11
Beira Vouga	20.317	10	10	10
Beira Vouga Ações Preferenciais	21.500	10	10	10
BMF	7.892	8	-	8
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-	6
CEIM, LDA	800	4	-	4
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	-	4
SOC. PROG. TAURM TERC	998	1	-	1
GARVAL	500	1	-	1
LISGARANTE	500	1	-	1
NORGARANTE	500	1	-	1
SC BRAGA SAD	20	0	-	0
NOVADATA	312	0	-	0
MACEDO & COELHO	188	0	-	0
BENFICA SAD	20	0	-	0
COLISEU MICAELENSE, S A	83	0	-	0
TEATRO MICAELENSE, S A	83	0	-	0
		<u>80.023</u>	<u>21.086</u>	<u>81.427</u>

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2009, é apresentado na Nota 42.

Títulos no montante de 106 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 24.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

12. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Mercado monetário interbancário	150.000	-
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	-	-
No estrangeiro	-	-
Depósitos		
No país	8.570	13.318
No estrangeiro	62.665	96.576
Empréstimos		
No país	-	12.500
No estrangeiro	54.121	1.936
Aplicações a muito curto prazo		
No país		
No estrangeiro	44.180	16.096
Outros	2.578	9.242
	<u>322.114</u>	<u>149.668</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	31-12-2009	31-12-2008
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.837.912	1.791.105
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	326.298	460.229
Empréstimos	2.540.690	2.211.076
Descobertos	80.385	117.804
Factoring	195.475	173.287
Locação Financeira	452.338	441.047
Outros	329.346	258.760
Crédito a Particulares		
Habitação	3.150.477	2.854.648
Consumo	945.421	439.441
Outras finalidades		
Empréstimos	562.079	691.149
Contas Correntes	208.376	201.261
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	26.819	36.281
Locação financeira	135.634	59.880
Descobertos	48.128	50.521
Outros	181.389	125.701
Outros créditos e valores a receber (titulados)	249.041	279.150
Crédito e juros vencidos	679.087	329.760
Rendimentos a receber	72.056	80.051
Despesas com rendimento diferido	0	9.967
Receitas com rendimento diferido	(15.888)	(20.455)
Imparidade em Crédito Concedido	(517.199)	(253.714)
Total	11.487.864	10.336.949

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94 milhões de euros está sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 24.

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 2.480.433 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:
31/12/2009

	Valor Balanço - Crédito Concedido	Valor actual dos pagamentos mínimos de locação a receber	Rendimento financeiro não recebido	Rendas contingentes reconhecidas em resultados	Valor residuais não garantidos que acresçam ao benefício do locador
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS	178	180	1	-	-
Empresas e Administração públicas	178	180	1	-	-
Inferior a 1 Ano	178	180	1	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	-	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS	192 283	240 531	48 249	-	18 099
Empresas e administrações públicas	176 317	221 146	44 829	-	16 770
Inferior a 1 Ano	1 329	1 335	6	-	58
Entre 1 e 5 Anos	10 549	11 283	734	-	1 513
Superior a 5 Anos	164 440	208 528	44 088	-	15 198
Particulares	15 966	19 385	3 420	-	1 329
Inferior a 1 Ano	31	31	-	-	1
Entre 1 e 5 Anos	1 068	1 147	79	-	198
Superior a 5 Anos	14 867	18 208	3 341	-	1 130
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS	285 942	305 111	19 169	-	26 769
Particulares	36 686	39 996	3 310	-	3 955
Inferior a 1 Ano	2 227	2 255	27	-	588
Entre 1 e 5 Anos	26 842	28 700	1 858	-	2 476
Superior a 5 Anos	7 616	9 041	1 425	-	891
Outros activos em locação financeira	249 256	265 115	15 859	-	22 814
Inferior a 1 Ano	15 663	15 808	145	-	3 246
Entre 1 e 5 Anos	202 332	213 977	11 645	-	17 210
Superior a 5 Anos	31 262	35 330	4 068	-	2 358
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS	109 570	27 267	20 672	-	-
Particulares	82 983	20 197	15 796	-	-
Inferior a 1 Ano	22 547	2 533	4 919	-	-
Entre 1 e 5 Anos	49 937	10 138	9 431	-	-
Superior a 5 Anos	10 499	7 527	1 446	-	-
Outros activos em locação financeira	26 587	7 070	4 876	-	-
Inferior a 1 Ano	8 615	2 476	1 601	-	-
Entre 1 e 5 Anos	15 479	3 123	2 927	-	-
Superior a 5 Anos	2 494	1 470	349	-	-
	587 972	573 088	88 091	-	44 868

31/12/2008

	Valor Balanço - Crédito Concedido	Valor actual dos pagamentos mínimos de locação a receber	Rendimento financeiro não recebido	Rendas contingentes reconhecidas em resultados	Valor residuais não garantidos que acresçam ao benefício do locador
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS	1.904	-	-	-	-
Empresas e Administração públicas	1.904	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	1.904	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	-	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS	176.879	261.539	84.660	-	9.930
Empresas e administrações públicas	161 153	238 307	77 154	-	9 189
Inferior a 1 Ano	771	793	22	-	415
Entre 1 e 5 Anos	8 105	9 372	1 267	-	545
Superior a 5 Anos	152 278	228 143	75 865	-	8 229
Particulares	15 726	23 232	7 505	-	741
Inferior a 1 Ano	138	139	1	-	7
Entre 1 e 5 Anos	1 003	1 161	159	-	55
Superior a 5 Anos	14 585	21 931	7 345	-	679
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS	316.821	358.853	42.032	-	26.223
Particulares	41 118	47 235	6 117	-	4 050
Inferior a 1 Ano	2 185	2 238	54	-	456
Entre 1 e 5 Anos	30 847	34 900	4 053	-	2 603
Superior a 5 Anos	8 086	10 096	2 010	-	991
Outros Activos em Locação Financeira	275 704	311 618	35 915	-	22 173
Inferior a 1 Ano	12 015	12 346	331	-	2 382
Entre 1 e 5 Anos	230 990	258 685	27 695	-	17 922
Superior a 5 Anos	32 699	40 587	7 889	-	1 870
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS	5 322	-	-	-	-
Particulares	3 036	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	74	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	2 962	-	-	-	-
Outros Activos em Locação Financeira	2 286	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	516	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	1 770	-	-	-	-
	500.927	620.392	126.691	-	36.153

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor Balço	Valor de Mercado
GRANITE MORTGAGES PLC	1.000.000	984	1.082
ATHLON SECURITISATION BV	3.000.000	2.989	3.031
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3.000.000	1.082	1.139
HARVEST CLO SA	1.500.000	1.472	1.260
MARLIN (EMC-II) BV	7.000.000	525	537
GRANITE MORTGAGES PLC	2.000.000	744	854
GAMA RECEIVABLES FUNDING PLC	5.000.000	4.984	5.038
HARBOURMASTER CLO	2.500.000	4.312	1.026
SAGRES SOCIEDADE DE TITULARIZACAO	3.000.000	362	454
ALFA BANK	2.000.000	369	392
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2.500.000	961	1.011
AMSTEL SECURITISATION 2006-1X D	1.500.000	1.309	1.516
		<u>20.093</u>	<u>17.340</u>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 680 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos de dívida	80.399	84.003
	<u>80.399</u>	<u>84.003</u>

Títulos no montante de 52.553 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 24.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2009:

Nome título	QTD	Valor de Balanço
Instrumentos de Dívida		
KOREA DEVELOPMENT BANK	6.000.000	6.007
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.400
GE CAPITAL EURO FUNDING	4.200.000	4.194
LANSFORSAKRINGAR BANK	4.000.000	4.000
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.456
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.428
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3.000.000	2.984
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.857
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.085
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.409
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.424
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	3.000.000	2.970
BANCO BMG S.A.	920.000	649
BANCO BMG S.A.	80.000	56
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	4.958
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.944
BANCO INDUSTR E COMRCL	1.000.000	699
BANCO INDUSTR E COMRCL	2.000.000	1.398
BANCO ESPIRITO SANTO	2.000.000	2.003
CAIXA GERAL DEPO	8.000.000	8.013
BANCO PANAMERICANO SA	1.000.000	693
BANCO BMG SA	1.000.000	658
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	800.000	534
BANCO PINE SA	1.500.000	1.036
BANCO DAYCOVAL SA	1.310.000	901
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5.000.000	4.998
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	5.000.000	5.185
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.500.000	4.459
		<u>80.399</u>

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quantidade	Valor Balanço	Valor de Mercado
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.400	2.619
KOREA DEVELOPMENT BANK	6.000.000	6.007	5.997
LANSFORSAKRINGAR BANK	4.000.000	4.000	3.994
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.456	2.426
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.500.000	4.459	4.470
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.428	2.563
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3.000.000	2.984	2.959
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.857	2.834
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.085	5.137
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.409	2.330
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.424	1.361
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	3.000.000	2.970	2.706
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	4.958	4.967
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.944	4.938
BANCO ESPIRITO SANTO	2.000.000	2.003	2.004
CAIXA GERAL DEPO	8.000.000	8.013	8.018
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5.000.000	4.998	5.008
		<u>64.395</u>	<u>64.331</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 1.126 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.

15. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 36.500 milhares de euros (em 2008 o valor ascendia a 91.283 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil e Banif - Banco de Investimento (Brasil). O valor registado corresponde ao valor de compra acrescido do juro implícito no preço de revenda, que está a ser reconhecido de acordo com o princípio da especialização. O Grupo não reconhece os títulos na sua carteira, uma vez que não assume os riscos ou benefícios da detenção dos mesmos.

Os títulos (colateral) apresentam a seguinte composição:

Nome título	Valor de Balanço
LETRAS DO TESOIRO NACIONAL	1.198
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL	11.761
LFT -SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL - BRASIL	23.540
	<u>36.500</u>

16. DERIVADOS

Derivados de Negociação

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	Valores Nacionais	31-12-2009		31-12-2008	
		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
<u>Contratos sobre taxas de câmbios</u>					
Forwards	181.651	617	0	249	137
Swap FX	529.714	6.238	3.375	12.271	10.044
Divisas	306.930	8.115	4.616	7.799	1.557
<u>Contratos sobre taxas de juro</u>					
Interest Rate Swaps	4.934.283	23.240	29.313	6003	9339
<u>Contratos sobre acções / índices</u>					
Equity Swap	22.000	646	12	794	479
<u>Contratos sobre crédito</u>					
Credit Default Swap	230.800	38.165	42.707	14021	6903
<u>Futuros e outras operações a prazo</u>					
Operações a prazo divisas	19.112	7.412	228	30711	9711
		<u>84.433</u>	<u>80.251</u>	<u>71.848</u>	<u>38.170</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 9) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 25).

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Activo		
<i>Interest rate swap</i>	884	-
Passivo		
<i>Interest rate swap</i>	<u>(2.606)</u>	-
	<u>(1.722)</u>	<u>-</u>

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2009 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável e taxa fixa para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge* e de justo valor) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de Reservas de justo valor o montante de Euros 2.895.366, correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura de *cash - flow*.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009 podem ser analisadas como segue:

<u>Produto derivado</u>	<u>Produto Coberto</u>	<u>Risco Coberto</u>	<u>Nocional</u>	<u>Justo valor derivado</u>
<i>Interest rate swap</i>	Bullets	Taxa de juro	50.000	(886)
<i>Interest rate swap</i>	Obrigações	Taxa de juro	450.000	687
<i>Interest rate swap</i>	Obrigações de securitização	Taxa de juro	<u>71.713</u>	<u>(1.523)</u>
			<u>571.713</u>	<u>(1.722)</u>

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

	<u>Valor Nocional</u>	<u>Justo valor</u>
Até 3 meses	15.945	(502)
De 3 meses a 1 ano	65.306	(939)
De 1 ano até 5 anos	<u>490.462</u>	<u>(281)</u>
	<u>571.713</u>	<u>(1.722)</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

17. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimento do exercício						Saldo líquido em 31-12-2009	Imparidade acumulada
			Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Perdas de imparidade revertidas	Diferenças de câmbio		
Imóveis	69.902	-	28.139	(36.433)	257	(2.423)	5.123	1.358	65.923	3.170
Equipamento	1.576	1.033	4.620	(4.750)	-	(576)	165	-	2.068	411
Outros activos tangíveis	21	-	2.123	-	-	-	-	7	2.151	-
Participações	-	-	-	-	16.098	(688)	-	-	15.410	688
Total	71.499	1.033	34.882	(41.183)	16.355	(3.687)	5.288	1.365	85.552	4.269

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

A rubrica “participações” corresponde à participação no Banco Pecúnia, já alienado em Janeiro de 2010. O resultado do exercício no montante de 3.115 milhares de euros está incluído na rubrica “resultados de associados e empreendimentos conjuntos”.

O saldo líquido em 31/12/2008 inclui 62.866 milhares de euros reclassificados de “Outros activos”, conforme Nota 3.2.

18. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimentos do exercício				Saldo em 31-12-2009
			Aquisições	Reavaliações	Imparidade	Alienações	
Edifícios e terrenos	141.960	9.098	51.477	6.254	(456)	(8.525)	199.808
	141.960	9.098	51.477	6.254	(456)	(8.525)	199.808

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentam no exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 4.527 milhares de euros
- Gastos operacionais directos: 914 milhares de euros

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 132.217 milhares de euros, sendo o montante de 74.093 milhares de euros referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

O saldo em 31/12/2008 inclui 33.970 milhares de euros reclassificados de “Outros activos”, conforme Nota 3.2.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

19. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

19.1 – Movimento ocorrido no período

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Alienações	Abates	Regularizações	Diferenças de cambio	Saldo líquido em 31-12-2009
			Aquisições	Reavaliações (líquido)							
Imóveis	145.995	12.206	5.142	14.013	6.177	7.589	27.531	549	289	2.996	151.149
Equipamento	24.826	3.495	9.130	-	4.212	9.029	-	605	7	1.602	33.638
Activos em locação operacional	66.608	-	24.878	-	1.268	10.254	-	6.858	-	-	75.642
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Activos tangíveis em curso	21.893	137	11.068	-	(8.761)	-	-	-	-	1.709	26.046
Outros activos tangíveis	3.216	-	470	-	(2.896)	583	-	-	-	-	207
Total	262.538	15.838	50.688	14.013	-	27.455	27.531	8.012	296	6.307	286.682

O valor líquido dos imóveis, caso os mesmos estivessem contabilizados pelo método do custo, seria 132.626 milhares de euros.

19.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Bruto	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	75.642	28.903	-
Superior a 5 Anos	-	-	-
	75.642	28.903	-

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas.

20. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates	Diferenças de cambio	Saldo líquido em 31-12-2009
Goodwill	4.253	-	-	-	-	-	-	4.253
Activos intangíveis em curso	11.980	100	4.433	(452)	-	2.495	-	13.566
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	12.407	84	3.746	452	7.164	-	341	9.866
Outros activos intangíveis	394	250	294	-	49	52	-	837
Total	29.034	434	8.473	-	7.213	2.547	341	28.522

A rubrica Goodwill corresponde às seguintes participações:

- Investador SGPS, SA: 2.218 milhares de euros
- Banco Caboverdiano de Negocio: 1.086 milhares de euros
- Banif Gestão de Activos (Brasil): 949 milhares de euros

Relativamente a 31 de Dezembro de 2009, o Grupo realizou os seguintes testes de imparidade ao goodwill:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Para a sociedade Investador, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2009 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:
 - Taxa de inflação: 2,00%
 - Taxa de rendimento real: 2,50%
 - Taxa de risco: 4,00%
 - Taxa de actualização: 8,73%
 - Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00%
 - Taxa de capitalização: 7,67%

- Para a sociedade Banif Gestão de Activos (Brasil), SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 949 milhares de euros), e foi efectuado em 2009 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*. Na avaliação foram utilizados os seguintes parâmetros:
 - Taxa desconto real anual: 14,79%
 - Inflação projectada: 4,31%
 - Taxa de desconto nominal anual: 19,74%
 - *Growth (G)*: 4,50%
 - Taxa de desconto: 19,74%
 - Período de análise considerado foi de 5 anos.

- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 274 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2009 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash-Flows*. Na avaliação foram utilizados os seguintes parâmetros:
 - Euro Risk free Rate (Rf): 3,20%
 - Mature Market Risk Premium (Rm - Rf): 5,50%
 - Country Rating B1, Default spread: 6,50%
 - Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets: 1,5
 - Adjusted Risk Premium 15,25%
 - Implied KE: 18,32%,
 - Perpetual growth rate: 3,00%
 - Período de análise considerado foi de 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No exercício de 2009 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

21. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	31-12-2009					
				% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa do Bocado, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	47,69%	24.675	834	51.505	(16.784)	(8.004)
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe, 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	28.788	28.400	86.397	7.521	2.506
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11	Barcelona Banca	Banif - SGPS, SA	27,50%	15.125	14.795	54.999	(12.840)	(3.531)
Immobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Villanueva Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.560	-	7.680	102	34
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocado 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(896)	(222)	(55)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	20,00%	80	-	405	(45)	(9)
				71,22%	44.029	44.029	200.090	(22.268)	(9.059)

Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	31-12-2008					
				% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Largo da Matriz 45-52 Ponta Delgada	1500 Seguradora	Banif - SGPS, SA Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	47,69%	18.435	-	38.668	3.122	1.489
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe, 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	24.375	28.400	73.155	9.201	3.066
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11	Barcelona Banca	Banif - SGPS, SA	27,50%	18.363	15.157	66.774	(4.750)	(1.306)
Immobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Villanueva Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.555	-	7.666	169	56
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocado 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(674)	(91)	(23)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	20,00%	90	-	450	-	-
				63,81%	43.557	43.557	186.029	7.651	3.282

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Bankpime foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos "Discounted Free Cash Flows to Equity" e com os seguintes pressupostos:

- Bankpime:

CoE: 10,9%

Financiamento da variação dos Activos (min. Tier I): 8,0%

Taxa de crescimento – perpetuidade: 2,0%

Taxa de juro – Banco Central Europeu: 1,0%

Taxa de imposto: 30,0%

P/E Múltiplo implícito – Valor Terminal: 13,6

Período de análise: 11 anos

- Banca Pueyo:

CoE: 9,5%

Financiamento da variação dos Activos (min. Tier I): 8,0%

Taxa de crescimento – perpetuidade: 2,0%

Taxa de juro – Banco Central Europeu: 1,0%

Taxa de imposto: 30,0%

P/E Múltiplo implícito – Valor Terminal: 10,0

Período de análise: 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Com base nos teste efectuados foi registado uma imparidade de 362 milhares de euros no goodwill da participação no Bankpime.

A rubrica “Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)” inclui os resultados negativos da companhia de Seguros Açoreana (desreconhecida em Setembro de 2009) e do Banco Pecúnia (transferido para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda”) no montante de 3.868 milhares de euros e 3.115 milhares de euros, respectivamente.

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Banif – Grupo Banif (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

22. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

22.1 Impostos correntes

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Banif Forfaiting Inc	-	72
Banco Banif Brasil	10.958	6.487
Grupo Tecnicredito	3.505	-
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	3.260	2.030
Banif - SGPS SA	2.687	3.093
Banif Gestão de Activos	1.044	989
Banif Imobiliária	859	458
Banif (Açores) SGPS SA	525	22
Banif	467	13.042
Banif Corretora Valores Cambios	457	3.593
Banif Go	411	606
Banif Investimentos - SGPS SA	142	74
Beta Securitizadora	101	-
Banif Nitor Asset Management	89	80
Banif Rent SA	78	53
Banif Banco de Investimento	73	3
Açortur	40	44
Banif Açor Pensões	35	47
Turotel	26	29
Investaçor Hotéis SA	22	24
Gamma	10	8
Banif Comercial - SGPS SA	8	16
Investaçor SGPS SA	6	6
Soc Imobiliária Piedade	5	5
Numberone SGPS	5	5
Hotel do Pico	5	8
Econofinance SA	4	3
Banif Capital	4	2
Centro Venture	2	1
BanifServ	1	1
	<u>24.829</u>	<u>30.801</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

22.2 Impostos diferidos

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente		
Outros riscos e encargos	100	101
Imparidade de crédito concedido	(4.637)	8.599
Diferimento de tributação de mais valias		
Alienação de imobilizado	(3)	(3)
Prejuízos fiscais reportáveis		
Prejuízos fiscais reportáveis	22.754	16.340
Valorizações não aceites para efeitos fiscais		
Propriedades de investimento	(571)	(364)
Imóveis de serviço próprio	(2.726)	(203)
Activos ao justo valor através de resultados	8.079	1.346
Activos disponíveis para venda	(711)	(2.943)
Outros		
Benefícios dos empregados	7.933	3.783
Comissões	1.144	772
Activos Intangíveis	-	319
Outros	3.487	(2.288)
TOTAL	34.848	25.459

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	31-12-2009
Saldo em 1 de Janeiro	25.459
Entrada de novas entidades no perímetro	635
Reconhecido em resultados	12.084
Reconhecido em reservas	(3.330)
Saldo em 31 de Dezembro	34.848

O Grupo, em 31 de Dezembro de 2009, apresenta o montante de 22.754 milhares de euros de imposto diferido activo, oriundos de prejuízos fiscais, das seguintes entidades: Banif: 4.588 milhares de euros, Banif Go: 2.885 milhares de euros, BBI Brasil: 3.266 milhares de euros, Grupo Tecnocrédito: 740 milhares de euros, Banif – SGPS, SA: 8.370 milhares de euros e Banif Bank Malta: 3.905 milhares de euros. É convicção da Gestão do Grupo que estes valores serão recuperados.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

		31/12/2009	
		Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam			66.667
Imposto apurado com base na taxa nominal		26,50%	17.667
Amortizações não aceites		0,44%	293
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente		-13,07%	(8.715)
Efeitos das taxas diferentes aplicadas em sucursais no Estrangeiro		-1,53%	(1.021)
Menos valias em activos tangíveis (líquidas)		-2,07%	(1.378)
Benefícios fiscais		-0,57%	(379)
Outras diferenças definitivas:			
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP		5,09%	3.394
Benefícios de empregados		-0,22%	(143)
Diferença de consolidação negativa		-16,51%	(11.006)
Outros		2,64%	1.759
		<u>0,71%</u>	<u>471</u>
			31/12/2008
		Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses minoritários			81.938
Imposto apurado com base na taxa nominal		26,50%	21.714
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente		-3,17%	-2.595
Benefícios fiscais		-1,56%	-1.278
Outras diferenças definitivas:			
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP		-1,06%	-870
Outros custos não aceites		-0,22%	-182
Fundo Pensões		-1,98%	-1.625
Outros		0,01%	11
		<u>18,52%</u>	<u>15.175</u>

Perdas fiscais não usadas relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço:

- Banif - Investimentos - SGPS: 1.611 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2004-2009)
- Banif Comercial, SGPS: 726 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2004 e 2008)

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

23. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	511	514
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	534	537
Bonificações a receber	6.409	8.053
	6.409	8.053
Suprimentos	22.095	22.470
Devedores diversos	100.585	54.521
Sector público administrativo	5.327	12.378
Outros rendimentos a receber	3.256	11.035
Fundo de pensões (Nota 46)	14.422	11.755
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.166	7.150
Seguros	1.958	1.958
Posição cambial	5.571	28.779
Aplicações - conta caução	1.629	1.362
Devedores por operações sobre futuros e opções	0	723
Outros activos	122.386	229.173
	278.395	381.304
Perdas de imparidade	(6.427)	(7.338)
	278.911	382.556
	278.911	382.556

24. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Recursos de Bancos Centrais	1.193.799	961.334
Juros de recursos de Bancos Centrais	2.760	4.509
	1.196.559	965.843
	1.196.559	965.843

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme Nota 29 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, Nota 13 relativo a Crédito a clientes, Nota 10, 11 e 14 relativas a títulos.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

25. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	80.251	38.170
Posições a descoberto	4.079	3.764
	<u>84.330</u>	<u>41.934</u>

Na Nota 16 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

26. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – “Fair Value Option”, foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	20.352	27.699
Euro Invest Série 6	-	28.097
Euro Invest Série 7	-	20.956
Euro Invest Série 8	30.410	25.910
Euro Invest Série 9	39.993	35.219
Trade Invest Série 12	-	28.002
Trade Invest Série 13	-	6.925
Trade Invest Série 14	59.910	78.988
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	5.025	36.503
Banif - Banco Investimento (Brasil)	37.330	41.266
Banif Cayman	47.183	38.701
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	<u>(19.954)</u>	<u>(101.070)</u>
	<u>220.249</u>	<u>267.196</u>

As emissões do Grupo têm a seguinte composição:

<u>Emissão</u>	<u>Valor</u>	<u>Detidas pelo Grupo</u>	<u>Total</u>
BANIF EURO MULTI-ACTIVOS 2005/2010	6.083	(2.260)	3.823
BANIF EUROSTOXX 50 2005/2010	5.848	-	5.848
BANIF SFE DÓLAR MULTI-ACTIVOS 2005-2010	3.471	(2.162)	1.309
Banif (BBCA) 2006 - 2011	4.950	-	4.950
Euro Invest Série 8	30.410	(8.222)	22.188
Euro Invest Série 9	39.993	(855)	39.138
Trade Invest Série 14	59.910	(6.455)	53.455
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	5.025	-	5.025
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	5.119	-	5.119
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	4.511	-	4.511
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	6.976	-	6.976
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2010	20.724	-	20.724
Banif Cayman 2008 - 2010 USD	6.128	-	6.128
Banif Cayman 2008 - 2010 EUR	2.000	-	2.000
Banif Cayman zero coupon 2008 - 2018	39.055	-	39.055
	<u>240.203</u>	<u>(19.954)</u>	<u>220.249</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal em circulação	Valor balanço
Banif Euro Stoxx 50 2005/2010	01-07-2005	01-07-2010	Taxa fixa de 1%, acrescida de uma percentagem variável associada ao índice DJ Eurostoxx 50	5.848	5.848
Banif SFE Dólar Multi-activos 2005/2010	28-02-2005	28-02-2010	Taxa de juro sujeita à evolução de um cabaz (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index, Nikkei 225 Index), com valor mínimo de 1%	3.471	3.471
Banif Euro Multi - Activos 2005/2010	28-02-2005	28-02-2010	Taxa de juro sujeita à evolução de um cabaz (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index, Nikkei 225 Index, Contrato Genérico de futuro sobre o preço do petróleo, Citigroup Worl Government Bond index)), com valor mínimo de 1%	5.500	6.083
BBCA 2006/2011	31-03-2006	31-03-2011	1.º Ano: taxa fixa de 3,25%, restantes 4 Anos: Euribor 6 meses acrescida de 1%	4.950	4.950
Euro Invest S8	13-04-2007	13-04-2012	5%	35.000	30.410
Euro Invest S9	22-10-2007	22-10-2012	6%	50.000	39.993
Trade Invest S14	30-07-2007	30-07-2010	Euribor 12 meses acrescida 1% p.a.	60.000	59.910
BBI Brasil 2010	17-02-2009	17-02-2010	6%	5.200	5.488
BBI Brasil 2010	10-02-2009	10-02-2010	1,6%	4.583	4.660
BBI Brasil 2010	14-06-2009	14-06-2010	1,0%	7.087	7.143
BBI Brasil 2010	17-02-2010	17-02-2010	6,8%	18.883	20.039
Banco Banif Brasil 2014	17-12-2004	17-12-2014	7%	5.553	5.025
Banif Cayman Zero Coupon	02-06-2008	02-06-2010	-	39.055	39.055
Banif Cayman 2008 - 2010 EUR	02-04-2008	28-10-2010	indexada à performance de cinco acções sector financeiro	2.000	2.000
Banif Cayman 2008 - 2010 USD	28-03-2008	28-03-2010	indexada ao risco de crédito de um conjunto de entidades brasileiras com participação de grupos empresariais portugueses	6.942	6.128

Em 2009, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif SFE 2006/2009 no montante de 7,5 milhões de euros;
- Euro Invest S7 no montante de 20 milhões de euros;
- Trade Invest S12 no montante de 7,5 milhões de euros e 19 milhões de dólares;
- Euro Invest S6 no montante de 25 milhões de euros;
- Trade Invest S13 no montante de 25,9 milhões de dólares;
- Banco Banif Brasil 2009 no montante de 16 milhões de dólares;
- Banco Banif Brasil 2009 no montante de 30,102 milhões de dólares;
- Banco Banif Brasil 2009 no montante de 8,8 milhões de dólares;
- Banif – Banco de Investimento (Brasil) 2009 no montante de 16 milhões de dólares.

O Grupo readquiriu 4.500 milhares de euros da emissão Banif Euro Multi Activos 2005 – 2010, 4.152 milhares de euros da emissão Banif EuroStoxx 50 2005 – 2010 e 0,5 milhares de euros da emissão BBCA 2006 -2011.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

27. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	326.106	290.913
Empréstimos	284.946	260.180
Outros	4.042	1.640
	615.094	552.733
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	11.331	17.393
Empréstimos	1.017.254	939.456
Sede e própria instituição	23.443	13.438
Operações de venda com acordo de recompra	65.497	146.969
Recursos de muito curto prazo	20.796	328.489
Outros	54.045	66.868
	1.192.366	1.512.613
Encargos financeiros	6.036	15.663
	1.813.496	2.081.009

28. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Depositos		
À Vista	1.281.592	1.415.660
A prazo	4.846.045	4.499.332
Poupança	117.128	181.801
Outros	498.252	334.884
	6.743.017	6.431.677
Outros débitos		
Empréstimos	16.679	19.234
Outros	41.778	63.952
	58.457	83.186
	6.801.474	6.514.863

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

29. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Banif Finance	552.464	812.008
Banif	498.854	-
Atlantes Mortgage N.º3	560.917	600.000
Atlantes Mortgage N.º2	330.203	353.667
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	-
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	-
Azor Mortgage N.º2	269.889	289.478
Atlantes Mortgage N.º1	210.704	233.198
Azor Mortgage N.º1	88.578	100.095
Banif - SGPS	50.000	50.000
Banif Go	20.000	42.800
Banif Cayman	32.613	32.355
Beta Securitizadora	18.616	3.242
SPE Panorama	-	1.956
Tecnicrédito	462.713	-
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(2.239.867)	(1.315.744)
Sub - Total	<u>1.905.684</u>	<u>1.203.055</u>
Certificados de depósito	339.447	173.754
Encargos Financeiros	11.804	9.086
	<u>2.256.935</u>	<u>1.385.895</u>

As emissões do Grupo têm a seguinte composição:

<u>Emissão</u>	<u>Valor</u>	<u>Detidas pelo Grupo</u>	<u>Total</u>
Banif Finance 2006 - 2010	271.982	(3.090)	268.892
Banif Finance 2007 - 2012	280.482	-	280.482
Atlantes Mortgage N.º1	210.704	-	210.704
Atlantes Mortgage N.º2	330.203	(330.203)	-
Atlantes Mortgage N.º3	560.917	(560.917)	-
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	(550.000)	-
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	(500.000)	-
Azor Mortgage N.º1	88.578	(1.120)	87.458
Azor Mortgage N.º2	269.889	(269.889)	-
Banif - SGPS, SA 2008 - 2011	50.000	(1.228)	48.772
Banif Go 2006	20.000	(5.000)	15.000
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	19.278	(20)	19.258
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	13.335	-	13.335
Beta securitizadora 2017	2.857	-	2.857
Beta securitizadora 2018	978	-	978
Beta securitizadora	14.781	-	14.781
Banco Mais 8 emissão	20.000	-	20.000
BMORE Finance N.º5 plc	275.000	-	275.000
Banco Mais 2007/2012	30.000	-	30.000
Banco Mais 2007/2010	50.000	-	50.000
Banco Mais 2007/2010	20.000	-	20.000
BMORE Finance N.º3 plc	4.129	-	4.129
BMORE Finance N.º4 plc	63.584	-	63.584
Banif 2009 - 2012	498.854	(18.400)	480.454
	<u>4.145.551</u>	<u>(2.239.867)</u>	<u>1.905.684</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço
Banif Finance 2006-2010	03-11-2006	03-11-2010	Euribor 3 meses acrescida 0,35%	271.982
Banif Finance 2007-2012	22-05-2007	22-05-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	280.482
Atlantes Mortgage N°1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,27%	173.204
Atlantes Mortgage N°1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,65%	22.500
Atlantes Mortgage N°1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 1,30%	12.500
Atlantes Mortgage N°1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 3,75%	2.500
Azor Mortgage N°1 classe A	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	60.578
Azor Mortgage N°1 classe B	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,38%	19.000
Azor Mortgage N°1 classe C	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,75%	9.000
Atlantes Mortgage N°2 classe A	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,33%	304.303
Atlantes Mortgage N°2 classe B	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,95%	18.400
Atlantes Mortgage N°2 classe C	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 1,65%	7.500
Azor Mortgage N°2 classe A	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	223.389
Azor Mortgage N°2 classe B	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,8%	46.500
Atlantes Mortgage N°3 classe A	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,2%	519.517
Atlantes Mortgage N°3 classe B	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	41.400
Atlantes Mortgage N°4 classe A	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	514.250
Atlantes Mortgage N°4 classe B	16-02-2009	20-03-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	35.750
Atlantes Mortgage N°5 classe A	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	455.000
Atlantes Mortgage N°5 classe B	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	45.000
Banif - SGPS 2008 - 2011	15-07-2008	15-07-2011	1.º ano: 6,25%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 0,75%	50.000
Banif Go 2009	25-11-2006	25-11-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	20.000
Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	19.278
Banif Cayman Zero Coupon USD 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	13.335
Beta Securitizadora 2017	06-06-2008	06-06-2017	11,00%	2.857
Beta Securitizadora 2018	06-11-2008	06-11-2018	10,50%	978
Beta Securitizadora	31-12-2008	-	-	14.781
Banco Mais PC 8ª emissão	08-10-2009	06-04-2010	1,71%	20.000
BMORE Finance N.º5 plc	01-11-2007	01-11-2017	Conduit +0,80%	275.000
Banco Mais 2007/2012	26-10-2007	26-10-2012	1,42%	30.000
Banco Mais 2007/2010	10-05-2007	10-05-2010	1,50%	50.000
Banco Mais 2005/2010	21-06-2005	21-06-2010	3,67%	20.000
BMORE N.º3 Class A Secured Floating Rate	01-05-2002	01-05-2012	Euribor 3 meses +0,32%	-
BMORE N.º3 Class B Secured Floating Rate	01-05-2002	01-05-2012	Euribor 3 meses +0,80%	-
BMORE N.º3 Class C Secured Floating Rate	01-05-2002	01-05-2012	Euribor 3 meses +1,50%	4.128
BMORE N.º4 Class A Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,20%	22.585
BMORE N.º4 Class B Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,35%	15.740
BMORE N.º4 Class C Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,55%	17.260
BMORE N.º4 Class D Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,94%	8.000
Banif 2009 - 2012 com garantia República Portuguesa	08-05-2009	08-05-2012	3,25%	498.854

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2009, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif Finance 2009 no montante de 225 milhões de euros.
- Banif Go, papel comercial, no montante de 22,8 milhões de euros.

O Grupo readquiriu 28.018 milhares de euros da emissão Banif Finance 2006 -2010, 19.51 milhares de euros (dos quais 12.992 milhares de euros em 2008) da emissão Banif Finance 2007 – 2012.

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBKA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo Banif, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de *rating*, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Morgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Morgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

BMORE Finance N.º3 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 3 plc foi efectuada em 17 de Maio de 2002 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o banco Banif Mais vendeu contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação foi de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

BMORE Finance N.º4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o banco Banif Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação é de 10 anos, com um revolving period de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o banco Banif Mais contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage n.º.4, Atlantes Mortgage N.º5 e Azor Mortgage N.º2 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

30. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2009 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação		Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2009
			Reforços			
Provisões para garantias e compromissos	3.211	-	274	-	(1.081)	2.404
Contingências fiscais	8.408	-	2.049	-	(570)	9.887
Outras provisões	1.605	184	4.177	(1.520)	(1.856)	2.590
Total	13.224	184	6.500	(1.520)	(3.507)	14.881

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica “provisões para contingências fiscais”, encontra-se registado, o montante de 1.714 milhares de euros (1.632 milhares de euros em 2008) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
Garantias prestadas (das quais:)	923.651	1.030.119
Garantias e avales	825.031	914.398
Aceites e endossos	64.302	85.467
Cartas de Crédito e Stand-by	3.145	2.844
Créditos documentários abertos	31.173	27.410

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
Outros passivos eventuais (dos quais:)	1.806.443	1.204.888
Fianças e Indemnizações	-	538
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	1.806.443	1.204.350
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	1.611.862	1.575.955
Compromissos irrevogáveis	410.970	462.651
Compromissos revogáveis	1.200.892	1.113.304
	<u>3.418.305</u>	<u>2.780.843</u>

Os “Activos dados em garantia” correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS E INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Banif - Banco de Investimento	30.000	30.000
Tecnicrédito	5.814	-
Banif - Banco Internacional do Funchal	433.868	333.893
Banif Go	21.000	21.000
Banif Finance	182.826	198.249
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(349.265)	(261.158)
Sub total	<u>324.243</u>	<u>321.984</u>
Encargos Financeiros e encargos diferidos	<u>(1.760)</u>	<u>1.121</u>
	<u>322.483</u>	<u>323.105</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As emissões do Grupo têm a seguinte composição:

<u>Emissão</u>	<u>Emissão</u>	<u>Detidas pelo Grupo</u>	<u>Total</u>
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	15.000	-	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	12.500	(8.720)	3.780
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	50.000	(15.530)	34.470
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	30.272	(30.272)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	38.040	(38.040)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	23.056	(23.056)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - perpétua	75.000	(75.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	25.000	(1.053)	23.947
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	100.000	-	100.000
Banif Go 2005 -2010	6.000	(6.000)	-
Banif Go 2008 - 2017	15.000	(15.000)	-
BBCA 2006 - 2016	20.000	(1.657)	18.343
BBCA 2007 - 2017	10.000	(759)	9.241
BBCA 2007 - perpétua	25.000	(25.000)	-
BBCA 2007 - 2017	10.000	(10.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	19.913	(280)	19.633
Banif Finance 2006 - perpétua	38.040	-	38.040
Banif Finance 2006 - 2016	48.369	-	48.369
Banif Finance 2009 - 2019	76.504	(68.898)	7.606
Banco Mais 2011	5.814	-	5.814
	<u>673.508</u>	<u>(349.265)</u>	<u>324.243</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,875%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15.000
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-05-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35%	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	16-07-2001	16-07-2011	1º cupão: 5,375%; cupões seguintes Euribor 6 meses acrescida de 0,75%	12.500
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	50.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	75.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	25.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	100.000
Banif Go 2005 -2010	30-06-2005	30-06-2010	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6.000
Banif Go 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescido 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	20.000
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,80%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,30%	19.913
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescido 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 2,37%	38.040
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%	48.369
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3%, Passivo emitido a 75%	76.504
Banco Mais 2011	Dez-04	Mar-11	taxa fixa: 2,25% mais juro suplementar	5.814

O Grupo readquiriu 30.087 milhares de euros da emissão Banif Finance 2004 – 2014, 11.960 milhares de euros da emissão Banif Finance 2006 – 2016 e 76.631 milhares de euros (dos quais 26.751 milhares de euros em 2008) da emissão Banif Finance 2006 – perpétua.

A rubrica “Instrumentos representativos de capital” correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs. A remuneração dos VMOCs é o somatório das componentes fixas e variável (fixa: 0.03 Eur por VMOCs / ano, variável: indexada ao valor anual do dividendo do ano anterior à data de pagamento). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 7.975 milhares de euros referentes à remuneração fixa dos VMOCs.
- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, emitidos pelo Banif, nas seguintes condições:
Emissão: 50 milhões de euros

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Data emissão: 30/12/2009

Data maturidade: indeterminada

Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

- (i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;
- (ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Em 31/12/2009, existem 10 milhões de euros detidos por entidades do Grupo.

32. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Credores e Outros Recursos	171.396	50.458
Por gastos com pessoal	30.592	25.800
Por gastos gerais administrativos	2.532	3.832
Outros juros e encargos similares	3.213	11.086
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	548	67.908
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	215	305
Posição cambial	7.910	24.110
Cobranças por conta de terceiros	395	134
Contribuições para outros sistemas de saúde	42	323
Credores por operações sobre futuros o opções	0	706
Sector público administrativo	17.108	33.742
Outros	234.205	179.148
	<u>468.156</u>	<u>397.552</u>

33. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Capital	490.000	350.000
Prémios de emissão	104.114	78.214
Outros instrumentos de capital	95.900	-
Acções próprias	(1.035)	(764)
Reservas de reavaliação	6.645	(24.539)
Reserva Legal	28.881	25.910
Outras reservas e resultados transitados (livres)	163.172	95.311
Resultado do exercício	54.075	59.237
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	238.174	279.401
Total do Capital	<u>1.179.926</u>	<u>862.770</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O capital social é constituído por 490.000.000 acções, de valor nominal de €1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

No decorrer do exercício de 2009, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 22,75 milhões de Euros relativos ao exercício de 2008, correspondentes a € 0,065 por acção (350.000.000 acções).

Em Setembro de 2009 foram realizadas as seguintes operações de capital próprio:

- A emissão de 140.000.000 acções escriturais do valor nominal de € 1 cada, em duas tranches:

(A) Uma primeira tranche, reservada a accionistas, no montante de até € 70.000.000,00, por entradas em dinheiro, mediante a emissão de até 70.000.000 acções escriturais do valor nominal de €1 cada, sendo o preço de subscrição de cada acção de € 1, realizado por subscrição pública;

(B) Uma segunda tranche, reservada a accionistas da Tecnicrédito SGPS, S.A. por contrapartida das entradas em espécie de 17.500.000 acções representativas de 100 % do capital social da Tecnicrédito SGPS, S.A. (Nota 5), mediante a:

- emissão de até 70.000.000 acções escriturais do valor nominal de € 1 cada, realizada por subscrição particular;

- a emissão de 70.000.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis ("VMOCs") com o valor nominal unitário de €1 cada.

Os VMOCs conferem ainda o direito a uma remuneração anual paga postecipadamente, a 30 de Setembro de cada ano. A remuneração dos VMOCs é o somatório das componentes fixas e variável (fixa: 0.03 Eur por VMOCs / ano, variável: indexada ao valor anual do dividendo do ano anterior à data de pagamento). A Banif – SGPS, SA tem registado no passivo um montante de 7.975 milhares de euros referentes à remuneração VMOCs (Nota 5 e Nota 31) .

As reservas de reavaliação registadas correspondem essencialmente às seguintes situações (valores líquidos de impostos): carteira títulos CSA (-8.874 milhares de euros), carteira títulos Banif – Banco de Investimento (- 1.907 milhares de euros), reavaliações imóveis (18.409 milhares de euros).

A informação sobre o rácio de solvabilidade, em base IFRS e Basileia, está apresentada no capítulo III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O resultado consolidado do Banif – Grupo Financeiro, foi determinado da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
BANIF - SGPS	33.627	(8.220)
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (inclui Banif Finance e veículos de securitização)	11.238	25.959
BANCO BANIF BRASIL	8.202	3.063
GRUPO TECNICRÉDITO	4.140	-
BANIF GO	3.726	1.414
FUNDOS E VEÍCULOS	3.352	5.312
BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIOS	3.261	30.253
BANCA PUEYO	2.506	3.066
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO	1.676	(143)
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS	1.546	3.261
BANIF AÇORES, SGPS	1.008	80
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd	937	(507)
BANIF FINANCE (USA) CORP.	734	(171)
BANIF FORFAITING COMPANY	719	37
BANIF RENT	675	45
BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS	589	690
BANIF SECURITIES INC.	491	(2.134)
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD	301	(1)
BETA SECURITIZADORA	213	258
INVESTAÇOR HÓTEIS	200	97
GAMMA	186	51
FINAB	158	108
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)	99	8.042
BANIF AÇOR PENSOES	81	78
BANIF INT. ASSET MANAGEMENT	63	182
IMOBILIARIA VEGAS ALTAS	34	56
BANIF MULTIFUND	24	13
HOTEL PICO	16	(10)
NUMBERONE SGPS	7	(6)
BANIF FINANCIAL SERVICES	2	2
CENTRO VENTURE	2	6
ECONOFINANCE	2	(2)
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ	1	(4)
BANIF (BRASIL)	(1)	(5)
MCO2	(9)	-
BANIF TRADING INC	(11)	(52)
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE	(16)	(80)
AÇORTUR	(37)	(11)
ESPAÇO DEZ	(56)	(23)
INVESTAÇOR, SGPS	(111)	(219)
TUROTEL	(156)	4
BANIF CAPITAL - SOC DE CAPITAL DE RISCO	(221)	(90)
BANIF IMOBILIARIA	(369)	(178)
BANIF COMERCIAL-SGPS	(426)	(96)
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)	(443)	(392)
BANIF SECURITIES HOLDINGS	(1.047)	(1.735)
BANIF - INVESTIMENTOS SGPS	(1.798)	(6.910)
BANIF BANK (MALTA)	(2.362)	(2.212)
BANIF INTERNATIONAL BANK	(3.081)	159
BANKPIME	(3.531)	(1.306)
BANIF (CAYMAN)	(4.062)	19
RENTIPAR SEGUROS, SGPS	(8.004)	-
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER	-	-
COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA	-	1.489
	54.075	59.237

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

34. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

Entidade	31-12-2009		31-12-2008	
	Valor balanço	Resultado	Valor balanço	Resultado
Banif Finance	134.996	(10.471)	176.941	(6.792)
Imogest	54.717	(1.378)	56.345	-
Banif Cayman	12.822	(680)	12.863	(930)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	5.222	38	3.457	12
Banif Bank (Malta)	4.856	919	2.972	884
Banif Fortuny	4.778	222	-	-
Investaçoer Hotéis SA	4.748	(138)	3.262	(67)
Banco Caboverdiano de Negocios	4.593	(550)	4.438	(645)
Banif International Holdings	2.099	(165)	1.269	89
Banif Iberia	1.925	(10)	-	-
Banif Nitor FIM	1.839	(313)	-	-
Capven	1.795	651	2.528	-
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	1.466	113	1.147	(3)
Banif Açor Pensões	1.446	(50)	1.395	(48)
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	1.060	(170)	615	(27)
Art Invest	1.011	146	1.241	-
Banif Maestro	482	(12)	-	-
SPE Panorama	458	2	214	3
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	448	(16)	431	10
Banif Finance (USA)	408	(131)	759	(2)
Banif Nitor Institucional FIM	288	(9)	-	-
Centro Venture	260	(2)	259	(6)
FIP Banif Real Estate	248	1	172	(4)
Banif Nitor FI Ações	196	(19)	-	-
Finab	181	(105)	156	(72)
Banif Inv. Moderado	147	-	-	-
Banif Forfaiting	132	(124)	37	(7)
Banif Inv. Conservador	59	-	-	-
Banif Capital	55	55	139	28
Beta Securitizadora	28	(2)	20	(2)
Banif Financial Services Inc	23	-	6	-
Banif Trading Inc	20	-	23	9
Investaçoer SGPS SA	(4.632)	77	2.738	151
Fundos Banif Multi Fund	-	-	4.840	-
Banif Portofolio	-	-	1.133	(107)
Amazonia Energia II	-	-	1	-
	238.174	(12.121)	279.401	(7.526)

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituído por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Em 2009 foram efectuadas recompras no montante de 45,1 milhões de euros.

- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

35. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	2.602	8.105
Juros de aplicações em IC	25.755	37.430
Juros de crédito a clientes	564.050	693.581
Juros de crédito vencido	11.588	9.899
Juros e rendimentos similares de outros activos	158.861	187.730
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	10.070	7.557
	<u>772.926</u>	<u>944.302</u>
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	11.692	9.828
Juros de recursos de outras IC	59.042	111.164
Juros de recursos de clientes	188.733	254.691
Juros de empréstimos	11.485	3.573
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	72.987	116.564
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	73.960	84.053
Juros de passivos subordinados	12.183	21.098
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	7.064	6.023
Outros	47.286	68.020
	<u>484.432</u>	<u>675.014</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Dividendos de activos financeiros disponiveis para venda	1.524	2.883
	1.524	2.883

37. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	12.041	10.007
Operações de crédito	1.246	1.396
Anuidades	3.255	3.120
Gestão de cartões	9.725	2.466
Transferência de valores	1.023	788
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	14.041	17.697
Administração de valores	554	1.390
Cobrança de valores	4.728	2.702
Depósito e guarda de valores	303	362
Outros serviços prestados	22.747	28.172
Outras comissões recebidas	56.312	48.149
	125.975	116.249
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	3.483	250
Por outros serviços recebidos	7.780	7.900
Outras comissões pagas	3.595	5.287
	14.858	13.437

Em rendimento com comissões encontram-se registados 14.041 milhares de euros (17.697 milhares de euros em 2008) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

38. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	199.647	75.037
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	37.199	20.243
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	429.736	697.290
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	22.508	65.856
	689.090	858.426
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	158.070	95.026
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	30.268	20.261
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	465.044	674.136
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	-	1.860
	653.382	791.283

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	7.193	5.462
Recuperação de crédito e juros	4.643	3.307
Reembolso de despesas	14.820	19.259
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	5.544	2.839
Recompra passivos emitidos	32.111	-
Outros	59.983	51.337
	124.294	82.204
Outros custos		
Quotizações e donativos	665	816
Contribuições para FGD e FGCAM	2.288	1.495
Outros impostos	10.932	9.406
Perdas na alienação de créditos a clientes	0	1.053
Outros	38.199	41.517
	52.084	54.287

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

40. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	9.112	9.384
Remuneração de empregados	114.750	110.201
	<u>123.862</u>	<u>119.585</u>
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	27.668	25.322
Encargos com pensões:		
- Plano de benefício definido (Nota 46.1.3 e Nota 46.1.5)	6.692	7.637
- Planos de contribuições definidas	2.984	960
Outros encargos sociais	2.281	1.694
	<u>39.625</u>	<u>35.613</u>
Outros custos com pessoal	6.920	7.408
	<u>170.407</u>	<u>162.606</u>

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Serviços especializados	38.466	33.462
Comunicações	13.303	13.898
Publicidade e edição de publicações	11.736	17.187
Deslocações, estadas e representação	6.283	7.144
Conservação e reparação	6.879	6.714
Água, energia e combustíveis	4.855	4.830
Rendas e alugueres	22.254	21.133
Seguros	2.789	2.470
Transportes	2.111	2.424
Material de consumo corrente	1.673	2.081
Formação de pessoal	1.072	1.553
Outros	15.709	21.343
	<u>127.130</u>	<u>134.239</u>

42. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2009 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2009
Imparidade em crédito concedido	253.714	145.281	242.685	(3.689)	(120.792)	517.199
Total	<u>253.714</u>	<u>145.281</u>	<u>242.685</u>	<u>(3.689)</u>	<u>(120.792)</u>	<u>517.199</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2009, o Banif – Grupo Financeiro recuperou 9.715 milhares de euros de crédito abatido ao activo, incluídos na rubrica “Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações” da demonstração de resultados.

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2009 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Entrada de entidades no perímetro de consolidação				Saldo em 31-12-2009
			Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	
Activos Financeiros disponíveis para venda	3.779	-	17.307	-	-	21.086
Activos não correntes detidos para venda	5.422	448	3.687	-	(5.288)	4.269
Investimentos em associadas e filiais	-	-	362	-	-	362
Propriedades de investimento	-	-	456	-	-	456
Devedores e outras aplicações	7.338	-	4.875	(4.888)	(898)	6.427
Total	16.539	448	26.687	(4.888)	(6.186)	32.600

43. RESULTADOS POR ACÇÃO

43.1 Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Básicos		
Resultado do exercício	54.075	59.237
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	384.259.464	300.607.649
Resultado por acção básico (expresso em € por acção)	0,14	0,20

43.2 Resultados por acção diluídos

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Diluídos		
Resultado do exercício	54.075	59.237
N.º médio de acções:		
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	384.259.464	300.607.649
VMOC's	17.643.836	-
Numero médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído	401.903.300	300.607.649
Resultado por acção diluído (expresso em € por acção)	0,13	0,20

44. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II – Actividade do Banif – Grupo Financeiro em 2009, ponto 2.3 – Controlo dos Riscos de Actividade do Relatório de Gestão.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 e respectivos métodos de valorização:

31-12-2009

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação		Total
		Análise de mercado	Outras	
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	176.062	138.260	38.165	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	324.632	145.682	-	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	84.511	10.644	10.216	105.371
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.623	42.707	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	220.249	-	220.249
Responsabilidade representadas por títulos	-	480.434	-	480.434

31-12-2008

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação		Total
		Análise de mercado	Outras	
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	146.057	124.164	6.903	277.124
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	234.738	13.308	-	248.046
Activos financeiros disponíveis para venda	89.881	53.980	15.615	159.476
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.934	-	41.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	267.196	-	267.196

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “responsabilidades representadas por títulos” incluída nesta análise corresponde à emissão do Banif 2009 – 2012, elemento coberto. As restantes emissões estão contabilizadas ao custo amortizado (Nota 29).

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.10.2.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos *swaps* de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2009, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	Moeda	
	EUR	USD
1 dia	0,29%	0,20%
7 dias	0,33%	0,23%
15 dias	0,35%	0,24%
1 mês	0,43%	0,27%
2 meses	0,45%	0,33%
3 meses	0,60%	0,36%
4 meses	0,70%	0,50%
5 meses	0,80%	0,64%
6 meses	0,90%	0,79%
7 meses	0,93%	0,79%
8 meses	0,95%	0,80%
9 meses	0,97%	0,80%
10 meses	1,07%	0,76%
11 meses	1,16%	0,71%
1 ano	1,26%	0,67%
2 anos	1,88%	1,42%
3 anos	2,25%	2,06%
4 anos	2,53%	2,52%
5 anos	2,81%	2,98%
6 anos	3,01%	3,26%
7 anos	3,22%	3,54%
8 anos	3,34%	3,68%
9 anos	3,46%	3,83%
10 anos	3,58%	3,97%
20 anos	4,06%	4,47%
30 anos	3,94%	4,54%

As alterações ao justo valor de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” imputáveis a alterações de risco de crédito da entidade tiveram um impacto de 917 milhares de euros nos resultados de 2008 (+9.558 milhares de euros em 2008).

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

31-12-2009

	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	829.290	829.290	-
Créditos e outros valores a receber	11.487.864	11.485.111	(2.753)
Activos não correntes detidos para venda	85.552	88.629	3.077
Passivos			
Recursos de IC's	3.010.055	3.010.055	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.801.474	6.801.474	-
Responsabilidade representadas por títulos	1.776.501	1.776.501	-

31-12-2008

	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	612.099	612.099	-
Créditos e outros valores a receber	10.336.949	10.336.924	-25
Activos não correntes detidos para venda	71.499	76.090	4.591
Passivos			
Recursos de IC's	3.046.852	3.046.852	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.514.863	6.514.968	105
Responsabilidade representadas por títulos	1.385.895	1.385.895	-

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2009 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

46. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

46.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

46.1.1 Descrição geral

Em 2008, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social.

O fundo e o respectivo Plano de Pensões, em vigor até à aprovação do referido Acordo de Empresa (AE), davam cumprimento ao conjunto de benefícios estipulados no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV) em matéria de Segurança Social, designadamente nas cláusulas 136ª e seguintes. Tratava-se de um Plano de Benefício Definido (BD) cujo financiamento era suportado pelo Associado (Sociedade) e pelos Participantes (colaboradores enquadráveis no âmbito da clausula 137ª-A do ACT).

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o Fundo foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III:

- Plano de Pensões I que deu continuidade ao anterior Plano de Pensões de BD, integrando não só os reformados – como decorre directamente da legislação aplicável – como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos);
- Plano de Pensões II, de Contribuição Definida (CD), que abrangeu todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu não só um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários, como também a atribuição de uma contribuição inicial a afectar às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras.
- Plano de Pensões III, também de Contribuição Definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários.

O Plano II e o Plano III iniciaram-se em 1 de Outubro de 2008, assim como as respectivas contribuições regulares do Associado e dos Participantes.

Em consequência da transformação do Plano de Pensões, houve uma redução material no número de empregados no activo abrangidos para efeitos da atribuição de complementos de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência (benefícios prometidos) ao abrigo pelo Plano de Benefício Definido. Para avaliar o impacto deste corte, foram efectuados estudos actuariais com referência a 1 de Outubro de 2008, tendo a Sociedade reconhecido até essa data as responsabilidades com o anterior Plano de Benefício Definido e, após essa data, as responsabilidades com o Plano de Pensões I.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Na data da transformação do Fundo, a Sociedade reconheceu também a totalidade das contribuições iniciais para o Plano de Pensões II (de Contribuição Definida).

Em 1 de Janeiro de 2009, esta Sociedade incorporou por fusão o Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), tendo sido transmitidos para a mesma todos os direitos e obrigações assumidos pela sociedade incorporada, implicando a integração na Sociedade de todos os meios humanos do BBCA e respectivos vínculos jurídico-laborais. Deste modo, a Sociedade assumiu as responsabilidades com o Plano de Pensões BBCA, que abrange todos os empregados da sociedade incorporada à data da fusão por incorporação.

46.1.2 Descrição dos benefícios

Os benefícios aos empregados assumidos pela Sociedade ao abrigo dos referidos planos de pensões são:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
 - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
 - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV), aos empregados do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, plano independente dos regimes públicos de Segurança Social. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;
- Fundo de Pensões BBKA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBKA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontractou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são da responsabilidade da actuária Dr.^a Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt (Portugal), Unipessoal Limitada, uma empresa Towers Watson.

46.1.3 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2009, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 86 Pensionistas (76, em 2008) e 18 Activos (26, em 2008), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.411 Activos (1.803, em 2008), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj	Unit Credit Proj	Unit Credit Proj
Tábua de Mortalidade:			
- Homens	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	6,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2008, alterou-se da taxa de desconto, que passou de 5,75% para 5,00% para o benefício de pensões de reforma do Plano de Pensões I, e 6,00% para o benefício do SAMS também do Plano de Pensões I. Esta alteração teve por objectivo

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto referidas corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos beneficiários.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 10 anos. Em contrapartida, para o benefício com os SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 26 anos.

Adicionalmente a taxa de crescimento salarial também foi alterada de forma a melhor ilustrar a realidade existente na Sociedade. Assim, face à última avaliação sofreu um decréscimo, passando para 3,00%.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço e o impacto do corte em 2008 eram:

	2009	2008			
		31/12/08	1/10/08	Corte	1/10/08
Valor Actual das Responsabilidades:					
Pensões em pagamento	18.799	12.573	12.386	0	12.386
Serviços passados de activos	3.015	8.346	8.167	(42.185)	50.352
Encargos com SAMS	4.986	5.204	4.982	(4.882)	9.864
Total	26.800	26.123	25.535	(47.067)	72.602
Justo valor dos activos do Plano	(26.930)	(25.913)	(28.217)	(39.114)	(67.331)
Deficit	(130)	210	(2.682)		5.271
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos					
"Corredor"	(2.693)	(2.612)	(2.554)	(4.707)	(7.260)
Excesso ao "Corredor"	(2.353)	(3.651)	(1.191)	(2.196)	(3.387)
Total	(5.046)	(6.263)	(3.745)	(6.903)	(10.647)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(5.176)	(6.053)	(6.427)		(5.377)
Efeito líquido do "corte" e transformação do Fundo:				1.050	

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de 349 milhares de euros (3.051 milhares de euros, em 2008).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 2.693 milhares de euros (2.612 milhares de euros, em 2008) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 2.353 milhares de euros (3.651 milhares de euros, em 2008), será amortizado por 1 ano, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para os SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 771 milhares de euros (805 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008), ou a redução de 765 milhares de euros (797 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 5,7 milhares de euros (24 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008), ou a redução 0,9 milhares de euros (25 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I (relativamente a 2008, apresenta-se separadamente os custos suportados até 1 de Outubro de 2008 e após essa data):

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Custo do serviço corrente	76	245	2.959
Custo dos juros	1.502	383	3.035
Rendimento esperado	(1.388)	(370)	(2.858)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	1.982	21	100
Encargos suportados benef. / outros	(19)	0	(551)
Total gastos do exercício	2.154	279	2.685

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2008) na medida em que todos se reformam por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto (em 2008 inclui o efeito do corte):

	2009	2008		
		31/12/08	Corte	1/10/08
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.123	25.535	(47.067)	73.567
Custo do serviço corrente	76	245	-	2.959
Custo dos juros	1.502	383	-	3.035
Perdas (ganhos) actuariais	544	351	-	(6.287)
Pensões Pagas	(1.445)	(391)	-	(672)
Valor Actual das Responsabilidades finais	26.800	26.123	(47.067)	72.602

e) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi (em 2008 inclui o efeito do corte):

	2009	2008		
		31/12/08	Corte	1/10/08
Valor do Fundo no início do ano	25.913	28.217	(39.114)	71.140
Rendimento esperado	1.388	370	-	2.858
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(64)	(2.283)	-	(6.545)
Contribuição entregue ao fundo	1.139	0	-	551
Pensões pagas pelo fundo	(1.445)	(391)	-	(672)
Valor do Fundo no final do ano	26.930	25.913	(39.114)	67.331

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As contribuições realizadas em 2009, no montante de 1.139 milhares de euros (551 milhares de euros, em 2008), foram realizadas em numerário.

Em 2010, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 353 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2009		2008	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.629	6,0%	539	2,1%
Fundos de Investimento	8.156	30,3%	8.240	31,8%
Dívida Pública	0	0,0%	0	0,0%
Obrigações diversas	3.436	12,8%	3.275	12,6%
Imóveis	9.332	34,7%	9.332	36,0%
Mercado monetário	3.046	11,3%	4.293	16,6%
Outros	1.332	4,9%	235	0,9%
Total	26.930	100,0%	25.913	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2008).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2009, 2.553 milhares de euros (1.875 milhares de euros, em 2008) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 2.925 milhares de euros (3.825 milhares de euros, em 2008) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior (apresentando-se separadamente os períodos até 1 de Outubro de 2008 e após essa data) foram:

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Taxa de Mortalidade	0,11%	0,06%	0,06%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,35%	0,35%
Taxa de Rendimento do Fundo	5,31%	-11,66%	-4,95%
Taxa Crescimento Salários	4,61%	4,01%	4,43%
Taxa Crescimento Pensões	1,45%	11,87%	11,87%
Taxa de 'turnover'	0,00%	6,00%	2,97%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2009	2008	2007	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades	26.800	26.123	73.567	72.499	64.941
Valor do Fundo	26.930	25.913	71.140	65.881	54.426
(Déficit) Superávit	130	(210)	(2.427)	(6.618)	(10.516)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	(544)	(351)	4.888	(2.121)	(11.033)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(64)	(2.283)	(2.169)	828	817

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

46.1.4 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2009, a Sociedade efectuou contribuições 2.793 milhares de euros (800 milhares de euros em 2008) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 89 milhares de euros de contribuição corrente (11 milhares de euros de contribuição corrente e 2.160 milhares de euros de contribuição inicial em 2008).

46.1.5 Plano de Pensões BBKA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2009, o Fundo abrangia uma população de 251 Pensionistas (241, em 2008) e 391 Activos (407, em 2008).

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2009	2008
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,75%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,75%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,75%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2008, alterou-se da taxa de desconto que passou de 5,75% para 5,50%. Esta alteração teve por objectivo reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto de 5,50% corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (16 anos).

Adicionalmente também foi alterada a taxa de crescimento de pensões de 2,0% para 1,75%, que, de acordo com a estimativa de longo prazo, se adequa à evolução da inflação.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2009	2008
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	51.284	47.398
Serviços passados de activos	49.198	47.544
Encargos com SAMS	6.584	6.211
Subsídio por Morte	1.839	1.702
Total	108.905	102.855
Justo valor dos activos do Plano	(101.073)	(92.046)
Deficit	7.832	10.809
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos		
"Corredor"	(10.891)	(10.286)
Excesso ao "Corredor"	(6.187)	(6.226)
Total	(17.077)	(16.511)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(9.245)	(5.702)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de 26.558 milhares de euros (27.210 milhares de euros, em 2008).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 10.891 milhares de euros (10.286 milhares de euros, em 2008) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 6.187 milhares de euros (6.226 milhares de euros, em 2008), será amortizado por 16 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para os SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 1.012 milhares de euros (957 milhares de euros, em 2008), ou redução de 1.013 milhares de euros (955 milhares de euros, em 2008) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 20 milhares de euros (19 milhares de euros, em 2008), ou redução de 17 milhares de euros (18 milhares de euros, em 2008).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	2.025	2.004
Custo dos juros	5.914	5.427
Rendimento esperado	(5.048)	(5.188)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	346	0
Custos Reformas Antecipadas	1.395	2.547
Encargos suportados pelos beneficiários	(94)	(117)
Total gastos do exercício	4.538	4.673

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2009	2008
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	102.855	98.670
Custo do serviço corrente	2.025	2.004
Custo dos juros	5.914	5.427
Perdas (ganhos) actuariais	322	(2.752)
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	1.395	2.547
Pensões Pagas	(3.606)	(3.041)
Valor Actual das Responsabilidades finais	108.905	102.855

e) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2009	2008
Valor do Fundo no início do ano	92.046	97.597
Rendimento esperado	5.048	5.188
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(591)	(16.456)
Contribuição entregue ao fundo	8.175	8.758
Pensões pagas pelo fundo	(3.606)	(3.041)
Valor do Fundo no final do ano	101.073	92.046

As contribuições realizadas em 2009, no montante de 8.175 milhares de euros, foram realizadas em numerário.

Em 2010, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 4.044 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2009		2008	
	Montante	%	Montante	%
Acções	5.734	5,7%	1.721	1,9%
Fundos de Investimento	54.024	53,5%	43.477	47,2%
Dívida Pública	0	0,0%	0	0,0%
Obrigações diversas	12.329	12,2%	10.939	11,9%
Imóveis	14.231	14,1%	14.231	15,5%
Mercado monetário	11.217	11,1%	22.202	24,1%
Outros	3.537	3,5%	(525)	-0,6%
Total	101.073	100,0%	92.046	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2008).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2009, 9.075 milhares de euros (6.095 milhares de euros, em, 2008) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 10.802 milhares de

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

euros (21.875 milhares de euros, em 2008) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2009	2008
Taxa de Mortalidade	0,77%	0,79%
Taxa de Invalidez	0,49%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	4,89%	-11,64%
Taxa Crescimento Salários	4,40%	4,12%
Taxa Crescimento Pensões	0,43%	3,83%
Taxa de 'turnover'	0,25%	1,21%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2009	2008	2007	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades	108.905	102.855	98.670	102.374	100.256
Valor do Fundo	101.073	92.046	97.597	90.854	82.140
(Déficit) Superávit	(7.832)	(10.809)	(1.073)	(11.520)	(18.116)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	(322)	2.752	9.477	2.094	(12.483)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(591)	(16.456)	(2.575)	1.638	1.271

46.2 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA celebrou, em 31 de Dezembro de 2008, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Sénior. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, correspondeu ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado "Plano Investimento Futuro", as quais foram transferidas para o actual contrato.

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 25,5 milhares de euros.

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.3 Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A.

A Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A. celebrou, em 5 de Junho de 2009, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Sénior. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 6,4 milhares de euros.

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.4 Banif – Banco de Investimento, S.A. e Associadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26 de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 159,1 milhares de euros (160,2 milhares de euros em 2008), sendo 137,1 milhares de euros (138,6 milhares de euros em 2008) pelo Banif – Banco de Investimento, 18,5 milhares de euros (19,3 milhares de euros em 2008) pela Banif Gestão de Activos e 3,5 milhares de euros (2,3 milhares de euros em 2008) pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 35,2 milhares de euros (27 milhares de euros em 2008).

47. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de “Rendas e alugueres” dos Gastos Gerais Administrativos (Nota 41) e referem-se principalmente a edifícios arrendados para instalação de balcões.

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

<u>Outros activos em locação operacional</u>	<u>Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável</u>	<u>Pagamentos mínimos em locação</u>	<u>Rendas contingentes reconhecidas em resultados</u>
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	5.781	55	17
Entre 1 e 5 Anos	3.649	459	148
Superior a 5 Anos	36.373	-	-
Total	<u>45.803</u>	<u>514</u>	<u>165</u>

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

48. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de		Associadas		Acionistas		Outras Entidades	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Crédito e aplicações	1.859	1.781	81	103	65.079	108.894	16.447	13.868	1.250	16.907
Depósitos	3.706	4.881	812	866	22.865	42.970	81.880	37.675	7.767	1.747
Suprimentos	-	-	-	-	6.677	6.677	-	-	13.500	13.750
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	1.136	-	13.505	15.000	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	6	915	-	5	292	15.802
Comissões e serviços	-	1	-	-	726	413	14	75	7	814
Juros e encargos	127	125	29	24	1.159	2.278	1.635	4.391	56	361
Juros e Rendimentos	28	36	2	2	2.741	681	420	54	472	63

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão

2009

Remunerações fixas: 1.708 milhares de euros

Remunerações variáveis: 1.624 milhares de euros

2008

Remunerações fixas: 1.631 milhares de euros

Remunerações variáveis: 1.302 milhares de euros

As partes relacionadas do Banif - Grupo Financeiro são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Comendador Horácio da Silva Roque
 Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
 Dr. Carlos David Duarte de Almeida
 Dr. António Manuel Rocha Moreira
 Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
 Dr. José Marques de Almeida
 Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
 Dr. Fernando José Inverno da Piedade
 Sr. Vítor Hugo Simons
 Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Paula Maria Ramos dos Santos Caetano
Paula Cristina Moura Roque
Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Gouveia Marques dos Santos
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes
Nicole Rangel Fernandes
Mateus Boarotto Fernandes
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
João Paulo Pereira Marques de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Héloïse Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Ana bela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nidia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS
Companhia de Seguros Açoreana
Espaço Dez
Banca Pueyo
Bankpime
Imobiliária Vegas Altas
MCO2
Banco Pecúnia

Accionistas:

Rentipar Financeira, SGPS
Vestiban – Gestão e Investimentos
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evaesco SGPS
Jorge Sá
J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Outras entidades:

Renticapital, Investimentos Financeiros, SGPS
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Industria SGPS
Rentiglobo, SGPS
Empresa Madeirense de Tabacos
SIET Savoy
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira
RAMA – Rações para Animais
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas
Aviatlântico
SOIL, SGPS
Rentimundi – Investimentos Imobiliários
Mundiglobo – Habitação e Investimentos
Habiprede – Sociedade de Construções
Genius – Mediação de Seguros
Rentimedis – Mediação de Seguros
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo (ver Nota 46)
Dualimo

49. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2009, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

Em Janeiro de 2010, o Banif - Grupo Financeiro celebrou um acordo de venda com o Banco Société Générale Brasil, S.A. para a aliena o da participa o de 30% do Banco Pecúnia, S.A. no Brasil pelo montante de 15,2 milhões de euros.

A Rentipar Seguros, SGPS, SA celebrou um acordo para a aquisi o de uma participa o de 83,52% no capital social e direitos de voto da Global – Companhia de Seguros, SA e de 83,57% no capital social e direitos de voto da Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA, pelo montante de 114,6 milhões de euros, cujo processo ficou nesta data concluido em Março de 2010.

50. NORMAS E INTERPRETA ES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Seguidamente apresentam-se as normas e interpreta es recentemente emitidas pelo IASB/IRIC que ainda não entraram em vigor e que o Grupo não adoptou antecipadamente nas suas demonstra es financeiras.

Normas e interpreta es endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstra es Financeiras de exercícios que terminem em 2010:

Altera es na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensura o – Itens elegíveis para cobertura

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano

2.6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento.

De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *equity swap* devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

VII. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no Regulamento n.º 1/2010 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e no art.º 245.º-A do Código de Valores Mobiliários



CAPÍTULO 0

Declaração de cumprimento

0.1. Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

A sociedade não se encontra sujeita a quaisquer códigos de governo das sociedades ou códigos de conduta específicos, a cujo cumprimento se tenha voluntariamente obrigado.

0.2. Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas.¹

Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

0.3. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

I. ASSEMBLEIA GERAL

I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

I.1.1 *“O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade”.*

Recomendação adoptada

I.1.2 *“A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade”.*

Recomendação adoptada

¹Nas situações tidas por relevantes referem-se esclarecimentos adicionais.



I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

I.2.1 “A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis”.

Recomendação adoptada

I.2.2 “Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão”.

Recomendação adoptada

I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

I.3.1 “As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por Correspondência”.

Recomendação adoptada

I.3.2 “O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis”.

Recomendação adoptada

I.3.3 “As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção”.

Recomendação adoptada

I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES

I.4.1 “As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei”.

Recomendação adoptada

I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

I.5.1 “As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam



informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes”.

Recomendação adoptada

I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES

I.6.1 *“As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas”.*

Recomendação adoptada

Não existem medidas adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

I.6.2 *“Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione”.*

Recomendação adoptada

Os estatutos não prevêm qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.6.3 *“Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração”.*

Recomendação adoptada

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. TEMAS GERAIS

II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA



II.1.1.1 “O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar”.

Recomendação adoptada

A avaliação em referência consta do ponto IV do presente documento.

II.1.1.2 “As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário”.

Recomendação adoptada

O sistema de controlo interno está descrito no ponto II. 5. do presente Relatório.

II.1.1.3 “Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade”.

Recomendação adoptada

II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 “O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos”.

Recomendação não adoptada

Dada a específica natureza de sociedade holding da Banif – SGPS, SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif – Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, o Conselho de Administração não dispõe de uma Comissão Executiva e, em consequência, todos os administradores são executivos.

II.1.2.2 “De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores”.

Recomendação não adoptada

Esta recomendação considera-se não adoptada, na sequência da não adopção da Recomendação n.º II.1.2.1, ou seja, a inexistência de administradores não executivos, no órgão de administração.

II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO



II.1.3.1 *“Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções”.*

Recomendação adoptada

II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 *“A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante”.*

Recomendação adoptada

A política de comunicação de irregularidades da Sociedade é objecto de descrição no ponto II.35 do presente Relatório.

II.1.4.2 *“As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades”.*

Recomendação adoptada

As linhas gerais da política de comunicação de irregularidades estão descritas no ponto II.35 do presente Relatório.

II.1.5 REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 *“A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa”.*



Recomendação adoptada

A Banif – SGPS, S.A. considera esta Recomendação adoptada, não obstante a remuneração dos membros do órgão de administração, ao nível da Banif – SGPS, S.A., seja efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho de Administração.

O referido entendimento quanto à Recomendação em análise deve-se ao facto de que a componente mais substancial da remuneração dos membros do órgão de administração/gestores do Banif – Grupo Financeiro não decorre das funções exercidas por estes na Banif – SGPS, S.A., individualmente considerada, mas sim das funções que igualmente exercem nas várias sociedades ditas “operacionais” do Grupo, estas sim intervindo directamente no mercado.

Esta circunstância está relacionada com o facto de que a Banif - SGPS, S.A., enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo.

Os proveitos da Banif - SGPS, S.A. são gerados exclusivamente por via dos dividendos recebidos, directa e indirectamente, das sociedades operacionais, ou seja, dependem, em absoluto, dos resultados destas entidades em cuja estrutura accionista exerce uma posição dominante.

Pela razão descrita, e como referido, a remuneração auferida pelos administradores da Banif - SGPS, S.A. directamente associada às funções especificamente desempenhadas na sociedade representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif – Grupo Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.

É em cada uma destas sociedades operacionais que a componente variável de remuneração está dependente da performance da empresa.

Esta política remuneratória permite, segundo o entendimento da Banif – SGPS, S.A., alinhar a remuneração (globalmente considerada, ao nível de todo o Banif – Grupo Financeiro) de cada administrador pelo desempenho e pelos resultados das sociedades operacionais que estão sob a sua administração e sob a sua responsabilidade directa, uma vez que estes condicionarão os próprios dividendos a receber pela Banif - SGPS, S.A. e, conseqüentemente, os seus próprios resultados.

A CMVM já manifestou, porém entendimento diverso, considerando que esta recomendação não é adoptada pela Banif – SGPS, S.A.

II.1.5.2 *“A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes”.*

Recomendação adoptada

II.1.5.3 *“Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas”.*

Recomendação adoptada



II.1.5.4 *“Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários”.*

Recomendação não aplicável

Actualmente, não estão em vigor, nem estão previstos, planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, nem existe um sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

II.1.5.5 *“A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas”.*

Recomendação não adoptada

Não é adoptada a divulgação anual das remunerações, em termos individuais considerando os valores auferidos noutras empresas do Grupo, relativamente aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, por se considerar que o acréscimo de transparência que, de tal prática, poderia, eventualmente, advir, não seria compensado pelos inconvenientes da mesma resultantes.

II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1 *“Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade”.*

Recomendação não adoptada



Como se referiu anteriormente, dada a específica natureza de sociedade holding da Banif – SGPS, SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif – Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, entende-se que carece de sentido a delegação de tais funções numa Comissão Executiva. No entanto, a delegação de funções do Conselho de Administração numa Comissão Executiva, é prática seguida em todas as sociedades do Banif – Grupo Financeiro com administração quotidiana significativa.

II.2.2 *“O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais”.*

Recomendação adoptada

II.2.3 *“Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade”.*

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões oportunamente mencionadas, o Conselho de Administração da sociedade não é integrado por administradores não executivos.

II.2.4 *“O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais estrangimentos deparados”.*

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões mencionadas, o Conselho de Administração da sociedade não é integrado por administradores não executivos.

II.2.5. *“O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos”.*

Recomendação adoptada

II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



II.3.1 *“Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aquelas requeridas”.*

Recomendação adoptada

II.3.2 *“O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões”.*

Recomendação não aplicável

A Recomendação é considerada não aplicável na medida em que a sociedade não dispõe de uma Comissão Executiva. No entanto, importa referir que, de acordo com a prática seguida na sociedade, o Presidente do Conselho Fiscal está presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, recebendo, antecipadamente e relativamente a cada reunião, a respectiva convocatória e a respectiva agenda, bem como, subsequentemente, a respectiva acta. Pelo exposto, considerando que o Presidente do Conselho de Administração tem funções executivas, considera-se esta Recomendação como materialmente cumprida.

II.3.3 *“O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões”.*

Recomendação não aplicável

Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governança adoptado, que não prevê as figuras do “Presidente do Conselho de Administração Executivo nem do “Presidente do Conselho Geral e de Supervisão”. Relevam, no entanto, as considerações desenvolvidas a respeito da recomendação imediatamente anterior.

II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

II.4.1 *“O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais”.*

Recomendação não aplicável



Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governação adoptado, que não prevê a existência de um “Conselho Geral e de Supervisão”.

II.4.2 *“Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas”.*

Recomendação adoptada

II.4.3 *“Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados”.*

Recomendação adoptada

II.4.4 *“A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios”.*

Recomendação adoptada

II.4.5 *“A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito”.*

Recomendação adoptada

II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.5.1 *“Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões*



existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria”.

Recomendação não adoptada

Tendo em consideração a específica natureza de sociedade holding da Banif – SGPS, SA, a inexistência, pelas razões anteriormente descritas (cfr. v.g. comentário à Recomendação n.º II.2.1), de administradores não executivos e a própria dimensão do Conselho de Administração (composto por sete elementos), tem sido entendimento deste órgão que não estão reunidas as condições ou os pressupostos para a criação das comissões previstas na presente Recomendação.

II.5.2 “Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração”.

Recomendação adoptada

Os membros da Comissão de Remunerações, eleitos na Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2009 para o triénio 2009-2011, são independentes, designadamente tendo em consideração os requisitos de independência previstos no art.º 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

II.5.3 “Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem”.

Recomendação adoptada

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.2 “As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor”.

Recomendação adoptada

III.1.3 “A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Estatutos;
- c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas;



f) Calendário semestral de eventos societários

g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;

h) Convocatórias para a realização de assembleia geral”.

Recomendação adoptada

0.4. O órgão social ou a comissão em causa deve ajuizar em cada momento da independência de cada um dos seus membros e fundamentar aos accionistas, através de declaração incluída no relatório sobre o governo da sociedade, a sua apreciação, seja no momento da designação, seja quando se verifique circunstância superveniente que determine a perda da independência.²

Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A., declara, nos termos e para efeitos do disposto no ponto 0.4. do anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010, que, com referência à data de 31 de Dezembro de 2009, tendo efectuado um juízo de aferição da “independência” (considerada nos termos descritos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais) a todos os seus membros, nomeados durante o exercício a que se refere o presente relatório, para o mandato correspondente ao triénio 2009/2011, concluiu que o Vogal Diogo António Rodrigues da Silveira deverá ser considerado independente uma vez que reúne todos os requisitos legalmente previstos para preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não está associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontra em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão. Relativamente aos demais membros do Conselho de Administração, considerou-se que não reúnem os mencionados requisitos, atento o disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais e o número de ocasiões em que foram reeleitos para órgãos sociais.

O Conselho de Administração

² As declarações constantes deste ponto consubstanciam transcrições dos documentos originais assinados e arquivados na sociedade.



Declaração do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A., declara, nos termos e para efeitos do disposto no ponto 0.4. do anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010, que, com referência à data de 31 de Dezembro de 2009, tendo efectuado um juízo de aferição da “independência” (considerada nos termos descritos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais) a todos os seus membros, nomeados durante o exercício a que se refere o presente relatório para o mandato correspondente ao triénio 2009/2011, concluiu que o Presidente Fernando Mário Teixeira de Almeida e o Vogal António Ernesto Neto da Silva deverão ser considerados independentes, uma vez que reúnem todos os requisitos legalmente previstos para o preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão. Relativamente ao Vogal José Lino Tranquada Gomes, considerou-se que não reúne os mencionados requisitos, atento o disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais e o número de ocasiões em que foi reeleito para órgãos sociais.

O Conselho Fiscal



CAPÍTULO I

Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 14.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários. Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam.

Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Secretário: Miguel José Luís de Sousa

I.2. Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição de ambos os membros da mesa da assembleia-geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

I.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício não auferirá qualquer remuneração decorrente das respectivas funções.

I.4. Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral.

A participação e o exercício de voto em Assembleia Geral dependem da escrituração da titularidade de acções que confirmam direito a, pelo menos, um voto, até 5 (cinco) dias úteis, inclusive, antes da data marcada para a referida reunião, conforme disposto no art.º 17.º, n.º 3 do Contrato de Sociedade.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral.



Na circunstância de suspensão da reunião da Assembleia Geral, dispõe o n.º 6 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade que não é obrigatório o bloqueio das acções durante todo o período até que a sessão seja retomada, aplicando-se a antecedência requerida na primeira sessão.

I.6. Número de acções a que corresponde um voto.

No seguimento de alteração aprovada por deliberação da Assembleia Geral no exercício transacto, o contrato da sociedade passou a fazer corresponder 1 (um) voto a cada acção.

A alteração do art.º 17.º, n. 2 dos Estatutos permitiu acolher as mais recentes recomendações da CMVM, enfatizando o esforço da sociedade em fomentar a participação dos detentores de capital nos actos deliberativos.

I.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

O Contrato de Sociedade não prevê a existência de acções com as características descritas.

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais (CSC), existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto no art.º 18.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.9. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

O contrato de sociedade prevê o exercício do direito de voto por correspondência, por parte dos accionistas, na Assembleia Geral.

Em conformidade com o previsto na alínea f) do n.º 5 do art.º 377.º do Código das Sociedades Comerciais, o Contrato de sociedade (art.º 17.º) regula a forma como o voto por correspondência se processa, bem como as condições de segurança a que deve obedecer e consagra a sua relevância para a formação do quórum constitutivo.



I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

A sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet – www.grupobanif.pt – um modelo elaborado de modo a conter os diversos conteúdos requeridos para o exercício de voto por correspondência. Importa referir que, conforme o art. 17.º, n.º 5, al. c. do Contrato de sociedade, a existência de um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência num modelo que não o padrão, desde que recebido no prazo estipulado e cujo sentido de voto seja inteligível e inequívoco.

I.11. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral.

No voto por correspondência são considerados os votos expedidos por carta registada com aviso de recepção, recebidos na sede da sociedade até às dezassete horas do dia útil anterior à data da assembleia (cf. Cap. IV, art. 17.º, n.º 3, do Contrato de Sociedade).

I.12. Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos na Assembleia Geral.

I.13. Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos da actas das reuniões das assembleias gerais no sítio internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia geral.

Os accionistas da sociedade podem aceder, no sítio de internet – www.grupobanif.pt – aos extractos das actas das reuniões das assembleias gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de 5 dias após a realização das mesmas.

I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

A sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet – www.grupobanif.pt – informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade referentes aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.



I.15. Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias gerais.

Nas assembleia geral anual da sociedade, a comissão de remunerações foi representada por dois dos seus três membros, Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A. e Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A..

I.16. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, cujo membros (3) são eleitos directamente pela Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 1 do Contrato de sociedade). Além disso, a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, sobre a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 31.º, n.º 4 do Contrato de sociedade).

I.17. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia-geral com vista a uma avaliação correcta desses planos.

Depende de deliberação da Assembleia Geral a criação de qualquer sistema de opções sobre as acções representativas do capital social da sociedade (art.º 31.º, n.º 5 do Contrato de sociedade).

I.18. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

A concessão aos membros dos órgãos sociais de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência depende de deliberação da Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 6 do Contrato de Sociedade). No entanto, a Assembleia Geral poderá delegar na Comissão de Remunerações os poderes para o efeito.



I.19. Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

Não aplicável, na medida em que o Contrato de Sociedade não prevê a limitação de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem nem estão previstas quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.21. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

I.22. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

CAPÍTULO II

Órgãos de Administração e Fiscalização



SECÇÃO I – TEMAS GERAIS

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Em termos de governação, a sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (Reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais.

A administração da sociedade está confiada a um Conselho de Administração (cfr. art.º 20.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, eleitos em Assembleia Geral, por mandatos de 3 anos.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 27.º e seguintes do Contrato de Sociedade), constituído por um mínimo de 3 membros efectivos eleitos em Assembleia Geral por mandatos de 3 anos e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

II.2. Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas.

O Conselho de Administração da sociedade, no âmbito de um processo de reconfiguração iniciado em 2007 e progressivamente implementado até à presente data, criou um Modelo de Governo alinhado com seis objectivos fundamentais:

- Criar as condições ideais para o desenvolvimento sustentado do Banif - Grupo Financeiro, em linha com as orientações estratégicas aprovadas: forte crescimento e controle do risco;
- Manter a autonomia, flexibilidade e capacidade de inovação das empresas, afectando-as à responsabilidade dos gestores profissionais;

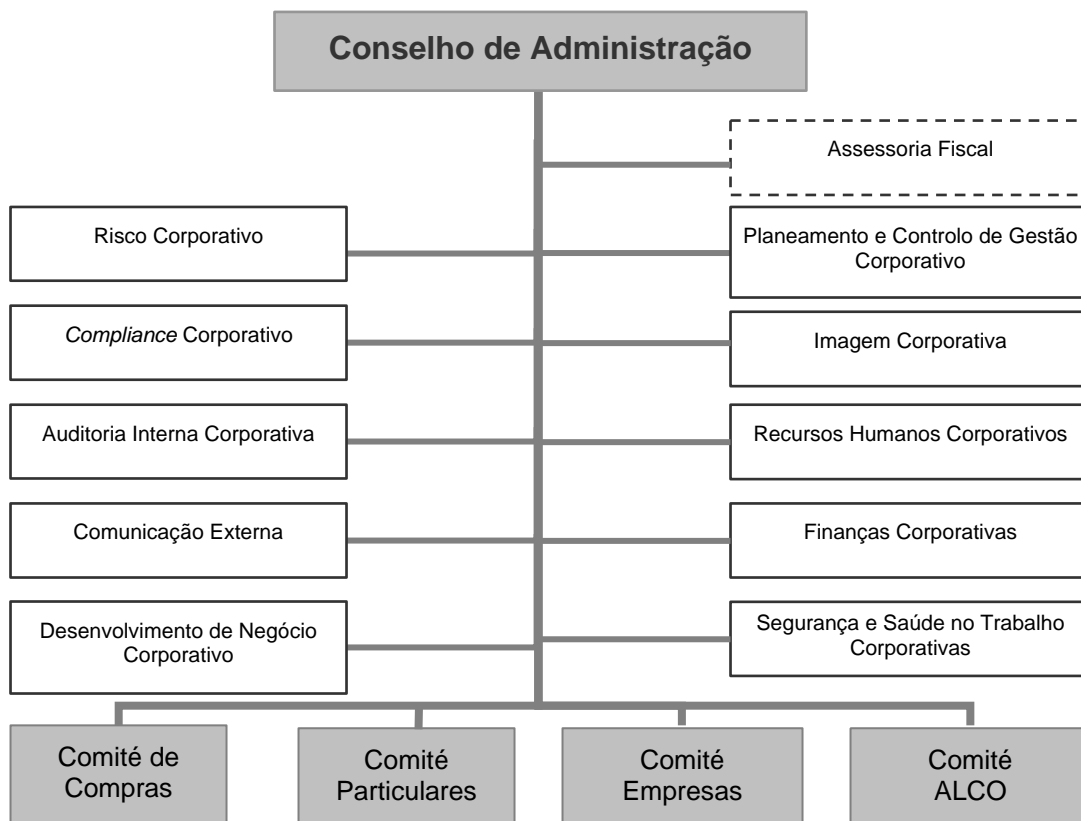


- Reforçar o papel do Presidente Executivo do Grupo apoiando esse papel com as soluções necessárias face ao crescimento e maior complexidade do portfolio de negócios;
- Dotar a “*holding*” de uma estrutura própria, com competência e dimensão suficientes para desenvolver as funções essenciais de apoio ao Grupo;
- Alinhar o modelo com as recomendações dos mercado de capitais e códigos de boa conduta, reforçando a imagem de transparência, rigor e controlo de risco do Grupo;
- Fortalecer a capacidade de explorar sinergias de receita e de custo, através de mecanismos transversais aos negócios



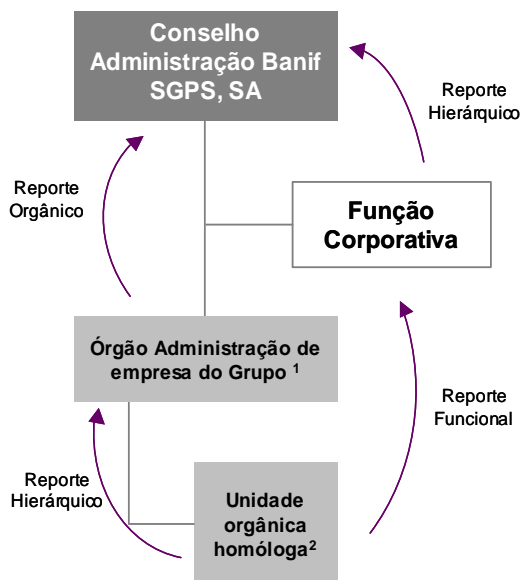
Com vista aos desideratos propostos, foi estruturado um Modelo de Governo que se caracteriza nos termos seguintes:

- O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA constitui-se como órgão executivo mais elevado do Grupo, com uma organização e funcionamento concretamente definidos e sustentando a sua actuação num modelo interventivo na supervisão dos negócios e na definição de estratégias transversais ao Grupo;
- O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA é apoiado por um centro corporativo, composto por dez funções corporativas, com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando cada função a um membro do Conselho de Administração.
- O papel integrador das funções corporativas encontra-se reforçado pela constituição de quatro comités transversais para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo. Os comités têm a participação de quadros das várias Unidades de Negócio e, sempre que necessário, a implementação das medidas propostas é objecto de ratificação em Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA;



- v) A efectiva implementação do novo modelo de governo implicou um novo modelo de relacionamento entre a *Holding* e as *Unidades de Negócio*.

Modelo de relacionamento das funções corporativas

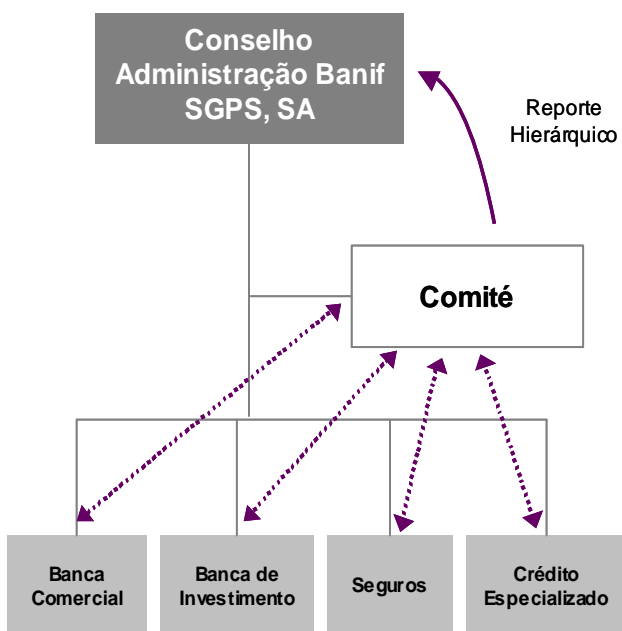


- As funções corporativas reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração da Banif SGPS através do Administrador do pelouro;
- As unidades orgânicas homólogas das várias sociedades do Grupo reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração das mesmas;
- As unidades homólogas das várias sociedades do Grupo, para além do reporte hierárquico referido, reportam funcionalmente às funções corporativas no âmbito das atribuições das funções corporativas;
- O reporte funcional concretiza-se através da definição de metodologias, a direcção de processos transversais ao Grupo, na articulação da actividade e, eventualmente, na avaliação da adesão às políticas;
- Caso as medidas careçam de expressão em normas, estas serão aprovadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS, e comunicadas aos órgãos de administração das empresas do Grupo para implementação.

(1) Conselho de Administração, Comissão Executiva (consoante o modelo de de gestão);
(2) Estrutura orgânica (direcção, gabinete, núcleo, etc.) com atribuições no âmbito de função corporativa



Modelo de relacionamento dos Comitês



◀.....▶ Interação e participação no comité

- Os comités constituem mecanismos que visam promover a articulação entre as Unidades de Negócio (e as empresas que as compõem) do Grupo;
- Os comités assumem maior formalismo organizativo, funcionando com base em Regulamento, Plano de Actividades e Orçamento, aprovados pelo Conselho de Administração da Banif SGPS ;
- Cada comité é presidido por um membro do Conselho de Administração da Banif SGPS;
- Os membros do comité são Administradores das várias Unidades de Negócio do Grupo, cuja participação é consensualizada com as respectivas administrações ou Comissões Executivas;
- Os comités materializam a sua actividade na elaboração de propostas de iniciativas e no acompanhamento da sua implementação; e comunicam, às administrações ou Comissões Executivas das empresas participantes, os acordos adoptados através da circulação de actas;
- A execução de quaisquer iniciativas processa-se através das Unidades de Negócio e empresas, carecendo das aprovações hierárquicas internas – de acordo com os modelos de decisão internos aplicáveis.

II.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

A sociedade não dispõe de Conselho Geral e de Supervisão, de Comissão para as matérias financeiras ou de Comissão de Auditoria.

II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.



Ao nível do modelo de Governo da Sociedade, foi dada continuidade ao processo iniciado anteriormente, de implementação de um Centro Corporativo, integrado por funções e comités corporativos, através do qual se pretende dotar a Banif SGPS, como entidade de topo do Banif – Grupo Financeiro, de uma estrutura com competência e dimensão adequadas para a condução transversal e concertada da sua actividade societária e comercial.

Uma das funções referidas, Risco Corporativo, tem como missão principal assessorar o Conselho de Administração da Banif SGPS na gestão integrada dos riscos inerentes às actividades do Banif – Grupo Financeiro, em adequação com as exigências e recomendações das entidades supervisoras, promovendo a sua mitigação e incorporação na tomada de decisão.

Tratando-se essencialmente de uma função de controlo, a sua principal preocupação tem sido sobretudo relacionada com a obtenção e estruturação lógica de informação que permita assegurar o controlo dos diversos riscos de actividade a que o Grupo se encontra exposto, bem como na definição de políticas de risco globais e estruturantes e na promoção e desenvolvimento de projectos de risco de natureza transversal ao Banif - Grupo Financeiro.

Em linha com as recomendações internacionais dos órgãos de supervisão e das melhores práticas, o Grupo reconhece a necessidade de adoptar um compromisso com a Gestão do Risco, quer ao nível de Processos e Tecnologias quer ao nível de Pessoas e Culturas, o que, no contexto das suas actividades, é relativamente complexo, face à diversidade de entidades que o compõem e às diversas geografias onde se encontra presente.

Em termos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos, o sistema de gestão de riscos do Grupo é exercido em cada uma das suas entidades efectuando-se, ao nível corporativo, um trabalho de natureza similar, agregador de riscos e essencialmente vocacionado para as actividades de controlo. No essencial, é proporcional à dimensão, natureza e complexidade das actividades, estando em linha com a natureza e magnitude dos riscos que o Grupo assume ou pretende assumir.

Para suporte de parte das actividades da Função de Risco Corporativo foi implementado um sistema de informação corporativo que assenta em *DataMarts* de Risco e para o qual contribuem todas as entidades do Grupo que concorrem para o perímetro de supervisão. O Grupo dispõe de tecnologia avançada para a recolha, tratamento e preparação de informação de gestão e de natureza prudencial, para os principais riscos da actividade. Os colaboradores afectos às actividades de recolha e tratamento de informação dispõem de formação adequada.

Para garantir formatos adequados e coerência na informação preparada a nível consolidado, para efeitos de gestão e de supervisão, foram efectuados *Reporting Packages* onde estão descritos todos



os campos de informação necessários, os procedimentos, os responsáveis pela informação e o calendário de reporte. Estes manuais são actualizados sempre que necessário e são divulgados em português e inglês a todas as entidades envolvidas no processo.

O programa de desenvolvimento do *DataMart* Corporativo irá continuar de modo a abranger um leque de informação mais vasto e que possibilite a gestão e integração dos riscos mais significativos.

O Grupo definiu a sua estratégia de risco, assente na definição de linhas globais de orientação, baseadas na atitude face ao risco e nas abordagens de gestão de risco mais adequadas às suas actividades.

No último exercício, o Grupo continuou a promover o desenvolvimento do seu Sistema de Controlo Interno, fomentando sinergias com as actividades de Risco Operacional e mantendo como objectivos a atingir e melhorar:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno quer ao nível central quer ao nível das filiais;
- Promover a efectividade e eficiência nas operações;
- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;
- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num *framework* desenvolvido internamente, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- Ambiente de Controlo – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores conferindo-lhe disciplina e estrutura;
- Avaliação do Risco – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), por forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos;
- Actividades de Controlo – Assentando em políticas e procedimentos adequados, com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo;
- Informação & Comunicação – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução;



- Monitorização - Avaliando a qualidade da *performance* do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno Corporativo, foram acompanhadas e promovidas, em 2009, diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando, para o efeito, os questionários completos de *Self-Assessment*;
- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foram realizados, durante o primeiro semestre, o Relatório de Controlo Interno do Grupo Rentipar Financeira e os Relatórios Individuais de todas as filiais consideradas mais relevantes nos termos do Modelo de Avaliação de Riscos do Grupo, definido pela entidade de supervisão;
- Apresentação do Projecto de Remediação junto das filiais e definição das Acções a realizar;
- Elaboração dos *Project Charters* (Documento de compromisso com as filiais);
- Execução de acções de *Follow-Up* dos Projectos de Remediação com reporte periódico dos pontos de situação das deficiências ao Conselho de Administração;
- Realização de acções de formação *On-Job Training* no âmbito do Controlo Interno e utilização da aplicação SAS OpRisk;
- Identificação dos controlos existentes nas várias filiais do Grupo, sendo que, numa primeira fase, procedeu-se ao envio de Questionários de *Control Self-Assessment* para as várias Entidades do Grupo.

Em linha com as orientações regulamentares e, em particular, com o Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas em cada filial. Assim, em cada momento, é possível saber o *status* de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre as filiais e os órgãos corporativos de controlo, que facilita, naturalmente, o conhecimento do Grupo e de cada uma das entidades que o compõe.

A equipa corporativa de apoio ao Sistema de Controlo Interno estabelece um diálogo regular com os responsáveis de Controlo Interno das filiais, promovendo a disseminação das orientações do Grupo e colaborando para a proficiência do sistema de gestão de riscos do Grupo.

O grupo promove, com regularidade, análises de sensibilidade e de cenários, elaborando testes idiossincráticos e de carácter sistémico por forma a avaliar o seu impacto nas principais rubricas e indicadores da actividade ao nível consolidado. O resultado destes testes, quando material, é



considerado como *input* para as decisões de gestão, avaliando-se as vulnerabilidades detectadas e as medidas correctivas mais adequadas para a sua mitigação. Assim, também com referência a 31 de Dezembro de 2009, foi elaborado um Relatório sobre a matéria, dando cumprimento à Instrução n.º 32/2009.

Dando continuidade ao desenvolvimento das iniciativas referentes ao Acordo de Basileia II foi, em 2009, elaborado o primeiro Relatório sobre o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (adiante designado ICAAP) em conformidade com a Instrução n.º 15/2007, cumprindo-se assim os requisitos estabelecidos pelo Acordo para o Pilar II.

O processo ICAAP visa dotar o Banif – Grupo Financeiro de um modelo de capital económico, com clara integração do cálculo de capital interno com o processo de planeamento e alocação estratégica de capital, o que constitui um marco significativo para que esta ferramenta venha a ser um elemento central de suporte dos processos de decisão estratégicos do Grupo Banif.

Foram definidos seis vectores de desenvolvimento do ICAAP, que contemplaram a confirmação da ambição do desenvolvimento de negócio (linhas estratégicas de negócio), bem como a sua tolerância e atitude face ao risco (perfil de risco).



É objectivo do Grupo, não só a identificação de todos os riscos que incorre, mas também a definição e consolidação do modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e da sua afectação aos diferentes riscos e linhas de negócio, constituindo factores essenciais:

- Na garantia da solvabilidade financeira;
- Na criação de valor aos accionistas;



- Na preparação da organização face às adversidades da actual conjuntura económica;
- Na utilização do ICAAP, como um elemento central de suporte às decisões estratégicas do Grupo.

A concretização dos objectivos acima descritos assume particular importância no contexto actual, não apenas pelo facto da crise financeira internacional ter vindo a reforçar a preocupação das instituições financeiras quanto à identificação e medição de riscos a que estão sujeitos, como no seu controle e mitigação. Adicionalmente, a crescente tendência de sofisticação do mercado e a futura emissão de novos requisitos regulamentares reforçam os desafios que serão colocados a todos os intervenientes do sector financeiro.

Nesse sentido, o Banif - Grupo Financeiro assume a sua adesão ao Quadro de Princípios de Governo Interno.

Ainda na continuidade da implementação do novo Acordo, foi também em 2009, e em conformidade com o Aviso 10/2007 do Banco de Portugal, o primeiro exercício em que o Banif – Grupo Financeiro, completou os requisitos do Pilar III.

O actual papel desempenhado pelas instituições de crédito e empresas de investimento nos mercados financeiros e, bem assim, a crescente globalização dos mercados de capitais, tornou a disciplina de mercado um pré-requisito para a estabilidade e solidez do sistema financeiro, permitindo aos participantes do mercado o acesso a informações tempestivas e confiáveis, proporcionando a tomada de decisões económicas mais adequadas.

O Grupo considera que a disciplina de mercado é condição necessária para a promoção da estabilidade de longo prazo das instituições. A atitude de transparência na prestação de informações fortalece a presença dos participantes do mercado para gerar pressões favoráveis a práticas que garantam a solidez e segurança do sistema financeiro. Nesse sentido o Banif - Grupo Financeiro procurou divulgar, de forma perceptível e em sintonia com a regulamentação, as informações que melhor definem o seu perfil de risco.

II.6. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições



humanas e tecnológicas susceptíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade.

II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

A sociedade dispõe de um “Regulamento do Conselho de Administração” e de um “Regulamento do Conselho Fiscal”, ambos acessíveis aos investidores e ao público em geral no sítio de internet da sociedade, no endereço www.grupobanif.pt.

Não existem regras de incompatibilidades ou de acumulação de cargos definida internamente para os elementos dos órgãos de administração e fiscalização, aplicando-se, nesta matéria, o regime legal, constante, designadamente, do Código das Sociedades Comerciais e do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

SECÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.8. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.

O órgão de administração (Conselho de Administração) é constituído exclusivamente por membros executivos, uma vez que, atenta a natureza de sociedade “*holding*” da Banif – SGPS, S.A., sem uma actividade de gestão corrente/diária substancial, não está constituída uma Comissão Executiva..

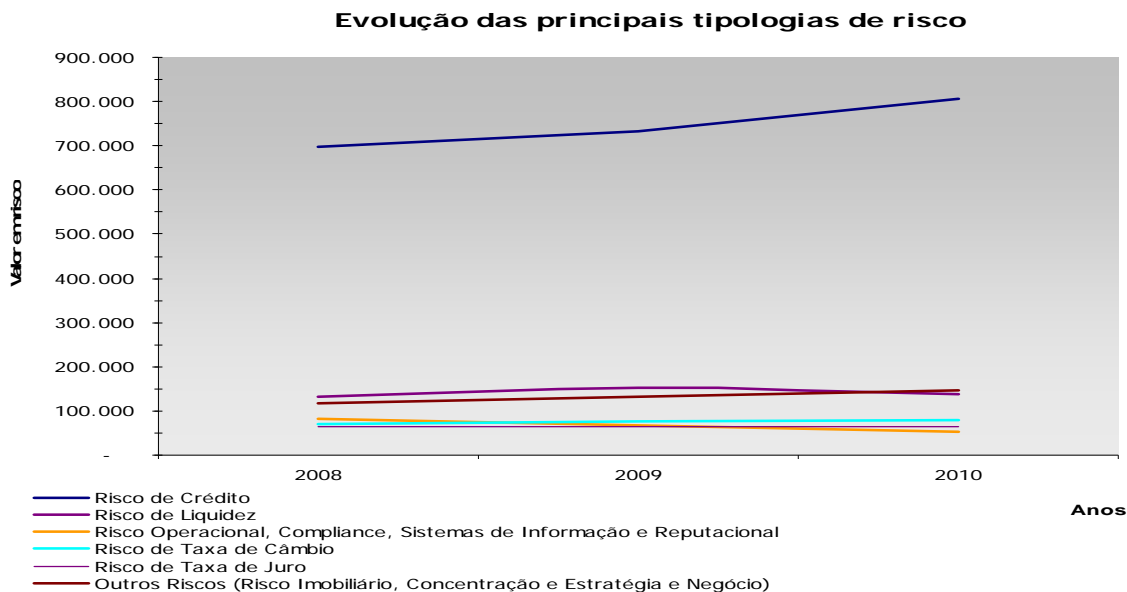
II.9. Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

Pela actividade que desenvolve, o Banif – Grupo Financeiro encontra-se sobretudo sujeito aos riscos de actividade mais típicos do negócio, designadamente, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco Operacional, *Compliance*, de Sistemas de Informação e Reputação, Risco de Taxa de Câmbio, Risco de Taxa de Juro.

Para além dos riscos referidos existem tipologias adicionais de risco às quais o Grupo apresenta uma exposição que, embora reduzida, consideramos material, como seja o Risco de Imobiliário, Risco de Concentração e Risco de Estratégia e Negócio.



Numa perspectiva de avaliação e quantificação do valor em risco, foi efectuado, no âmbito do ICAAP uma quantificação do valor em risco para os principais riscos da actividade, dando uma perspectiva dos valores esperados para 2010, conforme quadro seguinte:



II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 22.º do Contrato de Sociedade.

De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de “assegurar a gestão dos negócios sociais”, dispondo, para o efeito, de competência para deliberar “sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

- a) Realizar quaisquer operações relativas ao seu objecto social;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;
- c) Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diverso;
- d) Constituir mandatários;
- e) Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;
- f) Designar os membros da Comissão Executiva a que se refere o artigo vigésimo quarto infra;



- g) *Elaborar o Relatório Anual de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;*
- h) *Deliberar que sejam efectuados aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, com observância do disposto no artigo 297º CSC”.*

Por seu lado, o Regulamento do Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA concretiza em que termos este órgão deverá assegurar a gestão dos negócios sociais, nomeadamente:

- Decidir as opções estratégicas do Grupo em termos de sectores de actividade e de expansão geográfica;
- Estabelecer políticas gerais do Grupo (por exemplo, de *compliance* ou de recursos humanos);
- Definir os processos transversais ao Grupo (por exemplo, planeamento, controlo de gestão ou gestão de riscos);
- Estabelecer a estrutura de Unidades de Negócio do Grupo;
- Apreciar os planos estratégicos, planos operacionais e de investimentos das Unidades de Negócio;
- Deliberar sobre os objectivos anuais e plurianuais do Grupo e das Unidades de Negócio;
- Deliberar sobre medidas mais relevantes das Unidades de Negócio, como sejam extensões ou reduções de actividade; fusões, aquisições, e parcerias estratégicas; ou aumentos de capital.

Desde 31 de Março de 2009, o Contrato de Sociedade, no n.º 5 do seu art.º 5.º, passou a estabelecer poderes para o Conselho de Administração deliberar sobre um aumento do capital social, nos termos seguintes:

“O Conselho de Administração, após parecer favorável do órgão de fiscalização, poderá aumentar o capital social, uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao montante máximo de quinhentos milhões de euros, competindo-lhe definir todas as condições e termos para o efeito, incluindo as datas, prazos de subscrição e realização do capital social”.

II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

O **Conselho de Administração** é formado por um número mínimo de três e máximo de onze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos que venham a ser eleitos.



Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição, cabendo, na sua primeira reunião de cada mandato, a designação, de entre os seus membros, de um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de um Administrador a 3 reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem que exista justificação aceite por aquele órgão, implica a respectiva falta definitiva do referido Administrador, susceptível de ser declarada por aquele.

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

O **Conselho Fiscal** é composto por um número mínimo de três membros efectivos, e por um ou dois suplentes, nos termos legais, podendo ser reeleitos, sem prejuízo dos limites decorrentes dos requisitos de independência previstos na lei (cf. art.º 31.º do Contrato de Sociedade) devendo a maioria dos seus membros ser considerados independentes nos termos da lei.

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto e pode ser integrado por sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas, ou accionistas, que, neste último caso, devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena e ter as qualificações e a experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão.

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

II.12. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Durante o ano de 2009 tiveram lugar 18 reuniões do Conselho de Administração e 8 reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade.

Relativamente a cada uma das referidas reuniões, foi elaborada a respectiva acta.

II.13. Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e aos Presidente da Comissão para as matérias financeiras.



Não está constituída, no âmbito do órgão de administração, uma Comissão Executiva, conforme referido no ponto seguinte.

II.14. Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fosse aplicável as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2009, não está constituída uma Comissão Executiva, pelo que todos os membros do Conselho de Administração são executivos. O Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. é composto pelos seguintes membros:

- **Horácio da Silva Roque** – Presidente
- **Joaquim Filipe Marques dos Santos** - Vice-Presidente
- **Carlos David Duarte de Almeida** – Vice-Presidente
- **António Manuel Rocha Moreira** – Vogal Efectivo
- **Artur Manuel da Silva Fernandes** – Vogal Efectivo
- **José Marques de Almeida** – Vogal Efectivo
- **Diogo António Rodrigues da Silveira** – Vogal Efectivo (*está em cumprimento das regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do art.º 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e do critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais*).

II.15. Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.

Foi considerado o conceito de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

II.16. Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos.

Não aplicável, na medida em que todos os membros do Conselho de Administração são considerados executivos



II.17. Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados.

Não aplicável, na medida em que todos os membros do Conselho de Administração são considerados executivos.

II.18. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Nota: Tendo em conta que na resposta ao ponto II.19 se referem as funções presentemente desempenhadas por cada um dos elementos do órgão de administração noutras sociedades, a resposta ao presente ponto considera apenas as funções que, tendo sido desempenhadas noutras entidades nos últimos cinco anos, já não o são actualmente.

Horácio da Silva Roque

- **Mundiglobo – Habitação e Investimentos, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Novembro 1989 a Março 2005), **MS Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Janeiro 1989 a Novembro 2001), **Tempogest – Jornais e Publicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Janeiro de 1990 a Dezembro 2002); **Banif Seguros SGPS, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Abril 2002 Julho 2005), **Companhia de Seguros O Trabalho** Presidente do Conselho de Administração, de Junho 2000 a Dezembro 2002), **Companhia de Seguros O Trabalho Vida** (Presidente do Conselho de Administração, de Junho 2000 a Dezembro 2001), **Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A de Março 2000 a Outubro 2000, **Banif Ascor Sociedade Corretora, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A, de Outubro 2000 a Outubro 2002), **Banif Patrimónios – SGP, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A, de Março 2000 a Outubro 2002), **Banifundos Cisalpina SGFIM, SA** (actualmente Banif Gestão de Activos SGFIM, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A, de Março 2000 a Janeiro 2004), **Banif Securities Holdings, Ltd** (Presidente do Conselho de Administração de Junho 2001 a Fevereiro 2005) **Mundiplanos – Planeamento e Construção, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 1995 a Dezembro de 2004), **Mundiglobo Trading – Comércio Internacional, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 1992 a



Dezembro de 2002), **Mundiglobo Mediadores de Propriedades, Lda** (Gerente, de Julho de 1987 a Junho de 2003), **Banif Crédito, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA, de Julho de 1993 a Outubro de 2007).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.308.888 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 31-03-1994.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Joaquim Filipe Marques dos Santos

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1971).
- **AMBELIS – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, SA** (Representante em nome próprio do Banif – Banco Internacional do Funchal, no Conselho Geral, de 1995 a Abril 2004), **Banif Securities Holdings, Ltd** (Vice Presidente do Conselho de Administração, de Junho 2001 a Fevereiro 2005), **Banif Seguros SGPS, SA** (Administrador, de Abril 2002 a Julho 2005), **Associação Portuguesa de Bancos** (Vogal do Conselho Fiscal, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, Abril 2000 a Abril 2003), **Econofinance, SA** (Administrador, de Fevereiro a Setembro 2001), **Banif – Banco de Investimento, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Dezembro de 2000 a Março de 2007), **Companhia de Seguros Açoreana, SA** (de Fevereiro de 2001 a Março de 2007), **UNICRE – Cartão internacional de Crédito, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Junho de 2000 a Março de 2007), **SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Junho de 2000 a Abril de 2007), **Banif Crédito, SA** (Presidente do Conselho de Administração de Março de 2000 a Outubro de 2007).
- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.329.849 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 15-01-1988.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Carlos David Duarte de Almeida

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas - Instituto Superior de Economia (1980).
- **Banif Açor Pensões SGFP, SA** (Administrador de Maio 2000 a 2004), **Banif Securities Holdings, Ltd** (Administrador de Junho 2001 a Março 2005), **Banif Seguros SGPS, SA** (Administrador de Abril 2002 a Julho 2005), **Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE** (De Março 2004 a Novembro 2007), **Banif Securities, Inc.** (De



Maio 2003 a Agosto 2008), **Banco de la Pequeña y Mediana Empresa** (De Outubro de 2007 a Março de 2009), **Econofinance, SA** (De Fevereiro 2001 a Julho 2009).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 144 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 31-03-1994.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

António Manuel Rocha Moreira

- Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia do Porto (1977).
- **Banif Gestão de Activos – SGFIM, SA** (Administrador de Fevereiro 2002 a Janeiro 2004), **Banif Multifund, Ltd** (Administrador de Abril 2002 a Maio 2004), **Banif Açor Pensões – SGFP, SA** (Administrador de Outubro 1996 a Março 2004), **Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE** (Administrador de Dezembro de 1997 a Agosto de 2006), **Cabo TV Açoreana, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 2004 a Novembro 2007).
- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 162.675 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 10-05-1999.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Artur Manuel da Silva Fernandes

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia (1984); International Investment Banking Program – Leonard Stern School of Economics – New York University (1989).
- **Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE** (Vogal do Conselho de Administração, de Março 2000 a Agosto de 2006).
- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 10-05-1999.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

José Marques de Almeida

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1966).



- **Banif Crédito – SFAC, SA** (Administrador/Administrador Delegado, de Março 1993 a Março 2003), **Banif Leasing, SA** (Administrador/Administrador Delegado, de Março 1993 a Abril 2003), **Cabo TV Madeirense, SA** (Presidente do Conselho Fiscal de Março 1994 a Março 2003).
- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 977.760 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 30-11-1988.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Diogo António Rodrigues da Silveira

- *Diplôme d'Ingenieur* – École Centrale de Lille; *Research Scholar* – Berkeley UC, E.U.A.; Master of Business Administration (MBA) – INSEAD, França.
- **Sonae Indústria SGPS, SA** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **Glunz AG** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **Isoroy SAS** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **TAFISA, SA** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **Critical Links SA** (Membro do Conselho Consultivo de 2005 a 2006), **ONI SGPS, SA** (Vogal do Conselho de Administração/Presidente da Comissão Executiva, de 2005 a 2007), **Onitelecom – Infocomunicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), **Oni Madeira – Infocomunicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), **Oni Açores – Infocomunicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), **Comunitel Global, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007).
- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif – SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. em 22-12-2008.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- **Horácio da Silva Roque**

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Rentipar Financeira SGPS, SA
- Banif Comercial SGPS, SA



- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - (Açores) - SGPS, SA
- Banif Investimentos, SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A
- Rentipar Investimentos SGPS, AS
- Banco Mais, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, S.A)
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- Banif Imobiliária, S.A (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- SIP – Sociedade Imobiliária Piedade, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)

B) Outras entidades

Membro do Conselho de Administração ou Gerência

- Rentipar Indústria SGPS, SA (Presidente)
- Rentipar Investimentos SGPS, SA (Presidente)
- Rentiglobo SGPS, SA (Presidente)
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, SA (Presidente)
- Soil SGPS, SA (Presidente)
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, S.A (Presidente)
- Investaço Hotels, SA (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A (Vice-Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A (Vice-Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, S.A (Vice-Presidente)
- AVIATLÂNTICO – Avicultura, SA (Vice-Presidente)
- Ronardo - Gestão de Empresas, Lda – (Gerente)

Membro da Mesa da Assembleia Geral

- Genius – Mediação de Seguros, SA (Presidente)
- Rentimedis - Mediação de Seguros, S.A (Presidente)



- Mundiglobo – Habitação e Investimentos, SA (Presidente)
- Habiprede – Sociedade de Construções, SA (Presidente)
- MS Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, SA (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A (Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A (Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, S.A (Presidente)
- Investaor SGPS, SA (Presidente)
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, SA (Vice-Presidente)
- Rentipar Seguros SGPS, SA (Presidente)

- Joaquim Filipe Marques dos Santos

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif Finance, Ltd
- Banif International Bank, Ltd

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif International Holdings, Ltd

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Investimentos SGPS, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Comercial SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA

B) Outras entidades

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Vestiban – Gestão de Investimentos, SA

Vogal da Direcção



- Associação Portuguesa de Bancos (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

Conselheiro

- Conselho Económico e Social (CES) (em representação da Associação Portuguesa de Bancos)

- Carlos David Duarte de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Forfaiting Company, Ltd
- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding (Malta), Ltd

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif International Bank, Ltd

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil) SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Investimentos - SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Bank (Malta), PLC

- António Manuel Rocha Moreira

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- BCN – Banco Caboverdiano de Negócios, SA
- Banco Mais, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA



- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Bank, Ltd.

B) Outras entidades

Presidente do Conselho Fiscal

- Zon TV Cabo Madeirense, SA, (em representação do Banif-Banco Internacional do Funchal, SA)

- Artur Manuel da Silva Fernandes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA
- Banif Multifund, Ltd
- Banif International Asset Management, Ltd
- Banif Securities, Inc
- Banif Securities Holdings, Ltd

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco de Investimento, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif – Investimentos – SGPS, SA
- Econofinance, SA
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Nitor Asset Management, SA
- Banif Bank (Malta), PLC

B) Outras entidades



Presidente do Conselho de Administração

- Inverpyme SCR de Regimen Comum, SA

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Fomentinvest SGPS, SA

Vogal da Direcção

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira

- José Marques de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Vestiban – Gestão e Investimentos, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Comercial, SGPS, SA

B) Outras entidades

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Rentipar Investimentos SGPS, SA

- Diogo António Rodrigues da Silveira

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE

B) Outras entidades



Conselheiro

- Conselho Consultivo da Reditus SGPS, SA

Vogal da Direcção

- Associação Portuguesa de Seguradores (em representação da Companhia de Seguros Açoreana, SA)

**SECÇÃO III – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS
FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL**

II.21. Identificação dos membros do conselho fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho fiscal procede à respectiva auto-avaliação.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2009, o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. é composto pelos seguintes membros :

Fernando Mário Teixeira de Almeida – Presidente

António Ernesto Neto da Silva – Vogal Efectivo

José Lino Tranquada Gomes – Vogal Efectivo

José Pedro Lopes Trindade – Vogal Suplente

Todos os elementos do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A. O Presidente do Conselho Fiscal, Fernando Mário Teixeira de Almeida e o Vogal António Ernesto Neto da Silva reúnem todos os requisitos legalmente previstos para o preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão. Relativamente ao Vogal José Lino Tranquada Gomes, não reúne os mencionados requisitos, atento o disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais e o número de ocasiões em que foi reeleito para órgãos sociais.

II.22. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Fernando Mário Teixeira de Almeida



- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Doutoramento em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela. Revisor Oficial de Contas.
- **Universidade Lusíada** (Director da Faculdade de Ciências Económicas e da Empresa, desde 1995 a 2005), **Junta Metropolitana do Porto** (Assessor do Presidente da Junta Metropolitana do Porto, desde Maio de 1998 a Janeiro de 2003), **IPO – Instituto Português de Oncologia do Porto** (Administrador, desde Janeiro de 2003), **Instituto Superior de Formação Bancária** (Docente, desde 2000).
- Era titular, à data de referência, de 193.847 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. em 31-03-2005.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

António Ernesto Neto da Silva

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Master em estudos Europeus Contemporâneos (Economia) pela Universidade de Reading, Reino Unido.
- **Universidade Católica Portuguesa do Porto** (Director Executivo do Curso de Pós-Graduação em Economia Europeia), **IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais** (Professor Convidado), **Secretaria de Estado do Comércio Externo** (Secretário de Estado de Abril de 1990 a Outubro de 1991), **Comité Económico e Social da CCE e EURATOM** (Presidente da Comissão das Relações Externas, da Política Comercial e da Cooperação, de 1988 a 1990), autor do livro *O Triplo Conflito – Globalização, Fundamentalismo Islâmico e Desenvolvimento Sustentável* (Booknomics, Lisboa, 2007).
- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. em 31-03-2007.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

José Lino Tranquada Gomes

- Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado
- Membro do Conselho de Administração **Hotelram – Hotelaria da Madeira, SA** (2007)
- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. em 15-07-2007.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.



II.23. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Fernando Mário Teixeira de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif – Banco de Investimento, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

B) Outras entidades

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Advancer – Soluções de Gestão, SA

- António Ernesto Neto da Silva

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

B) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Deimos Engenharia, SA

Director-Geral

- Financetar – Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e imobiliários, SA

- José Lino Tranquada Gomes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA



Vogal do Conselho Fiscal

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

B) Outras entidades

Gerente

- Tranquada Gomes & Coito Pita – Sociedade de Advogados, RL
- Imolapeira – Imobiliária da Madeira, Lda
- Freitas, Sales & Gomes – Empreendimentos Imobiliários, Lda
- Netanarium – Consultadoria e Gestão, Unipessoal, Lda

Vice- Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Cooperativa Agrícola do Funchal

II.24. Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo. O auditor externo em funções foi nomeado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, e este órgão tem presente a possibilidade, que lhe é reconhecida, de propor à Assembleia Geral a destituição do auditor externo, por justa causa.

II.25. a II.29. – Não aplicáveis.

SECÇÃO IV – REMUNERAÇÃO

II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Uma vez que, desde a entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, ainda não foi realizada qualquer Assembleia Geral Ordinária da sociedade, não se encontra aprovada por este órgão uma política de remunerações, nos termos previstos naquele diploma legal. No entanto, está prevista a apresentação de uma proposta nesse sentido, na próxima Assembleia Geral Ordinária da Sociedade.

No exercício de 2009, a remuneração dos elementos do órgão de administração, ao nível da Banif - SGPS, S.A., foi efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho de Administração.

No que se refere a valores pagos noutras sociedades do Grupo aos elementos dos respectivos órgãos de administração, a sociedade não tem formalizada uma política de remuneração específica. Nesta medida, procurou-se, de acordo com critérios de razoabilidade e em linha com o mercado, encontrar o



ponto de equilíbrio entre, por um lado, a remuneração adequada para assegurar a qualidade e o empenho dos gestores das várias sociedades, tendo em conta a sua dimensão e a sua área de actuação, e, por outro, a sua proporcionalidade com os resultados obtidos.

A remuneração dos elementos do órgão de fiscalização, no exercício de 2009, foi efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho Fiscal, através do pagamento de senhas de presença.

II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

Conselho de Administração

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Horácio da Silva Roque - € 60.650,00
- Joaquim Filipe Marques dos Santos - € 28.600,00
- Carlos David Duarte de Almeida - € 28.600,00
- António Manuel Rocha Moreira - € 28.600,00
- Artur Manuel da Silva Fernandes - € 28.600,00
- José Marques de Almeida - € 53.600,00
- Diogo António Rodrigues da Silveira - € 28.600,00

Conselho Fiscal

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Fernando Mário Teixeira de Almeida - € 19.650,00
- António Ernesto Neto da Silva - € 10.800,00
- José Lino Tranquada Gomes - € 10.800,00

II.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses



de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A componente mais substancial da remuneração dos membros do órgão de administração/gestores do Banif – Grupo Financeiro não decorre das funções exercidas por estes na Banif – SGPS, S.A., individualmente considerada, mas sim das funções que igualmente exercem nas várias sociedades ditas “operacionais” do Grupo, estas sim intervindo directamente no mercado.

Esta circunstância está relacionada com o facto de que a Banif - SGPS, S.A., enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo.

Os proveitos da Banif - SGPS, S.A. são gerados exclusivamente por via dos dividendos recebidos, directa e indirectamente, das sociedades operacionais, ou seja, dependem, em absoluto, dos resultados destas entidades em cuja estrutura accionista exerce uma posição dominante.

Pela razão descrita, e como referido, a remuneração auferida pelos administradores da Banif - SGPS, S.A. directamente associada às funções especificamente desempenhadas na sociedade representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif – Grupo Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.

É em cada uma destas sociedades operacionais que a componente variável de remuneração está dependente da performance da empresa.

Esta política remuneratória permite, segundo o entendimento da Banif – SGPS, S.A., alinhar a remuneração (globalmente considerada, ao nível de todo o Banif – Grupo Financeiro) de cada administrador pelo desempenho e pelos resultados das sociedades operacionais que estão sob a sua administração e sob a sua responsabilidade directa, uma vez que estes condicionarão os próprios dividendos a receber pela Banif - SGPS, S.A. e, conseqüentemente, os seus próprios resultados.

II.33. Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

- a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;**

As remunerações pagas aos administradores, pela sociedade, são consideradas remunerações variáveis em virtude de resultarem/dependerem, da presença nas reuniões do Conselho de Administração.

No que concerne ao critério para o pagamento da remuneração (globalmente considerada, em termos de Grupo), este é o referido no ponto II.32. acima.



b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

O único órgão da sociedade com competência para avaliar o desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral.

c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

d) Explicação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;

As remunerações pagas aos administradores, pela sociedade, são exclusivamente consideradas remunerações variáveis em virtude de resultarem/dependerem, da presença nas reuniões do Conselho de Administração.

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;

Não aplicável, sem prejuízo das considerações constantes do ponto II.32.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;



A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e/ou qualquer outro sistema de incentivos com acções.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

A sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

A sociedade não paga remunerações sob a forma de participações nos lucros e/ou pagamento de prémios.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Nenhum administrador cessou funções durante o exercício de 2009.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não se encontra formalizada qualquer política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada de contratos, sendo as situações respectivas analisadas casuisticamente.



n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo:

Remunerações Fixas - € 1.708.149,40

Remunerações Variáveis - € 1.623.706,74

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;

A sociedade não tem qualquer regime complementar de pensões ou reforma antecipada, designadamente para administradores.

p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não se verifica a atribuição, pela sociedade, de benefícios não pecuniários.

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Não existem quaisquer mecanismos com as características descritas, atenta a própria natureza da remuneração variável (senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração).

II.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

Não aplicável, na medida em que todos os membros do Conselho de Administração são considerados executivos, conforme ponto II.14.

II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento).



A Banif - SGPS, SA, acreditando que a adopção de uma política de comunicação de irregularidades é um contributo relevante para fomentar no seio do Banif – Grupo Financeiro uma cultura responsável e de *compliance*, implementou, por deliberação do Conselho de Administração, no exercício em análise, uma política de comunicação de irregularidades que visa prevenir, detectar e actuar sobre irregularidades, evitando a ocorrência de prejuízos agravados pela subsistência de tais práticas e garantindo, simultaneamente, a confidencialidade e a protecção dos autores das comunicações.

Consideram-se “irregularidades” a prática, por colaboradores das empresas que integram o Grupo, de actos de gestão, relacionados com os domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro, que possam provocar danos graves à actividade da Banif SGPS, S.A. ou de qualquer sociedade que integre o Grupo.

As comunicações que apontem explicitamente irregularidades podem ser feitas através do endereço de correio electrónico comunicar.irregularidades@banif.pt, exclusivamente destinado à recepção deste tipo de comunicações e com acesso reservado ao Conselho Fiscal, nos termos legais estipulados.

Alternativamente, as comunicações poderão ser feitas através de carta dirigida ao Presidente do Conselho Fiscal (Av. José Malhoa, 22, 9.º Andar, 1099-012 Lisboa).

As comunicações recebidas são objecto de apreciação preliminar sobre a sua verosimilhança e consistência, com vista a suportar a decisão do Conselho Fiscal de promover um processo de averiguações ou o respectivo arquivamento. Caso seja deliberada a abertura de processo de averiguações, este será conduzido pela Auditoria Interna Corporativa, que poderá solicitar a colaboração das Auditorias Individuais das Sociedades do Grupo a que se refiram os factos, ou por auditores externos, em casos devidamente justificados.

Concluído o processo de averiguações, será elaborado um Relatório final, a remeter ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Compete ao Conselho de Administração, depois de ouvido o Conselho Fiscal, deliberar sobre o Relatório final, competindo à Auditoria Interna Corporativa o acompanhamento da implementação da deliberação.

A identidade dos autores das comunicações será mantida confidencial, a menos que os próprios expressamente declarem o contrário, atribuindo a Banif SGPS, SA particular ênfase à confidencialidade e à protecção dos autores das comunicações.

SECÇÃO V – COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.



Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

II.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Não aplicável, face ao explicitado no ponto anterior.

II.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

Considera-se que os três membros da Comissão de Remunerações têm, em virtude do seu *curriculum* profissional, conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração, designadamente, no que se refere ao Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, em virtude das funções desempenhadas em órgãos sociais de grandes empresas nacionais nas áreas financeiras e das obras públicas, no que se refere ao Dr. António Gonçalves Monteiro, em virtude de cerca de 30 anos de actividade profissional, exercida nos domínios da auditoria, revisão legal de contas e consultoria de gestão e, no que se refere a D. Enrique Santos, em virtude das funções de administração que desempenhou em diversas empresas, financeiras e não financeiras, bem como em associações empresariais.

II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa.

Nenhum dos elementos da Comissão de Remunerações foi contratado por contrato de trabalho ou de prestação de serviços, nem existe relação entre algum daqueles e qualquer entidade consultora da sociedade.

CAPÍTULO III
Informação e Auditoria

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.



O capital social é integralmente representado por 490.000.000 de acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro, admitidas à negociação em mercado regulamentado.

II.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

- **HORÁCIO DA SILVA ROQUE**, residente na Av. Conde de Barcelona, 1057, Estoril.

Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2009, 1.308.888 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 0,267% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 245.869.691 acções, correspondentes a 50,177% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 1.006.873 acções, correspondentes a 0,205% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 17.572 acções, Dr. José Marques de Almeida: 977.760 acções e Sr. Vitor Hugo Simons: 11.541 acções - (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);
- 27.583.051 acções, correspondentes a 5,629% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);
- 88.907 acções, correspondentes a 0,018% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, SA** – Dr. José António Vinhas Mouquinho: 67.200 acções, Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida: 21.707 acções (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);
- 267.750 acções, correspondentes a 0,055% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, S.A. de que é titular a **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 3.171.385 acções, correspondentes a 0,647% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular a **Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade considerada dominada pelo próprio.

Num total de **279.296.545** acções, correspondentes a **56,999%** do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **AUTO-INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA**, pessoa colectiva n.º 505 025 752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de **59.405.000**



acções, representativas de **12,123%** do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA. A accionista é ainda titular de 59.405.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's), sendo que a participação qualificada de 12,123% diz respeito apenas às acções subscritas e não considera os direitos incorporados nos VMOC's, que apenas deverão vir a ser considerados aquando da sua conversão em acções.

- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**, com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:
 - 11.485.595 acções, correspondentes a 2,285% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Evaesco, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
 - 10.621 acções, correspondentes a 0,002% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular um **membro do órgão de administração da Evaesco, SGPS, SA** – Carla de Castro Amorim (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

Num total de **11.496.216** acções, correspondentes a **2,346%** do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **JORGE SÁ**, residente à Rua do Til, n.º 56, no Funchal, contribuinte n.º 102.136.297, com o B.I. n.º 47528.9.

Detinha, directamente 8.590.000 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 1,753% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 1.300.000 acções, correspondentes a 0,265% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Oliveira, Freitas e Ferreira, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 120.000 acções, correspondentes a 0,024% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **J. Sá & Filhos, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

Num total de **10.010.000** acções, correspondentes a **2,042%** do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

III.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.



III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem restrições à transmissibilidade das acções representativas do capital social da sociedade.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Enquadra-se no âmbito do presente ponto, o contrato celebrado em 10 de Julho de 2009 entre a Banif – SGPS, SA e os então accionistas controladores da Tecnicrédito, SGPS, SA [‘Tecnicrédito’] (aos quais se substituiu a Auto Industrial – Investimentos e Participações, SGPS, SA [‘AI SGPS’], por aditamento de 7 de Agosto de 2009) referente à integração da Tecnicrédito na Banif – SGPS, SA.

Nos termos deste contrato, estão previstas restrições à alienação, por parte da AI SGPS, das acções e valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis [‘VMOCs’] que esta veio a subscrever no âmbito do aumento de capital da Banif – SGPS, SA, por contrapartida das acções representativas do capital social da Tecnicrédito. As restrições são as seguintes:

Até 30 de Junho de 2011, a AI SGPS comprometeu-se a não alienar, ou de qualquer outro modo transferir ou onerar, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, as acções e os VMOCs ou os direitos que lhes são inerentes.

Após 30 de Junho de 2011, e até à data de efectiva conversão dos VMOCs, a AI SGPS comprometeu-se a não reduzir, seja de que forma for, o seu interesse económico para uma percentagem inferior a dois terços do interesse económico adquirido aquando da concretização das transacções previstas naquele contrato.

Excluíram-se do referido quaisquer transacções de acções e de VMOCs efectuadas entre a AI SGPS e sociedades dominadas directa ou indirectamente por si e entre aquelas sociedades entre si, desde que o adquirente se vincule ao contrato celebrado.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.



III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente:

- a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;**
- b) O anúncio de resultados;**
- c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.**

As acções representativas do capital social do Banif encontram-se admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa (anteriormente designada por Bolsa de Valores de Lisboa), desde Novembro de 1992.

Em 1 de Abril de 2002, em virtude da operação de reestruturação do Grupo Banif implementada naquela data, a denominação social da entidade com acções admitidas à cotação passou a ser a Banif - SGPS, SA, entidade que tem actualmente o estatuto de sociedade com o capital aberto ao investimento do público.

No decurso de 2006, o valor nominal unitário das acções representativas do capital social da Sociedade foi renominalizado de 5 euros para 1 euro, alterando-se, em consequência, o número de acções emitidas, pelo que as transacções efectuadas na Euronext Lisboa a partir de 23 de Outubro de 2006 têm por base esse novo valor nominal.

Em 10 de Julho de 2009, Na sequência de um acordo celebrado com os accionistas controladores da Tecnicrédito, SGPS, SA tendo em vista a aquisição, pela Banif - SGPS, SA, de até 100% do capital social daquela sociedade, o Conselho de Administração informou o mercado que iria submeter à Assembleia Geral de Accionistas uma proposta de aumento do capital da Banif – SGPS, SA de 350 para 490 milhões de euros, sendo uma primeira tranche reservada aos Accionistas, por entradas em dinheiro no montante de até € 70.000.000, e uma segunda tranche, igualmente no montante de até € 70.000.000, reservada aos accionistas da Tecnicrédito, SGPS, SA como contrapartida parcial das entradas em espécie, sendo estas constituídas por até 17.500.000 acções representativas de até 100 % do capital social da Tecnicrédito, SGPS, SA.

Nessa mesma informação, o Conselho de Administração da Sociedade deu ainda conhecimento ao mercado que iria igualmente submeter à Assembleia Geral de Accionistas uma proposta de emissão de até 70.000.000 de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em Acções da Sociedade (“VMOCs”) com o valor nominal de € 1 cada, mediante um factor de conversão igual ou inferior a um, a determinar em 28 de Fevereiro de 2010 e a subscrever integralmente pelos accionistas da



Tecnicrédito, SGPS, SA como contrapartida parcial das referidas entradas em espécie, com a consequente aprovação de um aumento de capital da Banif – SGPS, SA de um montante máximo de até € 70.000.000, através da emissão de até 70.000.000 acções escriturais da Banif – SGPS, SA, com o valor nominal de € 1, para satisfazer a conversão dos VMOCs emitidos. O factor de conversão, isto é o número de acções em que cada VMOC será convertido (com o limite máximo de uma acção por cada VMOC) seria fixado em 28 de Fevereiro de 2010, tendo por base a Relação de Troca Final, isto é, a percentagem do capital social da Sociedade atribuível às 17.500.000 acções representativas do capital social da Tecnicrédito, SGPS, SA.

Estas propostas foram aprovadas na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 14 de Agosto de 2009 e o aumento de capital aprovado foi integralmente realizado, tendo sido emitidas um total de 140.000.000 de acções escriturais, com o valor nominal de € 1 cada.

No que se refere à primeira tranche do aumento de capital, no exercício dos direitos de preferência na subscrição foram subscritas, ao valor nominal, 68.955.791 acções, representativas de 98,51% do total de acções emitidas, tendo ficado disponíveis para rateio 1.044.209 acções. Os pedidos suplementares de acções em rateio totalizaram 85.886.975 acções.

A segunda tranche foi também integralmente realizada, na medida em que foram integralmente efectuadas, pelos accionistas da Tecnicrédito, SGPS, SA as entradas em espécie correspondentes às 17.500.000 acções representativas de 100% do capital social daquela sociedade, em contrapartida (parcial) das quais foram, assim, emitidas e subscritas 70.000.000 de novas acções da Banif – SGPS, SA.

Foram igualmente emitidos em 30 de Setembro os 70.000.000 de VMOCs que foram integralmente subscritos pelos accionistas da Tecnicrédito, SGPS, SA, como contrapartida (parcial) das entradas em espécie correspondentes às 17.500.000 acções da Tecnicrédito, SGPS, SA.

As acções emitidas no âmbito do aumento do capital social eram fungíveis com as demais acções que representavam o capital social da Sociedade, conferindo aos respectivos titulares o direito a receber o dividendo que vier a ser distribuído com relação ao exercício de 2009 e aos exercícios subsequentes, bem como a outras distribuições que viessem a ser deliberadas, pagas ou realizadas.

O prazo para o exercício dos direitos de subscrição das novas acções decorreu entre os dias 24 de Setembro e 8 de Outubro de 2009, tendo os mesmos sido negociados no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa entre 24 de Setembro e 2 de Outubro. Estes direitos foram também negociados fora de mercado regulamentado, nos termos da legislação aplicável, até ao dia 8 de Outubro.



A liquidação financeira das acções subscritas no exercício dos direitos de subscrição e das atribuídas em rateio ocorreu, respectivamente, em 13 e 14 de Outubro de 2009, tendo-se considerado o capital aumentado nesta última data, com a realização do correspondente pedido de registo na Conservatória do Registo Comercial.

Neste contexto, até 15 de Outubro de 2009, estiveram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa 350 milhões de acções da Sociedade, com o valor nominal unitário de 1 euro, passando, a partir dessa data, a estarem admitidas à cotação 490 milhões de acções, com o mesmo valor nominal unitário.

A partir de 22 de Abril de 2009, na sequência do deliberado na Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2009, foi colocado à disposição dos accionistas um dividendo ilíquido, por acção, referente ao exercício de 2008, de 0,065 euro. O valor líquido deste dividendo foi de 0,052 euro por acção.

Em 9 de Março e em 7 de Agosto de 2009 foram publicados os anúncios com a divulgação dos resultados consolidados do ano de 2008 e do 1.º semestre de 2009, respectivamente. Os resultados consolidados relativos aos 1.º e 3.º trimestres de 2009 foram divulgados em 15 de Maio e 11 de Novembro de 2009, respectivamente.

As acções da Banif – SGPS, SA foram transaccionadas na totalidade das 256 sessões normais da Euronext Lisboa, tendo-se transaccionado, durante o ano, cerca de 79,5 milhões acções num valor total de cerca de 98,5 milhões de euros, o que se traduziu numa média de cerca de 311,6 milhares de acções da Banif – SGPS, SA transaccionadas diariamente. A capitalização bolsista das acções da Banif – SGPS, SA era de 612,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, o que representava cerca de 0,36% da capitalização bolsista das acções cotadas no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa, naquela data.

Foram, igualmente, transaccionados no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa, durante os períodos atrás referidos, cerca de 60,2 milhões de direitos de subscrição, ao preço médio de 0,0708 euros (mínimo de 0,06 e máximo de 0,09), tendo as acções da sociedade transaccionado sem estes direitos a partir de 21 de Setembro de 2009.

O gráfico seguinte representa a evolução comparativa das cotações das acções da Banif – SGPS, SA e o índice PSI do sector da intermediação financeira (Índice PSI 209) entre 2 de Janeiro de 2009 e 22 de Fevereiro de 2010.



**Evolução Comparativa da Cotação das Acções do Banif SGPS vs. Índice Sectorial
Valores Diários**



A tabela seguinte apresenta a evolução dos principais indicadores relativos ao comportamento e avaliação bolsista das acções da Banif – SGPS, SA nos últimos 5 anos, tomando por referência os valores contabilísticos consolidados:

		31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009
		(IAS/IFRS Pró-forma)	(IAS/IFRS)	(IAS/IFRS)	(IAS/IFRS)	(IAS/IFRS)
Nº de Acções Emitidas		40.000.000	250.000.000	250.000.000	350.000.000	490.000.000
Nº de Acções Admitidas à Cotação		40.000.000	250.000.000	250.000.000	350.000.000	490.000.000
Cotação (€)	(*)	3,26	5,30	4,00	1,09	1,25
Capitalização Bolsista (€10 ³)		652.000,0	1.325.000,0	1.000.000,0	381.500,0	612.500,0
Resultado Líquido por Acção (€)	(*)	0,2898	0,3124	0,4043	0,1692	0,1104
Cash Flow por Acção (€)	(*)	0,6797	0,5860	0,8079	0,4949	0,4317
Valor Contabilístico por Acção (€)	(*)	1,8608	1,9426	2,4603	1,6668	1,9219
Cotação / Valor Contabilístico (PBV)		1,75	2,73	1,63	0,65	0,65
Cotação / Cash Flow (PCF)		4,80	9,04	4,95	2,20	2,90
Cotação / Res.Líquido p/Acção (PER)		11,25	16,97	9,89	6,44	11,33
Dividendo Bruto por Acção (€)	(*)	0,1000	0,1200	0,1500	0,0650	0,0400
Dividendo Líquido por Acção (€)	(*)	0,0800	0,0960	0,1200	0,0520	0,0320
Dividendos Brutos / Resultado Líquido		34,5%	38,4%	37,1%	38,4%	36,2%
Dividendo p/Acção / Valor Contab.Médio		5,35%	6,31%	10,53%	6,02%	3,55%
Dividendo p/Acção / Cotação Média		3,71%	2,65%	2,82%	3,14%	3,23%

Notas: No cálculo do *Book Value* considerou-se o valor dos Capitais Próprios sem Interesses Minoritários

(*) Em virtude da renormalização das acções efectuada em 2006, procedeu-se ao ajustamento dos valores de 2005 de forma a serem comparáveis



III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A política de distribuição de dividendos da Sociedade assenta no princípio da distribuição dos resultados que não se mostrem indispensáveis à constituição de reservas legais e/ou ao regular financiamento da sua actividade, o que se tem traduzido na distribuição de um dividendo anual correspondente a um valor entre 33% e 40% do lucro consolidado do exercício (a indicação do dividendo distribuído nos três últimos exercícios consta do mapa apresentado no âmbito do número anterior).

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

- a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;
- b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano;
- c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.

Não estiveram em vigor, nem foram adoptados, no exercício em causa, quaisquer planos de atribuição de acções ou quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.



Não existem negócios/operações nas condições descritas, sem prejuízo do referido no ponto III.12., uma vez que a Rentipar Financeira, SGPS, SA é considerada dominada pelo Presidente do Conselho de Administração desta sociedade. No entanto, entende-se que a operação descrita no ponto III.12 não qualifica para efeito do presente ponto, uma vez que está realizada em condições normais de mercado e faz parte da actividade corrente das partes, na medida em que se trata de um financiamento, por parte de uma sociedade gestora de participações sociais, a uma sociedade por si dominada (cfr. art.º 5.º, n.º 1, al. c) do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30-12).

III.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

No dia 30 de Março de 2009 a Banif – SGPS, SA obteve um financiamento para apoio à tesouraria, junto da sua accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, no montante de 26,5 milhões de euros. O financiamento foi contraído pelo prazo de até um ano, com uma taxa de juro fixa de 5,5%.

Deste financiamento, foram reembolsados 13 milhões de euros em 13 de Outubro de 2009, acrescidos dos juros remuneratórios vencidos até àquela data.

Durante o exercício de 2009 esteve ainda em curso um financiamento a título de suprimentos, realizados pela accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, a favor da Banif – SGPS, SA, no montante de 15 milhões de euros. Estes suprimentos, vencendo juros à taxa Euribor trimestral acrescida de 1,875% por ano, foram integralmente reembolsados em 13 de Outubro de 2010, acrescidos dos juros vencidos até à data do reembolso.

Nota: Não obstante a referência efectuada a estas operações, que consubstanciam a totalidade das operações em curso entre a Banif – SGPS, SA e a sua accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA e cuja inclusão neste relatório se entendeu conveniente em razão dos respectivos montantes, considera-se que ambas as operações foram realizadas, designadamente no que se refere às taxas de juros contratualizadas, em condições normais de mercado.

III.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Considerando a natureza da Banif – SGPS, SA, de sociedade gestora de participações sociais, os negócios celebrados com titulares de participação qualificada limitam-se à eventual tomada de fundos, a título de suprimentos/operações de tesouraria, junto da accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, as quais não estão sujeitas à intervenção prévia do Conselho Fiscal.



III.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

Além de eventuais situações legalmente previstas, não existe intervenção prévia do Conselho Fiscal nos negócios da sociedade.

III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Estão disponíveis, no sítio da sociedade na *internet*, os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal. A sociedade não dispõe de um Conselho Geral e de Supervisão, nem de uma comissão para as matérias financeiras, nem uma comissão de auditoria.

III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

- a) Funções do Gabinete;**
- b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;**
- c) Vias de acesso ao Gabinete;**
- d) Sítio da sociedade na Internet;**
- e) Identificação do representante para as relações com o mercado.**

O Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (GRII) foi criado no âmbito do processo de reconfiguração do modelo de governo societário iniciado no exercício de 2007, com o objectivo de propiciar o alinhamento com as melhores práticas a nível nacional e internacional, tendo como missão gerar um fluxo contínuo de informação com o mercado e um ambiente de transparência com as diversas partes interessadas, designadamente com accionistas, investidores e analistas.

Fundamentado nos princípios de igualdade dos accionistas e de promoção do acesso equitativo à informação, o GRII tem como principais atribuições colaborar na preparação de informação relacionada com os Relatórios de Gestão e Contas anuais e semestrais, bem como assessorar o *CFO* no âmbito de eventos em que represente a Sociedade, tais como conferências, *roadshows* e reuniões individuais com analistas e institucionais. O Gabinete é responsável, ainda, por responder a solicitações sobre informação financeira e outra de carácter público que seja passível de influenciar a decisão dos investidores actuais e potenciais.



Ao longo de 2009 o GR II manteve um contacto permanente com o mercado, procedendo à disseminação dos comunicados com informação relevante a todos os investidores, particulares e institucionais, que o haviam expressamente solicitado, por meio de correio electrónico. Também por essa via, ou por telefone, o Gabinete promoveu o esclarecimento de questões colocadas por investidores e analistas, em momentos específicos da vida societária. Importa referir que, nos contactos estabelecidos, a informação disponibilizada baseia-se em critérios de veracidade, precisão, utilidade e é, sempre que possível, quantificada.

Ainda no período em referência, o Gabinete preparou e coordenou as reuniões com as agências de *rating* *FitchRatings* e *Moody's*, com vista à revisão anual das notações da sua participada, Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A..

O Banif – Grupo Financeiro dispõe de um sítio na *internet* que funciona como meio privilegiado na difusão de informação, assegurando o seu carácter tempestivo e equitativo.

Em www.grupobanif.pt, endereço disponível em português e em inglês, os accionistas, os investidores e os demais interessados poderão aceder à informação privilegiada tornada pública no decurso de 2009 e outra que se considera como facilitadora da tomada de conhecimento sobre a realidade da sociedade e sobre o leque de produtos e serviços à disposição dos actuais e potenciais Clientes, permitindo a avaliação, em termos actuais e perspectivos, do posicionamento do Grupo no mercado.

É de realçar, como forma de otimizar a relação com os accionistas em momentos cruciais da vida societária, a criação de uma Secção específica dedicada à operação de aumento de capital ocorrida na sequência da Assembleia Geral de 14 de Agosto.

Por norma, a Secção de Relações com Investidores congrega informação relativa às seguintes matérias (cfr. página seguinte):



Indicadores Financeiros	<ul style="list-style-type: none">▪ Síntese▪ Dimensão e Crescimento▪ Rendibilidade▪ Fundos Próprios▪ Balanços▪ Demonstração de Resultados
Relatório e Contas	<ul style="list-style-type: none">▪ Banif SGPS, S.A. e Sociedades Participadas
Ratings	<ul style="list-style-type: none">▪ <i>Moody's</i>▪ <i>FitchRatings</i>
Dividendos	<ul style="list-style-type: none">▪ Declarações relativas aos exercícios entre 2002 e 2008
Assembleia Geral	<ul style="list-style-type: none">▪ Acta▪ Lista de Presenças▪ Convocatória▪ Boletim de Voto▪ Formulário de Procuração▪ Minuta para Envio de Boletim de Voto▪ Outros documentos (N.º 1 – Art.º 289 do C.S.C.)
Informação Obrigatória aos Investidores	<ul style="list-style-type: none">▪ Estatutos▪ Órgãos Sociais▪ Relatórios e Contas▪ Relatório de Disciplina de Mercado▪ Relatório de Governo da Sociedade▪ Regulamento do Conselho de Administração▪ Regulamento do Conselho Fiscal▪ Gabinete de Apoio ao Investidor▪ Outros Comunicados

Com o objectivo de agilizar a comunicação com o mercado, o GRII disponibiliza vários canais de acesso, por meio dos quais poderá ser solicitada toda a informação pública sobre o Banif – Grupo Financeiro.

Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais	
Morada:	Avenida José Malhoa – 22 – 5.º 1099-012 Lisboa
Telefone:	+351 21 721 1532
Fax:	+351 21 721 1440
Email:	accionista@banif.pt ou investidor@banif.pt
Sítio na internet:	www.grupobanif.pt



O Representante para as Relações com o Mercado é o Senhor Dr. Carlos David Duarte de Almeida, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

- a) Serviços de revisão legal de contas;
- b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;
- c) Serviços de consultoria fiscal;
- d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Serviços	€Total	%
Serviços de revisão legal de contas	873.741,00	77%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	162.968,85	14%
Serviços de consultoria fiscal	96.800,00	9%
Outros serviços	0,00	0%
Total	1.133.509,85	100%

(Valores sem IVA)

Os serviços incluídos em cada categoria são os seguintes:



Serviços de revisão legal de contas

Inclui os honorários relativos ao exercício de 2009 no âmbito da revisão legal das contas e auditoria externa das contas consolidadas da Banif - SGPS, S.A. e contas individuais das suas subsidiárias e associadas.

Outros serviços de garantia e fiabilidade

Inclui os honorários cobrados no âmbito da prestação de serviços de reporte ao Banco de Portugal (sobre os sistemas de controlo interno e provisões económicas) e emissão de cartas conforto sobre temas específicos (tais como operações de securitização e emissão de dívida).

Serviços de consultoria fiscal

Inclui os honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria técnico-fiscal.

Outros serviços que não de revisão legal

Inclui honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria permitidos de acordo com as regras de independência em vigor.

Medidas de salvaguarda da independência do auditor

A Ernst & Young tem estabelecido um sistema de controlo interno e monitorização das políticas estabelecidas em matéria de independência, as quais têm em linha de conta as normas de independência vigentes a nível nacional e internacional, as ameaças à independência e as respectivas salvaguardas. Nesta política estão estabelecidos os serviços proibidos por poderem ter impacto na independência do auditor. A divulgação destas políticas é efectuada via intranet a todos os colaboradores da rede da Ernst & Young.

A monitorização do cumprimento das referidas políticas a nível mundial é efectuada através de uma aplicação na intranet denominada “Ernst & Young Global Independence System – GIS”. Cada sócio, gerente e colaborador profissional atesta formalmente o seu conhecimento e cumprimento das referidas políticas ou alterações às mesmas. Periodicamente são efectuadas acções de formação obrigatórias sobre as referidas políticas.

Em concreto, o sistema de controlo interno da Ernst & Young incorpora designadamente os seguintes mecanismos:

- Disponibilidade na intranet de lista actualizada de clientes de interesse público e mecanismo de aprovação prévia pelo Partner responsável de potenciais propostas de prestação de serviços adicionais a clientes de auditoria;



- Proibição de detenção de interesses financeiros em relação aos clientes de auditoria aplicável aos sócios e membros da equipa da Ernst & Young. Esta proibição aplica-se também os cônjuges e filhos menores dos mesmos;
- Testes de conformidade ao cumprimento das políticas e procedimentos sobre independência no âmbito do programa internacional de controlo de qualidade.

A Ernst & Young também tem implementado um processo interno que condiciona à autorização do Partner responsável pela auditoria do Grupo a prestação de serviços a entidades que dele fazem parte por qualquer entidade da rede Ernst & Young. No pedido de autorização inclui a descrição do trabalho solicitado e avaliação do seu enquadramento no âmbito dos serviços permitidos de acordo com as regras de independência referidas. Adicionalmente o Partner responsável pela auditoria recebe mensalmente

Seguindo a política estabelecida, na prestação dos serviços de serviços de consultoria foi assegurado que não foram tomadas decisões nem participação na tomada de decisões em nome da Banif - SGPS, S.A. ou de qualquer das suas subsidiárias ou associadas em matérias fiscais ou outras.

III.18. Referência ao período de rotatividade do auditor externo.

A sociedade não tem estabelecidos ou previstos períodos de rotatividade do auditor externo.

IV. Avaliação do Modelo de Governo pelo Conselho de Administração

Em linha com as melhores práticas de governo corporativo, o Conselho de Administração efectua avaliações regulares do modelo de governo da sociedade. Neste domínio, da iniciativa com características estruturantes empreendida com o apoio de um consultor externo em 2007, resultou uma reconfiguração do modelo de governo do Banif – Grupo Financeiro, aprovada no final daquele exercício e que, nos seus elementos essenciais, foi apresentado aos Srs. Accionistas na Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2009.

O actual modelo de governo do Grupo, assenta em cinco pilares:

- i. O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA permanece como órgão executivo mais elevado do Grupo, implementando um modelo mais interventivo na supervisão dos negócios e com uma organização e funcionamento interno mais estruturados;
- ii. O Banif - Grupo Financeiro deve implementar, e tem implementado, um conjunto de iniciativas para garantir um maior alinhamento com as melhores práticas e recomendações de *Corporate Governance*;



- iii. O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA é apoiado por um Centro Corporativo, composto por dez Funções Corporativas, com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando, o responsável por cada uma, a um membro do Conselho de Administração.
- iv. O papel integrador das Funções Corporativas é reforçado por quatro comités transversais já criados para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo;
- v. O modelo de governo estabelecido implica uma forma de relacionamento mais profunda entre a *Holding* e as demais sociedades, de modo a que estas actuem concertadamente na implementação de estratégias transversais.

Estes pilares têm vindo a ser gradualmente implementados através de iniciativas cobrindo as várias dimensões de governação do Grupo.

No que respeita ao Centro Corporativo, depois de, em 2008, ter sido instituída a função corporativa de Segurança e Higiene no Trabalho (actualmente com a designação de “Segurança e Saúde no Trabalho Corporativas”) e o Comité de Compras, em 2009 foi implementada a função de “Finanças Corporativas”.

Através da função “Finanças Corporativas”, pretende-se assegurar uma gestão integrada dos recursos financeiros necessários à actividade, visando uma maior eficiência e racionalidade na captação e alocação dos mesmos, de modo a garantir uma mais eficaz resposta às necessidades de *funding* das várias empresas do Banif – Grupo Financeiro.

O ano de 2009 foi já um exercício em que as diversas Funções Corporativas aperfeiçoaram a sua actuação e consolidaram a sua importância na estrutura de governo do Grupo, na medida em que contribuíram de forma muito positiva na implementação de projectos comuns a várias empresas e, dentro das suas específicas áreas de actuação, para a definição e concretização de estratégias transversais ao Grupo.

Por seu lado, os comités têm-se revelado um importante *forum* para a criação de economias de escala e sinergias diversas, ao nível das principais empresas do Banif – Grupo Financeiro.

Atenta a presente fase de consolidação do modelo de governo do Grupo e os desenvolvimentos acima referidos, é convicção do Conselho de Administração que o quadro de referência de *governance* do Banif – Grupo Financeiro, estando naturalmente sujeito a um processo evolutivo e de contínua maturação, está devidamente ajustado à sua realidade.



VIII. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Informação nos termos do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, e no n.º 7 do artigo 14.º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, **com referência a 31 de Dezembro de 2009**, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque

- **Pessoalmente** era titular de 1.308.888 acções da Banif - SGPS, SA.

Detinha ainda 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, (acções preferenciais e sem direito a voto).

- Era titular de mais de metade do capital social da Rentipar Financeira, SGPS, SA, a qual detinha mais de metade do capital social da Vestiban – Gestão e Investimentos, SA.:

– A **Rentipar Financeira, SGPS, SA** era titular de 245.869.691 acções da Banif - SGPS, SA.;

– A **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA.

- A **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade da qual é indirectamente detentor da maioria do capital social, era titular de 267.750 acções da Banif - SGPS, SA.

- A **Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade da qual é dirigente, era titular de 3.171.385 acções da Banif – SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Preço (€)</i>	<i>Montante (€)</i>	<i>Observações</i>
Comendador Horácio da Silva Roque	Subscrição	08-10-2009	218.148	1,00	218.148,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
Rentipar Financeira SGPS,S.A.	Compra	29-05-2009	100.000	1,34	134.500,00	
	Compra	02-06-2009	25.000	1,34	33.500,00	
	Compra	03-06-2009	75.000	1,33	100.000,00	
	Compra	04-06-2009	50.000	1,33	66.750,00	
	Compra	05-06-2009	10.000	1,33	13.350,00	
	Subscrição	08-10-2009	41.296.612	1,00	41.296.612,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	719.665	1,00	719.665,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado
Renticapital - Inv. Financeiros, S.A.	Venda	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado
	Venda	21-12-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado



Vestiban – Gestão e Investimentos, SA	Subscrição	08-10-2009	2.420.131	1,00	2.420.131,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	42.172	1,00	42.172,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado
Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda	Subscrição	08-10-2009	44.625	1,00	44.625,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
Fundação Horácio Roque - IPSS	Subscrição	08-10-2009	466.039	1,00	466.039,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	8.120	1,00	8.120,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	15-12-2009	50.000	1,22	61.000,00	
	Compra	16-12-2009	50.000	1,21	60.500,00	
	Compra	16-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	17-12-2009	25.000	1,21	30.250,00	
	Compra	17-12-2009	40.513	1,22	49.425,86	
	Compra	18-12-2009	13.053	1,22	15.924,66	
	Compra	18-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	21-12-2009	24.461	1,22	29.842,42	
	Compra	21-12-2009	64.000	1,23	78.720,00	
	Compra	21-12-2009	50.000	1,24	62.000,00	

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

- **Pessoalmente**, era titular de 1.329.849 acções da Banif - SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Preço</i>	<i>Montante</i>	<i>Observações</i>
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	Subscrição	08-10-2009	221.000	1,00	221.000,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	3.849	1,00	3.849,00	Aum. Capital - Rateio

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

- **Pessoalmente**, era titular de 144 acções da Banif - SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Preço</i>	<i>Montante</i>	<i>Observações</i>
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	Subscrição	08-10-2009	24	1,00	24,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência



Dr. António Manuel Rocha Moreira

- **Pessoalmente**, era titular de 162.675 acções da Banif - SGPS, SA e de 37 Obrigações Banif – SGPS, SA 2008/2011.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. António Manuel Rocha Moreira	Subscrição	14-01-2009	18.480	1,15	21.252,00	
	Subscrição	08-10-2009	27.112	1,00	27.112,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Em 3 de Fevereiro de 2009, subscreveu 30 Obrigações Rentipar Financeira, SGPS, SA 2008/2012, pelo valor unitário de € 1.000,00.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

- **Pessoalmente** não era titular de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.

Era titular de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, de 1 acção da Econofinance, SA (todas acções preferenciais sem direito a voto), bem como de 1 acção da Banif Nitor Asset Management SA e de 1 acção da Banif Private Equity, SA (ambas acções ordinárias com direito a voto).

- **Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Marques de Almeida

- **Pessoalmente** era titular de 977.760 acções da Banif - SGPS, SA.

- A **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 245.869.691 acções da Banif - SGPS, SA.;

- A **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif - SGPS, SA.

- A **Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade da qual é dirigente, era titular de 3.171.385 acções da Banif – SGPS, SA.

Detinha ainda 40 acções Banif Finance FLI PERP

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço (€)	Montante (€)	Observações
Dr. José Marques de Almeida	Subscrição	08-10-2009	162.960	1,00	162.960,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Compra	29-05-2009	100.000	1,34	134.500,00	
Rentipar Financeira SGPS,S.A.	Compra	02-06-2009	25.000	1,34	33.500,00	



	Compra	03-06-2009	75.000	1,33	100.000,00	
	Compra	04-06-2009	50.000	1,33	66.750,00	
	Compra	05-06-2009	10.000	1,33	13.350,00	
	Subscrição	08-10-2009	41.296.612	1,00	41.296.612,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	719.665	1,00	719.665,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado
Vestiban – Gestão e Investimentos, SA	Subscrição	08-10-2009	2.420.131	1,00	2.420.131,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	42.172	1,00	42.172,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado
Fundação Horácio Roque - IPSS	Subscrição	08-10-2009	466.039	1,00	466.039,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	8.120	1,00	8.120,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	15-12-2009	50.000	1,22	61.000,00	
	Compra	16-12-2009	50.000	1,21	60.500,00	
	Compra	16-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	17-12-2009	25.000	1,21	30.250,00	
	Compra	17-12-2009	40.513	1,22	49.425,86	
	Compra	18-12-2009	13.053	1,22	15.924,66	
	Compra	18-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	21-12-2009	24.461	1,22	29.842,42	
	Compra	21-12-2009	64.000	1,23	78.720,00	
	Compra	21-12-2009	50.000	1,24	62.000,00	

Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

- **Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- **Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

- **Pessoalmente** era titular de 223.847 acções da Banif - SGPS, SA.

- A sociedade **Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda**, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif - SGPS, SA.



Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida	Subscrição	08-10-2009	37.200	1,00	37.200,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	647	1,00	647,00	Aum. Capital - Rateio
	Venda	04-11-2009	30.000	1,30	39.000,00 €	
Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo Lda	Subscrição	08-10-2009	36.600	1,00	36.600,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	637	1,00	637,00	Aum. Capital - Rateio

Dr. António Ernesto Neto da Silva

- **Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- **Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Lino Tranquada Gomes

- **Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- É titular das seguintes obrigações/Unidades de Participação: Banif Eurostoxx 2010, € 25.000; Rentipar 2008/2012, € 30.000; Banif Property FEIIF (210 UP's).

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. José Lino Tranquada Gomes	Venda	09-02-2009	4.500	1,18	5.310,00	
	Venda	10-02-2009	4.500	1,19	5.355,00	
	Compra	13-03-2009	10.000	1,06	10.600,00	
	Venda	06-05-2009	7.500	1,30	9.750,00	
	Venda	06-05-2009	2.500	1,31	3.275,00	

2. Transacções de acções ou de instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA, pelos seus dirigentes e por pessoas estreitamente relacionadas com aqueles.

Em cumprimento do disposto nos n.º 6 e 7 do art.º 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, segue a descrição das transacções realizadas em 2009, referentes a acções da Banif - SGPS, SA ou a instrumentos financeiros com elas relacionados, efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA,¹

¹ Sociedade considerada em relação de domínio com a Banif – SGPS, SA, nos termos e para os efeitos do art.º 21.º do Código dos Valores Mobiliários.



pelos seus dirigentes e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles. A referência é feita apenas aos dirigentes da Rentipar Financeira, SGPS, SA que não são comuns à Banif – SGPS, SA, uma vez que as acções/instrumentos relacionados transaccionados por estes estão divulgados no ponto imediatamente anterior.

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço (€)	Montante (€)	Observações
Rentipar Financeira SGPS,S.A.	Compra	29-05-2009	100.000	1,34	134.500,00	
	Compra	02-06-2009	25.000	1,34	33.500,00	
	Compra	03-06-2009	75.000	1,33	100.000,00	
	Compra	04-06-2009	50.000	1,33	66.750,00	
	Compra	05-06-2009	10.000	1,33	13.350,00	
	Subscrição	08-10-2009	41.296.612	1,00	41.296.612,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	719.665	1,00	719.665,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado

Transacções de acções da Banif – SGPS, SA por sociedades consideradas domanadas pela rentipar Financeira, SGPS, SA

Renticapital - Inv. Financeiros, S.A.	Venda	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado
	Venda	21-12-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado
Vestiban – Gestão e Investimentos, SA	Subscrição	08-10-2009	2.420.131	1,00	2.420.131,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	42.172	1,00	42.172,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Pessoalmente, era, em 31 de Dezembro de 2009, titular de 17.572 acções da Banif – SGPS, SA.

No período em referência, comprou 2.928 acções da Banif – SGPS, SA em 08-10-2009, no exercício do direito de preferência aquando do aumento de capital da sociedade.

Foram ainda efectuadas transacções pela própria Rentipar Financeira, SGPS, SA, pela Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, pela Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, acima indicadas, e pela Fundação Horácio Roque - IPSS, das quais é dirigente.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço (€)	Montante (€)	Observações
Fundação Horácio Roque - IPSS	Subscrição	08-10-2009	466.039	1,00	466.039,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	8.120	1,00	8.120,00	Aum. Capital - Rateio



Compra	15-12-2009	50.000	1,22	61.000,00
Compra	16-12-2009	50.000	1,21	60.500,00
Compra	16-12-2009	25.000	1,23	30.750,00
Compra	17-12-2009	25.000	1,21	30.250,00
Compra	17-12-2009	40.513	1,22	49.425,86
Compra	18-12-2009	13.053	1,22	15.924,66
Compra	18-12-2009	25.000	1,23	30.750,00
Compra	21-12-2009	24.461	1,22	29.842,42
Compra	21-12-2009	64.000	1,23	78.720,00
Compra	21-12-2009	50.000	1,24	62.000,00

Dr. Victor Hugo Simons

Pessoalmente, era, em 31 de Dezembro de 2009, titular de 11.541 acções da Banif – SGPS, SA.

No período em referência, comprou 1.923 acções da Banif – SGPS, SA em 08-10-2009, no exercício do direito de preferência aquando do aumento de capital da sociedade.

Foram ainda efectuadas transacções pela própria Rentipar Financeira, SGPS, SA, pela Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, pela Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, pela Espaço Dez, Sociedade Imobiliária, Lda e pela Fundação Horácio Roque - IPSS, acima indicadas, das quais é dirigente.

Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

Pessoalmente, não efectuou transacções. Foram efectuadas transacções pela própria Rentipar Financeira, SGPS, SA e pela Fundação Horácio Roque - IPSS, acima indicadas, das quais é dirigente.

FISCAL ÚNICO DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

Dr. João Carlos Miguel Alves

Pessoalmente, não efectuou transacções. Foram efectuadas transacções pela própria Rentipar Financeira, SGPS, SA, acima indicadas.

Encontram-se referidos no Capítulo VII deste relatório, respeitante ao Governo da Sociedade, os **cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração** (Ponto II. 19 do Relatório de Governo da Sociedade) e do **Conselho Fiscal** (pontos II. 23 do Relatório de Governo da Sociedade).

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo (exceptuando acções da Banif - SGPS, SA, identificadas no ponto 3 *infra*, em quadro próprio).



(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

Banif - SGPS, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/09	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif - Investimentos, SGPS, SA					1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					47.488.000	239.324.646,71
Acções Companhia de Seguros Açoreana, SA	Venda.	11/11/09	3.849.569	22.045.00,00	0	0
Acções Banif - Imobiliária, SA					150.000	985.375,25
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465.182	5.129.647,00
Acções Tecnicrédito	Entrada	30/09/09	17.500.000	216.741.739,51	17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif Bank Malta PLC					17.999.999	17.999.999,60
Banif Holding (Malta) PLC					1.998	1.998,00
Acções Finibanco Holding SGPS					17.217.294	26.343.398,23
Acções Rentipar Seguros, SGPS, SA					4.409.000	22.045.000,00
Acções Banca Pueyo, SA					9.996.000	49.363.497,59
Acções Bankpime					25.169.037	35.397.652,20
Acções Imobiliária Vegas Altas					669	2.499.632,58
Acções Banieuropa					100.000	100.000,00
Acções Zon TV Cabo Madeirense	Venda	30/06/09	97.147	13.794.874,00		
Acções Zon TV Cabo Açoreana, SA	Venda	30/06/09	66.000	5.940.000,00		

Banif Comercial, SGPS, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/09	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Go					20.000,000	19.651.707,22
Acções Banif – Banco Internacional do Funchal	Fusão /Aumento do Capital Social				113.200.000	561.338.574,25
Acções Banif (Açores) SGPS, SA					4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Rent					60.000	500.000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					206.500.024	46.411.210,11
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					36.931.484	8.306.085,47
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000,00
Acção Banif Bank Malta PLC					1	0,40

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA



VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Papel Comercial Banif Go 42 Emissão					5.000.000,00	4.986.473,67
Obrigações Banif Finance FLT PRP					257.000,00	257.055,85
Obrigações Banif Finance FLTDez14					100.000,00	100.141,14
Obrigações BANIF CY ASF OUT 10					20.000,00	20.000,00
Obrigações Banif Leasing					6.000.000	6.090.450,00
Obrigações INV. TX VR 2016					15.000.000	15.001.553,83
Obrigações Rentipar 2008/2012					22.300.000,00	22.300.000,00
Obrigações Rentipar 2008/2012					2.225.000,00	2.225.000,00
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					1.502.000,00	1.503.283,88
Obrigações Empresa Madeirense de Tabacos 205 /2010					382.000,00	384.022,69
Fundos Residentes Abertos:						
Banifundo Euro Acções					1.299.278,00	2.554.250,62
INFRAINVEST FEI					60.000,00	5.987.100,00
Fundos Residentes Fechados:						
Fundo Capital de Risco CAPVEN					750.000,00	449.607,48
New Energy Fund-Feip					1.800.000,00	1.793.087,73
Banif Capital Infraestrutura Fund					12.500.000,00	12.464.788,88
Banif Renda Habitação					10.000.000,00	9.998.857,00
Banif Gestão Imobiliária					25.000.000,00	24.996.195,00

Banif (Açores), SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Habiprede					5.000	1.250.000,00
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	712.500,00
Fundo de Investimento Banif Property	Venda		1.166		60	60.000,00
Obrigações Banif 08/18 Caixa Sub.	Compra	06/02/09	75.000		360.360,00	466.290,00
Obrigações TRADE INV FLT2007/10	Compra	13/03/09	10.000		6.374.000	5.131.070,00
Banif 08/18 CX SUB	Compra	06/02/09	75.000		546.000,00	360.360,0000
Investador SGPS, SA	Compra	31/12/09	1.183.900		1.183.900	9.376.488,00

CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					200.000,00	200.000,00
Obrigações Banif 09/19 TV 30/06/2019					5.000.000,00	5.000.000,00
Obrigações Banif 09/49 TF/TV 6,25% 30/12/2049 call 2014					17.500,00	17.500,00
Obrigações Rentipar SGPS 08/12 TF/TV 6,25% 30/12/2012					15.000.000,00	15.000.000,00
Obrigações BCA 06/16 TV 23/10/2016 CALL 2011					1.800.000,00	1.800.000,00



Participações Financeiras Banif Açor Pensões SGFP					108.000,00	984.909,71
Acções Preferenciais BANIF BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					25.000.000,00	25.000.000,00
BANIF ACÇÕES PORTUGAL					359.721,00	1.867.906,00
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND - FCR					120,00	1.200.000,00
BANIF EURO ACÇÕES					625.885,00	1.257.373,00
BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA					41.530,00	262.446,00
BANIF IMOGEST					257.879,00	9.529.918,00
BANIF IMOPREDIAL					5.504,00	38.754,21

Banif Investimentos, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.358,39
Acções Banif – Banco de Investimento, SA	Compra	20/11/09	3.000.000		11.000.000	56.878.624,84
Acções Banif Comercial, SGPS					8.512.000	50.220.800,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	18.214.910,45
Banif Brasil, Ltda					120.000	47.784,02
Acções Banif Securities Holding					2.108	1.368.874,08
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Compra	17/11/09	35.399.602		164.672.231	19.369.121,12

Banif Açor Pensões, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2009
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Banco de Investimento 2007-2049					250.000,00

Banif International Asset Management					
VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2009
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Number One, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2009
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Finance	Aumento capital social	31/12/09	99.000	68.721,36	

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd



VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Valor	Moeda
	Posição 31/12/09	Operação	Data	Quantidade		
Obrigações BANIF SFE USD MULT ACT 2005/2010	3.115.000,00					
PTBAFIXE0001						
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB	507.000,00	COMPRA - OFB	04-03-09	100.000,00	97.000,00	EUR
PTBAFOXEX0003		COMPRA - OFB	05-03-09	11.000,00	10.670,00	EUR
		COMPRA - OFB	26-03-09	30.000,00	29.100,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	16.000,00	16.000,00	EUR
		COMPRA - OFB	29-10-09	350.000,00	350.000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017	612.800,00	COMPRA - OFB	09-03-09	67.000,00	63.985,00	EUR
PTBCAIXE0004		COMPRA - OFB	25-09-09	3.550,00	3.550,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	3.250,00	3.250,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	539.000,00	539.000,00	EUR
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB	8.720.000,00	COMPRA - OFB	28-10-09	25.000,00	25.000,00	EUR
PTBAFGXE0003		COMPRA - OFB	29-10-09	8.695.000,00	8.695.000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017	1.488.250,00	COMPRA - OFB	23-10-09	50.000,00	50.000,00	EUR
PTBCAFXE0007		COMPRA - OFB	28-10-09	1.438.250,00	1.438.250,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT AGO09	0,00	COMPRA - OFB	27-01-09	500.000,00	495.000,00	EUR
XS0197512956		VENDA - OFB	30-06-09	22.239.000,00	22.216.761,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14	180.000,00	COMPRA - OFB	27-01-09	40.000,00	39.600,00	EUR
XS0208463306		COMPRA - OFB	29-05-09	27.612.000,00	19.328.400,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	28.087.000,00	20.784.380,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	180.000,00	133.200,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ49	80.000,00	COMPRA - OFB	26-01-09	92.000,00	85.652,00	EUR
XS0208508845		COMPRA - OFB	21-07-09	7.633.000,00	3.282.190,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	350.000,00	269.500,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	891.000,00	481.140,00	EUR



		COMPRA - OFB	30-11-09	865.000,00	648.750,00	EUR
		VENDA - OFB	29-12-09	10.070.000,00	7.049.000,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-12-09	80.000,00	56.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015	6.140.000,00	COMPRA - OFB	29-05-09	8.800.000,00	5.808.000,00	EUR
XS0239804445		VENDA - OFB	30-06-09	9.390.000,00	6.854.700,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	640.000,00	531.200,00	EUR
		COMPRA - OFB	01-10-09	5.500.000,00	4.757.500,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10	0,00	VENDA - OFB	30-06-09	28.018.000,00	27.597.730,00	EUR
XS0273479914						
Obrigações BANIF FIN FLT MAI12	0,00	COMPRA - OFB	29-05-09	1.500.000,00	1.305.000,00	EUR
XS0300795746		VENDA - OFB	30-06-09	1.500.000,00	1.305.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT PRP	3.561.000,00	COMPRA - OFB	03-02-09	56.000,00	47.320,00	EUR
XS0337503154		COMPRA - OFB	19-06-09	3.000.000,00	2.986.800,00	EUR
		COMPRA - OFB	10-07-09	26.000,00	25.220,00	EUR
		COMPRA - OFB	15-07-09	474.000,00	450.300,00	EUR
		COMPRA - OFB	14-09-09	5.000,00	4.875,00	EUR
Obrigações BANIF FIN 2009 (USD)	683.000,00	COMPRA - OFB	30-06-09	4.250.000,00	4.250.000,00	USD
XS0433814158		VENDA - OFB	30-06-09	40.000,00	40.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	250.000,00	250.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	162.000,00	162.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	130.000,00	130.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	150.000,00	150.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	94.000,00	94.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	300.000,00	300.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	250.000,00	250.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	21.000,00	21.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	39.000,00	39.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD



		VENDA - OFB	30-06-09	20.000,00	20.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	150.000,00	150.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD
		VENDA - OFB	01-07-09	500.000,00	500.000,00	USD
		VENDA - OFB	02-07-09	29.000,00	29.000,00	USD
		VENDA - OFB	03-07-09	397.000,00	397.000,00	USD
		VENDA - OFB	06-07-09	11.000,00	11.000,00	USD
		VENDA - OFB	07-07-09	50.000,00	50.000,00	USD
		VENDA - OFB	15-07-09	234.000,00	234.000,00	USD
		VENDA - OFB	13-09-09	150.000,00	150.000,00	USD
		VENDA - OFB	31-08-09	102.000,00	102.000,00	USD
		VENDA - OFB	20-10-09	88.000,00	88.000,00	USD
Obrigações BANIF FIN 2009 (EUR)	5.735.000,00	COMPRA - OFB	30-06-09	8.290.000,00	8.290.000,00	EUR
XS0433827994		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	200.000,00	200.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	25.000,00	25.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	50.000,00	50.000,00	EUR
		VENDA - OFB	01-07-09	100.000,00	100.000,00	EUR
		VENDA - OFB	03-07-09	400.000,00	400.000,00	EUR
		VENDA - OFB	01-09-09	1.440.000,00	1.440.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-09-09	45.000,00	45.000,00	EUR
		VENDA - OFB	20-10-09	34.000,00	34.000,00	EUR
		VENDA - OFB	05-11-09	61.000,00	61.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19	91.864.000,00	SUBSCRIÇÃO	31-12-09	100.000.000,00	75.000.000,00	EUR
XS0476077366		VENDA - OFB	31-12-09	7.806.000,00	5.854.500,00	EUR
		VENDA - OFB	31-12-09	300.000,00	225.000,00	EUR
		VENDA - OFB	31-12-09	30.000,00	22.500,00	EUR

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor



Obrigações BANIF SFE 2006/2009		30/03/09	5.826.000	5.826.000,00	0
--------------------------------	--	----------	-----------	--------------	---

Banif Holding (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Investimento, SGPS, PREF.S/VOTO					2.000	

Banif - Banco de Investimento, SA

VALORES IMOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor nominal em 31/12/09
	Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
Banif Gestão de Activos, SA					EUR 400.000
Banif Açor Pensões, SA					EUR 189.000
Banif Capital, SA					EUR 120.000
Centro Venture					EUR 382.500
Gamma STC, SA					EUR 250.000
Banif International Asset Management	Compra	09-12-2009	50.000	332.697	USD 332.697
Numberone SGPS, Lda	Venda	10-12-2009	2	315.317	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2009	Venda	27-01-2009	500.000	495.000	
Banif Finance Cayman 2004-2009	Compra	18-02-2009	700.000	684.250	
Banif Finance Cayman 2004-2009	Reembolso	05-08-2009	700.000	700.000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	06-01-2009	40.000	39.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	27-01-2009	40.000	39.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	26-03-2009	2.000.000	1.200.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	31-03-2009	2.000.000	1.200.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	05-05-2009	125.000	75.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	6.930.000	4.851.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	13.400.000	9.380.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	398.000	278.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	3.450.000	2.415.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	3.000.000	2.100.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	300.000	210.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	9.000	6.300	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	29-05-2009	27.612.000	19.328.400	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	18-06-2009	150.000	108.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	14-07-2009	30.000	21.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	25-09-2009	180.000	133.200	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	26-01-2009	92.000	85.652	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	03-04-2009	110.000	30.800	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	13-07-2009	3.000.000	1.230.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	17-07-2009	4.500.000	1.935.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	21-07-2009	7.633.000	3.282.190	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	21-07-2009	23.000	9.706	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	21-07-2009	23.000	9.706	



Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	11-09-2009	350.000		262.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	25-09-2009	350.000		269.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	25-09-2009	891.000		463.320	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	25-09-2009	891.000		481.140	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	03-11-2009	500.000		352.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	27-11-2009	365.000		273.750	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	30-11-2009	865.000		648.750	EUR 0
Banif Primus 2004-2014	Compra	03-12-2009	1.250.000		1.250.000	
Banif Primus 2004-2014	Venda	03-12-2009	1.250.000		1.250.000	EUR 0
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Compra	03-12-2009	497.000		493.024	EUR 2.259.000
Banif SA 2005-2010	Compra	05-05-2009	275.000		165.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	08-05-2009	5.712.000		3.712.800	
Banif SA 2005-2010	Compra	08-05-2009	2.813.000		1.828.450	
Banif SA 2005-2010	Venda	29-05-2009	8.800.000		5.808.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	14-07-2009	40.000		26.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	18-09-2009	600.000		492.000	
Banif SA 2005-2010	Venda	25-09-2009	640.000		531.200	
Banif SA 2005-2010	Compra	01-10-2009	5.500.000		4.702.500	
Banif SA 2005-2010	Venda	01-10-2009	5.500.000		4.757.500	EUR 0
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	30-01-2009	3.000.000		2.685.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	09-02-2009	1.000.000		915.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	18-02-2009	2.000.000		1.830.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	16-06-2009	3.000		2.850	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	14-07-2009	75.000		71.250	EUR 93.000
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-01-2009	500.000		315.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	23-01-2009	2.600.000		1.612.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-02-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-01-2009	3.100.000		1.926.960	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-02-2009	3.100.000		1.927.270	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	02-03-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	03-03-2009	1.055.000		601.350	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	05-03-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	250.000		142.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	2.785.000		1.559.600	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	06-03-2009	350.000		199.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	11-03-2009	100.000		57.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	18-03-2009	100.000		53.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	25-03-2009	870.000		495.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	25-03-2009	1.000.000		570.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	31-03-2009	9.610.000		5.982.225	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	07-04-2009	37.000		14.800	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-07-2009	15.000		6.750	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	27-07-2009	200.000		96.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	31-07-2009	252.000		126.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-12-2009	250.000		152.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	16-12-2009	250.000		175.000	EUR 0
Banif Finance 2006-2016	Compra	20-04-2009	660.000		561.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	30-04-2009	660.000		561.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	08-05-2009	1.300.000		845.000	



Banif Finance 2006-2016	Venda	29-05-2009	1.300.000		858.000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2007-2012	Compra	12-05-2009	1.500.000		1.275.000	
Banif Finance Cayman 2007-2012	Venda	29-05-2009	1.500.000		1.305.000	EUR 0
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-01-2009	2.499.000		2.499.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	06-01-2009	6.000		5.160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	27-01-2009	6.000		5.160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	27-01-2009	6.000		5.160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-01-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	04-02-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-03-2009	300.000		299.280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	27-02-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-03-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-03-2009	300.000		299.280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	31-03-2009	300.000		299.280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-04-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-03-2009	2.805.000		2.804.279	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	04-05-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-04-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-06-2009	2.805.000		2.804.720	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	29-05-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-07-2009	2.805.000		2.805.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-06-2009	2.805.000		2.804.720	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	03-08-2009	2.805.000		2.805.281	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-07-2009	2.805.000		2.805.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-09-2009	2.805.000		2.805.561	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-08-2009	2.805.000		2.805.281	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-09-2009	2.805.000		2.805.561	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-10-2009	2.805.000		2.805.842	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-11-2009	2.805.000		2.806.122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-10-2009	2.805.000		2.805.842	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-11-2009	2.805.000		2.806.122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-12-2009	2.805.000		2.806.403	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	03-12-2009	2.805.000		2.806.403	EUR 0
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2006/2016	Compra	05-01-2009	178.750		172.047	
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2006/2016	Compra	29-01-2009	7.000		6.727	EUR 185.750
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2007/2017	Compra	05-01-2009	164.000		155.800	EUR 164.000



Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	20-01-2009	100.000		98.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	13-02-2009	300.000		294.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	19-03-2009	50.000		50.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	19-03-2009	42.000		42.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	30-03-2009	130.000		130.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	08-04-2009	500.000		496.250	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	20-04-2009	17.000		17.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	30-04-2009	379.000		379.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	06-05-2009	207.000		204.930	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	05-05-2009	318.000		318.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	01-06-2009	34.000		34.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	04-06-2009	43.000		43.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	16-06-2009	159.000		159.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	23-06-2009	35.000		35.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	27-08-2009	20.000		19.800	USD 20.000
Banif Cayman - Ações Sector Financeiro 2008/2010	Compra	11-02-2009	70.000		64.750	
Banif Cayman - Ações Sector Financeiro 2008/2010	Compra	30-03-2009	50.000		46.500	EUR 140.000
Banif SGPS 2008-2011	Compra	09-01-2009	18.000		17.478	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	13-01-2009	141.000		136.911	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	20-01-2009	4.000		3.884	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	27-01-2009	1.000		971	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	27-01-2009	10.000		9.710	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	29-01-2009	37.000		36.075	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	10-02-2009	1.000		1.000	
Banif SGPS 2008-2011	Venda	10-02-2009	1.000		1.000	EUR 644.000
Banif SA 2008-2018	Compra	05-01-2009	3.000		2.831	
Banif SA 2008-2018	Compra	02-01-2009	3.000		2.835	
Banif SA 2008-2018	Compra	05-01-2009	5.000		4.725	
Banif SA 2008-2018	Compra	12-01-2009	1.000		944	
Banif SA 2008-2018	Compra	13-01-2009	2.000		1.887	
Banif SA 2008-2018	Compra	13-01-2009	5.000		4.718	
Banif SA 2008-2018	Compra	15-01-2009	15.000		14.153	
Banif SA 2008-2018	Compra	23-01-2009	40.000		37.740	
Banif SA 2008-2018	Compra	28-01-2009	1.000		943	
Banif SA 2008-2018	Venda	03-02-2009	75.000		71.250	EUR 0
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	184.000		172.365	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	17-02-2009	20.282.500		19.000.001	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	69.000		64.465	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	426.000		399.758	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	432.000		405.821	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	23.000		21.707	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	52.500		49.548	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-03-2009	44.000		41.526	



Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-03-2009	52.500	49.548
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	42.000	39.638
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	38.000	35.863
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-03-2009	63.000	59.725
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-03-2009	14.000	13.219
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-03-2009	216.000	204.836
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-03-2009	21.000	19.829
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-03-2009	179.500	169.782
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	31-03-2009	6.000	5.690
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-04-2009	189.000	179.715
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	105.000	99.842
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	525.500	499.683
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	15.500	14.741
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	10.000	9.510
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	262.000	249.715
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-04-2009	23.500	22.307
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-04-2009	175.500	166.592
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	125.500	119.707
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	209.500	199.829
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	52.000	49.600
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	246.000	234.644
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	104.500	99.676
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	52.500	50.084
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	25.500	24.330
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	52.500	50.000
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	197.500	188.185
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	157.000	149.890
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	1.036.000	989.080
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	52.000	49.645
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	654.500	624.858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	36.500	34.784
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	8.000	7.624
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	67.500	64.327
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	52.000	49.660
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	59.000	56.345
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-04-2009	419.000	399.841
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	21-04-2009	90.500	86.286
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	104.500	99.828
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	67.500	64.586
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	104.500	99.989
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	156.500	149.767
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	156.500	149.767
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	263.000	251.723
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	71.000	67.956
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	109.000	104.024
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	10.500	10.051
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	47.500	45.470
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	17.000	16.273
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	6.000	5.744
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-04-2009	107.500	102.658
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-05-2009	65.000	62.259



Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-05-2009	56.000	53.647
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-05-2009	521.500	499.585
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	209.000	199.618
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-05-2009	52.000	49.721
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-05-2009	260.000	249.590
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-05-2009	46.000	43.930
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-05-2009	209.000	199.936
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-05-2009	166.500	159.757
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	6.000	5.764
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	156.000	149.596
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-05-2009	35.000	33.509
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-05-2009	130.000	124.905
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	37.500	35.977
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-05-2009	52.000	49.977
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	25-05-2009	312.000	299.992
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	40.500	38.879
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	98.500	94.723
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	20.500	19.717
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-05-2009	104.000	99.853
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	54.000	51.952
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	7.000	6.737
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-06-2009	52.000	49.957
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	15.500	14.919
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	520.000	499.726
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	110.000	105.711
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-06-2009	103.500	99.634
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	55.000	52.856
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-06-2009	353.000	339.913
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-06-2009	186.000	178.886
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-06-2009	62.000	59.737
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-06-2009	112.000	107.911
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-06-2009	36.000	34.639
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-06-2009	259.500	249.953
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-06-2009	15.500	14.947
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-06-2009	150.000	144.652
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-06-2009	8.000	7.723
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-06-2009	25.500	24.589
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-06-2009	155.500	149.967
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	25-06-2009	51.500	49.698
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-06-2009	259.000	249.938
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-06-2009	20.500	19.780
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-07-2009	12.500	12.079
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-07-2009	87.000	84.151
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-07-2009	20.500	19.965
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-07-2009	153.500	149.534
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-07-2009	205.000	199.704
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-07-2009	153.500	149.534
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-07-2009	51.500	49.929
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-08-2009	308.000	300.351
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-08-2009	3.500	3.414
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	45.000	43.906



Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	512.000	499.478
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	77.000	75.117
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204.000	199.167
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204.000	199.167
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204.000	199.167
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-08-2009	205.000	200.141
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-08-2009	71.000	69.317
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	47.500	46.386
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	107.500	104.979
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	153.500	149.939
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-08-2009	45.500	44.467
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-09-2009	30.500	29.842
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	04-09-2009	8.000	7.794
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-09-2009	97.500	95.558
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-09-2009	41.000	40.215
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-09-2009	7.000	6.868
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	28-09-2009	4.000	3.907
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-09-2009	254.500	249.884
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-10-2009	50.500	49.597
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-10-2009	101.500	99.775
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	158.000	155.416
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	25.000	24.591
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-10-2009	54.000	53.131
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	407.000	400.448
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-10-2009	91.000	89.535
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	112.500	110.689
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-10-2009	79.000	77.759
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-10-2009	29.000	28.548
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-10-2009	82.500	81.320
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	101.000	99.815
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-11-2009	105.000	103.822
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	151.500	149.800
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	291.000	287.735
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-11-2009	303.000	299.639
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-11-2009	303.000	299.952
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-12-2009	80.000	79.206
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-12-2009	50.000	49.529
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	24.000	23.780
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	102.500	101.562
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	147.000	145.655
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	131.000	129.801
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	252.000	249.759
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	110.500	109.517
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	100.500	99.606
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	50.000	49.555
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	82.000	81.303
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	85.500	84.773
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	51.000	50.566
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-12-2009	99.500	98.770
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	158.000	149.057
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	125.000	117.925

EUR 0



Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	74.000		69.811	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	150.000		141.509	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	92.000		86.792	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	25.000		23.585	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	100.000		94.340	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	570.000		537.736	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	573.000		540.566	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	179.000		168.868	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	449.000		423.585	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	106.000		100.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	2.518.000		2.369.177	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	17-02-2009	7.950.000		7.500.001	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	180.000		169.811	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	99.000		93.396	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	20-02-2009	30.000		28.248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	30.000		28.248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	30.000		28.736	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-02-2009	13.000		12.285	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-03-2009	169.000		159.810	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-03-2009	98.000		92.671	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-03-2009	35.000		33.100	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-03-2009	35.000		33.163	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	250.000		236.875	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	26.000		24.617	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	162.000		153.385	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	10-03-2009	123.000		116.459	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-03-2009	69.000		65.545	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-03-2009	312.000		296.512	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-03-2009	32.000		30.462	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-04-2009	84.000		80.037	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-04-2009	65.000		61.943	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	209.000		199.979	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-04-2009	114.000		109.193	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-05-2009	145.000		139.501	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-06-2009	6.000		5.770	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-06-2009	519.000		499.759	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-07-2009	41.000		39.667	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	06-08-2009	312.000		302.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	312.000		302.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	10-09-2009	15.000		14.690	USD 0
Banif Finance 2009-2049	Compra	30-06-2009	10.000.000		10.000.000	
Banif Finance 2009-2049	Venda	30-06-2009	10.000.000		10.000.000	EUR 0
Banif Finance 2009-2049	Compra	30-06-2009	15.000.000		15.000.000	
Banif Finance 2009-2049	Venda	30-06-2009	15.000.000		15.000.000	USD 0
Banif Finance 2009-2019	Compra	31-12-2009	30.000		22.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	31-12-2009	30.000		22.500	EUR 0
Banif SGPS 2009-2012	Compra	28-04-2009	20.000.000		19.982.000	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	29-04-2009	1.000.000		999.100	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	29-04-2009	200.000		200.000	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	22-07-2009	400.000		404.400	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	18-08-2009	18.400.000		18.582.160	



Banif SGPS 2009-2012	Compra	19-08-2009	18.400.000		18.584.000	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	10-12-2009	18.400.000		18.584.000	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	10-12-2009	18.400.000		18.584.000	EUR 18.400.000
Banif Finance 2007-2017	Venda	03-02-2009	56.000		47.320	EUR 0

2. Informação nos termos do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao disposto no Art.º 448.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos da Sociedade e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do exercício a que se reporta o presente relatório anual:

- a Rentipar Financeira – SGPS, SA era titular de mais de metade e menos de dois terços do capital social da Banif – SGPS, SA;
- a Auto-Industrial, Investimentos e Participações, SGPS, SA, era titular de mais de um décimo e menos de um terço do capital social da Banif – SGPS, SA.

3. Informação sobre acções próprias

Durante o exercício de 2009, o Banif– Banco de Investimento, SA ('BBI'), sociedade dominada pela Banif- SGPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif - SGPS, SA, as quais foram todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em execução do contrato de liquidez celebrado entre o Banco e a Euronext Lisboa.

Face ao disposto no art.º 325.º-A do Código das Sociedades Comerciais, são as acções acima referidas e a seguir descritas, consideradas acções próprias da sociedade dominante.

Por outro lado, durante o período em apreciação, foi efectuada uma transacção de acções próprias, pela Banif - SGPS, SA, também executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa) e indicada no quadro *infra*:

O total de acções próprias existente em 31 de Dezembro de 2008 era de 586.325 unidades. Durante o exercício de 2009, foram realizadas as seguintes transacções:

Entidade Que Efectuou a Transacção	Tipo de Transacção	Data	Natureza do Negócio	Quant.	Preço Unitário	Quant. Detida
BBI	Alienação	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,14000	577.225
BBI	Alienação	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.200	1,11000	568.025
BBI	Aquisição	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.200	1,09000	577.225
BBI	Aquisição	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,12000	586.325
BBI	Alienação	12-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,19000	577.825
BBI	Aquisição	12-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	586.325
BBI	Aquisição	15-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.900	1,14000	595.225
BBI	Alienação	16-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,16000	586.725



BBI	Aquisição	19-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.800	1,14000	595.525
BBI	Aquisição	20-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.000	1,13000	599.525
BBI	Aquisição	20-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	22.500	1,14000	622.025
BBI	Alienação	21-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.239	1,12000	619.786
BBI	Aquisição	21-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.239	1,11000	622.025
BBI	Aquisição	23-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	710	1,13000	622.735
Banif - SGPS, SA	Aquisição	26-Jan-09	Transacção de Acções Próprias	250.000	1,14000	872.735
BBI	Alienação	27-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.692	1,14000	865.043
BBI	Alienação	27-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.308	1,13000	863.735
BBI	Aquisição	27-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.000	1,12000	872.735
BBI	Aquisição	28-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	100.000	1,13000	972.735
BBI	Aquisição	29-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.000	1,11000	973.735
BBI	Aquisição	29-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.000	1,12000	982.735
BBI	Alienação	30-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,13000	972.735
BBI	Aquisição	30-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,10000	981.835
BBI	Alienação	30-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,12000	972.735
BBI	Alienação	03-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,16000	962.735
BBI	Alienação	03-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	33.800	1,15000	928.935
BBI	Alienação	04-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	15.000	1,17000	913.935
BBI	Alienação	04-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,16000	903.935
BBI	Aquisição	05-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.500	1,16000	905.435
BBI	Alienação	06-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	29.969	1,18000	875.466
BBI	Alienação	06-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.600	1,17000	866.866
BBI	Alienação	06-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,16000	856.866
BBI	Alienação	09-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.539	1,19000	847.327



BBI	Alienação	09-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.961	1,18000	838.366
BBI	Alienação	10-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.350	1,20000	830.016
BBI	Aquisição	10-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	135	1,20000	830.151
BBI	Alienação	11-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.000	1,19000	823.151
BBI	Aquisição	11-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	54	1,18000	823.205
BBI	Aquisição	12-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.746	1,21000	826.951
BBI	Alienação	13-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,26000	818.951
BBI	Alienação	13-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.300	1,24000	810.651
BBI	Aquisição	13-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	11.300	1,26000	821.951
BBI	Aquisição	17-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.600	1,20000	828.551
BBI	Aquisição	17-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.000	1,22000	840.551
BBI	Aquisição	17-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,25000	848.551
BBI	Aquisição	18-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.600	1,19000	857.151
BBI	Aquisição	19-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	500	1,18000	857.651
BBI	Alienação	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.000	1,18000	854.651
BBI	Alienação	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	20	1,15000	854.631
BBI	Aquisição	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.557	1,14000	863.188
BBI	Aquisição	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.743	1,15000	868.931
BBI	Alienação	25-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.980	1,15000	859.951
BBI	Alienação	26-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	851.451
BBI	Alienação	27-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	785	1,19000	850.666
BBI	Alienação	02-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	842.166
BBI	Aquisição	02-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.650	1,17000	850.816
BBI	Aquisição	03-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.135	1,18000	851.951
BBI	Alienação	09-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.810	1,16000	843.141



BBI	Aquisição	09-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.810	1,14000	851.951
BBI	Alienação	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.300	1,10000	842.651
BBI	Alienação	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.350	1,09000	833.301
BBI	Aquisição	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.500	1,06000	842.801
BBI	Aquisição	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	18.650	1,08000	861.451
BBI	Alienação	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.600	1,07000	859.851
BBI	Alienação	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	17.900	1,06000	841.951
BBI	Alienação	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.550	1,05000	832.401
BBI	Aquisição	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	19.550	1,05000	851.951
BBI	Alienação	12-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.700	1,04000	842.251
BBI	Aquisição	12-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.700	1,03000	851.951
BBI	Alienação	13-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.801	1,07000	849.150
BBI	Alienação	16-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.199	1,08000	846.951
BBI	Alienação	23-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,06000	841.951
BBI	Alienação	25-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.521	1,06000	840.430
BBI	Aquisição	25-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.600	1,05000	850.030
BBI	Alienação	26-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.079	1,06000	841.951
BBI	Alienação	27-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.588	1,04000	840.363
BBI	Aquisição	27-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.588	1,03000	841.951
BBI	Alienação	31-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.900	1,05000	832.051
BBI	Aquisição	31-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.900	1,04000	841.951
BBI	Alienação	02-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.300	1,08000	832.651
BBI	Alienação	02-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.405	1,07000	827.246
BBI	Aquisição	02-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	14.705	1,07000	841.951
BBI	Alienação	03-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.300	1,08000	832.651



BBI	Aquisição	03-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.400	1,07000	842.051
BBI	Alienação	06-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,11000	837.051
BBI	Aquisição	06-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.599	1,09000	839.650
BBI	Aquisição	06-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.401	1,11000	842.051
BBI	Aquisição	07-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.105	1,10000	851.156
BBI	Alienação	08-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,10000	842.056
BBI	Alienação	09-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.000	1,12000	833.056
BBI	Alienação	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.799	1,19000	825.257
BBI	Aquisição	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.251	1,16000	832.508
BBI	Alienação	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.600	1,17000	823.908
BBI	Aquisição	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.799	1,18000	831.707
BBI	Alienação	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.800	1,14000	822.907
BBI	Aquisição	15-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.044	1,16000	826.951
BBI	Alienação	16-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	479	1,20000	826.472
BBI	Aquisição	16-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	479	1,18000	826.951
BBI	Alienação	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,14000	816.951
BBI	Aquisição	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.400	1,12000	826.351
BBI	Alienação	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.400	1,13000	816.951
BBI	Aquisição	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.300	1,13000	818.251
BBI	Aquisição	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.700	1,14000	826.951
BBI	Aquisição	20-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.150	1,10000	836.101
BBI	Aquisição	20-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,11000	841.101
BBI	Alienação	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,05000	831.101
BBI	Aquisição	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,03000	841.101
BBI	Alienação	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,04000	831.101



BBI	Aquisição	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.750	1,04000	840.851
BBI	Aquisição	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	250	1,05000	841.101
BBI	Alienação	04-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.540	1,13000	832.561
BBI	Alienação	04-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	610	1,12000	831.951
BBI	Alienação	05-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,16000	823.951
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,27000	815.951
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.000	1,25000	812.951
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.300	1,21000	821.251
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	383	1,23000	820.868
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.300	1,21000	812.568
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,22000	822.568
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	814.068
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.883	1,30000	818.951
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.000	1,32000	821.951
BBI	Alienação	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.250	1,38000	814.701
BBI	Alienação	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.429	1,35000	807.272
BBI	Aquisição	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.429	1,34000	814.701
BBI	Aquisição	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.250	1,37000	821.951
BBI	Alienação	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.700	1,32000	814.251
BBI	Alienação	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,30000	804.251
BBI	Aquisição	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,30000	814.251
BBI	Aquisição	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.400	1,31000	822.651
BBI	Aquisição	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.600	1,32000	830.251
BBI	Alienação	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.228	1,26000	818.023
BBI	Aquisição	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.150	1,24000	826.173



BBI	Alienação	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.126	1,25000	824.047
BBI	Aquisição	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.700	1,25000	830.747
BBI	Alienação	14-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.873	1,28000	823.874
BBI	Alienação	14-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.923	1,27000	821.951
BBI	Alienação	18-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,29000	814.051
BBI	Aquisição	18-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,32000	821.951
BBI	Alienação	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.680	1,36000	815.271
BBI	Alienação	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.855	1,30000	807.416
BBI	Aquisição	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.855	1,29000	815.271
BBI	Aquisição	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.680	1,35000	821.951
BBI	Alienação	20-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.670	1,38000	820.281
BBI	Aquisição	20-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.670	1,36000	821.951
BBI	Aquisição	21-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.550	1,36000	829.501
BBI	Alienação	22-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.250	1,39000	822.251
BBI	Alienação	25-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	359	1,38000	821.892
BBI	Alienação	25-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	36	1,37000	821.856
BBI	Aquisição	25-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	395	1,36000	822.251
BBI	Alienação	26-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.140	1,36000	816.111
BBI	Alienação	26-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.360	1,35000	814.751
BBI	Aquisição	26-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.500	1,35000	822.251
BBI	Aquisição	01-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	130	1,31000	822.381
BBI	Alienação	05-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.919	1,35000	818.462
BBI	Aquisição	05-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.458	1,33000	821.920
BBI	Aquisição	05-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	31	1,34000	821.951
BBI	Alienação	09-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.550	1,33000	814.401



BBI	Aquisição	09-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.233	1,31000	819.634
BBI	Aquisição	10-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.317	1,33000	821.951
BBI	Alienação	17-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.514	1,30000	809.437
BBI	Aquisição	17-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.050	1,27000	817.487
BBI	Aquisição	17-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.464	1,30000	821.951
BBI	Alienação	18-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,29000	814.051
BBI	Aquisição	18-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,27000	821.951
BBI	Aquisição	19-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,27000	829.951
BBI	Alienação	24-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.083	1,25000	824.868
BBI	Alienação	24-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.817	1,24000	822.051
BBI	Aquisição	24-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,23000	829.951
BBI	Alienação	25-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.216	1,27000	827.735
BBI	Alienação	25-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.884	1,25000	821.851
BBI	Aquisição	25-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.100	1,24000	829.951
BBI	Alienação	29-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	422	1,26000	829.529
BBI	Aquisição	30-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.250	1,22000	837.779
BBI	Alienação	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.412	1,25000	830.367
BBI	Alienação	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.395	1,24000	824.972
BBI	Aquisição	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.661	1,22000	837.633
BBI	Alienação	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.705	1,23000	834.928
BBI	Alienação	03-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	653	1,20000	834.275
BBI	Aquisição	03-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.900	1,18000	841.175
BBI	Alienação	06-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	116	1,20000	841.059
BBI	Aquisição	07-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.502	1,17000	845.561
BBI	Alienação	09-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.550	1,18000	839.011



BBI	Alienação	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.072	1,29000	834.939
BBI	Alienação	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.450	1,27000	830.489
BBI	Aquisição	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.160	1,23000	838.649
BBI	Alienação	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	16.160	1,25000	822.489
BBI	Aquisição	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.462	1,25000	831.951
BBI	Aquisição	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.300	1,26000	835.251
BBI	Alienação	14-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,23000	827.251
BBI	Alienação	14-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	200	1,22000	827.051
BBI	Aquisição	14-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.200	1,22000	835.251
BBI	Aquisição	16-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.200	1,19000	839.451
BBI	Aquisição	03-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,18000	844.451
BBI	Aquisição	03-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,19000	849.451
BBI	Alienação	13-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	16.088	1,23000	833.363
BBI	Alienação	21-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,29000	831.363
BBI	Alienação	24-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.412	1,38450	826.951
BBI	Alienação	24-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,34000	824.951
BBI	Alienação	04-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,39000	822.951
BBI	Alienação	07-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,49000	820.951
BBI	Aquisição	07-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,49000	822.951
BBI	Alienação	16-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.000	1,59000	821.951
BBI	Alienação	28-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,40000	819.951
BBI	Aquisição	28-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,37000	821.951
BBI	Alienação	02-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,31000	819.951
BBI	Aquisição	02-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,28000	821.951
BBI	Alienação	13-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,49000	819.951



BBI	Aquisição	13-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	17	1,00000	819.968
BBI	Aquisição	13-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,47000	821.968
BBI	Aquisição	14-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.000	1,31500	822.968
BBI	Aquisição	27-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,30000	824.968
BBI	Aquisição	28-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,25000	826.968
BBI	Alienação	29-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,32000	824.968
BBI	Alienação	29-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,30000	822.968
BBI	Alienação	25-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.017	1,30000	821.951
BBI	Aquisição	26-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,25000	823.951
BBI	Alienação	27-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,28000	821.951
BBI	Alienação	27-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,27000	819.951
BBI	Aquisição	27-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,21000	821.951

O total de acções próprias existente em 31 de Dezembro de 2009 era, assim, de 821.951 unidades.

4. Titulares de participações sociais qualificadas

Nos termos do art.º 8.º n.º 1, al. b) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se, com referência à data de 31 de Dezembro de 2009, sobre os accionistas titulares de participações qualificadas, no final do ano em apreciação, de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com os elementos existentes na sociedade:

- **HORÁCIO DA SILVA ROQUE**, com domicílio na Av. Conde de Barcelona, 1057, Estoril.

Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2009, 1.308.888 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 0,267% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 245.869.691 acções, correspondentes a 50,177% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 1.006.873 acções, correspondentes a 0,205% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 17.572 acções , Dr. José Marques de Almeida: 977.760 acções e Sr. Vítor Hugo Simons: 11.541 acções - (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);
- 27.583.051 acções, correspondentes a 5,629% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);



- 88.907 acções, correspondentes a 0,018% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, SA** – Dr. José António Vinhas Mouquinho: 67.200 acções, Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida: 21.707 acções (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);
- 267.750 acções, correspondentes a 0,055% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, S.A. de que é titular a **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 3.171.385 acções, correspondentes a 0,647% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular a **Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade considerada dominada pelo próprio.

Num total de 279.296.545 acções, correspondentes a 56,999% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **AUTO-INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA**, pessoa colectiva n.º 505 025 752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de 59.405.000 acções, representativas de 12,123% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA. A accionista é ainda titular de 59.405.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's), sendo que a participação qualificada de 12,123% diz respeito apenas às acções subscritas e não considera os direitos incorporados nos VMOC's, que apenas deverão vir a ser considerados aquando da sua conversão em acções.

- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**, com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 11.485.595 acções, correspondentes a 2,285% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Evalesco, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 10.621 acções, correspondentes a 0,002% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular um **membro do órgão de administração da Evalesco, SGPS, SA** – Carla de Castro Amorim (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

Num total de 11.496.216 acções, correspondentes a 2,346% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **JORGE SÁ**, residente à Rua do Til, n.º 56, no Funchal, contribuinte n.º 102.136.297. Detinha, directamente 8.590.000 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 1,753% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 1.300.000 acções, correspondentes a 0,265% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Oliveira, Freitas e Ferreira, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 120.000 acções, correspondentes a 0,024% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **J. Sá & Filhos, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

Num total de 10.010.000 acções, correspondentes a 2,042% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.



IX. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, e Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.



I. Modelo de Negócio

- 1. *Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).***

O modelo de negócio do Grupo encontra-se pormenorizadamente descrito na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2009” do Relatório de Gestão.

- 2. *Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).***

As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas “29. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS” e “26. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS”, respectivamente, do ponto “2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

- 3. *Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).***

As actividades desenvolvidas pelo Grupo e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2009” do Relatório de Gestão.

- 4. *Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.***

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2009” do Relatório de Gestão.



5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2009” do Relatório de Gestão.

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Grupo encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto “2.3 Controlo dos Riscos de Actividade” da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2009” do Relatório de Gestão.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto “2.3 Controlo dos Riscos de Actividade” da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2009” do Relatório de Gestão.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.

Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).



No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *collateralised debt obligations* (CDO) e *asset-backed securities* (ABS), para os períodos em referência.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-08			31-12-09		
	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	1.204.561	0	-728.486	-38.877	785.927	-817.268
CDO	-192.350	-1.844.267	-4.395	-593.450	0	54
CLO	-3.332.143	0	-245.341	3.094.595	0	-636.098
CMBS	644.666	0	-16.796	-174.277	0	-263.978
RMBS	431.231	0	-56.064	432.076	86.700	-316.493
Total	-1.244.035	-1.844.267	-1.051.083	2.720.067	872.627	-2.033.783

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *sub-prime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos *spreads* e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se em uma enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos *spreads* de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados.

Ao nível do Grupo Banif, um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios.

Já em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos *spreads* a partir de



Maio. As taxas de *defaults* nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante *rally* durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos securitizados ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações *investment grade*.

A boa conjuntura de mercado possibilitou, desta forma, anular grande parte dos resultados negativos potenciais e a realização de ganhos efectivos na carteira de produtos estruturados do Grupo Banif. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2009, o Grupo registava-se um saldo positivo em termos de mais-valias potenciais, incluindo reservas, no valor cerca de €686 mil, o que compara favoravelmente com a situação negativa do ano anterior (menos valias potenciais de cerca de €2,3 milhões). Em paralelo, as mais-valias realizadas durante o ano corresponderam a cerca de €872 mil, um bom desempenho face a 2008, em que as perdas realizadas atingiram €1,8 milhões – ver ponto 9 deste Anexo.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste Anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos do período de turbulência são os seguintes (em milhares de euros):

BALANÇO	31-12-2009	
	Valor líquido	Valor líquido sem o impacto do período de turbulência
...
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	470.314	466.721
Activos financeiros disponíveis para venda	105.371	107.405
Activos por impostos diferidos	59.535	59.122
...
Total do Activo	14.442.205	14.441.059
...
Total do Passivo	13.262.279	13.262.279
...
Reservas de reavaliação	6.645	8.140
Resultado do exercício	54.075	51.434
...
Total do Capital	1.179.926	1.178.780
Total do Passivo + Capital	14.442.205	14.441.059



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2009	
	Valor líquido	Valor líquido sem o impacto do período de turbulência
...
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(28.377)	(31.970)
...
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	66.667	63.074
Impostos	(471)	481
Correntes	(12.555)	(12.555)
Diferidos	12.084	13.036
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	66.196	63.555
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Interesses que não controlam	(12.121)	(12.121)
Resultado consolidado do exercício	54.075	51.434

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados.

Informação apresentada no ponto 9 deste Anexo.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

Conforme já referido anteriormente neste Anexo e ao longo do Relatório de Gestão, o período de turbulência nos mercados financeiros, iniciado em meados de 2007, traduziu-se numa crise generalizada dos mercados accionistas e obrigacionistas internacionais. Ao nível do sector financeiro, as preocupações com a qualidade e os riscos dos activos detidos pelas instituições, originou uma crise de liquidez que se traduziu num acréscimo dos spreads de crédito e, conseqüentemente, num aumento dos custos de *funding*, colocando dúvidas relativamente à capacidade destas instituições em dar continuidade aos seus planos de crescimento da actividade e nos ROE evidenciados nos últimos anos.

Esta conjuntura de extrema aversão ao risco, de crise de liquidez e de incerteza relativamente à capacidade de crescimento e de rendibilidade futura, levou a uma quebra muito acentuada das cotações de mercado das acções das instituições financeiras.

Em 2008, a cotação das acções da Banif - SGPS, SA acompanhou esta evolução do mercado, evidenciando uma maior volatilidade em períodos mais turbulentos, explicada pela menor dimensão da instituição, pela elevada concentração accionista e logo menor *free-float* e liquidez. No entanto, durante o ano de 2009 a cotação das acções teve, em média, um comportamento mais favorável que o evidenciado pelo índice PSI do sector (PSI 209), tendo valorizado no ano cerca de 15%.



O facto de o Grupo ter numa estratégia de forte crescimento orgânico e, consequentemente, de quota de mercado, contribuiu igualmente para essa maior volatilidade pontual, transaccionando as acções da Banif - SGPS, quer no final de 2008, quer no final de 2009, a um valor correspondente a cerca de 2/3 do respectivo valor contabilístico (*book value*).

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

A 31 de Dezembro de 2009, a exposição a produtos estruturados do Grupo, que se encontrava sedeadada no banco de investimento, ascendia a cerca de €50 milhões em termos de valor de mercado, o que corresponde a menos de 0,4% do activo líquido consolidado do Grupo Banif e cerca de 5% dos capitais próprios. A mitigar este risco existe ainda uma compra de protecção (*credit default swap*) que cobre mais de dois terços do valor nominal da carteira de produtos estruturados, em que o risco de crédito é transferido para terceiros, e cujo montante *outstanding* ascende a cerca de €40 milhões – ver detalhes no ponto 17. Desta forma, o impacto sobre o Grupo é pouco significativo, mesmo admitindo o cenário extremo de perda total do valor dos activos, situação de probabilidade reduzida tendo por base os dados observáveis no mercado, nomeadamente as taxas de *default* e as taxas de recuperação para instrumentos comparáveis aos detidos em carteira.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ser um mercado activo com uma extrema falta de liquidez e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition*” – o Banif – Banco de Investimento procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (*Loans and Receivables*), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (*foreseeable future*) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito. Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, sendo que o Grupo deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a *defaults* dos títulos. Fazendo uma análise à qualidade creditícia da carteira – ver ponto 18, verifica-se que, a 31 de Dezembro de 2009, cerca de 84% da carteira de produtos estruturados do Grupo Banif era *Investment Grade*, tendo em consideração o *rating* médio das três principais agências internacionais: *Moody's*, *S&P* e *Fitch*.



Durante o ano houve uma redução efectiva da exposição do Grupo a este tipo de activos, em virtude de alguns títulos que estavam em carteira terem chegado ao vencimento, com o reembolso dos mesmos pelo valor nominal (não ocorrência de eventos de crédito), reflectindo a qualidade creditícia da carteira. Desta forma, a exposição da carteira de produtos estruturados sofreu uma redução de cerca de €22,5 milhões devido a reembolsos ocorridos em 2009, com o valor nominal da carteira a atingir os €58 milhões no final do ano.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

A presente informação está incluída na nota “45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto “2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições “vivas” nos instrumentos acima identificados.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-08		31-12-09	
	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	35.164.989	36.574.048	17.146.400	18.242.761
CDO	3.100.150	5.000.000	2.506.700	5.000.000
CLO	13.482.200	21.874.184	16.493.817	20.927.405
CMBS	7.149.509	7.104.336	6.873.720	7.019.578
RMBS	8.244.941	8.443.936	6.988.690	6.761.610
Total	67.141.789	78.996.504	50.009.327	57.951.353



17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do *credit default swap* em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

(valores em euros)

Tipo Produto	31-12-2009	
	CDS Outstanding	CDS +/- Valia
ABS	7.000.000	164.779
CDO	2.000.000	-1.223.521
CMBS	6.562.908	87.548
RMBS	4.000.000	-346.643
CLO	20.330.055	-3.306.477
Total	39.892.963	-4.624.313

18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:

- **Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;**
- **Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);**
- **Áreas geográficas de origem;**
- **Sector de actividade;**
- **Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);**
- **Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;**
- **Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio “loan-to-value”, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.**

A 31 de Dezembro de 2009, a exposição do Grupo a produtos estruturados sediada no BBI ascendia a cerca de €50 milhões em termos de valor de mercado. Devido aos reembolsos ocorridos durante o ano, o segmento dos ABS, excluindo crédito hipotecário, diminuiu substancialmente de peso na carteira, passando de 52% em 2008 para 34% em 2009. A exposição a ABS encontrava-se diversificada por um conjunto de sectores, entre os quais crédito automóvel, leasing, crédito a PME e dívidas fiscais, entre outros.

Dentro do segmento de crédito hipotecário, as exposições a CMBS (*commercial mortgage backed securities*) e a RMBS (*residential mortgage backed securities*) tinham um peso idêntico na carteira de produtos estruturados do Grupo Banif no final do ano, 14% cada, não existindo



qualquer exposição a crédito *sub-prime* nestes segmentos. Os restantes 38% da carteira de produtos estruturados encontravam-se distribuídos por CDOs e CLOs (*collateralised debt and loans obligations*), existindo nestes produtos uma exposição marginal a *sub-prime*.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o Grupo investiu nas tranches mais seniores das operações, sendo que não existiram quaisquer transacções em 2009. No final do ano, o Grupo possuía apenas duas exposições correspondentes a *first loss position*, com um valor de mercado de €1,5 milhões, com um peso de 3% na carteira.

Em termos de qualidade de crédito, cerca de 84% da carteira total de produtos estruturados a 31 de Dezembro de 2009 era *Investment Grade*, sendo que mais de metade possuía *rating* superior ou igual a A- atribuído pelas principais agências de *rating* internacionais, *Moody's*, *S&P* e *Fitch* (valor médio das notações) – ver quadro 18.2. Assistiu-se, no entanto, a um *dowgrade* dos *ratings* médios dos produtos estruturados detidos em carteira face ao ano anterior, em linha com o movimento generalizado de descida das notações de crédito nas várias classes de activos, incluindo de dívida soberana, mas também em virtude de alterações nas metodologias utilizadas para a avaliação destes instrumentos. De referir que dentro as exposições cujo *rating* médio é *Non-Investment Grade*, encontra-se um título que tem como colateral as dívidas fiscais do Governo Português, com maturidade em Abril de 2010, correspondente a um peso de 1% na carteira global de produtos estruturados. As posições sem *rating* atribuído tinham um peso imaterial, representando apenas 0,2% da carteira.

Os activos subjacentes à carteira de produtos estruturados são todos de países *Investment Grade*, maioritariamente respeitantes a países da União Europeia, que representam um peso de 94%. Os Estados Unidos têm um peso reduzido, de apenas 3,5%.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições detidas referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage, que é anulada em termos de posição consolidada do Grupo Banif (é realizada a consolidação com as SPEs/veículos de titularização). Em termos de análise *vintage*, cerca de metade da carteira foi adquirida em 2003 e 2004, anteriormente ao pico registado no mercado de crédito, em particular, no segmento de produtos estruturados. Apenas 3,6% da carteira, correspondente um valor de mercado de €1,8 milhões, foi adquirida em 2007, ano do despoletar da crise do *sub-prime*.

A carteira de produtos estruturados apresenta um perfil de investimento de médio prazo, com a WAL média (*weighted average life*; vida média) nos 3,8 anos, a 31 de Dezembro de 2009, para a qual contribui favoravelmente o peso significativo do segmento de ABS com prazos de vencimento dos títulos mais curtos (WAL média de 1,5 anos). Com efeito, tem-se assistido a uma redução natural da carteira de produtos estruturados do Grupo Banif decorrente dos vencimentos



dos títulos, que durante o ano atingiram os €22,5 milhões. A 31 de Dezembro de 2009, cerca de 24% da carteira possuía uma vida média residual inferior a um ano.

18.1 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

Tipo de Produto/ Sector	Valor Mercado	
	Montante	Peso
ABS	17.146.400	34,3%
Crédito Automóvel	3.030.900	6,1%
Leasing	2.031.600	4,1%
Credito PME	3.538.300	7,1%
Recebíveis	5.037.500	10,1%
Dívidas Fiscais	453.595	0,9%
Outros	3.054.505	6,1%
CDO	2.506.700	5,0%
CLO	16.493.817	33,0%
CMBS	6.873.720	13,7%
RMBS	6.988.690	14,0%
TOTAL	50.009.327	100,0%

Valores em euros.

18.2 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Ratings	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
AAA	5.037.500					5.037.500	10,1%
AA+				537.237	1.138.550	1.675.787	3,4%
AA	3.030.900					3.030.900	6,1%
AA-					1.081.600	1.081.600	2,2%
A+					3.914.303	3.914.303	7,8%
A	2.031.600		6.631.500	2.585.927		11.249.027	22,5%
A-			1.062.612	1.793.225		2.855.837	5,7%
BBB+	2.022.400		972.100		854.237	3.848.737	7,7%
BBB	3.167.100	1.356.200	2.882.350			7.405.650	14,8%
BBB-			1.809.800			1.809.800	3,6%
Investment Grade	15.289.500	1.356.200	13.358.362	4.916.390	6.988.690	41.909.142	83,8%
BB+	1.856.900		2.425.750			4.282.650	8,6%
BB			709.704			709.704	1,4%
B				1.957.331		1.957.331	3,9%
CCC+		1.025.500				1.025.500	2,1%
Non Investment Grade	1.856.900	1.025.500	3.135.454	1.957.331		7.975.185	15,9%
NR		125.000				125.000	0,2%
TOTAL	17.146.400	2.506.700	16.493.817	6.873.720	6.988.690	50.009.327	100,0%

Valores em Euros. Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody's, S&P e Fitch.



18.3 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

Região / de Origem	País	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
Alemanha		1.651.200			1.793.225	2.519.000	5.963.425	11,9%
EUA				1.772.317			1.772.317	3,5%
Europa		5.037.500	1.356.200	14.721.500	537.237		21.652.437	43,3%
França					2.585.927		2.585.927	5,2%
Holanda		3.030.900			1.957.331		4.988.231	10,0%
Itália		2.031.600					2.031.600	4,1%
Portugal		453.595					453.595	0,9%
Reino Unido		2.022.400				4.469.690	6.492.090	13,0%
Rússia		1.403.305					1.403.305	2,8%
Supranacional		1.515.900	1.150.500				2.666.400	5,3%
TOTAL		17.146.400	2.506.700	16.493.817	6.873.720	6.988.690	50.009.327	100,0%

Valores em Euros.

18.4 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Vintage	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
2003	8.068.400					8.068.400	16,1%
2004	2.485.195	2.381.700	4.003.967	3.123.165	4.469.690	16.463.716	32,9%
2005	2.022.400		4.469.500	1.957.331	2.519.000	10.968.231	21,9%
2006	4.570.405	125.000	6.210.550	1.793.225		12.699.180	25,4%
2007			1.809.800			1.809.800	3,6%
TOTAL	17.146.400	2.506.700	16.493.817	6.873.720	6.988.690	50.009.327	100,0%

Valores em Euros.

18.5 – WAL Média e Distribuição por Buckets

Buckets	< 6 meses	6m a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	>= 5 anos	TOTAL	WAL Média (anos)
ABS		8.070.900	1.969.495	2.031.600	5.074.405		17.146.400	1,5
CDO						2.506.700	2.506.700	8,4
CLO				7.619.617		8.874.200	16.493.817	4,9
CMBS	1.957.331			4.379.152		537.237	6.873.720	3,0
RMBS		1.935.837	1.138.550			3.914.303	6.988.690	5,9
TOTAL	1.957.331	10.006.737	3.108.045	14.030.369	5.074.405	15.832.440	50.009.327	3,8
Peso	3,9%	20,0%	6,2%	28,1%	10,1%	31,7%	100,0%	--

Valores em Euros. Weighted Average Life (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos investors reports e da Bloomberg.



19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.).

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

(valores em euros)

Tipo Produto	Tipo de Transacção	31-12-08	31-12-09
ABS	COMPRA	70.222.319	
	REEMBOLSO		21.017.178
	VENDA	66.257.580	
CDO	COMPRA	4.939.250	
	VENDA	9.281.957	
CLO	COMPRA	19.727.600	
	VENDA	19.717.350	
CMBS	COMPRA	20.497.560	
	VENDA	20.490.310	
RMBS	COMPRA	18.520.300	
	REEMBOLSO		1.500.000
	VENDA	17.062.135	

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Não se verificavam exposições nesta situação.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:

- Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;
- Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respectiva protecção de crédito;
- Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;
- Decomposição das exposições por rating ou contraparte.

No âmbito de exposição a *Monoline Insurers*, o Grupo tem apenas em carteira cerca de 6,3 milhões de Notes Trade Invest Série 14 cujo activo subjacente é um *portfolio* sintético composto por diversas emitentes, incluindo a MBIA Insurance Corp. Estas Notes têm vencimento em 30/07/2010 e 50% do seu reembolso está condicionado à performance de crédito do referido *portfolio* baseado no conceito de *first-to-default*. Assim, caso uma das entidades entre em incumprimento, de acordo com as definições standard internacionais (contempladas na documentação ISDA), o título vence antecipadamente e o seu subscritor receberá o valor de



mercado da dívida em incumprimento. Tendo em conta a estrutura de risco da emissão, o valor da exposição indirecta ao risco da MBIA Insurance Corp (ratings: CAA3/BBB) é de 50% do valor da exposição às notes ou seja, cerca de 3,2 milhões.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.10 instrumentos financeiros” do ponto “2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

Os SPE e outros “veículos” incluídos no perímetro de consolidação estão discriminados na nota “4. EMPRESAS DO GRUPO” do ponto “2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”. A exposição destas entidades a produtos estruturados afectados pelo período de turbulência está descrita no ponto 21 deste Anexo.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:

- ***Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;***
- ***Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);***
- ***Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);***
- ***Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).***

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota “3.10 instrumentos financeiros” e na nota “45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto “2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.



25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:

- *Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;*
- *Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);*
- *Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;*
- *Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);*
- *Stress scenarios.*

Informação incluída no ponto anterior.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto “III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar” da parte “VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE”.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2009, e presta igualmente parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração de BANIF- SGPS, SA.

2. O Conselho Fiscal manteve, como habitualmente, um diálogo permanente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Quadros Superiores e Administração da Sociedade, essenciais para que muitos dos aspectos fundamentais da acção fiscalizadora possam ser levados a cabo.

3. O Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade das diversas empresas do Grupo durante o exercício de 2009.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com que declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais.

5. O Conselho Fiscal procedeu ao exame das Contas Consolidadas da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2009, e à apreciação da concordância, com essas contas, do Relatório Consolidado de Gestão de acordo com o nº 1 do Artº 508º-D, do Código das Sociedades Comerciais.

6. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis;

d) Aprove o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas da Sociedade referentes ao mesmo período; e

e) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 15 de Março de 2010

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente

Dr. ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA

Dr. JOSÉ LINO TRANQUADA GOMES

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, da BANIF - SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 1.081.493 milhares de euros e um total de capital próprio de 741.783 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 12.093 milhares de euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BANIF - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, objectiva e lícita.

Lisboa, 15 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, da BANIF - SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 14.442.205 milhares de euros e um total de capital próprio de 941.752 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 54.075 milhares de euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações dos Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das entidades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da BANIF - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 15 de Março de 2010



Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)